



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOÃO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA FILHO

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR

**MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A LUTA
PELA MORADIA NA CIDADE DO CRATO – CEARÁ**

JOÃO PESSOA – PB

2014

JOÃO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA FILHO

**MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A LUTA
PELA MORADIA NA CIDADE DO CRATO - CEARÁ**

Dissertação de Mestrado submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior.

JOÃO PESSOA – PB

2014

O48m Oliveira Filho, João César Abreu de.
Movimentos sociais urbanos: a produção do espaço e a luta
pela moradia na cidade do Crato - Ceará / João César Abreu
de Oliveira.- João Pessoa, 2014.
241f. : il.
Orientador: Marco Antonio Mitidiero Junior
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN
1. Geografia urbana. 2. Movimentos sociais urbanos -
Crato-CE. 3. Produção do espaço. 4. Luta - moradia.

UFPB/BC

CDU: 911.3(043)

“Movimentos Sociais Urbanos: A Produção do Espaço e a Luta pela Moradia na Cidade do Crato - Ceará”

por

João César Abreu de Oliveira Filho


Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. **Marco Antônio Mitidiero Júnior**
Orientador


Profª Drª **Emília de Rodat Fernandes Moreira**
Examinadora interna


Profª Drª **Zenilde Baima Amora**
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2014

À minha esposa Taiane Barros pelo apoio incondicional, estímulo e paciência. Aos meus irmãos Roberto e Gabriela pelas alegrias vividas, mesmo em momentos difíceis. Aos meus pais João César Abreu e Nídia Cruz pela inspiração, apoio e dedicação nos momentos mais obscuros.

AGRADECIMENTOS

*O mérito do resultado de uma pesquisa não é só do pesquisador ou mesmo daqueles que participaram efetivamente da construção e do desenvolvimento da pesquisa, mas provem de um conjunto de pessoas, objetos e ações que se desenvolvem ao longo do caminho trilhado e percorrido. Em nosso caso não foi diferente, houve uma significativa contribuição de diversos sujeitos que contribuíram para o resultado final dessa dissertação de mestrado, esses, merecem **um muito obrigado**, que tentaremos dar, aqui, de forma temporal, tendo em vista todo o meu percurso na Universidade, desde os anos finais do mestrado até a Graduação, além de outros momentos que contribuíram na construção da minha visão de mundo.*

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), quando fui cursar o mestrado em Geografia tive o apoio imediato e incondicional de vários amigos e professores.

Ao meu orientador, professor Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior, vai mais do que um agradecimento especial, não só por ter aceitado me orientar, mas por me acolher no Mestrado em Geografia da UFPB e compreender minhas dificuldades desde o dia de matrícula no programa. Agradeço, ainda, pela amizade e pelos momentos lúdicos, de descontração, como as rodas de conversas e os momentos de festejo, que propiciaram um amadurecimento teórico e profissional muito grande, partilhando da sua experiência na militância, no engajamento com os movimentos sociais e principalmente no entendimento de uma Geografia verdadeiramente crítica e comprometida com os mais pobres.

À professora Dra. Emilia Moreira Rodat, por ter aceitado participar da banca do seminário de dissertação, qualificação e a defesa, propiciando a mim um crescimento intelectual sobre como pensar os movimentos sociais e partilhando das suas experiências nos movimentos sociais.

À professora Dra. Maria Franco García, pelo acolhimento e amizade no Mestrado e as contribuições sempre presentes nos corredores da Universidade, nos momentos de festejo e durante o grupo de pesquisa sobre Geografia do Trabalho.

A professora Rosalina Burgos, da Universidade Federal de São Carlos (UFScar), que aceitou participar da nossa qualificação, tendo contribuído significativamente na construção final da nossa dissertação.

Aos professores Wilton Medeiros, Marcelo, Anieres Barbosa, Antonio Carlos, Dáda Martins, Silval de Almeida Passos, Maria de Fátima, dentre outros.

Aos amigos de turma, João Paulo, Guibson, Marina, Wilma, Zinho, Flávia, Verônica, Rose, Pâmela, Diego, Nielson, Jocélia, Deusia, Igor, Glauciene. Além dos companheiros Claudemir, Petrúcio, Marcela, dentre outros. Vale também, ressaltar um agradecimento especial a João Paulo por ter sido, por longas datas, companheiro de apartamento, dividindo as angústias do mestrado e as despesas financeiras. Ao companheiro Claudemir, cearense como eu, que, desde sua entrada no programa, sempre compartilhamos ideias, sonhos e as angústias da vida.

No mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE tenho um agradecimento especial à professora Dra. Zenilde Baima Amora que me recebeu com muito carinho, contribuindo na minha formação acadêmica, pelo exemplo de profissional séria, dedicada e ética. Agradeço ainda, por ter aceitado participar da nossa banca de defesa, certo de que sua contribuição é muito valiosa nos estudos dos movimentos sociais no Ceará.

À Professora Lucia Brito, por ter me acolhido no mestrado em Geografia da UECE, sempre, com carinho e com muita compaixão.

Aos colegas de turma, Paulo Wendell, Joalana, Ianone que também me receberam e compartilharam comigo, mesmo que por pouco tempo, os anseios e dificuldades da realização de um mestrado.

No início da minha Graduação, em 2007, quando ingressei na Universidade Regional do Cariri (URCA), tive o apoio, inspiração e dedicação de alguns professores e alunos que destacaremos a seguir e a estes nossos agradecimentos.

Ao professor Dr. Domingos Sávio Cordeiro, do curso de Ciências Sociais da URCA, meu orientador de Iniciação Científica que, tendo participado efetivamente da minha vida acadêmica, mostrou-me o início do caminho da pesquisa e o engajamento no mundo dos movimentos sociais.

À professora Alexsandra de Oliveira Magalhães, tendo contribuído na minha formação acadêmica, abrindo as portas do Laboratório de Análises Geoambientais (LAGEO).

Ao professor Francisco das Chagas, principalmente pelos momentos lúdicos, no qual foi muito importante no entendimento de uma Geografia verdadeiramente crítica.

Ao professor Roberto Siebra, professor do curso de Ciências Sociais, pelo apoio, entrevista concedida e compartilhamento de material bibliográfico e documental acerca dos movimentos sociais no Crato.

Aos professores Josier Ferreira da Silva, Ivan da Silva Queiroz, Maria Soares da Cunha, Glauco Viera Fernandes, Jörn Seemann e demais professores que compõem o Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri.

Ao longo dos anos de Graduação também tive a oportunidade de fazer grandes amizades, dentre elas destaco os companheiros de turma, Claudio Smalley, Jamil Torquato, Touane, Fernanda Gonçalves, Liro Nobre, Romi Pereira, Francisco e Thiago Cartaxo, dentre tantos outros.

Por fim, um agradecimento aos meus familiares que, desde sempre, acreditaram no meu potencial e na minha capacidade, são eles meus pais, esposa, irmãos e avós.

*Ao meu Pai, também Geógrafo e Educador, professor Dr. João César Abreu de Oliveira, professor da Universidade Regional do Cariri – URCA/CE e Instituto Federal do Ceará – IFCE, além de pai, amigo, companheiro, confidente, desde que nasci me ensinou um caminho de honestidade, de humildade, compaixão e, acima de tudo, um caminho Geográfico comprometido com a classe trabalhadora. Pai, a você, só me lembro de dois trechos das músicas de Fábio Junior “ninguém vai destruir meus planos” e Roberto Carlos “é preciso saber viver”. **Um muito obrigado por tudo!***

Aos meus irmãos Roberto e Gabriela, pelo apoio, incentivo e conversas em momentos tristes e alegres, por compartilhar angústias e incentivo nas horas mais difíceis.

À minha mãe pelo apoio e incentivo, por ter me colocado no mundo e por ser uma pessoa de bom coração.

Em especial, à minha esposa, Taiane Barros, professora, mulher, amante, amiga, confidente que sempre esteve comigo nas horas difíceis, nos momentos de aflição, de alegria, tristeza, desespero, sempre me apoiando e me guiando na busca da sabedoria e na esperança de dias melhores.

Aos meus avós Maria Stela Abreu e Raimundo Abreu, pelo apoio, carinho e pelos ensinamentos de honestidade, humildade e simplicidade.

Agradeço ainda a Mara Guedes, ex-vereadora da cidade do Crato e militante dos movimentos sociais, pelo apoio, entrevista e compartilhamento de diversas fotografias.

A todos os integrantes dos movimentos de luta por moradia no Crato e das Associações de moradores. Sem vocês nada seria possível, nem mesmo a esperança de um mudo mais justo e melhor.

A todos que contribuíram para realização desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir os movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Crato e o processo de produção do espaço urbano a partir da luta e atuação desses sujeitos sociais. Inicialmente, fizemos um levantamento histórico das principais lutas e movimentos que ocorreram na cidade, em especial nas décadas de 1980 e 1990, quando houve uma efervescência das formas de atuação dos movimentos sociais no Crato. A igreja teve, nesse período, um importante papel na construção e na organização dos movimentos sociais de luta pela moradia na cidade. A ala progressista da Igreja Católica do Crato, inspirada pela Teologia da Libertação, influenciou diretamente na construção das lutas por moradia na cidade; posteriormente, entraram em cena partidos políticos de esquerda, como o PT e o PC do B. Fizemos ainda, uma abordagem teórica sustentando que as ocupações de terra por grupos organizados são um movimento social ou mesmo uma etapa da construção de um movimento social. Abordamos também as associações de moradores, analisando suas ações diante da influência dos grupos políticos locais e da lógica política do Estado. A metodologia utilizada foi baseada numa ampla leitura de referencial teórico e bibliográfico, num estudo de caso e pesquisa participante acerca da atuação dos movimentos sociais na cidade. Utilizamos como processo de investigação científica entrevistas semiestruturada, conversas informais, memórias fotográficas, confecção de mapas e pesquisa de campo. Assim, constata-se que os movimentos sociais de luta pela moradia no Crato são, ora de forma organizada e ativa, ora pontual, uma forma de organização da classe trabalhadora que luta por melhores condições de vida e sobrevivência, corroborando a busca do direito à cidade.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; produção do espaço; luta pela moradia;

ABSTRACT

This paper aims to discuss the social movements struggling for housing in Crato and the process of production of urban space from the fight and action of these movements. Initially we did a historical survey of the major struggles and movements that occurred in the city, especially in the 1970s and 1980s , when there was a ferment of forms of action of social movements in Crato . The church in this period had an important role in the construction and organization of social movements struggling for housing in the city, from the theory of liberation theology , and the progressive wing of the Catholic Church in Crato incisively influenced massively and the struggle for bit in the city , later the leftist political parties , like the PT and PC do B came into play in the organization of social struggles . Still , we did a theoretical approach arguing that residents' associations are a social movement or even a step of building a social movement , but there is dialectically to that, associations are also an appendix of political logic of the state or even groups local politicians interfered , thus the construction of a unified struggle for housing. Thus , it is understood that social movements struggling for housing in Crato , are organized or even factual and circumstantial a form of organization of the working class struggle for better living conditions and survival or in search of the right way to town .

Key-words: urban social movements; production of space; struggle for housing;

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PLANTA DA URBANA DO CRATO DESENHADA POR GEORGE GARDNER NA DÉCADA DE 1930. FONTE: OLIVEIRA (1998).....	64
FIGURA 2: PLANTA DA CIDADE DO CRATO DESENHADA POR PASQUALE PETRONE EM 1938. FONTE: PASQUALE PETRONE (1955).	65
FIGURA 3: PLANTA DA CIDADE DO CRATO EM 1966. FONTE: DOURACY SOARES (1968).....	66
FIGURA 4: CIDADE DO CRATO. FONTE: IBGE. DATA: 1959.....	67
FIGURA 5: CENTRO DA CIDADE DO CRATO NA DÉCADA DE 1950. FONTE: IBGE. DATA 1959.....	70
FIGURA 6: IMAGEM DA ÁREA URBANA DA CIDADE DO CRATO – CEARÁ. FONTE: GOOGLE EARTH. DATA: 30/06/2013.	74
FIGURA 7: 4ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES – CRATO, REALIZADA NO ANO DE 2009. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 21/10/2009.....	87
FIGURA 8: OCUPAÇÃO DE CASAS PELA CLASSE POBRE, PRÓXIMAS ÀS ÁREAS DE DESLIZAMENTO, RIOS OU VALAS DE ESGOTO – SEMINÁRIO. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 02/04/2010.....	137
FIGURA 9: BRASÃO DA PASTORAL DE JUVENTUDE DO MEIO POPULAR (PJMP). FONTE: PADRE IVAN. DATA: 1985.	142
FIGURA 10: CAMINHADA DA PJMP DO CRATO EM DIREÇÃO AO MUNICÍPIO DE BREJO SANTO. FONTE: PADRE IVAN. DATA: 01/05/1987.....	144
FIGURA 11: MISSA CELEBRADA PELO PADRE IVAN NO TERMINO DA PASSEATA. FONTE: PADRE IVAN. DATA: 1985.	146
FIGURA 12: REUNIÃO DA PJMP COM MILITANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA ELABORAR PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES. FONTE: PADRE IVAN. DATA: 1983.....	146
FIGURA 13: ROMARIA DA PJMP NA CIDADE DE MILAGRES. FONTE: PE. IVAN. DATA: 1986.	147
FIGURA 14: PASSEATA NA CIDADE DO CRATO (CSU). FONTE: PE. IVAN. DATA: 1987	148
FIGURA 15: PASSEATA NA CIDADE DO CRATO (CSU). FONTE: PE. IVAN. DATA: 1987	148
FIGURA 16: PASSEATA DA PJMP NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE. FONTE: PADRE IVAN. DATA: 1983.....	149
FIGURA 17: MISSA CELEBRADA NA CIDADE DE BARBALHA NO FINAL DA PASSEATA. FONTE: PADRE IVAN. DATA: 1983.	150
FIGURA 18: TIPIFICAÇÃO DE GRANDE PARCELA DAS MORADIAS NO BAIRRO DO SEMINÁRIO. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 02/04/2010.....	152
FIGURA 19: PERÍMETRO URBANO DO BAIRRO DO SEMINÁRIO. FONTE: GOOGLE EARTH. DATA: 29/06/2013.....	153
FIGURA 20: PASSEATA DA PASTORAL DA JUVENTUDE NO SEMINÁRIO. FONTE: PADRE IVAN. DATA: 1985.....	155
FIGURA 21: ANTIGO CAMPO DO SEMINÁRIO. IMPORTANTE OCUPAÇÃO NOS ANOS 1985. FONTE: GOOGLE EARTH. DATA: 29/06/2013.	156
FIGURA 22: MOMENTO DA OCUPAÇÃO DAS CASAS PELAS FAMÍLIAS. FONTE: MARA GUEDES. DATA: 10/02/1987.....	158
FIGURA 23: MOMENTO DA CHEGADA DO MOVIMENTO AO CONJUNTO HABITACIONAL. FONTE: MARA GUEDES. ANO: 1987.....	159
FIGURA 24: RONDA DA POLÍCIA NO CONJUNTO DURANTE O PERÍODO DE OCUPAÇÃO DAS CASAS. FONTE: MARA GUEDES. ANO: 1987.....	160

FIGURA 25: MOMENTO DA CHEGADA DA POLÍCIA AO LOCAL. FONTE: MARIA MATIAS. DATA: 10/02/1987.....	161
FIGURA 26: POLÍCIA ADENTRANDO NAS RESIDÊNCIAS PARA DESAPROPRIAR AS FAMÍLIAS. FONTE: MARIA MATIAS. DATA: 10/02/1987.....	161
FIGURA 27: POLÍCIA DESCENDO DAS VIATURAS PARA DESAPROPRIAR AS FAMÍLIAS. FONTE: MARIA MATIAS. DATA: 10/02/1987.....	162
FIGURA 28: MOMENTO DE CHEGADA DA POLÍCIA AO LOCAL. FONTE: MARIA MATIAS. DATA: 10/02/1987.....	163
FIGURA 29: REUNIÃO COM ALGUMAS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DO IPEC. FONTE: MARIA MATIAS. DATA: 10/02/1987.....	164
FIGURA 30: MOMENTO EM QUE A POLÍCIA CHEGOU COM VÁRIAS VIATURAS AO IPEC. FONTE: MARA GUEDES. ANO: 1987.....	165
FIGURA 31: PASSEATA DA PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR NA CIDADE DO CRATO. FONTE: PADRE IVAN. DATA: 1983.....	167
FIGURA 32: DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO VITÓRIA NOSSA – SEMINÁRIO. FONTE: GOOGLE EARTH. DATA: 01/01/2014.....	169
FIGURA 33: NOTÍCIA SOBRE OCUPAÇÕES NA CIDADE DO CRATO. FONTE: OLIVEIRA, (1998). GAZETA CARIRIENSE. 1ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1997.....	170
FIGURA 34: PRAÇA DO CONJUNTO VITÓRIA NOSSA. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 29/11/2011.....	172
FIGURA 35: CASAS E PRAÇA CONSTRUÍDA PELO PROJETO PROURB NO PANTANAL. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 09/04/2010.....	176
FIGURA 36: CONJUNTO NOVO HORIZONTE – CRATO – CE. FONTE: GOOGLE EARTH. DATA: 02/02/2014.....	177
FIGURA 37: REUNIÕES DOS OCUPANTES, ALGUNS LÍDERES POLÍTICOS E O PESSOAL DA CEF NA OCUPAÇÃO DO CONJUNTO NOVO HORIZONTE. FONTE: ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO. DATA: 02/12/2010.....	179
FIGURA 38: ÁREAS DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO BAIRRO DO MIRANDÃO. LOTES DE TERRAS QUE CUSTAM CERCA DE R\$ 30.000 A 40.000. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 09/11/2009.....	181
FIGURA 39: LOTEAMENTO CONVIVER NO BAIRRO DO MIRANDÃO. FONTE: GOOGLE EARTH. DATA: 02/05/2014.....	181
FIGURA 40: FAMÍLIAS DA RUA DO CAL NO CENTRO DA CIDADE DO CRATO. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 20/11/2010.....	183
FIGURA 41: SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DO MURITI. FONTE: CÉSAR ABREU (2010).....	188
FIGURA 42: ASSOCIAÇÃO PRÓ-MELHORAMENTO DO BAIRRO DO SEMINÁRIO. REUNIÃO DOS ASSOCIADOS PARA DISCUTIR ALGUNS PROBLEMAS REFERENTES AO BAIRRO E A REALIZAÇÃO DE GRUPOS DE ORAÇÃO. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 30/09/2010.....	189
FIGURA 43: ASSOCIAÇÃO PRÓ-MELHORAMENTO DO BAIRRO SÃO MIGUEL. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 11/04/2010.....	191
FIGURA 44: LIDERANÇAS DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DO TERRENO ATRÁS DO LICEU – SEMINÁRIO. FONTE: CÉSAR ABREU (2010).....	196
FIGURA 45: OCUPAÇÃO ATRÁS DO LICEU HOJE. O TERRENO ESTÁ TOTALMENTE POVOADO. FONTE: GOOGLE EARTH. DATA: 18/02/2014.....	197
FIGURA 46: TERRENO REIVINDICADO PELO MOVIMENTO DOS SEM-TETO PARA DOAÇÃO. FONTE: CÉSAR ABREU. 25/02/2014.....	199
FIGURA 47: MARCHA DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO NO CENTRO DO CRATO. FONTE: MARIA DA PENHA. DATA: 07/09/2013.....	201

FIGURA 48: MARCHA DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO NO CENTRO DO CRATO. FONTE: MARIA DA PENHA. DATA: 07/09/2013.	202
FIGURA 49: MOMENTO DA OCUPAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DO CRATO. FONTE: MARIA DA PENHA. DATA: 29/09/2013.	203
FIGURA 50: MOMENTO EM QUE OS OCUPANTES SEGURAVAM AS VASSOURAS REPRESENTANDO UMA LIMPEZA NA CASA LEGISLATIVA. FONTE: TV VERDES MARES. DATA: 29/09/2013.	204
FIGURA 51: BANDEIRA DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO DO CRATO. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 30/09/2013.	206
FIGURA 52: MOMENTO DE CHEGADA DOS REPRESENTANTES DA PMC PARA NEGOCIAÇÕES COM O MOVIMENTO. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 01/10/2013.	207
FIGURA 53: MOMENTO DA NEGOCIAÇÃO. FONTE: CÉSAR ABREU. DATA: 01/10/2013.	208

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO. FONTE: BACIA ESCOLA DO ARARIPE. APTADO POR CARLOS. DATA: 03/05/2014.	24
MAPA 2: ÁREAS DE INFLUÊNCIA DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI (RMC). FONTE: SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO. DATA: 12/11/2009.	73
MAPA 3: MAPA DAS OCUPAÇÕES ESTUDADAS NA PESQUISA. FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO.	131
MAPA 4: ÁREAS DE HABITAÇÃO SOCIAL DA CIDADE DO CRATO. FONTE: PDM CRATO.....	134
MAPA 5: ATUAÇÃO DO PROURB NO ESTADO DO CEARÁ. FONTE: SECRETÁRIA DE ESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL (SDLR). DATA: 2014.....	175

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO	75
TABELA 2: POPULAÇÃO TOTAL, POR GÊNERO, RURAL/URBANA E TAXA DE URBANIZAÇÃO – CRATO/CE.	75
TABELA 3: RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE – CRATO/CE.	76
TABELA 4: PORCENTAGEM DA RENDA APROPRIADA POR ESTRATOS DA POPULAÇÃO – CRATO/CE. ...	77
TABELA 5: ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO CRATO.	78

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE ANÁLISES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .	112
QUADRO 02: CARACTERÍSTICAS DOS MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL..	116
QUADRO 03: PRINCIPAIS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES URBANOS EM SÃO PAULO (1975-1986).....	118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGB	Associação Brasileira de Geógrafos
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPG	Boletim Paulista de Geografia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB's	Comissões Eclesiásticas de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CIMI	Comissão Indígena Missionária
CNG	Congresso Nacional de Geografia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COHABs	Cooperativas Habitacionais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS/CRATO	Centro de Referência em Assistência Social do Crato
CRAJUBAR	Crato, Juazeiro e Barbalha
CSUB	Confederação Sindical Unitária do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FCP	Fundação da Casa Popular
FEC	Federação das Entidades Comunitárias
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNH	Fundo Nacional de Habitação
FNHIS	Fundo de Habitação de Interesse Social
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INOCOOPs	Institutos de Orientação de Cooperativas Habitacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEC	Instituto de Previdência do Estado do Ceará
LAGEO	Laboratório de Análises Geoambientais
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano
MOTU	Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos
MSC	Movimento dos Sem Casa
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NMS	Novos Movimentos Sociais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDM – Crato	Plano Direto Municipal
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDDU/Crato	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Crato
PIBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PMC	Prefeitura Municipal do Crato
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGG/UFPB	Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PROURB	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RMC	Região Metropolitana do Cariri
SABs	Sociedade Amigos de Bairro
SDLR	Secretária de Desenvolvimento Local e Regional
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
UDF	Universidade do Distrito Federal
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFS	Universidade Federal de Sergipe

ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros
UMMP	União dos Movimentos de Moradia Popular
UNMP	União Nacional de Moradia Popular
URCA	Universidade Regional do Cariri
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 01	33
A CIDADE E O URBANO: da produção do espaço à formação da cidade.	33
1.1 A geografia e o estudo da cidade e do urbano no Brasil.....	34
1.2 A propriedade privada da terra urbana	50
1.3 A cidade e o urbano: algumas abordagens teóricas.	54
1.4 A cidade do Crato: histórico de espacialização da urbe	59
1.5 Políticas habitacionais no Brasil e no Crato	79
CAPÍTULO 02	89
TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	89
2.1 Revisão histórica da organização da classe trabalhadora	90
2.2 Teorias dos movimentos sociais	98
2.3 Os movimentos sociais de luta pela moradia.....	114
2.4 A geografia e os estudos sobre os movimentos sociais	123
CAPÍTULO 03	130
A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA MORADIA NA CIDADE DO CRATO	130
3.1 As contradições urbanas e a luta pela moradia	133
3.2 A Igreja e a formação do movimento de luta pela moradia.....	138
3.3 O Bairro do Seminário e as ocupações de terra	151
3.3.1 O caso do “Campo do Seminário”	154
3.3.2 A ocupação do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC)	157
3.3.3 O conjunto Novo Crato	165
3.3.4 A ocupação do Vitória Nossa.....	168
3.4 O Bairro Pantanal e as ações da associação de moradores	173

3.5 O Conjunto Novo Horizonte e a luta contra a desapropriação	177
3.6 O Bairro do Mirandão e a segregação sócio-espacial.....	180
3.7 O Centro da cidade como espaço de resistência	183
CAPÍTULO 04	184
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA MORADIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DO CRATO.....	185
4.1 As associações de moradores como formas de luta pela moradia	186
4.2 As ocupações de terra e o movimento de luta pela moradia.....	192
4.3 O Movimento dos Sem-Teto do Crato.....	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216
ANEXOS	224

INTRODUÇÃO

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

*Karl Marx
Manuscritos de 1844*

A temática dos movimentos sociais e do espaço urbano, frequentemente discutida nos campos da Geografia, Sociologia, Arquitetura dentre outras ciências, é de fundamental importância ao possibilitar o desvendamento, a compreensão e a análise dos problemas das cidades, bem como dos problemas com os quais, cotidianamente, as sociedades urbanas convivem. Há problemas sociais que se intercalam, sobrepõem-se aparentemente numa imensa diversidade de expressões, mas que, na maioria das vezes, decorrem do sistema vigente, ou seja, remetem ao capitalismo, onde os meios de produção, caracterizando uma sociedade estratificada em classes, produzem um espaço desigual, que exclui, cria distinções e acirramento de conflitos sociais (BOURDIEU, 2007).

Os movimentos sociais urbanos podem contribuir para a conquista de direitos sociais e de espaços efetivos de participação popular. Podem, ainda, contribuir para a mudança da lógica de uso e apropriação do espaço urbano, alterando as leis de uso e ocupação do solo, ou mesmo, a conquista de tarifas diferenciadas para os serviços públicos de uso coletivo. (SANTOS, 2008).

A literatura que aborda o temário dos movimentos sociais urbanos se baseia, na maioria dos casos, em grandes cidades ou regiões metropolitanas. Há, portanto, uma lacuna em pesquisas que foquem esses processos no ambiente social de cidades médias. O referido trabalho possibilitará tratar dos movimentos sociais urbanos em cidades médias, como é o caso da cidade do Crato – Ceará, sendo essa constatação, o motor principal que instigou e

inspirou a discutir a referida temática e pesquisar as questões referentes aos problemas sociais urbanos que ocorrem nas sociedades atuais, como por exemplo, o direito à moradia.

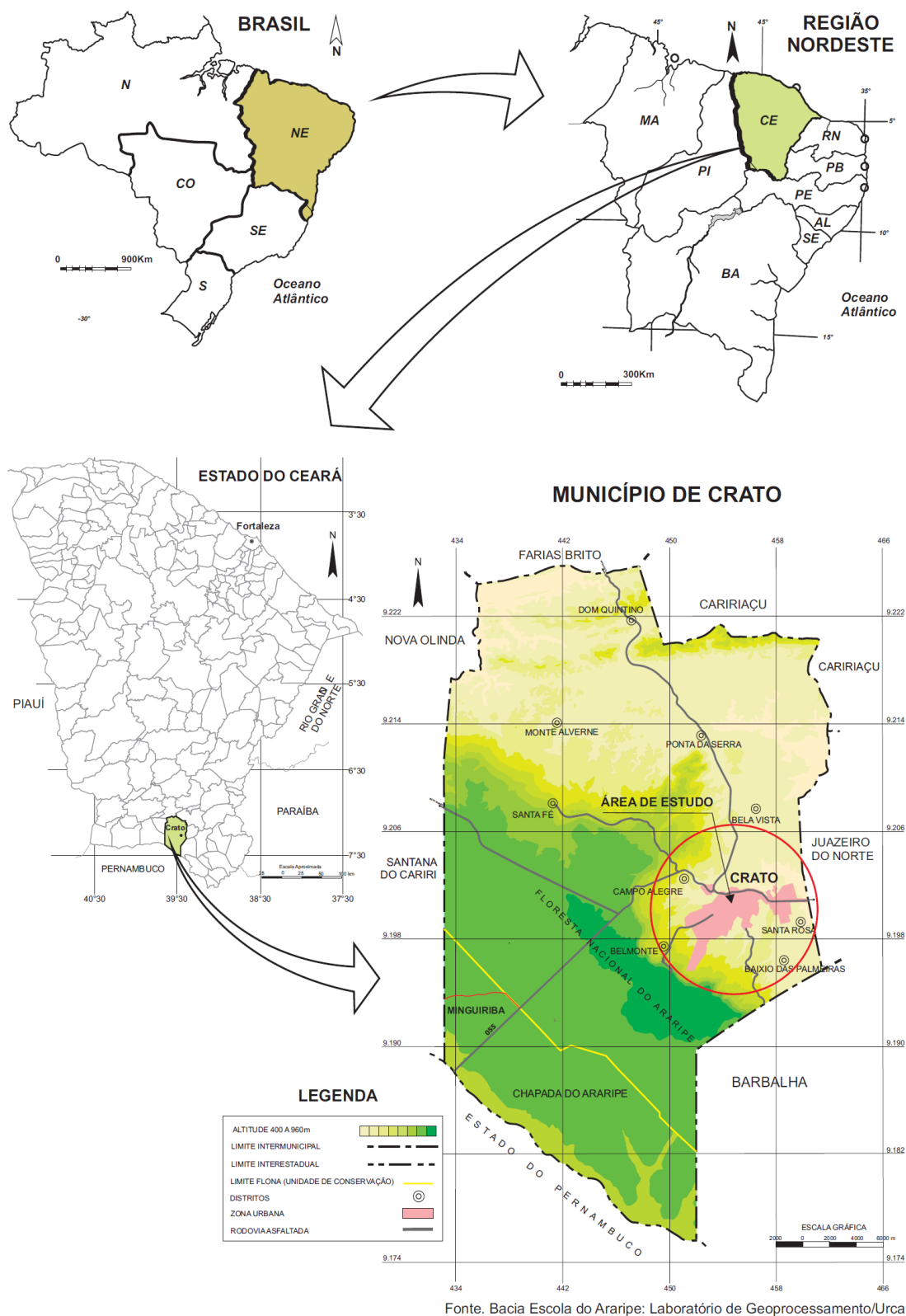
No Crato, não existe nenhum estudo ou produção acadêmica que tenha se debruçado sobre o tema dos movimentos sociais de luta pela moradia, o que, de certa forma, trouxe ao referido trabalho o caráter inédito, pois prioriza a discussão sobre os movimentos sociais de moradia na cidade.

Nesta pesquisa, buscaremos acompanhar os movimentos de luta pela moradia na cidade de Crato-Ceará, através dos processos de ocupação de loteamentos públicos e privados, os quais são geradores de conflitos, principalmente com o Estado ou proprietários de terras urbanas.

O crescimento das cidades é fruto do contínuo processo de migração do campo para a cidade e de cidades pequenas para os grandes centros urbanos. Também da grande concentração de renda, da falta de oportunidade, do desemprego, fatores que contribuem para a proliferação de mazelas sociais e ambientais que dificultam o ordenamento do espaço urbano, gerando problemas complexos e que nos levam a questionar se as cidades brasileiras ainda podem exprimir uma lógica que beneficie todos os habitantes ou classes sociais.

A ênfase aqui abordada será indagar como os sujeitos sociais¹ tentam resolver essas questões, relacionando-as aos movimentos de mobilização e organização social, além de perceber esses agentes como elementos produtores do espaço urbano, que lutam na conquista do direito à moradia e, também, do direito à cidade.

¹ Optou-se por utilizar o termo “sujeito social” em vez de “atores sociais”, compreendendo que os sujeitos sociais são aqueles que produzem um espaço contraditório à ótica do capital e que os atores somente reproduzem o espaço, exprimindo uma ideia de representação.



Mapa 1: Mapa de Localização da Área de Estudo. Fonte: Bacia Escola do Araripe. Adaptado por Carlos. Data: 03/05/2014.

Entende-se que o surgimento dos bairros na cidade do Crato contribuiu para a expansão da cidade com a força interventiva de movimentos de bairros e de movimentos sociais urbanos de luta pela moradia em sentido lato². Tal posição compreende que essas organizações contribuíram para a produção sócio-espacial³ da cidade, forjando a construção de conjuntos habitacionais, pressionando a instalação de equipamentos sociais como delegacias, praças, escolas, postos de saúde, pavimentação de ruas e avenidas, rede de esgoto, iluminação pública, serviço de limpeza e coleta de lixo.

Como hipótese, acredita-se que as ocupações de terras urbanas realizadas por grupos sociais na urbe⁴ podem ser consideradas um movimento social, ou mesmo, uma etapa de construção, mediação e consolidação de um movimento social, principalmente a partir das ações, organizações e dos protagonismos dos grupos sociais em torno da luta pela moradia na cidade.

Assim, a partir desse momento, utilizar-se-á o termo movimento social na cidade do Crato remetendo às ocupações de terras e de conjuntos habitacionais por esses sujeitos, o qual denominar-se-á, movimento social, que será abordado teoricamente mais à frente, quando se propõe pensar o conceito de movimento social ancorado numa abordagem centrada na concepção de Gohn (1991) que entende os movimentos sociais como toda ação coletiva que viabiliza a população se organizar e expressar suas demandas.

Nesse sentido, elencamos algumas iniciativas na trajetória da luta pela moradia na cidade, enfatizando as formas de organização da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), as ocupações dos movimentos de moradia no Seminário. Dentre essas, destacamos a ocupação do IPEC, o Campo do Seminário, o Conjunto Novo Crato e Vitória Nossa; a ocupação de casas no bairro Pantanal também foi emblemática para o entendimento do movimento de luta pela moradia; o bairro Vila Lobo através do Conjunto Novo Horizonte; bem como, o bairro do Mirandão e o seu processo de segregação em virtude do território ter

²Sentido lato no intuito de expressar a importância e a significação dos movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Crato, não como um sujeito a mais no processo, mas como sujeitos que atuam de forma protagonizadora na luta por moradia e na produção do espaço urbano da cidade.

³ Será utilizado ao longo do trabalho o termo sócio-espacial, desconsiderando as normas gramaticais do novo acordo ortográfico, por compreender que a utilização do termo socioespacial não refere-se somente a um acordo ortográfico, mas há um posicionamento político e ideológico de negação do espaço por muito tempo dentro da teoria social. Por isso, adotar-se-á a concepção de Souza (2009, p. 24) que trata da expressão sócio-espacial, onde “existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade)”.

⁴ A palavra urbe aqui será abordada como sinônimo de cidade.

sido ocupado por moradores sem-teto e o Centro da cidade que teve uma parte do espaço apropriado por grupos sociais excluídos, sendo, a todo instante, vitimadas pelo discurso das remoções; a ocupação atrás do colégio Liceu e as promessas de políticas habitacionais; além das ações do Movimento dos Sem-Teto e a ocupação da Câmara dos Vereadores do Crato. Essas são algumas das ações dos movimentos de luta pela moradia que serão estudadas e aprofundadas como objeto de estudo desta investigação científica.

A escolha dessas ocupações, formas de manifestação e organização dos movimentos de moradia no Crato não se deu por acaso, mas a partir de entrevistas e conversas com lideranças e militantes dos movimentos sociais que elencaram as ocupações citadas anteriormente como as mais emblemáticas no sentido expressivo da luta pela moradia na urbe. De certa forma, corre-se o risco de não se dar a devida atenção a outras ocupações que ocorreram no espaço urbano da cidade, tendo em vista a dimensão e o porte do Crato, mas que, de certo modo, estão aqui expostas as ocupações mais significativas em termos de importância no contexto da luta pela moradia.

Com o aprofundamento desta pesquisa, buscaremos situar a realidade local em um dos aspectos das necessidades fundamentais do ser humano: habitação e moradia⁵. O esforço deste trabalho consiste em compreender os movimentos sociais urbanos existentes na cidade do Crato, sua atuação, organização, mobilização e lutas pela conquista do direito à moradia, tendo em vista os bairros da cidade que foram forjados como fruto dessas organizações sociais e, mais amplamente, entender a produção do espaço na formação da cidade.

A importância da realização desta pesquisa se justifica por entender que a cidade também se materializa a partir da dinâmica desses sujeitos sociais, os quais buscam mecanismos para viver com dignidade, alterando, em partes, o *status quo* que é legitimado pela ordem do capital.

O caminho trilhado para estudar os movimentos sociais de luta pela moradia no município em questão não surgiu por acaso, mas a partir de um percurso que foi desenvolvido ao longo de seis anos de estudos na Universidade e na participação de vários movimentos sociais, como o movimento estudantil e o próprio movimento de luta pela moradia.

O desenvolvimento e a busca por um objeto de pesquisa se deu nos anos iniciais da graduação realizada em Geografia na Universidade Regional do Cariri (URCA), quando o

⁵ Há uma diferença terminológica e conceitual do que seria habitação e moradia, sendo a moradia um conceito mais amplo, ligada à conquista de questões para além da habitação enquanto espaço físico, mas a educação, saúde, emprego, renda etc.

autor se debruçou a desenvolver um projeto de pesquisa para concorrer junto ao programa de bolsas de iniciação científica (PIBIC/CNPq).

A busca e compreensão dos movimentos sociais urbanos como objeto de estudo ocorreu a partir do momento em que vivenciou-se uma ocupação de luta pela moradia no bairro em que habitava, na cidade do Crato. Nesse momento, até então, ainda cursava-se o Ensino Médio em uma escola do município, não compreendendo assim, a importância daquele acontecimento, nem o entendimento mais amplo e profundo do que ele representava. Contudo, aquele acontecimento propiciou questionamentos e instigou a imaginação e a curiosidade em relação à condição de vida e o porquê daquelas pessoas estarem condicionadas àquela situação.

Com o ingresso no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Regional do Cariri (URCA), obteve-se a oportunidade de conhecer melhor o mundo acadêmico e entender como o espaço geográfico estava (re)produzido no país e na cidade onde vivia.

Esse melhor entendimento e visão de mundo adquirida durante o curso de Geografia propiciaram o entendimento de alguns questionamentos em relação aos problemas da cidade. Foi a partir do segundo semestre de graduação que houve a possibilidade de elaboração de um projeto de pesquisa sobre a temática da Geografia, e foi nesse exato momento, que veio o ideário de estudar a luta pela moradia no Crato.

A partir de então, o esforço de pesquisa têm se dado no intuito de entender os questionamentos envolvendo a problemática habitacional e a atuação dos movimentos sociais e da luta pela moradia, tendo como foco empírico a cidade do Crato. Foi assim que, no ano de 2009 durante o curso de Geografia, teve-se a oportunidade de participar como bolsista de iniciação científica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa oportunidade propiciou estudar com mais afinco os movimentos sociais e a luta pela moradia na cidade, quando teve-se a oportunidade também de apresentar a pesquisa em diversos encontros e eventos ligados à área de estudo.

A partir de então conheceu diversas pessoas e companheiros de luta que nortearam a aproximação junto à militância dos movimentos sociais, não mais, somente, enquanto pesquisador, mas também como militante e simpatizante das lutas da classe trabalhadora. Nesse momento, o autor filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), onde teve-se várias atuações junto ao movimento estudantil na URCA, integrando à representação estudantil do Centro de Humanidades junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da referida instituição.

Assim, começou-se a participar de diversos movimentos sociais na cidade do Crato, como o movimento estudantil da URCA e diversas lutas dos movimentos de moradia como foram à passeata que organizou juntamente com outras lideranças políticas, percorrendo o centro da cidade até a Prefeitura Municipal do Crato (PMC), reivindicando políticas públicas de habitação no município, além da ocupação da Câmara de Vereadores do Crato que foi ocupada por integrantes do Movimento dos Sem-Teto do Crato no ano de 2013.

Esse momento marcou o amadurecimento teórico e político do autor, possibilitando o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) para cursar o Mestrado Acadêmico de Geografia, que culminou em dar continuidade às pesquisas e estudos desenvolvidos desde o período da graduação. O mestrado foi outro importante momento de enriquecimento e amadurecimento teórico, a realidade de residir na cidade de João Pessoa – Paraíba. Tiveram-se contatos com movimentos sociais de luta pela moradia e professores do Departamento de Geociências da UFPB, o que possibilitou elencar diversos questionamentos e possibilidades teóricas no intuito de aprofundar a compreensão do objeto de estudo proposto.

A experiência durante o mestrado em Geografia da UFPB possibilitou um maior desencadeamento teórico de questionamentos que foram surgindo ao longo dos anos estudados. Esses questionamentos, pelo menos alguns, estão expostos no presente trabalho. De certo modo, será exposto aqui, ao longo do texto, o quadro teórico–metodológico de longos anos de estudos sobre a temática dos movimentos sociais.

Com o aprofundamento dos estudos durante os dois anos em que pesquisamos os movimentos sociais na cidade do Crato, teve-se o ímpeto de publicar os resultados da pesquisa em algumas revistas científicas ligadas a análises dos movimentos sociais, além da participação em eventos nacionais e internacionais ligados ao objeto de estudo aqui tratado.

Esse percurso trilhado corroborou na elaboração do projeto de mestrado nos anos finais do curso de Graduação; sendo aprovado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob orientação do professor Marco Antonio Mitidiero Junior.

O marco do desenvolvimento do referido objeto de pesquisa demonstra o comprometimento com a singularidade e a pluralidade dos movimentos sociais, enxergando-os não como um simples canal de mudança do *status quo*, mas como instrumento legítimo da garantia de direitos universalizantes adquiridos constitucionalmente e de uma práxis

transformadora que objetiva a tentativa de mudança de uma cidade do capital para uma cidade menos desigual, mais humanizada e socialmente igualitária.

A pesquisa de campo desenvolvida ao longo dos estudos sobre os movimentos sociais, principalmente durante o curso de mestrado, esteve enraizada na cidade do Crato – Ceará, lócus investigativo de pesquisa da referida dissertação, além de mestrado sanduíche realizado na Universidade Federal de Sergipe (UFS), ocorrido entre novembro e dezembro de 2013, que possibilitou visualizar a realidade dos movimentos sociais em outro Estado, onde realizou-se análises comparativas entre as realidades dos movimentos sociais de luta pela moradia nas cidades de Aracaju e Crato. Durante o mestrado sanduíche realizado na UFS, foram feitos vários trabalhos de campo observando as realidades de alguns movimentos sociais de moradia na cidade de Aracaju, dentre eles destacamos as visitas realizadas ao Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) e o Movimento dos Sem Casa (MSC) que foram de suma importância no entendimento de como se dão as ações, organização e as dificuldades desses movimentos situados em outra cidade.

O desenvolvimento deste trabalho, inicialmente, foi feito a partir de pesquisas documentais em órgãos públicos ligados à habitação, e no colhimento de diversos documentos de algumas lideranças políticas e dos movimentos sociais, como fotografias antigas de ocupações, atas de associações, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU/Crato), registros do Centro de Referência em Assistência Social do Município (CRAS/CRATO) com o número e quantidades de associações de moradores registradas, pautas de reivindicação do Movimento dos Sem-Teto, dentre outras fontes que foram imprescindíveis para o desenvolvimento do referido trabalho.

O enfoque na cidade do Crato se dá a partir do estudo sobre alguns bairros que foram fruto de processo de ocupação dos movimentos de luta pela moradia, como os bairros Seminário, Mirandão, Alto da Penha, Pantanal, Centro, Vila Lobo. O bairro do Seminário, cabe, aqui mencionar, é onde ocorrem as maiores e mais emblemáticas ações e lutas dos movimentos de moradia na cidade do Crato, desde a década de 1980 até os dias atuais. O Seminário é o maior bairro da cidade do Crato, conta com uma população média de 30.000 habitantes e está subdividido em comunidades no imaginário popular e na concepção dos cidadãos da cidade. Dentro do Seminário há diversas comunidades, sendo elas: Vitória Nossa, Vulcão, Conjunto Novo Crato, Conjunto 10 de Fevereiro, Campo do Seminário, dentre outras. Quer dizer, na planta oficial do município existe somente bairro do Seminário, mas, na concepção popular, o Seminário é constituído por essas comunidades citadas anteriormente,

pois sua criação, se deu em momentos diferentes da história e a partir de lutas dos movimentos de moradia.

Nesses bairros, realizou-se entrevistas com as lideranças das associações de moradores, dos ocupantes de terrenos públicos e privados, lideranças e integrantes do Movimento dos Sem Teto do Crato e moradores que participaram de lutas pelo direito à moradia, além de entrevistas com lideranças políticas que contribuíram e prestaram assessoria aos movimentos sociais. Entrevistou-se, ainda, funcionários da Prefeitura Municipal do Crato, professores da Universidade Regional do Cariri (URCA) e outros importantes sujeitos que fizeram parte da história dos movimentos de luta por moradia na cidade.

As entrevistas, de caráter semiestruturadas, foram desenvolvidas por acreditar ser as que mais contribuem para desvendar os questionamentos oriundos da referida dissertação e que possibilitam entender a dinâmica dos movimentos sociais e sua historicidade ao longo do espaço e do tempo. Essas entrevistas foram realizadas de acordo com a seletividade dos sujeitos que participaram efetivamente na construção ou mesmo na luta dos movimentos de moradia nos bairros da cidade, conforme foi referido acima. Foram realizadas 36 entrevistas dentre eles, líderes comunitários, coordenadores de movimentos sociais, militantes, lideranças de partidos políticos, padres, representantes do poder público municipal, vereadores, professores da Universidade, além de conversas informais que contribuíram na construção da trajetória da luta pela moradia. A escolha desses sujeitos para realização das entrevistas se deu a partir de uma escolha seletiva daqueles que fizeram realmente parte de todo o processo histórico de luta pela moradia na cidade, posteriormente, foram selecionados os que ainda encontravam-se na liderança ou na luta pela moradia ou mesmo aqueles que ainda residiam na cidade.

Além dessas atividades, participou-se de diversos seminários e diálogos entre o poder público e a população cratense em relação aos problemas urbanos e as políticas públicas de habitação no município. Teve, ainda, reuniões com a Gerência da Caixa Econômica Federal (CEF), a partir de ações e projetos sobre programas do Governo Federal para a habitação popular.

Sabe-se da importância dos estudos e pesquisas levantadas de cunho teórico para o desenvolvimento de um trabalho científico. O caminho trilhado a respeito das referências bibliográficas elencadas para o desenvolvimento da dissertação iniciou-se, como mencionado anteriormente, nos anos iniciais da graduação, sendo aprofundadas ao longo do mestrado.

Inicialmente, procurou-se fazer um levantamento histórico dos clássicos que discutem as teorias dos movimentos sociais. Buscaram-se referências nas bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade Regional do Cariri (URCA), da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), além da compra de livros na internet, em livrarias especializadas e na consulta de artigos científicos na internet e no Banco de dados de teses e dissertações da CAPES e de diversas universidades brasileiras.

Essa busca de referencial teórico contribuiu significativamente para o desenvolvimento da base teórica da dissertação, culminando numa maior germinação de conhecimentos que pudesse nortear a referida proposta de investigação.

Em termos de aparato teórico-metodológicos, a referida dissertação teve como aporte teórico de operacionalização um estudo de caso (MATOS & VIEIRA, 2002), além de uma pesquisa participante (DEMO, 1984), onde adentrou-se nas lutas dos movimentos sociais no Crato, no intuito de entender, de perto, a realidade vivida pelos sujeitos sociais e de compreender as dinâmicas internas, as contradições e dissidências da luta pela moradia. Diante dessas discussões, apresentar-se-á como está dividida a referida dissertação.

O primeiro capítulo do referido trabalho aborda o percurso da Geografia urbana, a propriedade privada da terra enquanto locus da contradição do capitalismo, os conceitos de cidade, urbano e a produção do espaço como forma de construção humana e disputas territoriais baseados nas relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Será discutido, ainda, numa perspectiva histórica, o processo de formação da cidade do Crato e sua contextualização atual no modelo de desenvolvimento brasileiro.

O segundo capítulo da dissertação trata das principais correntes e teorias que fundamentam os estudos e pesquisas a respeito dos movimentos sociais, desde os estudos europeus até o caminho teórico percorrido no Brasil, a trajetória de atuação e os conflitos gerados na luta de classe, além da proposta teórica centralizada pela Geografia no entendimento de uma concepção dos movimentos sociais.

O terceiro capítulo enfatiza a trajetória da luta pela moradia na cidade do Crato – Ceará, enfocando as lutas dos trabalhadores pelo direito à cidade e a constante disputa da classe trabalhadora para não ser espoliada da urbe (KOWARICK, 1993). Esse capítulo discute, ainda, sobre a produção do espaço urbano e a luta pela moradia nos dias de hoje, enfocando a cidade dos movimentos sociais.

O quarto e último capítulo apresenta as lutas dos movimentos de moradia na cidade, hoje, suas ações, estratégias e formas de organizações na busca do direito à cidade,

ênfatizando a atuação das associações de moradores e as manifestações do Movimento dos Sem-Teto no Crato, priorizando as passeatas, protestos, embates com a polícia e as ocupações de terras e de prédios públicos.

Dessa forma, o presente trabalho busca compreender os movimentos sociais de luta pela moradia, sua trajetória, conquistas, crises, dissidências, fragmentações, além de entender como a produção da cidade se materializa na ótica desses sujeitos sociais.

CAPÍTULO 01

A CIDADE E O URBANO: da produção do espaço à formação da cidade.

Aqui, todavia, elas ganham outro movimento em direção à compreensão das contradições que a produção do espaço encerra, apontando para um novo modo de expressão das lutas de classe: a luta pelo espaço que se depreende pelos conflitos em torno do direito à cidade;

Ana Fani A. Carlos

No processo de construção e elaboração teórica do referido trabalho, necessitou-se indagar como a Geografia poderia contribuir para os estudos e análises dos movimentos sociais.

Nessa perspectiva, buscou-se entender como os movimentos sociais urbanos, no referido caso, contribuiu para a produção do espaço na cidade, advindo das diversas manifestações e lutas travadas. A proposta de estudo sobre os movimentos sociais se deu a partir de compreender a importância de situar os movimentos sociais como instrumentos produtores do espaço, espaço esse, vale ressaltar, marcado pela imposição do capital e pelas estruturas de poder.

Essa preocupação em entender os movimentos sociais no Brasil e em especial na cidade do Crato foi modelando o nosso olhar para compreender a problemática da falta de habitação, do valor de uso e do valor de troca⁶. O direito à cidade requer pensar a construção de uma “cidade como obra, buscando uma sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2007). Quer dizer, uma cidade onde todos possam usufruir igualmente da obra humana.

Essa busca pela Ágora⁷, como aponta Souza (2006), insere-se na construção de uma cidade mais justa sem as prisões impostas pelo capitalismo. A Ágora postula a busca de uma cidade liberta, democrática e de participação popular.

Este capítulo propõe discutir a trajetória percorrida pela Geografia urbana brasileira enfocando o momento que marcou o surgimento da temática dos movimentos sociais no campo dessa ciência, além do momento de construção e elaboração de um novo modo de pensar os estudos sobre cidade. Posteriormente, será discutido a história da cidade do Crato e

⁶ Para melhor compreender o processo de valor de uso e valor de troca das mercadorias ver Marx, 2006.

⁷ Para mais esclarecimentos sobre a cidade como Ágora, ver Souza (2006).

o processo de espacialização da urbe como marco do surgimento e do delineamento da produção do espaço urbano da cidade, no intuito de entender o processo de produção e reprodução da vida urbana e os principais agentes que contribuíram efetivamente para a produção do espaço urbano da cidade.

1.1 A geografia e o estudo da cidade e do urbano no Brasil

As abordagens sobre os estudos da cidade acompanharam a trajetória das correntes de pensamento que nortearam teoricamente a Geografia enquanto campo do saber. Não queremos aqui tratar de uma abordagem histórica detalhada sobre os primeiros estudos geográficos no Brasil, mas nos interessa entender como se deu os primeiros estudos sobre a cidade e os temas abordados sobre a urbe, não no intuito de classificar ou mesmo espacializar temporalmente o percurso da Geografia urbana, mas de identificar quando os movimentos sociais entram em voga nas abordagens sobre a cidade e quando eles tiveram uma ascensão e importância no campo da Geografia. Essa perspectiva se inscreve no intuito de entender que os movimentos sociais são parte fundamental do processo de produção do espaço, assim, como veremos mais adiante, a temática dos movimentos sociais não fez parte do interesse dos geógrafos nos escritos sobre a cidade por um longo período.

Os estudos sobre a cidade e o urbano são recentes, tendo em vista, principalmente, o pouco tempo de vida que a Geografia tem enquanto ciência. No caso da Geografia urbana brasileira, Abreu (1994) aponta para a atenção de ser um tema muito recente sobre as abordagens e estudos dos geógrafos brasileiros sobre a cidade.

Ao analisar a evolução do pensamento geográfico mundial após a institucionalização da geografia como disciplina universitária, por volta de 1870, nota-se, com certo espanto, que a cidade é um tema de atenção relativamente recente dos geógrafos. Com efeito, embora Ratzel lhe tenha dedicado diversos capítulos da segunda parte da *Anthropogeographie*, é somente a partir da década de 20, quase trinta anos depois do aparecimento dessa obra (Ratzel, 1891), que a cidade passa a ser um objeto sistemático de investigação da geografia. No Brasil, serão necessários ainda mais quinze anos para que o mesmo possa vir a acontecer (ABREU, 1994, p. 201).

Na perspectiva ratzeliana, a cidade era entendida como expressão de localização. Para o autor, a cidade tinha um importante papel na localização geográfica em relação a outros elementos, sendo assim, caracterizada pela ideia de posição e localização. Para Ratzel a cidade era definida como “uma reunião durável de homens e de habitações humanas que

cobre uma grande superfície e se encontra no cruzamento de grandes vias comerciais” (RATZEL, 1891 apud ABREU, 1994, p. 201). Assim, tendo sua primeira abordagem por parte de geógrafos, a cidade foi sendo conduzida a ser um tema bastante discutido no meio acadêmico pela Geografia. Posteriormente a isso, Ratzel escreveu, ainda, toda a quarta parte do livro “Politische Geographie” dedicada aos estudos urbanos.

A importância de tratar os estudos sobre a cidade desde seu nascedouro se dá devido à negligência ou desinteresse dos estudos na Geografia e de como era visto a cidade no passado, tendo em sua expressão máxima a concepção de cidade baseada na localização e na naturalização, o que marcou os primeiros trabalhos nessa área.

Na França, os estudos sobre a cidade e o urbano também ganharam importância, principalmente a partir dos discípulos de Paul Vidal de La Blache que escreveram largamente sobre a cidade. O principal difusor das abordagens sobre a cidade foi Jean Brunhes que definiu a cidade como “fatos da ocupação improdutiva do solo”, como “uma espécie de organismo vivo ao qual se aplicam os métodos comparativos das ciências da observação” (BRUNHES, 1912 apud ABREU, 1994, p. 203).

As investigações sobre a cidade na Geografia clássica tiveram como apontamento a naturalização do espaço urbano, sendo essa, vista como um organismo ou mesmo uma comunidade, como aponta as abordagens dos discípulos de La Blache, dentre eles Jean Brunhes, Pierre Deffontaines (2004) e Pasquale Petrone (1994).

A construção teórica dos primeiros estudos geográficos sobre a cidade, teve origem na escola francesa e alemã, os estudos urbanos como qualquer outra temática discutida no campo da Geografia naquele período, teve como postulado uma matriz teórica e metodológica ancorada no positivismo clássico⁸ e no determinismo ambiental. Essas perspectivas nortearam grande parte da produção geográfica naquele período, tendo como postulado a neutralidade científica do conhecimento, a naturalização dos fatos sociais, além da teorização de leis gerais que determinavam o funcionamento do espaço.

Para Moreira (2009) nesse momento há uma “operação metodológica-discursiva simples na Geografia: descreve-se primeiro a natureza, depois a população e por fim a economia. Sempre nessa ordem”. Esse enquadramento, que Moreira (2009) chama de esquema N-H-E (Natureza, Homem, Economia) foi o motor propulsor dos estudos de Geografia no campo do positivismo clássico.

⁸ Para Löwi, (1994, p. 18), “o positivismo surge, em fins do século XVIII – princípio do século XIX, como uma utopia crítico-revolucionária da burguesia antiabsolutista, para tornar-se, no decorrer do século XIX, até os nossos dias, uma ideologia conservadora identificada com a ordem (industrial/burguesa)”.

A essência do pensamento positivista é a redução dos fenômenos a um conteúdo físico e a um encadeamento, que faz as ciências interagirem ao redor desse conteúdo físico ao passo que seus conhecimentos em diferentes campos de objetos e métodos específicos (MOREIRA, 2009, p. 27).

De acordo com Antonio Carlos Roberto de Moraes (1987, p. 90), outra manifestação da corrente positivista enraizada no seio da Geografia está descrita da seguinte maneira:

Outra manifestação da filiação positivista, também traduzida numa máxima geográfica, é a ideia da existência de um único método de interpretação, comum a todas as ciências, isto é, a não aceitação da diferença de qualidade entre o domínio das ciências humanas e das ciências naturais.

O grande problema do encadeamento positivista ao estudo da Geografia foi o reducionismo metodológico aos aspectos descritivos, tratando a natureza como elemento fundante da construção do espaço, bem como o determinismo geográfico, de enquadrar o meio como centralizador dos discursos.

Na década de 1930 fundam-se as primeiras Universidades no Brasil, a Universidade do Distrito Federal (UDF)⁹ e a Universidade de São Paulo (USP). Essas vão dar início aos primeiros cursos de Geografia no âmbito acadêmico, tendo na escola francesa sua principal influência. É a partir daí que surgem os primeiros estudos brasileiros sobre a cidade. Dentre os geógrafos que foram convidados para participar da criação dos cursos superiores de Geografia no Brasil ou mesmo da fundação das Universidades brasileiras, destacam-se Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Albert Demageon, dentre outros.

Dentre os primeiros trabalhos de Geografia urbana no Brasil, pode-se destacar a obra de Pierre Monbeig, intitulada “O Estudo Geográfico das Cidades”, publicada em 1941, uma das mais importantes, de cunho teórico e metodológico, que orientou e norteou os estudos sobre a urbe por bastante tempo. Existiram outros estudos anteriores ao de Monbeig, mas, de antemão, não tiveram tanta repercussão ou, mesmo, influência na abordagem geográfica sobre a cidade. Dentre os estudos realizados anteriormente, cita-se os trabalhos de Aroldo de Azevedo, Caio Prado Junior, Pierre Deffontaines, dentre outros.

As abordagens sobre a cidade tinham como postulado perspectivas ancoradas nas monografias regionais sobre o espaço urbano. Essa metodologia de estudo sobre a cidade mais tarde foi denominada de “monografias urbanas”, tendo como base a estrutura classificatória de dividir os aspectos naturais, econômicos e sociais para posteriormente

⁹ O Distrito Federal nesse período localizava-se na cidade do Rio de Janeiro.

sintetizá-los. As chamadas monografias regionais tinham como tema a localização, posição, situação, além do tamanho e da área de influência das cidades.

E que segmentos seriam esses? Eles eram basicamente seis: o *sítio*, a *posição*, a *evolução histórica*, a *fisionomia e estrutura*, as *funções urbanas* e o *raio de ação da cidade*. Antes de comentá-los, é necessário alertar, entretanto, para o fato de que o esquema apresentado por Monbeig nada tinha de original, já que as monografias urbanas vinham sendo elaboradas na França há quase quarenta anos (Vacher, 1904) e seguiam sempre o mesmo modelo que, aliás, já havia sido sistematizado anteriormente, por Blanchard (1922). Philippe Arbos, por sua vez, ao dar uma aula de geografia urbana na UUF, em 1937, também havia proposto esquema semelhante (Arbos, 1946). (ABREU, 1994, p.208).

As monografias urbanas trabalhadas no Brasil tinham a mesma composição e característica dos estudos sobre a cidade na França, principalmente devido à influência lablacheana na Geografia brasileira. O pioneirismo de Monbeig sobre os estudos da cidade se dá porque é esse geógrafo, o primeiro a discutir metodologicamente uma abordagem do espaço urbano no Brasil, tendo, assim, contribuído largamente para as primeiras monografias urbanas – regionais elaboradas no país.

Outro importante momento que marcou as abordagens sobre a cidade no campo da Geografia foi a disputa ideológica entre a ecologia humana da Escola de Chicago e as monografias regionais da escola francesa.

Há indícios que apontam para um elemento da disputa teórico-metodológica na discussão que se realiza sobre a cidade nos meios universitários brasileiros (sobretudo paulistas) por volta de 1940. De um lado, Monbeig (ligado à USP) defende a monografia urbana. De outro, a ecologia humana tenta penetrar no país, propondo uma abordagem nova, processual. Seu grande arauto era Donald Pierson, que, desde fins de 1939, também estava em São Paulo e, tal qual Monbeig, também estava "treinando jovens pesquisadores", só que na Escola Livre de Sociologia e Política (Pierson, 1948) (ABREU, 1994, p. 211).

A ecologia humana da Escola de Chicago tinha na pessoa de Robert Erza Park um dos seus principais difusores. Este enxergava a cidade como um organismo, um ente natural que funcionava a partir de leis naturais. A escola norte-americana tinha como postulado as concepções que os meios naturais deviam estar equilibrados com os fatos sociais, dando à cidade uma compreensão de equilíbrio, tendo sua principal contribuição na sociologia urbana da Universidade de Chicago. Esse posicionamento ganhou vitalidade por todo o mundo, chegando até o Brasil, como aponta Abreu (1994), a partir da inserção de Donald Pierson, quando ministrou aulas na escola de Sociologia da Universidade de São Paulo.

Para Robert Erza Park a cidade era definida como:

[...] a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos — tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (PARK, 1976, p. 26).

Dessa forma, a cidade na ecologia humana, como aponta Robert Erza Park, era mais do que um amontoado de edificações ou mesmo um conjunto de indivíduos, mas um ser, um ente natural, produto da natureza e composto pela natureza humana. Park (1976, p. 27) crítica ainda a concepção de cidade enquanto ideário de localização e posição geográfica, para o autor “a cidade tem sido estudada segundo o ponto de vista de sua geografia, e ainda mais recentemente”, ou seja, “a cidade não é apenas uma unidade geográfica e ecológica; ao mesmo tempo, é uma unidade econômica”. Em outras palavras, para Park a cidade não deve ser pensada apenas como sítio geográfico ou instrumento de localização, mas a partir de estruturas de cunho econômico, natural e social.

Robert Erza Park (1976, p. 26) enfatiza, ainda, o papel da Escola de Chicago e a diferencia de outras concepções teóricas da ecologia, “à ciência que procura isolar estes fatores, e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças, chamamos Ecologia Humana, que se distingue da Ecologia dos animais e plantas”. Para Mark Gottdiener (1997), a Escola de Chicago, partindo das suas concepções mais antigas, tentou vincular as formas de comunidade aos processos de organização social, demonstrando, assim, o ideário de comunidade e de equilíbrio nos processos sociais de estruturação urbana.

Ainda, de acordo com Gottdiener (1997, p. 36), as três principais ciências que se debruçaram nos estudos sobre a cidade tinham algo em comum:

Além disso, a analogia biológica, que se tornou a base da teorização ecológica, também foi transposta para a sociologia, a economia e a geografia urbanas. Ou seja, essas três áreas possuem uma base comum numa dependência teórica, embora não exclusiva, da ecologia humana.

Gottdiener (1997) divide, também, a Escola de Chicago em dois grandes momentos, o primeiro momento, que foi anterior a 2ª Guerra Mundial, por volta de 1920, e, o segundo, que

seria o período pós-guerra. Dentre os teóricos do primeiro período da ecologia humana destacam-se Robert Erza Park, Ernest W Burgess e Roderick D. Mekenzie.

Esse primeiro momento da ecologia humana da escola norte-americana teve como substrato a discussão em torno das questões teóricas e metodológicas sobre os processos de formação e localização das cidades, suas funções, a distribuição da população, dando ênfase aos padrões espaciais. Quer dizer, nesse primeiro momento da Escola de Chicago:

[...] havia um claro entendimento de que a pesquisa concreta da cidade revelaria a ação organizada de princípios formais de comportamento humano. Isso significava que os padrões urbanos deveriam ser explicados pelo que Park denominou de natureza humana (GOTTDIENER, 1997, p. 37).

Resumidamente, o primeiro momento da Escola de Chicago, como trata Gottdiener (1997, p. 39), teve como eixo central uma discussão teórica ancorada em três grandes perspectivas:

[...] a primeira Escola de Chicago colocou três asserções teóricas: a eficácia da analogia biológica, o emprego de princípios darwinianos sociais para explicar o comportamento humano e a relegação de valores simbólicos ao campo da psicologia social por serem secundários par o primado da competição.

Já o segundo momento da ecologia humana da Escola de Chicago, o período pós-guerra, teve sua produção ancorada na obra “human ecologt” de Amos H. Hawley, sendo este, o principal difusor do segundo momento da teoria urbana da Escola de Chicago. Para Hawley, a cidade deve ser estruturada da interação entre os organismos biológicos a partir de uma análise sócio-estrutural do crescimento e do desenvolvimento urbano (GOTTDIENER, 1997).

A abordagem de Hawley se preocupava em explicar a origem e desenvolvimento do espaço de assentamento da comunidade através da ação de forças biogênicas abstratas, internas à própria comunidade. A sua, portanto, é uma análise horizontal, que se vê na organização espacial urbana uma emanção do centro da cidade (GOTTDIENER, 1997, p. 46).

Assim, a perspectiva teórica de Hawley tinha na adaptação ecológica sua fundamentação básica para a estruturação da forma urbana e do crescimento territorial da cidade. Essa postura marcou o fracasso e o surgimento de críticas em relação à obra de Hawley, como a ideia da não incorporação dos conflitos sociais, dos interesses que atuam no espaço e a produção do desenvolvimento desigual e combinado de estruturação do espaço urbano.

No Brasil, as propostas teóricas de Donald Pierson tiveram influência direta da teoria norte-americana da Escola de Chicago e marcaram o antagonismo de duas correntes de estudo da cidade no país, como mencionado anteriormente. De acordo com Maurício de Almeida Abreu (1994, p. 213), a cidade no pensamento de Pierson “era um “ser natural”, ela, por definição, poderia ser estudada segundo o método das ciências da natureza e investigada com o objetivo da busca de suas leis”, confirmando, assim, a abordagem naturalista e darwinista da ecologia humana.

[...] a proposta da ecologia humana era demasiadamente contraditória para o modelo de geografia que se implantava no Brasil no final da década de 30. Por isso, apesar de atraente, ela foi desconsiderada pelos geógrafos. Quando os termos da equação se inverteram quarenta anos mais tarde, quando a busca do geral e do constante passou a tomar o lugar do particular e do único, ela foi, entretanto resgatada do esquecimento e fez a sua estreia na geografia urbana brasileira. Sobre isso falaremos adiante¹⁰

Até então, a discussão da Geografia urbana brasileira esteve centrada nos estudos ligados à morfologia, à forma, à função e a estruturas da cidade. Nada se discutia, até aquele momento, sobre as forças produtivas do capital na construção do espaço urbano, sobre o processo de produção e reprodução da urbe e tão pouco, sobre os movimentos sociais urbanos, objeto de nossa investigação. Quer dizer, a Geografia clássica ou tradicional, não tinha na preocupação central de suas discussões os processos estruturantes e determinantes da formação espacial e territorial da cidade, ou seja, a cidade era vista somente a partir das monografias regionais, onde os sistemas urbanos tinham influência direta na ação da natureza ou a partir da ecologia humana da Escola de Chicago.

O processo de uso e ocupação do solo urbano ou dos padrões de uso da terra urbana pouco foi discutido e, quando isso foi feito, foi abordado numa perspectiva naturalista e determinista. A Escola de Chicago deu alguns passos nesse sentido, enxergando os padrões de uso da terra a partir de processos ecológicos generalizados que dividia o uso da terra a partir de suas funções.

Assim, Mckenzie, como Park, explicava a distribuição espacial da cidade numa formulação ecológica mais desenvolvida. Convertia as forças ecológicas, que eram funções da posição, numa teoria da localização espacial derivada da competição biogênica pela terra (GOTTDIENER, 1997, p. 40).

¹⁰ *Ibidem.*

No caso da Geografia, por volta de 1930 e 1950 tem-se a fundação da Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), o Congresso Nacional de Geografia (CNG) e o Boletim Paulista de Geografia (BPG), que tiveram uma grande importância na estruturação dos estudos sobre a cidade no Brasil. As assembleias gerais da AGB tiveram uma centralização importante sobre o estudo da cidade no Brasil, principalmente devido aos trabalhos de campo realizado pelos estudantes da UNB e USP que realizaram várias monografias urbano-regionais como resultado dessas práticas de campo.

Na década de 1950, os trabalhos dos geógrafos sobre a cidade estiveram centrados na elaboração dessas monografias, como afirmamos anteriormente, a partir de perspectivas naturalistas da cidade, dividindo ou mesmo fracionando o espaço urbano nos quesitos natureza, sociedade e economia. As assembleias gerais da AGB dividiam-se em segmentos ou setores da Geografia, tendo uma parte dedicada aos estudos urbanos, outra ligada aos temas agrários etc.

No caso da equipe urbana, o trabalho de campo era geralmente realizado na própria cidade, e a divisão de tarefas seguia as determinações especificadas por Monbeig, com os integrantes se estruturando em grupos de estudo de "sítio e posição", "evolução histórica", "funções urbanas", "raio de ação da cidade" etc (ABREU, 1994, p. 221).

Essa era, de maneira geral, como as monografias urbanas eram desenvolvidas, tendo como base, principalmente, a obra de Pierre Monbeig, sobre os procedimentos metodológicos de estudo da cidade.

No Crato, por exemplo, Pasquale Petrone (1955) elaborou um estudo sobre a dimensão urbana da cidade a partir das áreas de influência da região do Cariri. Em sua proposta, Petrone aponta a cidade do Crato, como capital da região do Cariri, devido à forte influência da urbe para com os municípios circunvizinhos.

O estudo de Petrone (1955) sobre esse município além de descrever as áreas urbanas ou mesmo os processos de formação e desenvolvimento, elaborou, ainda, plantas urbanas da cidade destacando o papel importante do centro urbano do Crato no contexto da cidade (FIGURA 05). Esse estudo, juntamente com os demais desenvolvidos no Brasil, configuraram o desenvolvimento e a elaboração teórico-metodológica das monografias urbana-regionais como o principal instrumento de abordagem da cidade no país.

A partir da década de 1950, configura-se uma mudança de ordem teórica e metodológica acerca dos estudos sobre a cidade no Brasil, passando a traçar abordagens sobre o papel das centralidades, das redes e das áreas de influência das cidades. A obra de Corrêa

(1989) sobre as redes, hierarquias e hinterlândias mostra como se deu o processo de declínio das monografias urbano-regionais no estudo da Geografia brasileira, dando ênfase, assim, aos estudos sobre o espaço intraurbano e o processo de metropolização.

O que é importante destacar, no entanto, é que gradualmente a atenção dos geógrafos também se deslocou para o estudo da organização interna e da dinâmica de estruturação do espaço metropolitano, que se transformou então em palco de investigação igualmente privilegiado da geografia. (ABREU, 1994, p. 229).

Outro importante momento na construção da Geografia urbana brasileira foi à inserção da matriz teórica neopositivista aos estudos da cidade. A revolução quantitativa na Geografia brasileira propunha uma nova forma de pensar essa ciência, principalmente a partir da inserção da matemática nos estudos geográficos. O paradigma teórico-quantitativo enxergava a cidade a partir de padrões matemáticos.

A realidade do pós-guerra e a ideia de planejamento estatal tomou conta das correntes de pensamento da literatura sobre os estudos urbanos, partindo do pressuposto de que a cidade deveria ser uma cidade planejada, criada e modulada para atender aos interesses estatais. Esse período, datado por volta da década de 1960, teve no contexto político da época, marcado pela ditadura militar uma proposta de acumulação capitalista dos países periféricos sem precedentes, tendo em vista o contexto internacional marcado por uma série de ditaduras e a repressão norte-americana contra o estado comunista, liderado, na época, pelo bloco socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Com o desenvolvimento do capitalismo imperialista norte-americano surgiu a renovação da Geografia Tradicional, principalmente devido às crises decorrentes dos processos de expansão e mundialização do capital. Durante esse período, de acordo com o pensamento de Moreira (1988, p.42) surge a “ruptura com a proposta teórico-metodológica do funcionalismo-positivista e novo casamento: a base neopositivista (positivismo lógico ou filosofia analítica)”.

A Geografia passa a ser interpretada a partir dos modelos matemáticos, enraizados no método quantitativo, teoria dos sistemas e a teoria dos modelos. Esse processo culminou no surgimento da “New Geography”, Geografia Quantitativa ou mesmo Geografia Teorética.

A renovação da Geografia nesse momento estava condicionada aos modelos explicativos dedutivos matemáticos. O rompimento com a Geografia Tradicional, segundo Moraes (2000), dá-se no âmbito do caráter não prático da Geografia. Nesse período, surge a ideia de intervenção a partir do planejamento estratégico alinhado ao capital.

O planejamento aparece como uma nova técnica que induz o geógrafo ao campo do conhecimento, principalmente ligado às questões urbanas e ao desenvolvimento da industrialização e urbanização nos países do mundo. É nesse momento que a Geografia urbana brasileira surge com força, a partir do planejamento urbano e estratégico de pensar as cidades numa perspectiva voltada aos interesses das classes dominantes.

Para Lacoste (2008) a Geografia surgiu a partir dos interesses das classes dominantes, e nesse período a estratégia principal era alinhar o conhecimento geográfico aos interesses do desenvolvimento do capital industrial que assolava o desenvolvimento dos países. Conforme Moraes (1987, p. 105), o pensamento geográfico da Geografia Pragmática se incube a “uma continuidade, dada por seu conteúdo de classe – instrumentos práticos e ideológicos da burguesia”.

A geografia Quantitativa cria um conjunto de técnicas que se alinha a serviço do capital, principalmente das forças produtivas, torna-se um aparelho do Estado capitalista para dominação e controle das classes abastardas.

A Geografia Pragmática desenvolve uma tecnologia de intervenção na realidade. Esta é uma arma de dominação, para os detentores do Estado. Em si mesma, é apenas um acervo de técnicas, que se transforma em ideologia, ao tentar dissimular seu componente e sua eficácia política, ao se propor como processo neutro e puramente “objetivo” (MORAES, 1987, p. 108).

A corrente da Geografia Quantitativa corresponde a um estágio de desenvolvimento da história do pensamento geográfico que reduz o campo e objeto da Geografia à perspectiva matemática, tornando a realidade cada vez mais distante e abstrata. “Seus autores empobrecem a Geografia, ao conceber as múltiplas relações entre os elementos da paisagem, como relações matemáticas, meramente quantitativas” (MORAES, 1987, p. 110).

Nesse momento a Geografia brasileira teve uma aproximação muito intensa com os economistas, principalmente a partir dessa nova vertente de estudos matemáticos na ciência geográfica. Economistas recém-chegados, como John Friedmann, um dos principais difusores da revolução quantitativa no Brasil, tendo sido convidado para prestar assessoria ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desenvolveu muito bem a proposta de uma teoria quantitativa no Brasil, influenciando diretamente os estudos geográficos. Outros teóricos da corrente quantitativa que estiveram no Brasil influenciaram também a Geografia, a partir das discussões sobre planejamento estratégico no desenvolvimento da Geografia teórica, dentre eles, cita-se John P. Cole e Brian Berry (ABREU, 1994).

O tratamento convencional da economia e geografia urbanas, que emergiu a partir da Segunda Guerra Mundial, adota como conceitos organizadores certas regularidades estatísticas no tocante ao tamanho da cidade, função e organização espacial que foram observados durante muitos anos. Inclui a teoria do lugar central de Walter Christaller, proposta pela primeira vez em 1933, a regram da ordem-tamanho de George Zipf, apresentada em 1949, e a relação de densidade exponencial negativa de Colin Clark, exposta por volta de 1950 (GOTTDIENER, 1997, p. 50).

Os geógrafos brasileiros que mais discutiram a cidade nesse período são Pedro Pinchas Geiger e Fani Davidovich¹¹. Os temas abordados na Geografia urbana nesse período foram marcados pela discussão acerca das redes e hinterlândias, polos de crescimento, centro e centralidades urbanas, fluxos interurbanos e inter-regionais (CORRÊA, 1989).

Há ainda a difusão teórica e conceitual da concepção de centro e centralidade urbana de Walter Chinstaller, ancorado na perspectiva de Von Thunen. A concepção teórica de Chinstaller desenvolveu um padrão de rede e centralidade urbana ancorada em padrões imutáveis e fixos que regiam a hierarquia das redes urbanas.

Como aponta Abreu (1994), a Geografia neopositivista que surgia no Brasil tinha como fundamento, no estudo intraurbano da cidade, a incorporação de padrões espaciais.

Independente desses questionamentos, não há dúvida de que tipo de trabalho passou a ser realizado pelos geógrafos a respeito da cidade modificou-se sobremaneira na década de 70. Amparados por bases teóricas novas - o que os diferenciava do trabalho geográfico tradicional, de cunho essencialmente empirista, esses profissionais pretenderam, com seus estudos, apontar os mais variados padrões de distribuição de fenômenos no espaço urbano, revelando não apenas as configurações visíveis da cidade, como também uma série de outras dimensões do urbano que não poderiam ser observadas, nem a olho nu, nem por superposição de mapas. Pretenderam também, em muitos casos, oferecer "subsídios ao planejamento" (ABREU, 1994, p. 239)

Sem dúvida, o trabalho de Fani Davidovich e Pedro Pinchas Geiger (1961) demonstra como se deu a proposta de trabalho da Geografia urbana brasileira, inicialmente questionando o processo de conceituação do que seria uma cidade no Brasil e, posteriormente, discutindo os fatores de metropolização urbana e das redes e centralidades urbanas. Essa abordagem, sem dúvida, elucidou muito bem o papel estratégico que a Geografia urbana tinha no planejamento estatal, dando significado, assim, para a produção e reprodução ampliada do capitalismo nos países periféricos. Cabe mencionar, ainda, a grande quantidade de dados e tabelas com

¹¹ Para mais esclarecimentos sobre a produção desses autores sobre os estudos da cidade no Brasil, ver Davidovich e Geiger (1961).

numerações e projeções matemáticas produzida nesse período sobre os aspectos intraurbanos e interurbanos e regionais das urbes.

Entretanto, por volta da década de 1970 o próprio Harvey, um dos expoentes da Geografia teórica-quantitativa ou “New Geography” traça uma crítica à abordagem neopositivista, destacando a incoerência de pensar o espaço urbano a partir das reduções matemáticas. Conforme Abreu (1994, p. 244), Harvey destaca que:

Para Harvey, o paradigma neopositivista estava, àquela época (início dos anos 70), pronto para ser superado. E isto, devia-se à sua incapacidade de dar resposta, de explicar as transformações que então afetavam a sociedade. Com efeito, apesar do enorme esforço empreendido no nível teórico e metodológico, a geografia neopositivista mostrava-se incapaz de dizer qualquer coisa relevante sobre essas transformações.

Até então, a Geografia urbana brasileira encontrava-se centrada na discussão das configurações espaciais da cidade, deixando, assim, a ideia de classe ou mesmo os conflitos sociais urbanos de lado das abordagens teóricas dessa ciência. Ou seja, os movimentos sociais não tinham entrado em cena nas discussões da Geografia urbana no Brasil, deixando a cargo de outras ciências, como a Sociologia, o papel de entender as classes sociais e os sujeitos sociais.

Na década de 1960, quando se instalou a ditadura militar no Brasil, diversos movimentos sociais travaram uma oposição geral e uniforme contra a proposta política do país, marcada pelo autoritarismo, pelo suprimimento da liberdade de expressão, pelas perseguições, torturas e exílios que culminaram em táticas ofensivas dos militares durante o regime ditatorial. Esses movimentos sociais criaram uma ofensiva contra o modelo político e de desenvolvimento do Brasil, acirrando, assim, os conflitos sociais nas cidades e no campo. O maio francês de 1968, onde surgiram diversos movimentos sociais renovados, como o ecológico, o negro, homoafetivo, de minorias, feminista etc., deu um novo impulso à proposta teórica de estudos da cidade. E esses movimentos tiveram no espaço urbano seu ápice, tendo a cidade como espaço de contestação de suas reivindicações.

Os trabalhos de Manuel Castells (2009) – “A questão urbana”, Jean Lojkin (1981) – “O estado capitalista e a questão urbana” e David Harvey (1980, 2004), “A justiça social e a cidade”, marcaram o momento de renovação dessa nova forma de pensar a cidade, ancorados principalmente no materialismo histórico e dialético herdado de Marx. Essa nova postura política e ideológica de pensar o espaço urbano teve como substrato uma crítica ao

neopositivismo e sua forma de enxergar a urbe, reconfigurando assim, os reais processos espaciais de desenvolvimento e estruturação da cidade.

Para Moraes (1987, p. 112), a perspectiva marxista influenciou:

[...] os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.

Essa Geografia faz severas críticas ao empirismo acadêmico, à neutralidade científica do positivismo, às descrições, ao apego às velhas teorias, às concepções matemáticas e quantitativas de reduzir os fenômenos sociais a meros modelos e sistemas lógicos (MORAES, 1987).

Nessa corrente teórica temos como destaque a figura de autores que tiveram uma contribuição significativa na produção da Geografia Crítica, destacamos a importância de Yves Lacoste, Milton Santos, Pierre George, B. Kayser, David Harvey, dentre outros.

O método do materialismo-histórico-dialético desencadeou o fundamento filosófico de sustentação da Geografia Crítica, pensando as contradições sócio-espaciais numa perspectiva dialética, politizando o conhecimento científico para ser utilizado como arma e instrumento de combate as injustiças e mazelas sociais criadas pela estratificação social causada pelo sistema capitalista de produção.

O conhecimento geográfico passou a servir aos estudos que pudessem contribuir para a emancipação da classe oprimida. Nesse momento, surgiram perspectivas de estudos dos movimentos sociais, das lutas do campo, das contradições do sistema capitalista de produção, da relação capital x trabalho, dentre outras temáticas que colocavam em xeque o antagonismo das classes sociais.

Nesse sentido, em termos de método, o trabalho aqui proposto trata de enxergar os movimentos sociais urbanos e a luta pela moradia no Crato a partir de um viés embasado filosoficamente no materialismo-histórico-dialético, buscando analisar e compreender as contradições elencadas pelo sistema capitalista de produção, através de sua ideologia e lutas de classe que perpetuam na produção sócio-espacial das relações de produção e reprodução da vida social.

A temática dos movimentos sociais urbanos de luta pela moradia ganhou vitalidade nesse período, fazendo parte da literatura geográfica sobre a cidade, tendo um importante papel na construção teórica sobre a cidade. Autores como Arlete Moyses Rodrigues, Marcelo

Lopes de Souza, Regina Bega dos Santos, José Borzachiello da Silva, dentre outros, contribuíram largamente para a produção geográfica sobre a temática dos movimentos sociais urbanos no campo da Geografia.

Nesse momento, começa-se a pensar o estudo dos movimentos sociais dentro da Geografia urbana brasileira, tendo como aparato teórico a obra “A questão urbana” de Manuel Castells (2009), que discute as contradições urbanas da cidade e o papel transformador dos movimentos sociais. A obra de Castells marcou a mudança de pensamento dos geógrafos brasileiros sobre os estudos urbanos, renovando, de forma crítica e autêntica novas formas de entender a dinâmica e o processo de produção e reprodução da cidade na ótica das contradições.

Como aponta Maurício de Almeida Abreu (1994) existiam duas correntes teóricas ancoradas dentro da matriz de renovação da Geografia na década de 1970:

Conforme já observado anteriormente, a crise que afetou as ciências sociais a partir do final da década de 60 levou ao aparecimento de dois novos referenciais teóricos sobre a cidade. O primeiro se apoiou no que chamamos de crítica neoliberal, ou seja, uma crítica interna ao (neo)positivismo que, embora tenha afetado bastante o curso da pesquisa geográfica nos anos 70 e 80, não rompeu suas ligações com o modo (neo)positivista de pensar. O segundo referencial, ao contrário, caracterizou-se exatamente por esse rompimento (ou, pelo menos, pela tentativa de rompimento). Como resultado, surgiu uma nova forma de se fazer geografia, uma forma que não apenas alterou o cenário da produção geográfica, mas deu-lhe também uma dimensão muito mais ampla e analítica.

A primeira, denominada como crítica ao neopositivismo, apesar de deter um discurso muito parecido com a corrente crítica da Geografia, não consegue desvincular-se dos aspectos centrais da abordagem neopositivista, tendo em vista sua ligação com o sistema capitalista de produção. Para Abreu (1994, p. 256) a “crítica neoliberal, por exemplo, opera sempre ‘dentro do sistema’, isto é, critica a forma, mas não o conteúdo. Em outras palavras, ela não contesta nem a ordem estabelecida”.

A outra perspectiva do pensamento de renovação na década de 1970 foi a denominada Geografia Crítica ou Radical, sendo “a geografia crítica, por outro lado raízes históricas das determinações”¹², ou seja, parte do ponto de que os fatos sociais são sua maior fonte de inspiração e de teorização, da essência e não da aparência, objetivando a práxis metodológica¹³.

¹² *Idem.*

¹³ Práxis entendida como relação indissociável entre teoria e prática na compreensão da realidade social.

Temas como o processo de metropolização, o crescimento acelerado das periferias, a concentração industrial, a elevação do preço do solo urbano, o papel do estado no processo de produção da cidade, políticas públicas habitacionais e os agentes modeladores do espaço urbano, os movimentos sociais foram algumas das temáticas¹⁴ abordadas por essas correntes, tendo no substrato teórico uma visão mais crítica dos processos e fatos sociais.

Dessa forma, a partir da trajetória conturbada e rápida de mudança teórica e política da compreensão do espaço na Geografia, desenvolveu-se outra forma de pensar a cidade. Nesse momento, surgem, com força, muitos trabalhos dedicados aos processos estruturantes de expansão do capitalismo na urbe, remodelando, assim, a noção da cidade não como palco das relações sociais de produção, mas como elemento de produção e reprodução das relações de produção do homem. A cidade, nessa ótica, é entendida, como aponta Ana Fani A. Carlos (2011), como condição, meio e produto dos processos de produção e reprodução do capital.

Compreende-se, assim, que a inserção do materialismo-histórico-dialético foi fundamental para a construção desse novo modo de pensar o espaço urbano, marcando as contradições do capitalismo na cidade e os processos estruturantes que delinearam a organização sócio-espacial das cidades no Brasil. A nossa abordagem de enxergar o espaço urbano também se insere numa perspectiva ancorada no materialismo-histórico-dialético, e cabe mencionar a escolha dessa abordagem do método de Marx no estudo da cidade e dos movimentos sociais.

De fato, o que o pensamento de Marx nos propõe é uma crítica à formulação do saber, e também uma crítica à redução do conhecimento a uma coleção de fatos. Portanto, a leitura da cidade que nos propomos a realizar parte da perspectiva sinalizada pela obra de Marx, e é, antes de mais nada, um método de análise da prática social que toma a realidade como um movimento cujas crises, inerentes ao processo de reprodução, podem ser um elemento elucidativo dos seus conteúdos (CARLOS, 2007, p. 20).

Para Löwy (1994), o marxismo foi a primeira corrente a se debruçar sobre os problemas do condicionamento histórico e social e a desmascarar as ideologias de classe por detrás do discurso neutro e objetivo do positivismo.

O marxismo enquanto corrente de pensamento filosófica se insere numa “utopia revolucionária” (LÖWY, 1994). O materialismo histórico e dialético trata o conhecimento como um instrumento de transformação social e que politicamente deve contribuir para a emancipação das classes oprimidas.

¹⁴ Sobre os temas tratados nesse período e as obras dos geógrafos, juntamente com o ano de sua publicação, ver a obra de Abreu (1994) e Corrêa (1989).

Em uma sublime frase de Marx na obra “Miséria da Filosofia”, “da mesma forma que os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e comunistas são os teóricos da classe proletária” (LÖWI, 1956 apud MARX, 1994, p. 112). Nessa frase de Marx pode-se perceber concretamente a diferença ideológica do pensamento marxista em relação às outras correntes. Para o materialismo-histórico-dialético o conhecimento não é neutro e o pesquisador muito menos. Para essa corrente todo conhecimento é fundado numa ideologia de classe que faz uma distinção societária.

O materialismo histórico-dialético, método o qual Marx se ateve por muitos anos de sua vida, esteve sempre em confronto com outras correntes teórico-metodológicas, as quais foram e ainda são passíveis de muitas críticas. Netto (2011) acredita que muitas dessas críticas elencadas ao método de Marx são críticas postuladas pelos positivistas e que não tem argumentação teórica ou é fruto de interpretações equivocadas de sua produção.

Para Netto (2011, p. 10), o problema do método em Marx se dá principalmente no âmbito político, pois segundo esse autor “a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, a análise e a crítica da sua concepção teórico-metodológica”. Assim, a compreensão e dificuldade do método em Marx se dão no âmbito político, pois, para Marx, a práxis é um importante instrumento a que o sujeito deve se ater. Para ele, o conhecimento deve ser passível de mudar a sociedade, sendo um instrumento de luta e transformação social, o qual se legitima como um método revolucionário.

As principais críticas elencadas sobre Marx se estruturam em duas vertentes; a primeira, diz respeito a uma suposta irrelevância das dimensões culturais e simbólicas no universo metodológico de Marx; e a segunda, enquadra-se em um chamado determinismo em sua obra, estando comprometida com uma teoria evolucionista.

Mas, José Paulo Netto (2011, p. 15) rebate a essas críticas, dizendo que:

Apesar de amplamente difundida em meios acadêmicos, trata-se de crítica absolutamente despropositada, facilmente refutável com o recurso à textualização marxiana – dados os limites deste escrito introdutório, recordo, tão somente como contraprovas, o peso que Marx atribui às “tradições” quando tangencia a propriedade comunal entre os escravos.

Assim, o pensamento marxista teve forte contribuição no campo da dialética, herdado de Hegel, mas com um diferencial postulado pelo próprio Marx:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas uma manifestação externa. Para mim, ao contrário, *o ideal não é*

mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (NETTO, 1968 apud MARX, 2011, p. 21).

Dessa forma, o enfoque de método abordado no referido trabalho se fundamentou no materialismo histórico-dialético, acreditando ser o que mais enxerga as contradições do sistema capitalista de produção, e singulariza a análise dos movimentos sociais na cidade do Crato, objeto de pesquisa aqui proposto.

A importância de entender os movimentos sociais na perspectiva do materialismo histórico-dialético foi que, somente, a partir da perspectiva marxista se deu um real entendimento para análise dessa temática. Foi no materialismo que se deu ênfase à temática dos movimentos sociais no âmbito das ciências sociais e humanas, em especial na Geografia.

1.2 A propriedade privada da terra urbana

Acredita-se ser de fundamental importância, na discussão dos movimentos sociais de luta pela moradia e a produção do espaço urbano na cidade do Crato - Ceará, um breve relato sobre o que seria e como pensar a propriedade privada da terra urbana na ótica do sistema capitalista de produção. Entende-se que o problema da “falta de habitação” ou da concentração da propriedade privada da terra urbana não é um dado quantitativo que remete à falta de moradia ou ao número reduzido de moradias na cidade, mas há um processo desigual e marginalizador de acesso à propriedade privada da terra urbana pelas populações mais pobres, sendo a terra, no capitalismo, uma mercadoria com um alto poder de valor de troca¹⁵ como está materializada na produção do espaço urbano.

No tocante às abordagens sobre a propriedade privada da terra urbana, ancorou-se teoricamente na teoria de Marx sobre a renda da terra agrícola, tendo essa sido relacionada aos estudos urbanos. A propriedade privada da terra, direito fundamental e incondicional no Brasil, constitui o grande pilar que sustenta os principais problemas urbanos, tendo a concentração fundiária como instrumento que garantiu ao longo do tempo a concentração de renda nas mãos de poucos, sendo a propriedade privada o locus de grande parte dos conflitos de terra rural e urbana no país. O que fez construir como um contraponto a pauta de luta dos movimentos sociais no Brasil e no mundo, imprimindo na distribuição igualitária da

¹⁵ Para melhor esclarecimento sobre o processo de mercantilização da terra urbana e o valor de uso e de troca das mercadorias, ver Marx (2006, 2008).

propriedade privada ou mesmo dos meios de produção uma utopia revolucionária de uma sociedade mais justa e igualitária.

A teoria da renda da terra agrícola em Marx trata do valor da propriedade fundiária, onde a renda fundiária é a forma de valorização econômica da terra, estando, na obra marxiana, dividida em três diferentes tipos de renda da terra: a renda absoluta; a renda diferencial e a renda de monopólio.

Marx (2008), nos Manuscritos de 1844, discute com a economia política a ideia de renda da terra. Para Marx, a terra, juntamente com o trabalho, tornou-se uma mercadoria. Na discussão da economia clássica, a renda da terra era atrelada ao processo de desenvolvimento do capital, sendo incorporada na renda da terra a própria terra imutável, sem realização do trabalho, como aponta Smith (1888), em “A Riqueza das Nações”.

A terra, naquele momento, era a terra agrícola, marcada pelo modo de produção feudal. A terra agrícola era na concepção da teoria fisiocrata uma forma de criação de valor a partir do processo de trabalho. Vale ressaltar que a abordagem dos fisiocratas foi a primeira abordagem a entender o trabalho como elemento de criação de valor e de riqueza, trabalho este resumido somente ao trabalho agrícola. Antes, a riqueza era produto essencialmente comercial, pautado na balança comercial ou no processo de compra e venda de mercadorias.

No Crato, esse processo não se deu de modo diferente, a cidade foi materializada por grupos ou classes sociais que detinha grande parte das propriedades urbanas e rurais no município, tendo como aparato o Estado brasileiro que instituiu o direito à propriedade privada da terra como inalienável. Essa apropriação desigual e concentrada da propriedade privada da terra urbana efetivou as contradições do acesso à terra urbana e da casa como mercadoria no processo de desenvolvimento da cidade capitalista.

Na contramão dessa lógica de desenvolvimento do capitalismo, Marx se dispôs a entender e estudar a propriedade privada da terra agrícola, tendo enxergado a importância da propriedade da terra para a manutenção e expansão do capitalismo no mundo.

A propriedade privada, para Marx, é o ser essencial da operação de lucro e de exploração da classe trabalhadora dentro do capitalismo.

Assim como a propriedade fundiária é a primeira forma de propriedade privada, assim, como a indústria historicamente se lhe defronta antes de tudo simplesmente como uma espécie particular de propriedade – ou melhor, é o escravo liberto da propriedade fundiária -, assim este processo se repete junto da apreensão científica da essência *subjetiva* da propriedade privada, do trabalho, e do trabalho que aparece em primeiro lugar somente enquanto trabalho de cultivo da terra (*Landbauarbeit*), mas [que] se faz valer depois como trabalho em geral. (MARX, 2008, p. 102).

A propriedade privada da terra rural é, na compreensão de Marx, a primeira forma de propriedade privada da terra no contexto de emergência do capitalismo no mundo. Para ele, e outros autores, como Smith, a classe dos proprietários fundiários nada produzia, apropriavam-se da riqueza produzida por outros, consumindo o valor atribuído pela renda da terra (SILVA, 2012).

Para Marx (2008), a origem da propriedade privada se dá a partir das conexões entre o trabalho estranhado e a relação de produção e salário. Para o autor, a origem da propriedade privada está concomitantemente ligada ao processo de desenvolvimento do trabalho alienado na produção do capital.

Através do trabalho *estranhado*, *exteriorizado*, o trabalhador engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear do senhor do trabalho) com o trabalho (MARX, 2008, p. 87).

Essa relação do trabalho estranhado na produção da criação de riqueza dentro do capitalismo é o que dá escopo para a origem da propriedade privada, como afirma Marx (2008, p. 87):

A *propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

A *propriedade privada* resulta portanto, por análise, do conceito de *trabalho exteriorizado* (*entäusserten*), isto é, de *homem exteriorizado* (*entäusserten*), de *trabalho estranhado* (*entfremdeten*), de *vida alienada* (*entfremdeten*), de *homem alienado* (*entfremdeten*).

Herdamos certamente o conceito de *trabalho exteriorizado* (*entäusserten*) (de *vida exteriorizada* (*entäusserten*)) da economia nacional como resultado do *movimento da propriedade privada*. Mas evidencia-se na análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado (*entäusserten*).

Essa é, na compreensão de Marx, nos “Manuscritos Econômicos-filosóficos”, a origem da propriedade privada, sendo fruto da construção humana e social ancorada no trabalho, trabalho que, a grosso modo, gera uma riqueza apropriada *a priori* por outrem.

Assim, para Marx, toda a renda fundiária capitalista é mais-valia, ou seja, é fruto do processo de trabalho excedente ou do trabalho estranhado. Quer dizer, a renda da terra é produto do processo global de mais-valia, que é apropriado pelos proprietários fundiários como parte do monopólio que exercem sobre a propriedade da terra (BOTELHO, 2007).

O pensamento marxista sobre a teoria da propriedade privada da terra urbana, a nosso ver, tem uma dimensão ancorada na concepção de que a terra, mesmo sendo vista como mercadoria, não produz capital, mas cria possibilidade de extrair a renda da terra que pode ser transformada em capital, riqueza, fruto do trabalho estranhado e apropriada pelos proprietários fundiários e arrendatários.

Na teoria da renda fundiária urbana, a propriedade privada é uma mercadoria e pode assumir a forma do preço da terra (renda capitalizada) que pode estar inserida no aluguel cobrado dos inquilinos ou no arrendamento da terra. (BOTELHO, 2007)

Concordamos com Ana Fani A. Carlos (2013) quando afirma que a crise do processo de acumulação do sistema capitalista de produção se atrela à valorização do mundo da mercadoria, isto é, a extensão da propriedade privada da terra e do solo urbano como elemento que marca a cidade enquanto espaço-mercadoria, ou seja, a cidade como mercadoria serve de elemento para expansão da acumulação do capitalismo.

Para a maioria dos autores de cunho marxista, a renda da terra urbana se insere no contexto propositivo de Marx de que a terra não é capital, pois “a terra não produziria lucro (por não ser capital), mas geraria renda (parte da mais-valia global produzida pelo trabalho que é paga ao proprietário em troca do direito ao uso da terra) (SANTOS, 2012). Outros autores, como Ana Fani A. Carlos (2011), enfatizam que a terra urbana é capital, pois se estabelece relações no qual a terra urbana é uma parcela do espaço que é socialmente produzido pelo homem, fruto da divisão social do trabalho, por isso tem um valor cujo trabalho é elemento central.

Carlos (1994) defende a ideia de “terra-espaço”: materialização do trabalho geral da sociedade contido na totalidade do espaço geográfico em uma *localização*. Para a autora, “a terra como mercadoria tem um valor que se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global, produzido, mesmo que seja potencial, dentro de condições específicas” (CARLOS, 1994, p.170). No mesmo sentido, Villaça (2001, p.72) propõe o conceito de “terra-localização”, entendendo que a localização é um valor de uso da terra (transformado em valor de troca que se traduz em preço da terra); valor dado “pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte” (SANTOS, 2012, p. 66).

Entender o papel dos proprietários fundiários no contexto da produção do espaço urbano e como a terra no capitalismo torna-se uma mercadoria altamente valorizada potencializa a compreensão de que os proprietários fundiários no seio do capitalismo são uma classe que obtém lucro sem ter participado efetivamente da produção desse lucro, não tendo produzido nenhuma mercadoria. Os proprietários fundiários recebem uma renda que é fruto

de uma mais-valia global gerada pela acumulação de trabalho alheio, isto é, a partir da renda da terra os proprietários fundiários lucram sem ter tido participação efetiva na produção da mercadoria.

Ana Fani A. Carlos (2011) distingue a propriedade privada da terra agrícola da propriedade privada do solo urbano. Para a autora, a diferença é que o solo urbano é condição e produto social, ou seja, é produto do processo de produção do espaço urbano, sendo, portando, uma produção humana.

Desse modo, na cidade, a propriedade refere-se à apropriação de parcela do produto do trabalho e sobre o trabalho produzido. O preço do solo urbano aparece como expressão acabada do processo de trabalho, isto é, como tempo acumulado em sua morfologia. É a forma econômica da propriedade de uma parcela desse espaço social diretamente associada à produção do valor, o que significa que a propriedade do solo urbano como monopólio permite não só a realização do valor de um fragmento, mas também a apropriação do conjunto do trabalho que se sintetiza na produção da cidade (provenientes do capital fixo incorporado ao seu espaço físico, em sua totalidade, como movimento intrínseco a sua produção histórica) (CARLOS, 2011, p. 99).

Nesse sentido, para Carlos (2011), o processo de renda da terra urbana se dá a partir do processo de valorização do capital que está situado na localização da cidade, sendo a valorização um processo mais amplo, onde a produção da cidade é que dá o sentido ao valor e a renda da terra urbana.

Portanto, pensando a cidade enquanto mercadoria que é apropriada pelo capital no processo de expansão e crise, observa-se que é algo intrínseco à forma como se dá a cidade capitalista no ditame do processo de produção e reprodução social, ou seja, a cidade como mercadoria é uma produção humana dos grupos dominantes que a percebem como possibilidade de lucro e de expansão do capital. No Crato, esse processo se acentua com a concentração da propriedade privada da terra urbana e da ação dos especuladores imobiliários que atuam na produção do espaço urbano da cidade e na expansão urbana, mercantilizando e segregando os bairros e as classes sociais mais pobres, expulsando-as para as áreas periféricas e menos urbanizadas, tendo na expressão do Estado o poder político que legitima a segregação e a periferização da pobreza.

1.3 A cidade e o urbano: algumas abordagens teóricas.

Neste subcapítulo serão discutidos os conceitos de cidade, urbano e de produção do espaço, enquanto forma de abordar a cidade no seio do capitalismo. Neste trabalho, elencamos como conceitos-chave para entender os movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Crato e o processo de produção do espaço a partir da atuação desses sujeitos que, de forma parcial ou indireta, questiona a lógica de uma cidade cujo padrão se baseia no processo de compra e venda da propriedade privada do solo urbano ou dos processos de mercantilização do espaço urbano enquanto lócus da expansão capitalista.

Parte-se da compreensão de Ana Fani A. Carlos (2011) que o espaço, numa perspectiva dialética, é entendido como condição, meio e produto do processo de produção e reprodução social. Como condição, o espaço é o movimento da produção espacial como momento necessário da reprodução do homem e do seu mundo, quer dizer, “o ato de produzir é o ato de produzir o espaço – isto é, a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas da produção da história humana”. (idem, 2011, p. 17). Como meio, o espaço realiza-se enquanto circulação e mobilidade, o público e o privado, em outras palavras, é o resultado da articulação entre os momentos da produção-distribuição-circulação-troca-consumo. Já como produto, é o espaço da realização do lucro, o espaço, nesse momento, produz e se reproduz enquanto condição efetiva do movimento capitalista do valor de uso, mas também do valor de troca.

Assim, se a produção do espaço, do ponto de vista econômico, ocorre sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano político, sob a lógica do planejamento, o espaço se normatiza e se instrumentaliza. Já no plano social, o espaço denuncia a vida, e, desse modo, a sociedade em seus conflitos, pois o econômico e o político se confrontam com as necessidades da realização da vida humana, que se concretizam e se expressam na e através da vida cotidiana, isto é, no plano do lugar (CARLOS, 2011, p. 79).

O espaço é uma produção humana e se dá a partir do processo de produção social ao longo do tempo, produzindo a si mesmo e ao homem. Assim, não existe uma sociedade fora do espaço, pois toda ação humana é uma ação espacial. Essa abordagem, encarada pela professora Ana Fani A. Carlos (2011) remete entender que o espaço, sendo a produção humana ao longo do tempo histórico, no qual, possibilita deslocar sua compreensão para a “produção do espaço”, no sentido de que a sociedade, ao produzir constantemente um espaço, produz a si mesmo. “Assim, estabelece-se a tese de que o espaço se define pelo movimento que o *situa como condição, meio e produto da reprodução social* ao longo do processo civilizatório” (2011, p. 23).

A noção de *produção do espaço*, indica como campo dessa reflexão, marca a passagem da compreensão do *espaço produto da ação humana* para a compreensão do movimento triádico, que entende o espaço pelo movimento ininterrupto que o define enquanto condição, meio e produto da reprodução social. O sentido do espaço está, portanto, associado à ação humana, à produção, ligando-se à noção de atividade e de trabalho, o que o situa no âmbito do processo de produção, do modo como o trabalho se divide a partir da hierarquização do grupo, de sua orientação, das relações de propriedade que comandam a divisão de seus frutos, a técnica e o conhecimento. (idem, p. 24).

Concordamos com Lefebvre (2006) quando afirma que a produção do espaço não é somente a produção de objetos, mas é, na verdade, uma transformação humana da primeira natureza em segunda natureza, sendo, portanto, um movimento dialético de produção e reprodução da atividade humana.

O espaço é um produto social, é a produção humana a partir de suas práticas sociais fruto do trabalho que permite a produção do espaço social, quer dizer, o espaço enquanto produção humana se insere na ótica da produção da cidade, ou seja, a cidade é um conjunto de ação humana enquanto espacialidade do trabalho.

Como resultado de forças produtivas e de estruturas, de relações de propriedade entre outras. Ora, o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele é vendido, é comprado; ele tem valor de troca e valor de uso. (LEFEBVRE, 2006, p. 06).

A expressão “produção do espaço” em um primeiro instante foi formulada pelo filósofo Henri Lefebvre. O espaço, para ele, consiste “no lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições” (LEFEBVRE, 1974 apud GODOY, 2004, p. 31).

A produção do espaço para Godoy (2004, p. 14) consiste na “realização prática de produção de objetos “geograficizados” segundo uma dada lógica econômica, e destina-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho”. Segundo esse autor (2004, p. 33):

A produção do espaço é a produção de objetos que articulam e organizam em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material.

Dessa forma, entende-se que a produção do espaço se dá a partir das relações sociais definidas pelo trabalho e pela divisão social deste, ao mesmo tempo em que materializa

objetos e ações específicas enfatizadas pelos processos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Em primeiro lugar porque a ocupação do espaço se realizou sob a égide da propriedade privada do solo urbano, onde o espaço fragmentado é vendido em pedaços. Tomando-se intercambiável a partir de operações que se realizam no mercado. Tendencialmente produzido como mercadoria, o espaço entra no circuito da troca, generalizando-se em sua dimensão de mercadoria. Por outro lado, o espaço se reproduz como condição da produção, atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo de viabilizar a reprodução. (CARLOS, 2001, p. 22).

Nessa perspectiva, entende-se que a abordagem desses temas na Geografia tiveram várias perspectivas e formulações ao longo do tempo, desde a Geografia clássica, passando pela Geografia quantitativa, regional até à crítica, a cidade e o urbano foram pensados e analisados sobre diferentes prismas, como mencionamos acima quando abordamos o percurso da Geografia urbana.

Concordamos com Sandra Lencioni quando advoga na perspectiva de que o conceito não é algo imutável, mas que está passível a um movimento de transformação ao longo do tempo e do espaço.

O conceito se modifica, se altera e se renova. Para indicar que o conceito tem movimento e evolui, alguns autores usam mais o termo ‘noção’ do que o próprio termo ‘conceito’, a indicar sua fluidez. O conceito tem movimento e por isso, um conceito construído numa determinada época pode se alterar. Na medida em que o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique (LENCIONI, 2008, p.111).

As noções de cidade e urbano, na compreensão de Sandra Lencioni (2008), diferenciam-se ao mesmo tempo em que estão imbricados, pois, de acordo com a autora, os conceitos são produtos de outros conceitos, quer dizer, não existe um conceito que seja isolado do resto da realidade, sendo assim, uma expressão do real, uma significação.

Para Lencioni (2008), a cidade deve ser entendida como objeto, isto é, passível de uma definição. Já o urbano, é entendido como fenômeno. A busca conceitual que a autora faz da realidade da cidade e do urbano no Brasil ganha importância, pois evidencia o modo como reflete a cidade brasileira, marcada pelas contradições capitalistas e pela produção humana ao longo da história.

A cidade, ao longo da história, foi definida pela incorporação de uma cidade política, ou seja, uma cidade que continha uma sede política-administrativa, ofuscando, assim, o caráter Estatal de entendimento de uma cidade. Outra abordagem que definiu a cidade foi o

tamanho populacional, sendo, assim, incorporado na análise de alguns autores discussões como o “Brasil é menos urbano que se calcula”¹⁶.

Assim, concordamos com a professora Arlete Moyses Rodrigues (2007) quando pensa a cidade a partir de uma definição e o urbano como conceito.

Cidade é uma *definição*. É a projeção da sociedade urbana num dado lugar, política e territorialmente demarcado, marcado e estabelecido. As cidades contêm delimitação espacial. Lugar de concentração da população urbana, produção, circulação e consumo de bens e serviços. A cidade é o centro da decisão política do urbano (RODRIGUES, 2007, p. 245).

A cidade, entendida como um local onde as contradições e as complexidades são efetivadas pela materialização dos processos de produção, é um “palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes.” (CARLOS, 2007, p. 23). “A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura” (CARLOS, 2007, p. 26). Dessa forma, a cidade é entendida como um local de moradia, de cidadania, de qualidade de vida e onde as relações sociais se materializam.

A cidade, não importando sua dimensão ou característica, é um produto social que se insere no âmbito da “relação do homem com o meio” – referente mais clássico da geografia. Isso não significa dizer, todavia, que estabelecida essa relação tenhamos cidades. Não importando as variações entre cidades, quer espaciais ou temporais há uma ideia comum a todas elas, que é a de aglomeração. Não é à toa, então, que a ideia de aglomeração se faz presente na definição da palavra cidade (LENCIONI, 2008, p. 115).

O urbano, entretanto, é entendido também como um modo de vida, modo esse que extrapola os limites territoriais da cidade (Lefebvre, 2008). Segundo o filósofo Frances Henri Lefebvre (2008, p. 59), há um papel da cidade como interlocutor da vida urbana:

A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as *instituições* oriundas das relações de classe e de propriedade. Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais. Motivo de certas continuidades notáveis através das mudanças da sociedade.

¹⁶ Para melhor entendimento sobre o Brasil ser menos urbano do que se calcula ver José Eli da Veiga (2002).

De acordo com o pensamento de Arlete Moyses Rodrigues, entende-se o urbano:

[...] *Urbano* é um conceito, pois qualifica um modo de vida que atinge a maioria da sociedade. As atividades urbanas extrapolam limites de cidades como no agronegócio, nas atividades turísticas, nas áreas inundadas para produção de energia hidroelétrica, e muitas outras atividades (RODRIGUES, 2007, p. 245).

Assim, partindo do conceito de urbano, “a cidade é também um campo privilegiado de lutas de classe e movimentos sociais de toda à espécie, que questionam a normatização da cidade e da vida urbana.” (CARLOS, 2007, p.26), que podem ser vistos também como instrumentos de combate à ótica capitalista em que a cidade se materializa. A cidade e o urbano são assim, processos indissociáveis de um mesmo fenômeno, quer dizer, são um conjunto de instrumentos sociais, econômicos, políticos e culturais que normatizam a vida da sociedade urbana, que tem como parâmetro ou processo de surgimento a industrialização e a urbanização, não como causa e efeito, mas como processos amplos e contínuos de uma mesma forma de produção espacial. (LEFEBVRE, 2008).

1.4 A cidade do Crato: histórico de espacialização da urbe

A cidade do Crato, no Estado do Ceará, locus de investigação aqui tratado, no amplo leque de sua contextualização regional, configura-se dentro dos parâmetros de cidade média, tendo a população do município 121.428 mil habitantes (IBGE, 2010), evidenciado pela expressiva polarização regional, infraestrutura no campo dos serviços públicos, como educação, saúde, comércio, lazer, dentre outras características que viabilizam a expressão interurbana e intraurbana.

O Crato surgiu a partir da colonização dos portugueses, tendo a colonização do Ceará se dado do interior para o litoral. O Crato teve uma centralização importante na composição histórica do Estado do Ceará, como aponta Oliveira & Abreu (2010, p. 248):

As raízes do Crato originaram-se do Miranda, Missão do Miranda ou Cariris Novos, sob a direção de Frei Carlos Maria Ferrara, situada inicialmente no lugar denominado Sítio Miranda. [...] A origem do nome Miranda não foi esclarecida até hoje. Mas, Antônio Bezerra, através de estudos e pesquisas, deduziu que se tratava de um chefe Cariri, que por seus feitos de valentia e por sua fidelidade para com os primeiros colonizadores, tornou-se célebre. Merecendo a homenagem de seu nome para o aldeamento (GIRÃO, 1985). [...] Posteriormente, a missão foi extinta, permanecendo índios, mestiços e, no meio deles, a explorá-los e dizimá-los, alguns brancos que, acrescidos de sertanistas, vieram pelo caminho natural do rio São

Francisco e seus afluentes, indo dar origem, em local mais próximo da margem direita do rio Grangeiro, ao povoado que em 1764 era elevado à categoria de vila. O povoado antes pertencia ao território de Icó. Após seu desmembramento, o povoado foi elevado à categoria de distrito pela Carta Régia de 6 de maio de 1758 e Vila Real do Crato em 21 de junho de 1764, sob a ouvidoria de Vitorino Pinto Soares Barbosa.

Até a chegada dos portugueses, como aponta Oliveira (1998), o Crato era composto por uma população indígena que ali residia. Essa população foi expulsa de suas terras, foram vítimas do trabalho escravo e do processo de genocídio e etnocídio pelos colonizadores portugueses.

Não nos interessa aqui discutir a história antiga do município, mas o entendimento do Crato enquanto categoria cidade. Em outras palavras, entendendo a cidade, como afirma Rodrigues (2007), enquanto expressão política e territorial da sociedade urbana delimitada espacialmente. Essa compreensão nos remete a ver a urbe a partir das contradições do capitalismo e a atuação e dinâmica dos movimentos sociais nesse processo que, no caso do Crato, tem suas singularidades e expressões a partir do processo de acumulação e expansão do capitalismo.

De acordo com o pensamento de Oliveira & Abreu (2010, p. 250), no ano de 1853, o Crato alcançava a categoria de cidade, a partir da Lei Provincial 628, sancionada pelo presidente Joaquim Vilela de Castro Tavares. “Nesse momento, a cidade do Crato apresentava um desenvolvimento comercial bastante acentuado exercendo influência na região do Cariri e entorno. Em ordem cronológica era a quinta cidade do Ceará”. Em 1854, um ano após a cidade ter se institucionalizado, “de acordo com o Ensaio estatístico da província do Ceará, a população da cidade era de 8.362 habitantes sendo: 2.590 brancos, 5151 pardos e 621 negros” (FARIAS FILHO, 2007, p. 109).

Farias Filho (2007) destaca que: em 1861, a cidade tinha 550 casas de telha e 600 de palha. Ao todo eram 1.150 casas, e consumia oito rezes diariamente com uma população de 8.000 habitantes. Quer dizer, das 1.150 casas na cidade, 600 eram de palha, constituindo, assim, formas mais elementares de sobrevivência da população mais pobre.

Um importante marco na história da formação do núcleo urbano do Crato foi a construção, entre 1874 e 1875, por ordem de Dom Luís, bispo do Ceará na época, do Seminário São José, localizado as margens do Rio Grangeiro, na parte superior. O seminário foi um importante equipamento que contribuiu para a expansão da cidade e o povoamento do bairro do Seminário, sendo, atualmente, o bairro mais populoso da cidade do Crato. O Seminário São José começou a funcionar no ano de 1877, mas devido à seca e às dificuldades financeiras, fechou suas portas, reabrindo somente em 1922.

O Crato tinha uma importância muito grande nesse período, dada sua influência regional e capacidade como centro hierárquico no Estado. “Pelo recenseamento de 1890 a população do município do Crato era de 21.410 habitantes, sendo, no distrito sede, de 13.449” (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1906).

O processo de urbanização da cidade aconteceu à herança de um passado rural. O crescimento e a modernização das atividades ligadas à agricultura foi o motor do desenvolvimento urbano da cidade, contribuindo, de certa forma, para o aumento do número de estabelecimentos comerciais, de serviços e de relações mercadológicas com outras regiões do Estado e do Nordeste. A cidade, assim, crescia ou estagnava-se conforme ritmo do crescimento ou estagnação da produção da cana-de-açúcar e do algodão (FARIAS FILHO, 2007).

As principais culturas do Crato são a cana-de-açúcar, a mandioca, o arroz e o fumo. Na cidade e seus arredores, cultivavam-se frutas tropicais comuns, como a laranja, a lima, o limão, a banana, a manga, o mamão, a jaca, a fruta do pão e o caju; também são comuns as uvas, abacaxis, melões e melancias todas se vendem barato (GARDNER, 1975, p. 95).

Após dois anos da criação do Crato enquanto categoria cidade vários pesquisadores, no intuito de explorar as regiões pouco conhecidas do Brasil, foram selecionados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criando uma comissão cujo objetivo era percorrer as regiões do Nordeste. Dentre os estudiosos que vieram ao Crato, principalmente por volta de 1859, um deles o botânico Francisco Freire Alemão, relatou em sua passagem a constatação da situação da população na cidade:

Há por aqui grande miséria; mas em grande parte filha da imprevidência e da indolência. A pobreza, por indolência, vive miseravelmente, porque a terra é muito produtiva. A gente branca é pouca; mas o que chamam cabras são em grande número e me parece gente de boa índole: no entanto rixas são comuns e facadas e mortes. (DAMASCENO, CUNHA, 1961, p. 303).

Outro importante relato, sobre a tipologia das habitações na cidade do Crato foi realizada pelo sobrinho de Francisco Freire Alemão, o médico Manuel Freire Alemão, afirmando que “a maior parte dos habitantes vive em cabanas de palha, abertas, quase ao relento. As crianças brincam aos ardores do sol, completamente nuas” (BRAGA, 1967 apud FARIAS FILHO, 2007, p. 108).

As residências das classes mais ricas nesse período eram os chamados sobrados, sendo casas grandes e altas, derivando do processo colonial europeu e de uma arquitetura europeia.

Os pobres estavam residindo em casas de palha na sua maioria, quando não acoplados nas fazendas e nos sobrados, como serviçais.

De acordo com Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho (2010, p. 14, 15), os pobres da cidade naquele período se reproduziam da seguinte maneira:

Os muito pobres construíam (constroem ainda) suas casas quase sem dispêndio: enterravam no chão de barro batido de seus casebres seis forquilhas de cinquenta centímetros de altura, entre cujas orelhas descansavam paus redondos e fortes, destinados a receber o assento da cama, fabricado de varas de marmeleiro, amarradas com cipós, dispostas ao comprido do tosco móvel, ou imóvel, se quiserem. Como se vê, nada compravam nas lojas porque tudo lhes fornecia o mato de ao redor de suas mesquinhas habitações. Forravam as camas, não com colchoes cujo preço superava suas posses, mas com esteiras de folhas de babaçu ou de carnaúbas.

Até o ano de 1915, à semelhança do que ocorria em todo o Cariri, eram pobres, no Crato, regra geral, os donos de engenho, presos aso cofres de capitalistas locais.

Até então, por volta de 1900, não havia indícios de movimentos de luta pela moradia ou mesmo organizações sociais em torno da questão da moradia. O que se sabe é que os pobres da cidade nesse período ocupavam as áreas periféricas próximas ao núcleo urbano central, onde construíam casas de palha em terrenos desocupados. (FIGURA 01, 02 e 03).

Fortaleza, capital do Estado, encontrava-se nesse período em processo de consolidação e constituição enquanto cidade. Ela não possuía a mesma importância econômica e demográfica que Sobral, Crato e Iguatu. A constituição das maiores cidades do Estado e a importância das cidades interioranas no Ceará são tratadas por Amora e Holanda (2011, p. 05) que elencam três cidades do interior que tinham uma importância regional naquela época.

As cidades que mais se desenvolveram no Ceará, fora da capital, foram praticamente às antigas vilas cujo desenvolvimento antecedeu o de Fortaleza, mas que a partir da segunda metade do século XIX perderam não só importância como se distanciaram dela em termos de população e crescimento econômico, sendo elas: Crato criada em 1764, Sobral em 1772 e Iguatu desmembrada de Icó em 1851, portanto não havendo grandes alterações na rede urbana cearense. A exceção cabe a Juazeiro do Norte, no Cariri, que de distrito do Crato foi elevada a categoria de cidade em 1911, ascendendo, nos anos de 1960 a condição de maior centro urbano do interior cearense.

Essa característica da cidade do Crato, como centro polarizador da região sul do Estado do Ceará e de outros Estados do Nordeste, como Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, esteve condicionando, principalmente, devido sua localização geográfica, que propiciou a migração de vários contingentes populacionais, consolidando, assim, uma

explosão demográfica urbana na cidade e um aumento significativo da malha urbana do Crato.

O município do Crato, reconhecido como importante centro regional cearense, estando localizado no centro da Chapada do Araripe. Limita-se ao Norte e Nordeste com os municípios de Farias Brito, Várzea Alegre e Caririaçu; ao Sul e Sudoeste com os municípios de Moreilândia e Exú, no Estado de Pernambuco; ao Leste e Sudeste com os municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha e ao Oeste e Noroeste com os municípios de Nova Olinda e Santana do Cariri. Os distritos que compõem o Município são: Crato, Baixo das Palmeiras, Bela Vista, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Ponta da Serra, Santa Rosa e Santa Fé (OLIVEIRA; ABREU, 2010, p. 247).

Na descrição levantada pelos autores acima, ressalta-se a abrangência territorial e espacial do município do Crato, evidenciado suas fronteiras e sua privilegiada localização geográfica, o que culminou no rápido crescimento populacional, econômico e social do município. As secas foram uma das principais causas do aumento populacional na região do Cariri, em especial, no Crato. A fertilidade do vale atraía sertanejos famintos que vinham aqui tentar a sobrevivência e melhores condições de vida. (FARIAS FILHO, 2007).

A primeira planta da cidade do Crato encontra-se na Revista Itaytera de 1973, sendo desenhada pelo inglês George Gardner que visitou o Crato nos anos de 1930. Esta planta demonstra com clareza o centro histórico da cidade do Crato e os contornos do rio Grangeiro (OLIVEIRA, 1998), conforme figura a seguir.

Outras plantas da cidade datam de 1938 e foram elaboradas por Pasquale Petrone, podendo ser encontradas no trabalho intitulado “Crato, Capital da Região do Cariri”, de 1955. Petrone, quando esteve na cidade do Crato, realizou um estudo acerca do perímetro urbano da cidade, além de analisar como se deu a formação da cidade. (FIGURA 02).

Pasquale Petrone (1955, p.35) afirmava que “as habitações, modestas ladeariam poucas ruas, sendo que mesmo as ruas principais, com seu traçado tortuoso, forneceria ao Crato uma estrutura bastante irregular”. Para o autor, o processo de formação do Crato e a organização do espaço era irregular, não tendo assim nenhum planejamento ou ordenamento territorial na regulação do processo de uso e ocupação do solo.

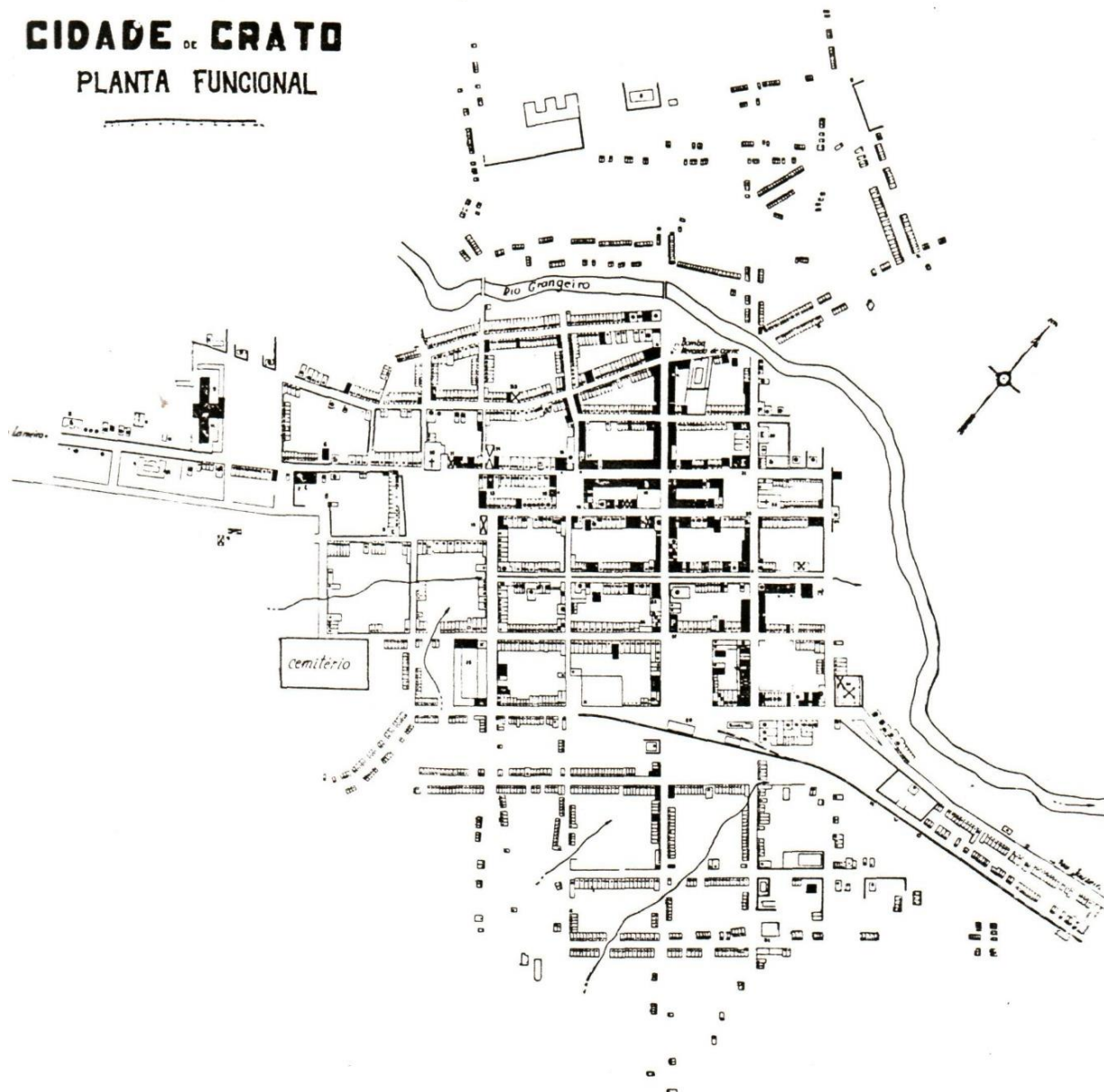


Figura 2: Planta da cidade do Crato desenhada por Pasquale Petrone em 1938. Fonte: Pasquale Petrone (1955).

De acordo com Petrone (1955), desde suas origens, a urbe cresceu de forma desordenada, influenciados somente pelas pessoas que ocupavam o espaço. A cidade, nessa época, destacava-se por estar localizada numa região com muitos atrativos ambientais e naturais, sendo uma importante produtora de cana de açúcar, a ponto de terem surgido três tentativas, em 1828, 1834 e 1846, de se criar a província dos Cariris Novos, com capital no Crato, que propuseram a criação do Estado do Araripe, com capital no município em questão.

Outro importante trabalho e estudo realizado acerca da área urbana da cidade do Crato foi a planta elaborada por Douracy Soares, um mapa de 1966, desenhado por ele mesmo sobre



A planta de Douracy Soares (1968) mostra claramente que na periferia do perímetro

66

Granjeiro que, ainda hoje, é o bairro que possui o metro quadrado mais caro dentro do perímetro urbano da cidade.

Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho (2010, p. 45) destacam que a população do município no ano de 1940 contava com 38.968 habitantes. Conforme o último censo nacional, na época, a cidade possuía 16.030 habitantes. Cada dia, a cidade ampliava sua área urbana, “com novos bairros e modernas residências, enquanto na periferia se disseminam os mocambos de taipa, com piso de terra batida, cobertura de palha ou de telha”.

No Recenseamento Geral de 1950, constatou uma população de 46.408 mil habitantes, sendo 24.786 habitantes na área urbana. A população rural do município representava 63,85% da população do município (IBGE, 1959). Esses dados revelam que, no ano em questão, a cidade ainda não era urbanizada, mas estava em processo de urbanização.



Figura 4: Cidade do Crato. Fonte: IBGE. Data: 1959.

O caráter de polarizador regional do município começou a ganhar vitalidade. No mesmo ano, o Crato compunha uma das maiores cidades do Nordeste, com influência no campo dos serviços e da infraestrutura urbana.

Plantada ao Sopé da Chapada do Araripe, de onde brotam 70 fontes, cidade que se renova ao ritmo de um progresso surpreendente, servida por energia elétrica ininterrupta, com rede telefônica e canalização de água, possuindo uma radio emissora – a Rádio Araripe do Crato – logradouros públicos, ruas bem

pavimentadas, estabelecimentos de nível secundário e superior, ligada por linhas aéreas às principais cidades do País, Crato não é apenas um oásis geográfico, mas o centro principal de uma região que se tornou celeiro autêntico do Nordeste, “seleiro de riquezas e de homens” na expressão lapidar do sociólogo Joaquim Pimenta (IBGE, 1959, p. 182).

Assim, a cidade vai ganhando escopo de uma importante cidade no interior do Nordeste, sendo um centro importante de atividades de cunhos econômico, social, político, educacional e cultural. Em termos econômicos, a grande produção de riqueza no município se dá a partir da agricultura, principalmente a produção da cana-de-açúcar.

O excedente de produção agrícola local é transportado para os municípios de Patos, Pombal, Cajazeiras e Campina Grande (Paraíba), Mossoró e Caicó (R. G. do Norte); Quixadá, Senador Pompeu, Quixeramobim e Fortaleza, no Ceará, principais praças compradoras de Crato (IBGE, 1959, p. 182).

A cidade, nos primeiros anos do século XX, tem um crescimento lento. Porém, através da ação da Igreja Católica, a cidade começa a evoluir com novas construções de cunho assistencial, como colégios e templos. Foram inúmeras as Igrejas construídas na periferia e distritos da cidade (FARIAS FILHO, 2007).

A Diocese do Crato foi criada em 20 de outubro de 1914 pelo Papa Bento XV. O primeiro Bispo, Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, foi um grande empreendedor e, muito fez pelo crescimento de nossa cidade, principalmente no que diz respeito à educação do povo (ibidem, p. 159).

Assim, constata-se na história da formação sócio-espacial do Crato que a Igreja Católica foi um importante agente na produção do espaço urbano da cidade, participando efetivamente na consolidação da urbe enquanto polo regional de desenvolvimento, principalmente relacionado à educação.

No contexto intraurbano e inter-regional o Crato situava a realidade local na esfera de produção no contexto do Nordeste, tendo uma forte influência econômica no Estado e nas regiões circunvizinhas. Essas redes que se formavam estavam ligadas a partir de estruturas viárias, ferroviárias e aéreas que faziam a circulação de produtos e mercadorias do município, além das migrações, quase sempre do campo em direção à cidade e de cidades vizinhas.

O município é servido pela estrada de Ferro de Baturite, da Rêde Viação Cearense, e por estradas de rodagem. As ligações com municípios vizinhos e a Capital do Estado são feitas por intermédio dos seguintes meios de transporte: Barbalha, via Juazeiro do Norte – Rodoviário (27 km); Cariri, via Juazeiro do Norte – Rodoviário (40 km); Faria Brito – Rodoviário (56 km); Juazeiro do Norte – 1) Ferroviário (13 km); 2) Rodoviário (13 km); Santana do Cariri – Rodoviário – (44 km); Exu, (PE) –

Rodoviário – (63 km); e Capital Estadual – Ferroviário – (61 km). [...] o município conta com um campo de aviação no qual pousam, com regularidade, aviões da “Real” e “Aeronorte”. [...] Há, ainda, uma linha regular de ônibus para a Capital do Estado (IBGE, 1959, p. 185).

A privilegiada localização geográfica e espacial em que o município do Crato estava situado, além do crescimento econômico e da infraestrutura existente no contexto urbano da cidade, favoreceu o crescimento populacional e o aumento do número de migrações em relação à urbe. O Crato, como qualquer outra cidade brasileira, vivenciou, ao longo do seu processo de formação, diversos problemas sociais, como favelização, pobreza, miséria, mendicância etc. Esses problemas são fruto do processo de desenvolvimento desigual e combinado da cidade capitalista, isto é, a cidade, no seio do seu processo de desenvolvimento e expansão, planeja ou mesmo institucionaliza a segregação, a pobreza e a miséria, tendo no Estado o instrumento que normatiza e institucionaliza essa divisão territorial da cidade.

Na década de 1950, o Crato era a terceira maior cidade do interior do Estado do Ceará, estando atrás somente de Juazeiro do Norte e Sobral. Economicamente, o município possuía a terceira maior atividade bancária registrada, perdendo somente para as cidades de Fortaleza e Sobral (IBGE, 1959).

As principais empresas industriais de Crato são as seguintes: Fábrica Aliança e Usina Babaçu, de extração de óleos vegetais; Exportadora Cratense e Irmãos Bezerra de Menezes e Cia, beneficiamento de algodão; Fábricas de Mosaicos “Leão” e “Luceti”; Padaria Triunfo; Cerâmica Elba; Fábrica de Bebida Araripe; Serraria Monteiro e os seguintes engenhos: Lagoa Encantada, São Bento, Bebida Nova, Granjeiro, Muriti, Monte Alegre, Melo, Brito, Pau Sêco, Santa Rita, B. Horizonte, Belmonte, São Vicente, Serra, Teimosa e Jacó (IBGE, 1959, p. 184).

Esses aspectos, referentes aos aspectos econômicos do município foram importantes fatores que contribuíram para a expansão da cidade e de seus serviços. Nesse período, “a sede do município contava com 28 estabelecimentos atacadistas, 323 varejistas, 413 industriais, 03 bancários e 03 cooperativas” (LÓSSIO, 1956 apud OLIVEIRA, 1998, p. 35). No Crato, o setor de comércio e de serviços, principalmente ligados a questões de cunho educacional sempre foram fortes atrativos para a migração para a cidade, eloquente do investimento na cidade, que propiciaram no desenvolvimento da mesma.

O município do Crato, já com o Censo de 1950, contava com 1 avenida, 58 ruas, 2 travessas, 8 praças e 3 ladeiras. A cidade do Crato já contava com 29 ruas calçadas a paralelepípedos e pedras beneficiadas. Existiam 4.475 prédios localizados nas zonas urbanas e suburbanas. Era servida de luz elétrica pública, com 1.758 ligações particulares, possuindo serviço telefônico de uso público com 254 aparelhos. [...] Em 1950, o abastecimento de água era realizado pela Empresa de Água do Crato, de

propriedade da Prefeitura Municipal, que beneficiava 32 logradouros, abastecendo 1.198 prédios. Havia, também, serviço de limpeza pública mantido pela prefeitura, beneficiando 32 logradouros e 2.850 prédios (OLIVEIRA, ABREU, 2010, p. 251).

Na década seguinte, em 1960, segundo o recenseamento realizado pelo IBGE, a urbe contava com aproximadamente 32.000 habitantes, tendo um aumento relativamente de 30% em relação ao ano de 1950.



Figura 5: Centro da Cidade do Crato na década de 1950. Fonte: IBGE. Data 1959.

A morfologia urbana da cidade se ampliava à medida que o número de migrações se dava, principalmente, em virtude da oferta de serviços e o fetichismo do processo de industrialização e urbanização, com a falsa ideia de geração de emprego e melhores condições de vida.

Na década de 60, conforme estudos do IBGE, tendia a cidade a expandir-se em direção à saída para Juazeiro do Norte, encravada hoje pelos bairros de São Miguel e Santa Luzia, onde havia e ainda há o predomínio de residências de uma classe média formada, principalmente, por comerciantes. Como bairro de classe média/alta aparecia e ainda hoje permanece o bairro do Pimenta, onde se situavam a antiga Faculdade de Filosofia, denominada, hoje, Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA), o Colégio Estadual e a Rádio Educadora (OLIVEIRA, ABREU, 2010, p. 253).

Dessa forma, percebe-se que, desde a década de 1960, a expansão urbana do Crato em direção a cidade de Juazeiro do Norte se daria em termos de mancha urbana. Naquele período

formavam-se as primeiras expressões do que hoje compõe a Região Metropolitana do Cariri – RMC.

Esse caráter centralizador e polarizador do Crato, juntamente com as cidades de Juazeiro do Norte e Barbalha, estava como centro de referência na região sul do Estado do Ceará.

Por volta deste período, Crato e Juazeiro do Norte de forma conjunta já funcionavam como centros bipolarizados, como afirma COELHO (1990), atuando como centros regionais na hierarquia urbana cearense por possuírem alto poder de atrair contingentes populacionais que saíam do campo e cidades próximas no intuito de melhoria da qualidade de vida. Tal projeção regional devia-se, em grande parte, ao fato de serem grandes centros regionais de serviços tanto no setor comercial como nos de assistência médico-hospitalar, educacional e bancário (OLIVEIRA, 1998, p. 52).

Com a expressividade do crescimento urbano da cidade, aumentava-se também o número de pobres, de favelas, cortiços e formas de ocupação da cidade pelas populações subalternas. No Brasil, esse processo, descrito por Arlete Moysés Rodrigues (2003, p. 22), evidencia que os que “mais precisam usufruir de uma ‘cidade com serviços e equipamentos públicos’– aqueles que têm baixos salários – comprem lotes/casas em áreas distantes, onde o preço é mais baixo”.

Esse processo, evidenciado pela propriedade privada da terra e por sua apropriação pelas forças coagidas do capital, remodela a cidade na lógica do dinheiro, apontado suas estruturas no amplo leque do investimento do capital (CARLOS, 2007).

Em relação à composição social da urbe, no que diz respeito à segregação, o Crato estava dividido hierarquicamente por um processo marginal que aglutinou grande parcela da população pobre as margens do Rio Grangeiro, como afirma Oliveira (1998, p. 56):

A linha da Rede de Viação Cearense e o canal do rio Grangeiro delimitavam os bairros mais pobres, tais como os bairros do Pinto Madeira, do Seminário, Alto da Penha, Independência e o Bairro do Batateiras. A medida que se atingia a periferia da cidade, tornavam-se mais frequentes os mocambos de taipa com pisos de terra batida e cobertura de palha.

Esses bairros, que compõem grande parcela da população pobre da cidade, têm características de escassez de infraestrutura urbana e equipamentos de consumo coletivo, agremiando assim, as duras condições que a população vem sofrendo no espaço social da urbe.

Na década de 1970, a cidade do Crato sofreu mudanças no seu espaço urbano e a população da cidade apresentou um salto quantitativo, passando para 40.087 habitantes (OLIVEIRA, 1998).

Crato, se constituía no principal centro de redistribuição dos produtos manufaturados e de coleta da produção regional. Com um comércio também importante, apresentava-se como cabeça de rede comercial, com a presença de vários setores da economia em destaque, principalmente as empresas varejistas e atacadistas. Um tipo de comércio que se destacava na cidade, e ainda se destaca, era o varejista com emprego de pouco capital e nenhuma especialização para seu funcionamento, constituindo-se das casas de produtos alimentares, restaurantes, bazares, mercearias, bodegas e botequins. Quanto às atividades industriais, várias indústrias se destacavam. As indústrias químicas, de óleo vegetal, têxteis, de beneficiamento de algodão, além de indústrias de produção alimentar, construção, vestuário, madeira, móveis e sabão foram as mais importantes, dentre outras. Mas, mesmo nesta década, constata-se um forte indício de pessoal desempregado e de subempregados. Acontecia que a população que migrava para a cidade não conseguia emprego por não haver suporte econômico e social que captasse a mão-de-obra imigrante, provocando a reprodução das favelas e dos cortiços, com a presença de uma grande massa de pessoas com rendas baixas que ainda hoje permanecem na cidade (OLIVEIRA; ABREU, 2010, p. 254)

Esse salto tanto em termos demográficos, como na espacialidade e expressividade do espaço urbano da cidade não acompanhou o processo de urbanização que, de forma desigual e combinada, resultou na composição de diversas mazelas sociais e ambientais na urbe, eximindo da população mais pobre de serviços para se viver com dignidade.

Nesse sentido, a cidade do Crato, continuou crescendo, mas acabou perdendo sua polarização para Juazeiro do Norte, que hierarquizou sua centralidade na região, principalmente no campo político e econômico, além dos setores de serviços e comércio. O que se manifestou foi a complementaridade entre as unidades que formavam o triângulo CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), sendo esses municípios, os três principais do polo regional do sul do Estado do Ceará. “Assim mesmo, apesar de não ser mais a capital do Cariri, a cidade do Crato não parou de crescer, principalmente em virtude de ainda ser um centro importante de produção e por deter influência do ponto de vista educacional e turístico na região” (OLIVEIRA, 1998, p. 62).

Da década de 80 até hoje, Crato continua a exercer papel importante devido à Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA) que oferece vários cursos de nível superior e à Escola Agrotécnica Federal do Crato, hoje denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) – Campus Crato, que forma técnicos agropecuários e profissionais provenientes da região do Cariri e sertão vizinho (OLIVEIRA, ABREU, 2010, p. 256).

A contradição no modelo de desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos se configura desde as grandes metrópoles até as cidades de médio e pequeno porte, como é o caso da cidade do Crato. O que se visualizou no município em questão foram diversas mazelas e contradições vivenciadas também nas metrópoles brasileiras, claro, com suas limitações espaciais, devido à distinção entre uma metrópole e uma cidade de médio porte.

O modelo de desenvolvimento da cidade do Crato, não diferente do resto do país, foi marcado pela intensificação do processo de industrialização ou, como postula Lefebvre (2008), o duplo processo industrialização (indutor) e urbanização (induzido). O Crato, no contexto histórico regional, sempre teve uma forte influência devido às suas dimensões territoriais e de localização, além dos atrativos biogeográficos que resultam na composição social da economia da cidade, atraindo turistas e habitantes a residirem na cidade. Esse processo acompanhou toda a trajetória de formação da cidade do Crato ao longo do tempo, o que germinou na composição do tecido urbano da cidade e sua importância no cenário estadual.

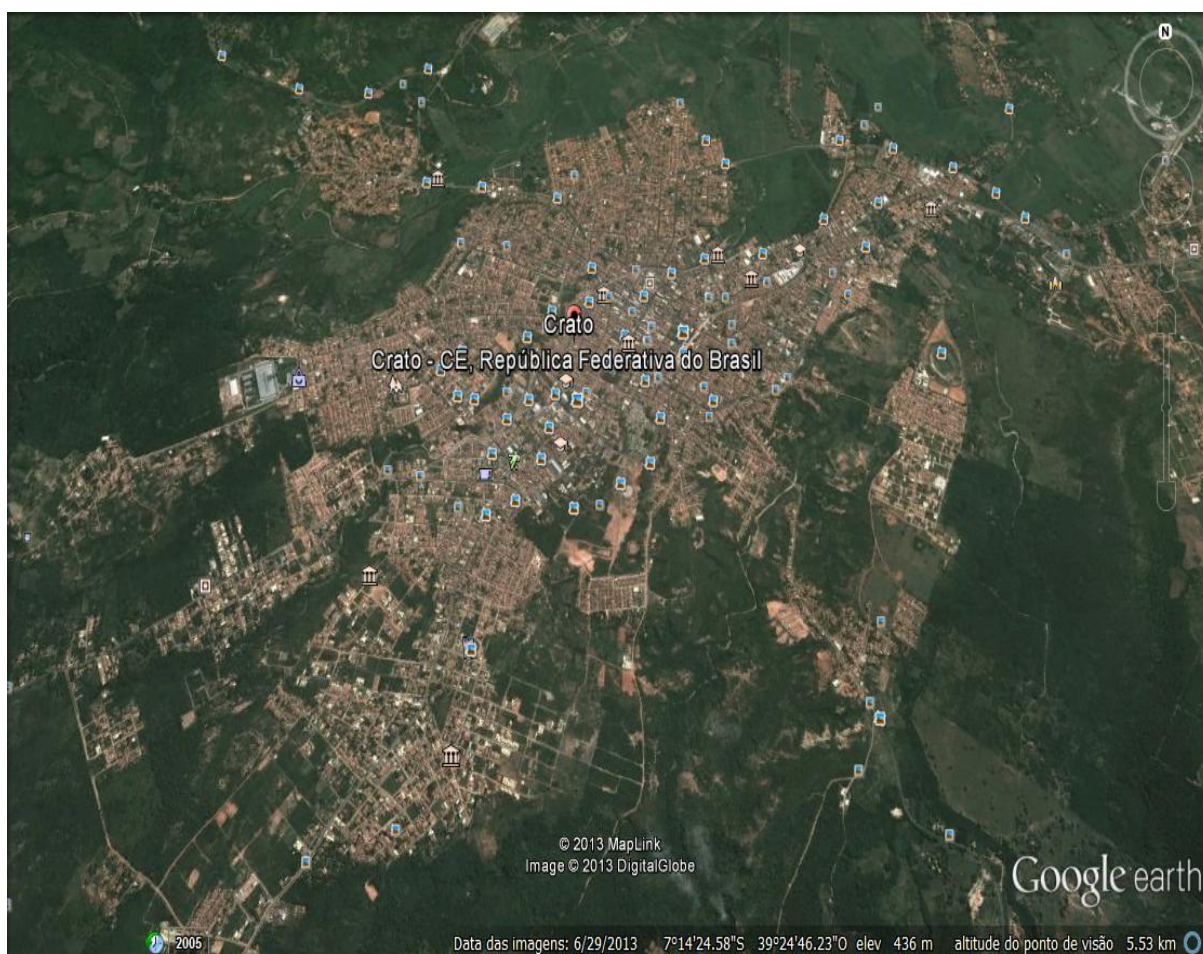


Figura 6: Imagem da área urbana da cidade do Crato – Ceará. Fonte: Google Earth. Data: 30/06/2013.

Na imagem anterior, identificamos a área urbana da cidade do Crato, composta atualmente por uma população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2010, de 121.428 mil habitantes.

A população urbana da cidade do Crato é de 100.916 mil pessoas (IBGE, 2010), elencando assim, o alto grau de urbanização da cidade. O que indica vários problemas de cunho social e econômico, tendo em vista que grande parcela da população mais carente está sendo espoliada das áreas centrais da cidade, acarretando uma expansão do perímetro urbano da mesma, em virtude do afastamento da população mais pobre das áreas de interesse do capital.

Tabela 1: Evolução populacional do município do Crato

Ano	Crato	Ceará	Brasil
1991	90.519	6.366.647	146.825.475
1996	95.073	6.781.621	156.032.944
2000	104.646	7.430.661	169.799.170
2007	111.198	8.185.286	183.987.291
2010	121.428	8.452.381	190.755.799

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 2: População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização – Crato/CE.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	90.519	100,00	104.646	100,00	121.428	100,00
População residente masculina	42.659	47,13	49.570	47,37	57.616	47,45
População residente feminina	47.860	52,87	55.076	52,63	63.812	52,55

População urbana	70.280	77,64	83.917	80,19	100.916	83,11
População rural	20.239	22,36	20.729	19,81	20.512	16,89
Taxa de Urbanização	-	77,64	-	80,19	-	83,11

Fonte: Pnud, Ipea e FJP. Acesso em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/crato_ce. Data: 29/04/2014.

Os gráficos acima mostram a evolução do município do Crato da década de 1990 ao ano de 2010. Essa evolução ressalta o crescimento da população no período de 20 anos em 30 mil habitantes, o que corrobora um crescimento populacional alto em um curto período de tempo. Essa análise resulta não somente de fatores provindos das altas taxas de natalidades, mas também, da centralização e da polarização que a cidade tem em relação à mesorregião do Cariri, influenciando as migrações de pequenas cidades para cidades de médio e grande porte.

Os dados acima mostram que, desde os anos de 1991, a maior parte da população do município reside na área urbana da cidade, com um percentual de 77, 64%. Atualmente, segundo os dados, o percentual da população vivendo na área urbana da cidade é de 83,11%, o que evidencia o alto índice de urbanização da cidade, chegando a quase 90%, como mostra a taxa de urbanização do município.

No Crato, em 1991, 65,85% da população era pobre e 38,42% estavam na situação de extrema pobreza. Esse dado evidencia que mais da metade da população do Crato era composta por pessoas de baixa renda, o que culminava em uma intensa concentração de renda e desigualdade no município. Em 2010, esses dados diminuíram, principalmente devido às políticas sociais implantadas pelo governo nos últimos anos. No ano de 2010, 8,61% da população encontra-se na extrema pobreza e 24,54% é pobre, o que revela ainda a desigualdade e a concentração de renda nas mãos de poucos.

Tabela 3: Renda, Pobreza e Desigualdade – Crato/CE.

Renda, Pobreza e Desigualdade.	1991	2000	2010
Renda per capita	221,16	333,37	470,46

% de extremamente pobres	38,42	23,12	8,61
% de pobres	65,85	48,05	24,54
Índice de Gini	0,64	0,64	0,57

Fonte: Pnud, Ipea e FJP. Acesso em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/crato_ce. Data: 29/04/2014.

Apesar da mudança ocorrida ao longo desses últimos 20 anos, a concentração de renda entre os 20% mais ricos e mais pobres ainda é muito grande. No índice de Gini, quanto mais próximo de 1,0, maior é a desigualdade e a concentração de renda. Isso significa dizer que no Crato a desigualdade social e a concentração de renda, levando em consideração o ano de 2010, que tem o percentual de 0,57%, ainda é muito alta.

Tabela 4: Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População – Crato/CE.

Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População	1991	2000	2010
20% mais pobres	2,40	1,96	3,04
40% mais pobres	7,56	7,08	9,91
60% mais pobres	16,12	15,80	20,86
80% mais pobres	31,04	31,25	38,61
20% mais ricos	68,96	68,75	61,39

Fonte: Pnud, Ipea e FJP. Acesso em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/crato_ce. Data: 29/04/2014.

O dado acima revela os índices de concentração de renda na cidade do Crato, onde os 20% mais ricos detém 61% da renda do município. Esse dado informa claramente que grande parte da população da cidade, ou seja, os 20% mais pobres detém somente 3% da renda. Isso evidencia que a maior parte da população não tem as mínimas condições de sobrevivência no espaço social da cidade, podendo revelar que essa população abastada, normalmente, não possui casa própria, ou mesmo não tem condições mínimas para pagar um aluguel e se reproduzir enquanto ser social.

No município em questão, a trajetória das condições de vida e sobrevivência da população mais carente foi marcada pelas lutas em torno do direito à moradia e mais amplamente do direito à cidade. Assim, como qualquer outra cidade capitalista, o Crato expressa, em na sua formação, as desigualdades e contradições do modelo de

desenvolvimento das cidades em países de periferia do capitalismo, que germinaram nas péssimas condições de vida e sobrevivência de grande parcela da população, que se reproduz a partir da luta diária em torno dos direitos sociais adquiridos constitucionalmente.

Tabela 5: Abastecimento de água e esgotamento sanitário no Crato.

Abastecimento de Água - 2012

Discriminação	Abastecimento de água		
	Município	Estado	% sobre o total do Estado
Ligações reais	-	1.566.268	-
Ligações ativas	-	1.457.664	-
Volume produzido (m ³)	-	387.198.985	-
Taxa de cobertura d'água urbana (%) (1)	92,53	93,4	-

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE).

(1) Dados referente à 2011.

Esgotamento Sanitário – 2012

Discriminação	Esgotamento sanitário		
	Município	Estado	% sobre o total do Estado
Ligações reais	-	493.930	-
Ligações ativas	-	468.501	-
Taxa de cobertura urbana de esgoto (%) (1)	26,50	34,62	-

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE).

(1) Dados referente à 2011.

Fonte: IPECE, 2013.

Os dados acima revelam, ainda, o perfil da rede de abastecimento de água e esgoto na cidade do Crato. Na tabela acima se observa que na cidade não há uma política de esgotamento sanitário, o que demonstra a insalubridade das condições de vida da população cratense. Os dados que podem ser analisados é que na cidade há uma rede de abastecimento de água, tendo uma cobertura de 92,53% da área urbana. Já em relação à cobertura de esgotamento sanitário, esse dado vai para 26,50%, o que permite perceber o baixo índice da rede de tratamento de esgoto na cidade do Crato.

Segundo relato de um dos representantes do poder legislativo da cidade do Crato, não existe rede de tratamento de esgoto, o que se têm são redes coletoras desses resíduos que coletam os esgotos de algumas áreas da cidade, mas seu destino são as águas do Rio Grangeiro, que está hoje canalizado. Em entrevista realizada com um vereador, homem, membro do PT na cidade:

(...) Nós temos uma demanda muito grande na cidade também que está vinculada a questão da habitação que é a do saneamento; a cidade do Crato tem um déficit, alias, ela não tem um sistema de saneamento; nos temos redes coletoras na cidade mas não tem um tratamento desses dejetos; eles vão para os leitos dos riachos, das ruas, enfim, o canal do rio grangeiro é uma grande fossa e a única estação de tratamento que foi construída aqui para tratar os esgotos do bairro da vila alta no primeiro ano de funcionamento ela rompeu porque a tubulação atravessava o rio grangeiro, foi rompido e nunca mais; parou de receber os dejetos desse bairro e ate o bairro da Batateira (José Pinheiro) que tem um projeto de saneamento que era para interligar essa estação de tratamento parou porque a estação não recebe mais os esgotos desses bairros. Então essa é uma demanda, e o ministério das cidades tem uma política de financiamento de saneamento e não sei porque a Prefeitura do Crato não tem uma política de saneamento¹⁷.

Dessa forma, percebe-se que, mesmo com a polarização regional e a importância do Crato como um centro urbano de referência no Estado do Ceará e na Região do Cariri, a população da cidade sofre com vários problemas que são estruturantes das cidades capitalistas no Brasil, como favelização, mendicância, falta de emprego, moradia, saneamento básico, etc. Esses problemas levaram a população a se organizar e tentar melhores condições de vida a partir da participação social e política, tendo na atuação dos movimentos sociais a forma mais expressiva de contestação da população.

1.5 Políticas Habitacionais no Brasil e no Crato

Inicialmente, entende-se que existe uma diferenciação no que se refere a políticas públicas de Estado e de Governo. Essa diferenciação é necessária a ser considerada para entendermos que grande parcela das políticas habitacionais no Brasil estava seguindo um paradigma baseado nas chamadas “políticas de Governo”, o que, do ponto de vista da eficácia da política pública, é algo prejudicial.

A noção entendida, aqui, de política de Governo e de política de Estado está atrelada à concepção de que a primeira é uma política momentânea, que visa solucionar, amenizar ou resolver o problema num curto intervalo de tempo, não levando em consideração outros aspectos que estão em conexão. Já a segunda, é aquela que tem como objetivo uma continuação lógica, que pretende resolver o problema de forma contínua, pois, a nosso ver, o

¹⁷ As entrevistas coletadas foram gravadas. Posteriormente foram transcritas, a fim de que pudessemos analisar os dados. Priorizou-se manter a originalidade na fala dos sujeitos entrevistados. Assim, as entrevistas foram transcritas tal qual os entrevistados falaram, para que se mantivesse o caráter e as marcas da oralidade, sendo feitos somente ajustes ligados as normas gramaticais.

déficit habitacional sempre vai existir, a todo instante as pessoas casam, as famílias crescem e o uso da terra urbana é palco do processo de mercantilização, onde é vista como um produto que agrega um valor de uso e de troca, sendo disputada pelos diversos agentes produtores do espaço. Por isso, acredita-se que a política pública de habitação deve ser uma política de Estado, onde deva estar em conexão com outros problemas ligados a habitabilidade para que possa ser sanada de forma mais eficiente. Nesse sentido, entende-se que a compreensão das políticas habitacionais no Brasil está marcada pelo que denominamos de políticas públicas de Governo e não de Estado, o que acarreta sérios problemas.

O surgimento das políticas públicas enquanto campo conceitual e acadêmico surgiu como um subcampo da ciência política nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área. Na Europa, essas políticas estavam centradas mais nas análises do Estado do que na produção das políticas dos Governos. Já nos EUA, as análises das políticas públicas ganharam um novo destaque, a centralização das pesquisas na conjuntura do Governo e de suas ações.

Para Souza (2006) essa trajetória das políticas públicas é percorrida da seguinte forma:

O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações (SOUZA, 2006, p. 22).

Consideram-se como os principais responsáveis pela criação da política pública como campo de conhecimento científico os seguintes teóricos: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton (SOUZA, 2006). Dessa forma, entende-se que cada um desses pensadores teve uma formidável contribuição na construção do conhecimento no campo das políticas públicas, onde ganham destaque C. Lindblom e D. Easton. O primeiro, questionando as concepções de Laswell e Simon e incorporando a ideia de poder no campo das políticas públicas. O segundo, percebendo a política pública como um sistema, que perpassa pelos níveis da formulação, resultado e ambiente.

Mas, o que seria uma política pública? Inicialmente destaca-se o grande desafio em conceituar o que seria uma política pública, devido a complexidade de elementos que estão intrinsecamente correlacionados a ela, como por exemplo, o Estado e a economia. De acordo com o pensamento de Souza (2006) existem divergentes concepções do conceito de políticas públicas.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

Assim, compreendemos que o conceito de políticas públicas está totalmente atrelado ao Estado, sendo esse o principal agente que regulamenta e implanta a política pública. Mas é preciso entender que o Governo é um apêndice do Estado e esse é movimento da sociedade civil, que são políticos, técnicos e organismos da sociedade civil. Contudo, partilhamos da concepção de Rua (2012) e Höfling (2001) que trata das políticas públicas como um instrumento de “Estado em Ação” (GOBERT, MULLER, 1987 apud HÖFLING, 2001), onde se voltam ações, projetos e programas de Governo com o intuito de sanar problemas e setores específicos da sociedade.

Assim, percebe-se que o objetivo da política pública é solucionar uma demanda expressada pela sociedade civil, com características públicas e coletivas, quer dizer, que beneficie a todos sem distinção. Mas, contraditoriamente a isso, Meksenas (2002), atrelado a uma concepção marxista compreende que as políticas públicas não são um instrumento utilizado pelo Estado para solucionar ou sanar determinado problema e sim se configuram como mais um instrumento apropriado pelo Estado para ampliar a produção e a reprodução da acumulação capitalista deste.

O conceito de políticas públicas aparece vinculado ao desenvolvimento do Estado capitalista e esse às relações de classe. No século XX, as políticas públicas são definidas como um mecanismo contraditório que visa à garantia da reprodução da força de trabalho. Tal aspecto da organização do Estado nas sociedades industriais, não traduz um equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho (idem, p.77).

Com isso, surgem várias críticas em torno das políticas públicas do Estado capitalista e, assim, questiona-se a eficácia das políticas públicas no Brasil, em especial as políticas habitacionais de interesse social.

Essa contradição lógica do processo de desenvolvimento do capitalismo, ideologizado por uma série de ações democráticas, além de políticas que culminam no interesse social de

todas as camadas sociais, remete a um fetichismo da questão da moradia e do déficit habitacional.

As políticas públicas são questionadas devido à exclusão do Estado em partilhar essas políticas com a sociedade civil. Apesar de se ter reivindicações dos movimentos sociais para que pudessem participar cada vez mais do Governo, entende-se que o Estado não compreende e não insere a participação popular no campo das análises e da construção das políticas públicas. Quando isso ocorre, percebe-se que se trata meramente de uma forma do Estado “calar a boca” dos movimentos sociais e da sociedade civil em relação à atuação desse segmento no Governo.

Nesse sentido, compartilhamos da compreensão de Höfling (2001, p. 31), que destaca a relação do Estado com as políticas públicas:

O Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

O caminho percorrido pelas políticas públicas no Brasil foi marcado pela luta dos movimentos sociais, onde há uma forte atuação destes para participar das políticas do Governo. Essa participação não se deu diferente no campo das políticas habitacionais no país, pois as demandas por moradias da população mais pobre fizeram com que o Estado criasse políticas habitacionais com o objetivo de atender as demandas dos que lutavam por moradia. O que não ocorreu e ainda não ocorre na história das políticas habitacionais.

O Estado e o setor privado não conseguiram solucionar o problema do déficit habitacional do país, devido à baixa renda financeira da população mais carente. Esses fatores levaram o Estado assumir o papel de regularizador das políticas habitacionais no país, o que acarretou na consolidação das primeiras políticas habitacionais.

A política habitacional emerge com o propósito de diminuir o déficit habitacional e gerar novos empregos com o aumento das construções. Como a indústria da construção civil utiliza mão-de-obra em larga escala, incentivar a indústria da construção é também tentar atenuar a crise econômica. Ao mesmo tempo difunde mais a ideologia da “casa própria”, contribui para a “estabilidade social” e torna-os proprietários “aliados a ordem”, como disse o então Ministro Roberto Campos (RODRIGUES, 2003, p. 57).

De acordo com o pensamento de Cloux (2009), antes do período do Estado Novo (1937-1945) não há registros de implementações de políticas públicas habitacionais. Naquele período, as únicas políticas eram de distribuição de lotes de terra urbana, não urbanizadas. As primeiras iniciativas públicas de produção de moradias com fim social ocorreram através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), durante o Estado Novo. Aquela experiência tinha como foco da construção de moradias os associados dos Institutos, culminando numa política de caráter centralizador, beneficiando os funcionários públicos e operários. Os IAPs foram responsáveis pela produção aproximada de 140.000 unidades habitacionais nas cidades brasileiras. Esta política habitacional fazia parte da política populista de Getúlio Vargas, que assegurou sua imagem de "pai dos pobres". Apesar de importante na tentativa de sanar o déficit habitacional no país, não se conseguiu incluir uma parcela da população com rendimentos inferiores a três salários mínimos (CLOUX, 2009), o que acarretou em diversas ocupações dos movimentos sociais e a consolidação de diversas favelas nas cidades brasileiras.

A primeira grande política habitacional no país foi a partir da criação da Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946, como primeiro órgão de âmbito nacional, voltado exclusivamente para a provisão, mediante venda, de casas para a população de baixa renda. Inicialmente com recursos derivados de impostos associados à redistribuição de riqueza, a FCP não consegue se firmar, seja pela força dos Institutos, seja pela resistência ao pagamento de impostos, tendo como resultado uma produção diminuta de efeito perverso (PEQUENO 2008).

A produção da moradia entre 1964 e 1985, financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), foi dividida em duas vertentes de ação definidas por médias salariais. Para o público com rendimentos entre três a cinco salários mínimos, coube às Cooperativas Habitacionais (COHABs), em âmbito local, a produção das moradias. Para as pessoas com rendimentos até doze salários mínimos, coube aos Institutos de Orientação de Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs). Os que possuíam rendimentos superiores a doze salários mínimos foram financiados por bancos privados (CLOUX, 2009).

O BNH conseguiu produzir 25% das então novas unidades habitacionais construídas entre 1964 e 1986. Porém daquelas, apenas 33% atingiram o público entre três e cinco salários mínimos.

Após o golpe de 64, durante o Governo militar, deu-se uma ênfase na questão da moradia através da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para onde

convergiriam os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e do Banco Nacional da Habitação (BNH), responsável pela formulação, gestão e execução da política nacional, contando com as Companhias de Habitação (COHABs) na execução de programas para as camadas de baixa renda. Outros segmentos vieram a ser atendidos por cooperativas e mesmo pelo mercado, com financiamento junto ao BNH. (PEQUENO, 2008).

Já na “Era Collor”, mais especificamente na segunda metade dos anos 1980, a crise do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ocasionada pelo grande déficit do Governo militar gerou sérios problemas econômicos, como o desemprego e a inflação, o que acarretou na diminuição orçamentária do SFH e a extinção do BNH, criando um “vácuo com relação às políticas habitacionais, através de um processo de desarticulação progressiva da instância federal, com fragmentação institucional” (CARDOSO, 2002 apud PEQUENO, 2008, p. 03).

Entretanto, com a extinção do BNH, suas atribuições foram incorporadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), definindo-se novas diretrizes para a condução dos programas (PEQUENO, 2008). Nesse sentido, Pequeno afirma que:

A política federal passou a ser conduzida de forma fragmentada, mediante a criação de programas alternativos marcados pela descontinuidade, pela mudança de endereço institucional alocada em diferentes ministérios. Além disso, várias das ações que vinham sendo implementadas, foram desaceleradas por conta de reduções orçamentárias, o que induziu a progressiva retirada dos governos estaduais deste setor com a extinção das COHABs, não mais condizentes com os princípios do neoliberalismo que passam a predominar nos governos estaduais (PEQUENO, 2008, p. 10).

Para Pequeno (2008, p. 11) “tem-se assim o início de um processo denominado por Cardoso (2002) como a descentralização perversa, quando foi repassada às municipalidades a condução das políticas habitacionais”, culminando em sérios problemas da aplicabilidade de políticas habitacionais, principalmente devido à falta de recursos financeiros dos Governos Municipais.

Dessa forma, entende-se que as políticas habitacionais efetivadas no Brasil, ao longo do tempo, não estiveram em consonância com a política de habitação por interesse social. Merece destaque que a maioria das políticas habitacionais no país não contemplou as pessoas que tem renda de 0 a 3 salários mínimos, as quais são as que mais precisariam de moradia e não teriam condições de pagar a casa própria.

A chamada “Era FHC”, marcada pelo Governo do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, teve início em 1994. Nesse mesmo ano, Pequeno (2008) aponta que:

O governo Itamar Franco colocou como prioridade a conclusão das obras iniciadas na gestão anterior, para as quais foram aportados recursos da ordem de 800 mil dólares, e lançou os programas “Habitar Brasil” e “Morar Município”, com recursos oriundos do Orçamento e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). Os montantes de investimento real, todavia, ficaram aquém das expectativas, como consequência das necessidades de restrição de gastos gerada pelo Plano Real. O primeiro governo Fernando Henrique Cardoso irá, então, empreender uma reforma mais efetiva do setor, promovendo uma ampla reorganização institucional com a extinção do Ministério do Bem Estar Social e a criação da Secretaria de Política Urbana - SEPURB no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, esfera que ficaria responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Habitação (OLIVEIRA apud PEQUENO, 2008, p. 15).

Na era do Plano Real, os investimentos dos programas habitacionais do Brasil estavam atrelados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da CEF, o que aglutinou o aumento do número de inadimplência e, da mesma forma, os outros Governos e políticas habitacionais não conseguiram produzir moradias para as famílias de baixa renda, que possuíam até 03 salários mínimos.

Assim, compreende-se que as moradias conquistadas por esse seguimento estiveram condicionadas à luta dos movimentos sociais, através da ocupação de diversos lotes de terras públicos e privados nas cidades brasileiras. Movimentos como a União dos Movimentos de Moradia Popular (UMMP), União Nacional de Moradia Popular (UNMP), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), dentre outros ganharam destaque nesse período devido seu surgimento e atuação em relação às lutas por moradia no Brasil. Pode-se perceber que a conquista da moradia pelas famílias de baixa renda tem se dado através das ocupações e do processo de autoconstrução, desde sua ascensão, na década de 1950, até os dias de hoje.

De acordo com o pensamento de Theotônio dos Santos (1985, p. 159) sobre a participação dos movimentos sociais na luta pela moradia, destaca-se que:

Diante do papel cada vez mais abrangente do capitalismo monopolista de Estado, os projetos e a ação dos movimentos sociais tendem a ser refuncionalizados pelo Estado capitalista. Se se coloca uma questão habitacional, ela se converte de imediato num item da política habitacional, da política industrial da construção civil, envolve a propriedade da terra, o sistema financeiro etc. todos eles inevitavelmente relacionados com as políticas estatais.

Para Santos (2008) esse problema se dá devido a grande parcela da população, a chamada população de baixa renda, não conseguir participar do mercado imobiliário formal, devido à burocratização das políticas habitacionais, através da comprovação de renda etc. Assim, de acordo com o pensamento de Santos (2008, p. 122) sobre os programas habitacionais no Brasil, afirma-se que:

Os programas habitacionais, inicialmente criados para a chamada população “de baixa renda”, beneficiaram, na prática, muito mais os setores de classe média, pois os mais pobres não conseguiam cumprir as exigências burocráticas para se inscrever em tais programas: comprovar renda familiar mínima, garantia de emprego etc. Além disso, muitos dos que conseguiam cumprir as formalidades legais tempos depois perdiam o imóvel, em virtude do desemprego ou da diminuição dos rendimentos familiares.

Dessa forma, percebe-se que as políticas públicas de habitação por interesse social no Brasil foram ineficientes ou tiveram pouca abrangência, em virtude desses problemas supracitados, principalmente pelo Estado não dar condições nem subsídios para a população mais carente de se reproduzir enquanto classe social.

Já no “Governo Lula”, uma de suas primeiras ações foi a criação do Ministério das Cidades, que aglutinou diversos elementos condizentes com os problemas das cidades brasileiras, como moradia, saneamento básico, infraestrutura etc.

De acordo com o pensamento de Bonduki (2008, p. 96), enfatizando as ações do Governo Lula em relação à habitação no Brasil, destaca-se:

O Presidente, em um dos seus primeiros atos, criou o Ministério das Cidades, englobando, como propunha o Projeto Moradia, as áreas de habitação, saneamento, transportes urbanos e planejamento territorial e indicou para os principais cargos técnicos experientes e comprometidos com todo o processo de elaboração de propostas alternativas e com o ideário da Reforma Urbana. Malgrado a ainda frágil e pequena estrutura organizacional do novo Ministério, sua criação é histórica não só porque ele é o mais importante órgão nacional responsável pelo problema da moradia desde a extinção do BNH, como porque sua concepção, que pressupõe um tratamento integrado da questão urbana, representa um avanço em relação à tradicional fragmentação que tem sido regra na gestão pública.

Esse período, marcado pela continuidade do “Projeto Moradia”, do ex- Presidente FHC teve como regulamento, através de congressos envolvendo diversos seguimentos sociais, a realização da chamada Conferência das Cidades, que ocorreu em todo o Brasil, de baixo para cima, através das conferências municipais e estaduais.

A segunda Conferência Nacional das Cidades, que ocorreu em 2005, marcou um novo momento do Governo Lula e das políticas habitacionais de interesse social no Brasil, quando se restringiu a abrangência e atuação do antigo Fundo Nacional de Habitação (FNH) e criou o Fundo de Habitação de Interesse Social (FNHIS), o qual se tornou um fundo de investimento financiado com recursos orçamentários. Fundou-se o “Sistema Nacional de Habitação que foi aprovado pelo Conselho das Cidades, tendo sido proposta a criação de dois subsistemas – o de habitação de mercado e o de interesse social” (BONDUKI, 2008).



Figura 7: 4ª Conferência das Cidades – Crato, realizada no ano de 2009. Fonte: César Abreu. Data: 21/10/2009.

Posteriormente, podemos citar a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo Governo no ano de 2007, onde foi criado o programa “Minha Casa, Minha Vida”, no ano de 2009. Esse programa compreende subsidiar o financiamento de moradias a famílias que recebem até R\$ 5.000 reais.

Segundo notas do Governo Federal o programa é um sucesso, realizando a construção de mais de um milhão de novas moradias no seu primeiro momento, o que resultou na sucessão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela atual Presidenta Dilma Rousseff, que consolidou e ampliou a política do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e o “Minha Casa, Minha Vida 2”. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014).

Nesse sentido, entende-se que, ao longo da história, as políticas públicas de habitação por interesse social não ganharam destaque na pauta da maioria dos Governos, estiveram sempre em segundo plano. Somente após a ascensão do Governo Lula foi que se percebeu um pouco mais de atenção por parte do Estado em relação às habitações populares, através da

criação de programas habitacionais destinados a atender as populações com menor renda, mas, não conseguindo, ainda, diminuir o déficit habitacional no país e sanar o problema da moradia.

Portanto, o sucesso mencionado pelo Governo Federal mostrou um avanço no âmbito do financiamento de moradias populares no país, mas longe de sanar a problemática do déficit habitacional. Isso remete, ainda, que as políticas habitacionais criadas pelos Governos no Brasil não conseguiram atender a toda a população e resolver um problema básico que é a garantia do direito à moradia. Esse postulado remonta, também, o fetichismo de acreditar que o problema da moradia esta atrelado somente ao déficit habitacional, entretanto remonta também ao modelo de desenvolvimento do capitalismo que, segundo a compreensão de Ikuta, (2009) está relacionado à esfera produtiva e reprodutiva da vida social.

CAPÍTULO 02

TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Aí lembro hoje que minha mãe disse assim: o que é que tá fazendo aí menina? Vai morrer! Eu disse não, eu vou lutar, não sei de nada, não sei ler, nem escrever, mas vou lutar.

Depoimento de uma Ocupante

Antes de iniciar uma breve trajetória teórica e metodológica dos movimentos sociais, entende-se, de acordo com o pensamento de Scherer–Warren (2005), que os movimentos sociais não são um todo homogêneo e que não existe uma compreensão única entre a maioria dos autores a respeito do conceito de movimentos sociais, dificultando assim, a compreensão de conceituar um movimento social devido à diversidade teórica existente. Outros diriam que essa diversidade de interpretações é a riqueza da coisa. Essa dificuldade teórico-metodológica que orienta a produção intelectual na perspectiva dos movimentos sociais, segundo Scherer–Warren (2005), ocorre principalmente - em relação à maioria dos autores - devido à redução teórica de enxergar os movimentos sociais a partir de uma categoria empírica, o que culminou na fragmentação da produção e na dificuldade de construção de conceitos genéricos e categorias teóricas mais gerais.

Ao longo da história do modo de produção capitalista, visualizamos, na sua composição social, diversos conflitos e lutas sociais que corroboraram com a organização desse sistema. Os conflitos entre capital e trabalho fazem parte do corpo desse modo de produção que se produz e reproduz a partir da exploração dos recursos naturais e da classe trabalhadora.

Essas lutas, que estão no germe da organização social do capitalismo no mundo, fazem parte do rol de contradições que emerge esse modo de produção. As lutas da classe trabalhadora contra as formas de exploração e opressão não datam de tempos atuais, mas de longas datas, muitas vezes, anteriores a esse sistema econômico-político e social.

A seguir buscaremos situar breves considerações sobre a luta da classe trabalhadora ao longo do processo histórico do capitalismo até chegar à compreensão do que se entende hoje

por movimentos sociais. Entende-se que o resgate dessa trajetória é importante no sentido de perceber as contradições do capitalismo a partir do desvendamento de uma análise teórica que orienta o debate dos movimentos sociais estudados nesta pesquisa.

2.1 – Revisão histórica da organização da classe trabalhadora

As lutas sociais que configuraram o cenário do século XIX estavam atreladas a diversas transformações que ocorriam no campo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no mundo. Esse cenário estava marcado pelo advento da Revolução Industrial ocorrida na Europa, em meados do século XVIII, que teve início na Inglaterra e, posteriormente, em outros países.

As condições de trabalho e de moradia impostas pelo desenvolvimento das forças produtivas industriais no mundo marcou a precariedade da reprodução da vida dos trabalhadores urbanos. A insalubridade das condições de moradia e higiene reduziu a expectativa de vida dos trabalhadores urbanos para a média de 21 anos de idade, enquanto os patrões viviam três vezes mais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Esse contexto, de exploração e expropriação da massa trabalhadora e subjugação ao capital industrial levaram diversos trabalhadores a se revoltarem em virtude das condições miseráveis de exploração nas fábricas. O que desencadeou diversas manifestações e ações violentas da classe trabalhadora contra os patrões, levando a destruição de máquinas e das indústrias. Esse episódio ficou conhecido como *ludismo*, onde os trabalhadores não tinham consciência de classe, culpando as máquinas (tecnologia) como responsável pela onda de desemprego e a pauperização da classe trabalhadora (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A partir desse momento, de acordo com pensamento de Montañó & Duriguetto (2011), ocorreram diversas ações dos trabalhadores em repúdio às condições insalubres de produção e reprodução da vida social. Dentre esses movimentos e ações destacam-se a proliferação das *trade-unions* (associações sindicais), o movimento *Cartista*, considerado o primeiro movimento propriamente político dos trabalhadores, dentre outros que marcaram o surgimento das mobilizações sociais.

A progressiva conquista das leis trabalhistas (legalização da jornada de oito horas, fixação de níveis salariais, descanso semanal remunerado, proteção contra acidentes), legislação sobre saúde, previdências etc. – principalmente nos países mais industrializados, como Inglaterra e Alemanha, explicitou como esclarece Netto

(1992, p.31), a confluência de “exigências econômico-políticas próprias da idade do monopólio” com o “processo de luta e de auto-organização da classe operaria. Ou seja, a emergência do movimento operário no cenário político, a partir da segunda metade do século XIX, revelou a face pública e política da questão social (NETTO, 1992 apud MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 229).

Esse momento, principalmente inspirado nas revoluções de 1848, culminou na tomada de consciência do proletariado de *classe em si* para *classe para si*¹⁸, o que Marx chamou de momento de ruptura da consciência de classe.

O contexto de emergência dos movimentos sociais a partir dos movimentos revolucionários de 1848 fez com que Marx e Engels, como membros da Liga dos Comunistas, redigissem o “Manifesto do Partido Comunista”, cujo objetivo era propiciar à classe trabalhadora princípios políticos dos movimentos sociais e das condições de sujeição a que estavam condicionados. As revoluções de 1848 foram um marco das lutas sociais naquele período, representando uma tomada de consciência por parte da classe trabalhadora, acirrando o conflito capital x trabalho.

As revoluções de 1848 e as lutas travadas ao longo desse período foram de suma importância na construção de uma consciência de classe, que culminou no cenário de criação das associações internacionais dos trabalhadores, na luta contra a redução salarial, jornada de trabalho, etc. O sindicato e o partido proletário eram as duas principais ferramentas de luta da classe trabalhadora naquele período. Esses instrumentos propiciaram a tomada de poder na França em 1871, onde, no dia 18 de março, os operários franceses fizeram uma revolução na capital, ficando conhecida como *Comuna de Paris*. A burguesia e o exército foram expulsos pelos trabalhadores, que tomaram o poder do Estado e separaram-no da Igreja.

O movimento revolucionário pretendia a expropriação dos exploradores, rompendo com a ordem capitalista da propriedade privada e dos meios de produção. A experiência se manteve consolidada por 72 dias, quando os trabalhadores foram massacrados pelos exércitos francês e alemão. Estima-se que cerca de mil trabalhadores foram mortos. Para Marx, a comuna “foi o maior movimento proletário até os nossos dias”, nele “os operários tomaram o céu de assalto” (MARX, 1975 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 231).

A importância de focar as primeiras formas de organização da classe trabalhadora se dá no intuito de entender que, desde os primórdios do capitalismo, os trabalhadores foram e são expropriados e explorados pela classe dominante, tendo seus direitos reprimidos no processo de reprodução social. Entende-se, também, que ao focar as teorias dos

¹⁸ Para mais esclarecimentos sobre o processo de mudança de ordem da consciência de classe da massa trabalhadora ver Montañó & Duriguetto em “Estado, classe e movimento social” (2011, p. 93).

movimentos sociais hoje, grande parte de suas abordagens se constituíram através dessas formas de organização do passado, que serve não apenas como memória, mas como as primeiras iniciativas de grupos sociais excluídos de lutar contra a imposição do capital.

As internacionais comunistas marcaram o momento de luta dos movimentos radicais contra a ordem vigente do sistema capitalista de produção. Esses movimentos tinham como protagonistas os sindicatos lutando contra a opulência do conflito capital x trabalho e os partidos políticos socialistas que acreditavam numa revolução no modo de produção capitalista.

Na concepção de Montañó & Diriguetto (2011, p. 232) o grande problema da segunda internacional comunista foi o crescimento dos partidos social-democratas (centro-esquerda) conquistando cargos parlamentares, culminando na mudança da postura política de vários setores que passaram a “acreditar na possibilidade de transformação social gradual, sem a necessidade de ações revolucionárias radicais”. Esse processo está atrelado à mudança e reestruturação do capitalismo no mundo a partir do século XX, com o advento da revolução industrial e do projeto neoliberal que coíbe as ações revolucionárias e cooptam os sujeitos sociais na tentativa de reprimir o movimento revolucionário. Surgiram, assim, confrontos entre as posturas reformistas/revisionistas de Bernstein, o marxismo ortodoxo de Kautsky e a esquerda revolucionária representada por Lênin e Rosa Luxemburgo. Temas como reforma ou revolução, partido revolucionário, caráter da democracia, participação dos governos burgueses, etc., foram destaque nessa época.

As lutas sociais ocorridas América Latina tiveram forte influência da luta da classe trabalhadora na Europa. Os diversos movimentos sociais aglutinados no continente americano, principalmente no Brasil, foram influenciados pelas revoluções na Europa (GOHN, 1991).

Ainda no campo dos movimentos sociais de transformação do sistema capitalista de produção, temos as lutas pela libertação nacional na América Latina, como as lutas nacionais na Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Cuba, Uruguai, dentre outros.

O século XX, antes da Primeira Guerra Mundial, começou com a Revolução Mexicana. Entre as duas guerras, merecem ser lembradas o Sandinismo na Nicarágua, a revolta aprista no Peru, a insurreição em El Salvador, a revolução de 1933 em Cuba, a intentona comunista no Brasil, em 1935, e o governo popular no Chile. Com a segunda Guerra Mundial, emerge o *Bogotazo* na Colômbia e a revolução boliviana de 1952. Um dos fatos de maior força da esquerda latino-americana foi o triunfo da revolução socialista cubana, em 1959. A partir dela, generalizou-se o modelo de “guerra de guerrilhas” e a via insurrecional como forma de luta pelo socialismo para vários países (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 246).

O movimento ditatorial nos países latino-americanos, as transformações do sistema capitalista de produção, inserindo a América no cenário da reestruturação do sistema capitalista culminou numa insatisfação populacional em relação ao modelo de desenvolvimento dos países capitalista emergentes.

Para Montaña & Duriguetto (2011, p. 246) o assassinato do revolucionário Che Guevarra na Bolívia, as mobilizações estudantis e operárias da segunda metade dos anos 1960 (Maio de 1968), a Guerra Fria, representada pelo bloco capitalista (Estados Unidos) e socialista (URSS) e a guerra do Vietnã culminaram no desencadeamento de diversos movimentos sociais de libertação nacional na América Latina.

Esta é a etapa do nascimento, ressurgimento ou auge de diversos movimentos revolucionários e de libertação nacional: na Argentina, os Montoneros, no Uruguai, os Tupamaros (MLNT); no Brasil, o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), a Vanguarda Popular Revolucionária e a Ação Libertadora Nacional; na Colômbia, as Forças Armadas Revolucionárias (Farc); no México, o Movimento de Ação Revolucionária e a Frente Urbana Zapatista¹⁹.

A queda do muro de Berlim em 1989, o desaparecimento do bloco socialista com o fim da União Soviética tiveram um impacto enorme nos movimentos sociais e políticos na América Latina, principalmente na descrença da sociedade civil em relação às ideias socialistas e a viabilidade da luta armada como meio de conquista do poder.

No Brasil, o movimento sindical teve uma importância fundamental referente às lutas contra a ordem capitalista e o processo de industrialização do país. Foi no período da República Velha (1990-1930) que tivemos a constituição do movimento operário e da classe trabalhadora.

Até meados do século XIX, o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil era insignificante, tendo em vista a porcentagem da população empregada na indústria, com cerca de 5% da população por volta de 1872, chegando a 13,8% em 1920 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Com a chegada dos operários imigrantes marcou o surgimento da formação da classe trabalhadora no país, que já tinham experiências nas lutas operárias na Europa. As influências dos trabalhadores estrangeiros culminaram em concepções políticas e ideológicas próximas do anarquismo para os trabalhadores brasileiros e suas formas de organização.

¹⁹ *Ibidem.*

As péssimas condições de trabalho, as jornadas de trabalhos abusivas, o não descanso semanal remunerado, aposentadoria, férias, salário mínimo, miserabilidade nos locais de moradias, as duras condições impostas pelo capital à classe trabalhadora, juntamente com as repressões políticas, do não direito a voto para analfabetos e mulheres, menores de 21 anos dentre outras condições usurpadoras que a classe operária sofria, culminaram nas primeiras formas de organização no Brasil.

Para Montañó & Duriguetto (2011) as primeiras formas de organização da classe trabalhadora no Brasil foram as Associações Operárias, o Auxílio Mútuo (com fins assistenciais) e as Ligas ou Uniões Operárias. Essas ligas deram origem às instituições sindicais, através da construção da Confederação Operária Brasileira, sendo a primeira tentativa de operacionalização de uma central sindical. Dentre as reivindicações da confederação temos o direito à jornada de oito horas diárias, melhorias salariais, férias, seguro contra acidentes, proibição do trabalho infantil, regularização do trabalho de mulheres e crianças, etc.

Até meados da década de 1920 do século passado no Brasil três correntes políticas do sindicalismo brasileiro estiveram presentes; o anarcossindicalismo, os reformistas e os sindicatos amarelos. A concepção anarcossindical (hegemônica) recusava a existência de um partido político da classe operária e a via eleitoral e parlamentar, concebendo os sindicatos como instrumentos revolucionários e defendia o caminho para a revolução; os reformistas rejeitavam a ideia de sindicato como instrumento revolucionário, defendendo a transformação gradativa da sociedade, através da conquista de direitos a partir da “pressão sobre o Estado”; e os sindicalistas amarelos, defendendo a conciliação entre capital e trabalho e a dependência em relação ao Estado (ANTUNES, 1985).

Um importante momento histórico na luta da classe trabalhadora no Brasil nessa mesma década se deu a partir da fundação, em 25 de Março de 1922, do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Segundo Ricardo Antunes (1985), mesmo tendo se tornado ilegal meses após sua fundação, o partido seguia as diretrizes políticas da III Internacional Comunista, sendo o sindicalismo seu principal foco de atuação, através de quadros para compor o partido e divulgação de estudos do marxismo e leninismo, bem como a formulação das publicações impressas do Manifesto do Partido Comunista no Brasil e do jornal “A classe Operária”, publicado ainda hoje pelo PC do B.

Nas décadas seguintes surgem diversas leis e políticas estatais para normatizar e refrear o movimento operário no Brasil, que ganhava força com as lutas sindicais e dos

partidos políticos. Cria-se o Ministério do Trabalho em 1930, em 1943 Vargas cria a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Em contraposição à política adotada pelo governo devido à repressão e coerção política surgem diversos movimentos como a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), a Aliança Nacional Libertadora (ANL), tendo como principal liderança a figura de Luiz Carlos Prestes.

A “Intentona Comunista”, denominada pela direita política, acarretou em um violento ataque a ANL, resultando na prisão de diversas lideranças, torturas, deportação e assassinatos. Até 1937, foram trancafiados nas prisões brasileiras aproximadamente cerca de vinte mil presos políticos. (GIANNOTTI, 2007).

De acordo com o pensamento de Ianni (1994, p. 109), a política do Governo Vargas direcionada à classe trabalhadora se resumia no sentido de:

[...] orientar ou manipular a força política do operariado em formação. Ao mesmo tempo, visava combater, submeter, reprimir ou suprimir os movimentos políticos que já se haviam desenvolvido bastante nos meios operários: anarquistas, socialistas, comunistas, trotskista.

Em 1954 é criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB), já em 1955 é criado no Nordeste brasileiro as Ligas Camponesas, que marcaram a história das lutas no campo. (OLIVEIRA, 1988). As Ligas Camponesas marcaram a história da luta pela terra no Brasil, registrando uma nova forma de protesto, que foram os atos públicos e as passeatas, até então novidade no campo das manifestações e mobilizações sociais. (MEDEIROS, 2003).

Para Leonilde Servolo de Medeiros (2003), outra importante entidade sindical de luta da classe trabalhadora no Brasil foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG sendo, nesse período, o maior movimento sindical dos trabalhadores rurais, inserindo no debate político as condições dos trabalhadores rurais e a discussão da reforma agrária no Brasil.

No Brasil, em 1961 é eleito popularmente o presidente João Goulart (1961-1964), havendo intensas mobilizações e lutas tanto no campo como na cidade. Em 1963 ocorre a célebre greve dos 700 mil operários em São Paulo, uma das maiores manifestações grevistas de toda a história do movimento operário brasileiro (ANTUNES, 1985).

Em 1964 ocorre o golpe militar no Brasil, a partir da implementação da autocracia burguesa no poder, declinando todo esse processo de organização sindical e dos movimentos

sociais, iniciando, como aponta Ricardo Antunes (1985, p. 54), uma “longa noite do sindicalismo brasileiro”.

A clandestinidade agora é palco de todos os movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos que queriam discutir a política no Brasil. Os partidos de esquerda foram extremamente perseguidos durante o regime militar, havendo prisões, torturas e exílio de militantes da esquerda brasileira que comungavam com um projeto político divergente do Governo Militar. Intelectuais, professores, artistas, dentre outros tiveram no exílio a única forma de garantir a sobrevivência e esperança de uma nova conjuntura política no país.

Nos anos 1980, identificavam-se duas vertentes do sindicalismo brasileiro: os sindicalistas autênticos e os da unidade sindical ou reformistas.

Para Montaño & Duriguetto (2011), os sindicalistas autênticos tinha uma perspectiva classista, ou seja, o antagonismo entre capital x trabalho, combatendo a estrutura oficial, da construção de um sindicato independente, de classe, democrático.

Eder Sader (1988) aborda o sindicalismo do ABC paulista como um dos momentos mais promissores do sindicalismo brasileiro, tendo na figura do ex-sindicalista e ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a figura mais emblemática do sindicalismo brasileiro. Segundo o autor, a luta sindical deveria ter como objetivo final a construção de um novo modelo societário, a partir da ruptura com o sistema capitalista de produção e a construção de um país de cunho socialista. Essa nova configuração política no Brasil, marcada pelo sindicalismo de classe, autônomo e independente marcou o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CUT passou a contribuir significativamente na luta da classe trabalhadora no Brasil, sendo uma referência no marco das lutas e manifestações.

Outro importante elemento que caracterizou a história das lutas sociais no Brasil foi o papel da Igreja Católica (ala progressista) na construção e consolidação de uma esquerda revolucionária no país. Apoiadas na Teologia da Libertação a Igreja, através das Comissões Eclesiásticas de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Indígena Missionária (CIMI), contribuiu na construção do Partido dos Trabalhadores – PT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mitidiero Junior (2008, p. 82), a respeito do papel da Teologia da Libertação²⁰ enquanto instrumento político-científico e social, afirma que:

²⁰ Sobre a ação territorial da Igreja e o papel da teologia da libertação enquanto instrumento político-intelectual que norteou o pensamento brasileiro e influenciou a construção de movimentos sociais no país, ver MITIDIERO JUNIOR, M. A. **Ação Territorial de uma Igreja Radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. USP, 2008.

A igreja libertadora representa uma crítica radical à atuação e a hierarquia da Igreja Católica e também à chamada “Teologia do Desenvolvimento” dos teólogos progressistas e, principalmente, ao modo capitalista de produção visto como pecado, como uma afronta a obra de Deus. Esse seguimento elaborou uma teologia própria – a teologia da libertação – fazendo aproximações entre religião e ciência, entre marxismo e política (socialismo), o que os levou a produzir um discurso político-religioso com o objetivo de intervir na realidade. Os principais representantes dessa parte da Igreja foram os teólogos Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Hugo Assmann, Jon Sobrino, Joseph Comblin, entre outros.

O papel da Igreja na construção de uma identidade de luta no Brasil a partir da Teologia da Libertação influenciou o pensamento político e as práticas dos movimentos sociais. As CEBs tiveram um importante papel na construção e consolidação das lutas pela moradia nas principais cidades brasileiras, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, propiciando a consolidação do pensamento político e dos movimentos sociais, objetivando a diminuição das desigualdades sociais e a conquista de direitos como algo espiritual, ligado à existência divina do ser enquanto sujeito social.

Na cidade do Crato não foi diferente, a atuação da Igreja como instrumento de organização e aglutinação da classe trabalhadora, principalmente a partir das CEBs, teve um importante papel na consolidação das lutas na cidade, principalmente em torno da questão da moradia. No Crato, as CEB's foram as principais entidades que iniciaram e organizaram a união dos movimentos sociais na busca de melhores condições de vida e na luta pelos direitos sociais, como é o caso da luta pela moradia. Na figura da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), a Igreja organizou e coordenou várias lutas em torno da moradia no Crato, como veremos a seguir nos capítulos 03 e 04.

Para Maria da Glória Gohn (1991), as CEBs influenciaram politicamente as lutas da classe trabalhadora, principalmente através das lutas populares urbanas que tinham nas associações de moradores, sociedades amigos de bairro (SABs), grupo de mulheres, dentre outras lutas populares a práxis de transformação e o elo entre os movimentos sociais e a Igreja.

No campo do sindicalismo brasileiro, a década de 1980 marcou o florescimento de um grande número de sindicatos e lutas da classe trabalhadora em relação ao antagonismo capital x trabalho, gerando uma série de greves (nacionais), mobilizações e, até, uma das maiores greves do país, em março de 1989, quando cerca de 35 milhões de trabalhadores pararam, constituindo a mais ampla e abrangente greve geral do Brasil. A década de 1980 consagrou em uma das décadas mais importantes na história da luta da classe trabalhadora no país,

efervescendo o surgimento do novo sindicalismo, mais autônomo, independente e comprometido com as transformações e lutas do proletariado brasileiro.

Esses acontecimentos intensificaram os projetos imperialistas dos Estados capitalistas na América e no desenvolvimento do neoliberalismo nos Estados nacionais, o que possibilitou a efervescência das lutas sociais no Brasil e na América Latina.

2.2 – Teorias dos movimentos sociais

As principais correntes teórico-metodológicas existentes até os anos de 1970, na América Latina, que se referem à concepção de movimento social estavam embasada em duas correntes de pensamento. A primeira, denominada histórico-estrutural, tinha sua base filosófica no marxismo e a segunda denominada funcionalista (SCHERER-WARREN, 2005). Em âmbitos mais gerais, existiram outras correntes teóricas que norteavam a produção intelectual dos movimentos sociais, que serão analisadas a seguir.

Os movimentos sociais urbanos atuam no espaço geográfico da cidade a partir das problemáticas urbanas relacionadas ao processo de uso e ocupação do solo, com a apropriação e distribuição da terra urbana e dos equipamentos urbanos coletivos (SANTOS, 2008).

Predomina, contudo, a ideia de que tais movimentos constituem-se como modo de ação coletiva e abrangente de relações socialmente conflitivas (RENOM, 1996). Compreendendo os movimentos sociais nesse rol, Gohn (2007, p. 13) afirma que são:

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas (GOHN, 2007).

A compreensão dos movimentos sociais em Gohn (2007) foi a compreensão adotada neste trabalho, mas sabe-se que existem outras concepções e compreensões do referido conceito. Uma delas, conforme Scherer-Warren (2005, p. 18), é a de entender os movimentos sociais como “toda ação coletiva com caráter reivindicatório ou de protesto” sendo considerado movimento social.

Há outras concepções, principalmente baseada nas ideias de Alan Touraine, que considera os movimentos sociais apenas como um número muito limitado de ações coletivas

de conflito. Ainda, segundo Touraine, “movimentos sociais seriam aqueles que atuam num tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, conhecimento ou cultural” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 18).

Nesta pesquisa, compreende-se que os movimentos sociais urbanos se diferenciam, mas podem se situar num amplo leque de classificação. Em termos de contribuição, nas análises dos referidos movimentos, há possibilidade de percebê-los a partir da predominância teórica que orienta suas práticas. Destacam-se de maneira ampla movimentos bastante distintos em suas especificidades, mas com referenciais semelhantes, ou seja, que apresentam inspiração predominante nas mesmas doutrinas ou bases teóricas.

Para Montañó & Duriguetto (2011) os movimentos sociais podem ser enquadrados em duas grandes vertentes de análise. A primeira se refere aos movimentos sociais clássicos, ligados às lutas de classes diretamente vinculadas a contradição capital/trabalho: os chamados movimentos sindicais e trabalhistas (que enfrentam o capital para o objetivo imediato de diminuir, regulamentar a exploração) e os movimentos de libertação nacional socialista ou anticapitalista, que visam à superação da ordem vigente, essas duas formas de ação constituem-se a primeira vertente; a segunda vertente de análise dos movimentos sociais é a dos chamados “novos movimentos sociais”.

Outra importante categoria de análise dos movimentos sociais são os chamados “novos movimentos sociais”, que hoje são os que mais contribuem na luta contra o *status quo*, em uma perspectiva de uma sociedade crítica em relação ao modelo e desenvolvimento das forças produtivas do capital. Para alguns autores, esses movimentos não questionam o antagonismo capital x trabalho e não almejam uma luta revolucionária contra o modelo capitalista de produção. De certo, alguns desses movimentos encerram e estabilizam suas lutas depois de alcançadas conquistas ou, mesmo, não agridem ou mexem na estrutura dominante do processo produtivo. Outros, a nosso ver, contribuem fortemente no questionamento da estrutura produtiva capitalista como é o caso da luta pela moradia, que, em alguns casos, contradiz alguns dos principais pilares do modo capitalista de (re)produção, que é a propriedade privada, principalmente, questionando e enaltecendo a luta através de um novo modo de pensar a propriedade, através da propriedade coletiva.

Os “novos movimentos sociais”²¹ (NMS) surgiram principalmente em meados do século XX, tendo o objetivo de ser uma nova etapa das lutas de classe dos movimentos sociais

²¹ O termo “novos movimentos sociais” surgiu como alternativa teórico-metodológica explicativa para a realidade dos movimentos sociais contemporâneos. Essa compreensão teórica não contempla a novidade das

clássicos (somando-se a essas lutas) e, outras vezes, vistos como alternativos aos movimentos tradicionais e aos partidos políticos de esquerda. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Para Sader (2003), ao longo do século XX, a América Latina viveu três grandes momentos diferenciados: um primeiro foi a extensão do século XIX, com a predominância de um padrão de acumulação primário-exportador, de regimes políticos oligárquicos; um segundo, posterior à crise de 1929, em que vários países como México, Chile, Argentina e Brasil desenvolveram políticas voltadas para a industrialização, atrasada e dependente. O Estado contribuiu massivamente para o desenvolvimento industrial dos países, investindo fortemente em infraestrutura para o escoamento e o desenvolvimento industrial, criando estradas, empresas estatais, etc.; o terceiro período é caracterizado pelo esgotamento do modelo econômico de substituição de importações em meados dos anos 1960 e 1970, com a consequente consolidação das grandes corporações internacionais.

No decorrer do final do século XX e início do século XXI, o aumento das forças capitalistas se intensificou a partir da política neoliberal dos Estados, do advento da ciência e tecnologia como principal instrumento de transformação das técnicas e sua inserção no setor produtivo, caracterizado pelo padrão produção, circulação e consumo. (HARVEY, 2005).

Esse desenvolvimento e os acirramentos sociais causados pelas contradições do modo capitalista de produção, os conflitos capital x trabalho eclodiram em um novo padrão de luta social no mundo, os chamados “novos movimentos sociais”. As crises econômicas capitalistas, ambientais, culturais, massivas do processo de globalização e do neoliberalismo geraram uma nova práxis teórica metodológica explicativa para os novos processos que vão se consolidando no mundo.

A Revolução Russa, as revoltas do Maio Francês, a Revolução Cultural na China, comandada por Mao Tse-Tung, a Guerra na Coreia, a Revolução do Vietnã, a Revolução dos Cravos em Portugal, a Revolução Cubana, a Revolução Sandinista na Nicarágua elucidaram a influência socialista no mundo, que teve como resposta as ditaduras militares e as cooptações ideológicas dos sujeitos sociais.

Após o fim do bloco socialista no mundo, esses processos revolucionários se isolaram política e economicamente, culminando na crise do socialismo real, gerando uma nova ofensiva do capitalismo contra as forças de resistência.

Os conflitos e manifestações políticas desenvolvidas em 1968 principalmente pelos trabalhadores, pelos estudantes, mas também pelo movimento negro, feminista, hippie, homossexual, explicitavam as contestações, como vimos, não só contra o imperialismo, expresso nas ações beligerantes nos países do chamado terceiro mundo – a Guerra do Vietnã e as repressões contra as lutas de libertação nacional na África -, como também contra o conjunto de valores socioculturais que compunham seu aparato ideológico. Também desenvolveram uma crítica à descrença do *socialismo real*, tanto pela centralização política do aparato estatal como pela publicização das denúncias dos ‘crimes de Stálin’ ocorridas durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 262).

A nova postura política dos movimentos sociais marcou o surgimento de uma nova classe de lutas, não mais unidas pelas condições de trabalho ou classe social, mas pela corroboração de novas práticas sócio-espaciais engrenadas a partir da autonomia e identidade desses novos sujeitos.

Para Antunes (1994, p. 35) “a contestação do poder do capital sobre o trabalho não se estendeu ao poder fora do trabalho”. Quer dizer, os movimentos clássicos ou nacionalistas de ruptura com o sistema capitalista de produção não conseguiram articular com as demandas e reivindicações dos chamados “novos movimentos sociais”.

Um dos elementos políticos dos “novos movimentos sociais” foi a contribuição desses sujeitos em lutas que circulam a esfera da reprodução, como os bens de consumo coletivo: saúde, educação, moradia, transporte, etc. Para Montaña & Duriguetto (2011, p. 266) “contribuiu para revelar que as condições da reprodução do capital ultrapassam seu simples movimento econômico para se estender à totalidade das condições sociais de existência”.

No Brasil, as lutas e demandas no âmbito da reprodução do capital instigaram o desenvolvimento do processo ditatorial na América Latina, sua inserção dependente e periférica no capitalismo, além do processo de desenvolvimento do Brasil, marcada pela industrialização tardia e uma modernização conservadora. Nessa perspectiva, a práxis teórico-metodológica dos movimentos sociais esteve condicionada a essa gama de processos e de lutas que englobam a história das lutas no mundo, na América e no Brasil.

Os debates teóricos dos “novos movimentos sociais” são muito amplos, envolvendo uma gama teórico-metodológica de concepções e práxis que norteiam o pensamento político dos movimentos. Uma das concepções que norteia o debate dos movimentos sociais é a teoria “acionalista”, cujo pensamento está centrado em autores europeus não marxistas, claramente inspirados e seduzidos pelos acontecimentos do Maio Francês de 1968.

O caráter não classista e as lutas que não visam à transformação social, mas a mudanças pontuais, sua forma de conceber a sociedade (desarticulando o econômico do

político e do social) e os NMS (como movimentos de luta e pressão fora da esfera da produção, mas vinculados ao mercado de consumo) são elementos que norteiam o pensamento da corrente “acionalista”. Essa corrente teve forte influência do francês Alan Touraine e do alemão Tilman Evers, tendo, também, nos anos de 1990, a incidência da perspectiva pós-moderna²².

A teoria “acionalista” tinha como principal característica a independência de organismos como o partido político, o Estado e os sindicatos. Para Montañó & Duriguetto, os “acionalistas”:

Rejeitavam e se distanciavam tanto dos processos vinculados ao bloco capitalista quanto identificados ao bloco socialista. Defendiam, por isso, uma mudança geral que partisse das pequenas ações locais e cotidianas, fora do Estado, dos partidos políticos e da contradição capital/trabalho (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 312).

Essa corrente teórica é também conhecida por Maria da Gloria Gohn (1991) como paradigma “culturalista” dos movimentos sociais, ancorados na teoria da Ação Social de Max Weber. Esse paradigma teórico produziu grande parte da sua trajetória intelectual fundada nas concepções de Alan Touraine, Tilman Evers, Alberto Melucci, dentre outros.

Tendo influência a partir de noções que tem como base os enfoques compreensivos ou “teoria da ação social”, essa corrente se preocupa em perceber os processos sociais considerando o sentido das ações dos indivíduos envolvidos na organização social. Acontecimentos que atingem a sociedade mais ampla, a vida cotidiana e os sujeitos envolvidos têm aqui relevância. Considera-se a subjetividade dos envolvidos nos fenômenos sociais, isto é, os indivíduos considerados como sujeitos sociais desenvolvem ações que tem um sentido a ser considerado.

Segundo Santos (2008) essa corrente teria produzido formas de análise dos movimentos sociais em dois autores: a partir de Alan Touraine, o “enfoque da ação social”, que afirma os movimentos sociais como coração da sociedade, isto é, a partir das ações exercidas eles projetam uma nova sociedade política, no próprio capitalismo, menos selvagem e mais igualitária; a partir de Claus Offe, “o enfoque institucional”, que enfatiza o processo de institucionalização dos movimentos sociais. A explicação está centrada nas ações políticas e culturais dos indivíduos. Analisa-se os movimentos sociais no seu âmbito interior, tendo como eixo as relações internas, os fatores culturais, as ações dos sujeitos, buscando

²² *Ibidem*.

compreender suas práticas, o sentido das ações, as representações criadas e as problemáticas vivenciadas.

Essa perspectiva teórica é marcada pela Sociologia da Ação de Touraine e Evers, que são pensadores tipicamente sociológicos. Para os autores, o pensamento teórico dessa corrente se esgota na ação social dos sujeitos. Esse paradigma, fundado contra a perspectiva marxista e contra a sociologia funcionalista, visa explicar os processos de mudança social a partir do novo contexto que surge, ancorados no Maio Francês das décadas de 1960 e 1970.

Os acionalistas concebem a ação *a partir de uma (suposta) autodeterminação do sujeito*, portanto de *escolhas* feitas a partir de uma *consciência racional* do mesmo dentro de um contexto determinado e a partir dos interesses que o identificam. Concebem, assim, a ação das pessoas conforme o “tipo ideal” webweriano de “*Ação racional com relação afins*” (ver Weber, 1994). Não contemplam, portanto, as *condições e limites* dessa “autodeterminação”, dessa “escolha racional” e da “consciência” do ator: não consideram a *alienação* e a *ideologia* (como falsa consciência), que limitam e orientam a compreensão crítica da realidade e seu agir. Também relativizam os *constrangimentos estruturais* e da *desigual relação capital/trabalho* – tudo isso é reduzido, nestas análises, às “representações”, aos “significados” que teriam para o sujeito ou ator, o que remete a subjetividade e à cultura: para esses autores, a “ação” é orientada por valores culturais ou subculturais desconsiderando a diferença entre a realidade objetiva (ontológica) e a apreensão subjetiva (conhecimentos, interpretações, sensações, representações, significados) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, P. 313).

Nesse campo teórico, a subjetividade dos fenômenos é mais relevante do que a objetividade. Os movimentos sociais são agentes de sua própria história. Eles procuram resgatar uma historicidade dilacerada pelo capitalismo. Atuam a partir de práticas democráticas de pressão, revelando uma nova sociedade política, cujo associativismo se renova, criando novas condições para novas formas de ordem social, dentro do próprio capitalismo, menos selvagem e mais igualitária (GOHN, 1991).

Para Alan Touraine (1989), existem novas formas de conflito social, expressadas nos chamados NMS, que não se fundam na contradição capital/trabalho, mas nas ações sociais. O autor define a Sociologia como a ciência da ação social que deve se debruçar para o entendimento dos sujeitos sociais, tanto em relação a suas ações coletivas, quanto às identidades e reivindicações voltadas ao campo da cultura. Para Touraine (1989), os NMS não têm o caráter transformador da vida societária, mas tem um papel fundamental no questionamento de formas de opressão e orientação cultural, infligindo-se da relação da produção e do mercado. Para esse autor, na sociedade industrial, o centro do conflito era a esfera produtiva, o antagonismo capital x trabalho. Já nas sociedades contemporâneas,

denominadas de “pós-industrial” ou “programada”, a dinâmica conflitiva estaria agora centralizada nas dimensões culturais e simbólicas das relações sociais.

Para Alan Touraine:

[...] a noção de movimentos sociais deve tomar o lugar da noção de classe social, porque atualmente, não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais, que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa. (Touraine, 1989, p. 57).

Assim, entende-se que a corrente acionalista de análise dos movimentos sociais não intensifica sua produção intelectual na mudança do modo de produção, mas por novas formas que regem a estrutura social do capitalismo, com mais participação social e política dos grupos sociais.

A corrente pós-moderna tem como ponto de partida de suas análises a vigência e o padrão de acumulação do fordismo, surgindo a partir de crises de acumulação do capitalismo no mundo. Esse paradigma tem como percussor as análises feitas por Boaventura de Souza Santos que produz suas bases teóricas a partir das novas condições que regem a estrutura econômica do mundo, ancoradas no neoliberalismo e na globalização.

A concepção teórica de análise dos movimentos sociais numa perspectiva pós-moderna encarna a construção teórica de uma crise paradigmática da ciência e da sociedade em geral. Há, nessa perspectiva, a ênfase da natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano. O primeiro elemento de crítica da concepção pós-moderna é o mundo moderno, compondo a rigorosidade metodológica das ciências, enfatizando, assim, a ideia de que a realidade é um todo complexo e contraditório, mas passível de ser apreendido racionalmente, problematizado e transformado, sendo duramente criticada pelo pensamento pós-moderno. Para a maior parte das concepções pós-modernas a realidade é um todo fragmentado, marcado pela efemeridade e pela indeterminação, que impossibilita explicar a totalidade da vida social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Os movimentos sociais no paradigma pós-moderno, configuram novas formas de ação características do século XXI. Essas ações situam sua crítica ao modelo capitalista de produção, mas também, ao socialismo. Esses movimentos atuam no sentido de abandonar os referenciais abstratos e universais das noções de direitos que edificam a construção da cidadania nos regimes de Estado de bem estar social. Boaventura de Souza Santos (2005) defende que os novos movimentos sociais centrados numa análise pós-moderna devem inferir qualquer noção de direitos universalizantes, uma vez que a universalidade negaria as

diferenças e as particularidades dos inúmeros grupos sociais, fazendo com que percam suas identidades.

Para Santos (2005), os novos movimentos sociais lutam contra as formas de opressão que não são explicitadas pelas relações de produção, como a guerra, o machismo, o racismo, etc. Segundo Boaventura de Souza Santos denunciar essas novas forma de opressão e a luta contra elas implica criticar o marxismo e o movimento operário tradicional.

Para Montañó & Duriguetto (2011), Boaventura de Souza Santos cria, ainda, uma classificação de entendimento dos novos movimentos sociais, dividindo-os em NMS dos países centrais e dos países periféricos. Nos países centrais, o autor destaca que os NMS forma-se pela expansão de uma “nova classe média”: movimentos ecológicos, femininos, negros, homoafetivos, etc. No caso dos novos movimentos sociais em países periféricos, particularmente na América Latina, estes surgem como movimentos “populares”: comunidades eclesiais de base (ligados à Igreja Católica), movimento dos sem-terra e sem-teto, o novo sindicalismo urbano, além dos movimentos de minorias, feministas, ecológicos, pacifistas, de jovens, etc.

Para Santos (1997, p. 256), o “isolamento político do movimento operário” foi o grande percussor do surgimento de novos sujeitos sociais e de novas práticas de mobilização social, o que culminou no aparecimento dos novos movimentos sociais.

Referindo-se ao mesmo paradigma teórico, mas com nomenclaturas distintas ou mesmo referenciais que norteiam a produção intelectual, surgem outras possibilidades classificatórias, em que outros autores considerariam como inspiradores nos “movimentos de minorias”, daqueles grupos ou subgrupos que não participam em igualdade das condições da vida social. Os autores que mais se destacam são: Foucault, Deleuze e Guatari (SANTOS, 2008).

Fazem parte do rol dessa classificação os movimentos negros, de homossexuais, de mulheres, dentre outros. Esses movimentos baseiam-se na noção de alteridade. Visa-se: desenvolver a tolerância para com o diferente, criar mecanismos de reconhecimento de direitos e aceitação da noção de equidade social, étnica, política, geracional, sexual e de gênero por parte da sociedade civil. Os sistemas culturais tradicionais tendem a excluir indivíduos estigmatizados negativamente como deficientes, loucos, diferentes, anormais ou especiais. A mudança social necessária para superação das barreiras criadas a esses indivíduos implica em haver mudanças culturais, de hábitos e costumes tradicionais. Segundo Santos (2008) a luta principal desse modelo seria pela autonomia.

Esse rol teórico enquadra-se no que Santos (2008) considera como novos movimentos sociais, os quais divergem do movimento clássico operário, dos partidos e sindicatos. Essa classificação, forjada a partir da entrada do novo século, muda o *status quo* de luta desses novos movimentos sociais.

Para Montañó & Duriguetto (2011, p. 321):

O autor pós-moderno (e isso é típico dessa perspectiva) retira da guerra, da poluição, do racismo, do produtivismo, ou seja, das manifestações da “questão social”, que golpeiam diretamente a população e em torno das quais se organizam em movimentos, os fundamentos sociais do modo de produção capitalista. É como se a guerra não tivesse relação com este; como se o racismo não assumisse na produção capitalista uma particularidade, o antigo escravo agora é um assalariado, como se a poluição não fosse um problema fundamentalmente da lógica produtivista e da acumulação capitalista.

Dessa forma, o paradigma pós-moderno visa compreender os movimentos sociais, em especial os chamados novos movimentos sociais como elementos que surgem no intuito de substituir os movimentos sociais clássicos. A nosso ver, os novos movimentos sociais são emblemáticos no sentido de uma nova postura política frente às transformações ocorridas no mundo neste novo século, estruturadas por uma lógica neoliberal, que cada vez mais precariza as relações de trabalho, sucumbindo os direitos sociais da classe trabalhadora.

Assim, a postura política dos novos movimentos sociais é estruturante com as lutas travadas dos movimentos sociais clássicos contra a opressão sofrida pela classe trabalhadora, sendo, portanto, um coágulo dos movimentos sociais operários, contribuindo, assim, para a vitalidade das lutas sociais e ofuscando o que alguns autores denominam de crise dos movimentos sociais ou mesmo, como postula Boaventura de Souza Santos (2005), de substituição do movimento operário.

Os movimentos inspirados nas teorias marxistas (histórico-estrutural) dão ênfase à produção e reprodução da força de trabalho. Nesse referencial teórico dá-se destaque às necessidades e carências enfrentadas pelas classes e segmentos sociais envolvidos no processo de luta por melhores condições de vida e trabalho, sob efeito das contradições expressas no processo da relação capital e trabalho que abrange todo o modo de produção e institui as contradições exercidas no interior dos aparelhos do Estado (SANTOS, 2008). Essas lutas compreendem o sentido de busca por nivelamento abrangente a toda sociedade brasileira, minimizando as diferenças tidas como “naturais” pelas classes dominantes, os prestígios tidos como legitimamente conseguidos, e também o efeito da cultura, tradições nacionais e identidades.

[...] a tradição marxista valoriza a experiência comum de classe e acentua, em certas interpretações, o caráter extra e supranacional da luta política, desenfatura os laços comuns, patrimônio cultural de que poderiam participar classes distintas, para enfatizar, por exemplo, a experiência básica comum de exploração a que estaria submetido o proletariado. Expressões ou termos como burguesia internacional, unidade internacional proletária tendem a sublinhar a importância de experiências e interesses sociológicos e históricos comuns em detrimento das noções de identidade e cultura nacional (VELHO, 1978, p. 38-39).

O paradigma marxista de análise dos movimentos sociais, da mesma forma que a teoria “acionalista”, teve nos acontecimentos ocorridos, por volta das décadas de 1960 e 1970, suas bases de interpretação. O diferencial em relação às duas correntes de pensamento é que durante esse período reviveu-se diversas crises dentro do sistema capitalista de produção, efervescendo os conflitos entre capital/trabalho e as lutas travadas pela classe trabalhadora contra a espoliação sofrida.

Acontecimentos como a Guerra Fria, a bipolarização do mundo, dividido em capitalista (ocidental) e socialista (oriental), dividindo a Alemanha ao meio através da construção do muro de Berlim, as revoluções ocorridas, como a do Vietnã, de Cuba, o maio Francês de 1968, dentre outras, levaram as análises centradas no paradigma marxista.

As ações sociais, e os movimentos sociais, podem se organizar em torno de demandas pontuais, e podem se desenvolver em espaços localizados, mas isso não retira o fato, nessa perspectiva, de terem vinculados com a forma dada no sistema capitalista de produção e distribuição de riqueza (fundada na relação de exploração entre as classes antagônicas, capital e trabalho), e seu acionar ter impactos (positivos e negativos, transformadores ou mantenedores) das relações e estruturas nas esferas estatal, mercantil e da sociedade civil. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 324).

O movimento social não pode ser “compreendido de forma desvinculada da produção e do consumo, das esferas política e econômica, e do Estado e do mercado”²³, não sendo somente a sociedade civil e a dimensão cultural responsável para explicar todos os fatos sociais.

A corrente marxista sofreu forte influência de autores como Manuel Castells e Jean Lojkin a partir do estudo da produção do Estado capitalista e a questão urbana. Esses autores foram os primeiros a debruçarem suas produções em torno da problemática urbana e análise dos movimentos sociais.

De acordo com Gohn (1997, p.22):

²³ *ibidem*

Os fundamentos do paradigma histórico-estrutural advêm da teoria marxista. A teoria do valor é a base principal da análise econômica. As necessidades para a reprodução da força de trabalho ocupam um lugar de destaque nas teorias sobre os movimentos sociais que se baseiam no paradigma histórico-estrutural. Isto implica análises cuidadosas sobre o sistema de produção da sociedade e de suas necessidades.

O paradigma marxista, segundo Gohn (1997) subdivide-se em três grandes noções que orientam o debate da corrente histórico-estrutural de análise dos movimentos sociais. A primeira é caracterizada pelas produções de Manuel Castells e Jordi Borja, que enxerga que as práticas e as estruturas sociais, além dos movimentos sociais e partidos políticos são instrumentos de redemocratização do Estado, incorporando o consumo como ideia central que norteia o processo de reprodução da força de trabalho e a incapacidade do Estado de atender as novas demandas coletivas, sendo eles, vistos como coadjuvantes de um processo maior. A segunda corrente é a de Jean Lojkin e M Lung. Essa perspectiva da corrente marxista enxerga que os processos sociais se dão no âmbito político decorrentes da luta de classes, e que não se restringem à esfera da produção, mas todo o modo de produção, tendo importância os aparelhos de Estado. A terceira e última possibilidade interpretativa da corrente marxista está centrada nas perspectivas dos historiadores ingleses como Erik Hobsbawm, E. P. Thomson, G. Rudé, etc. Esses autores se debruçaram ao estudo dos movimentos sociais numa perspectiva mais afastada das ortodoxas, aproximando-se das análises de Max Weber em seus estudos sobre cultura. Utilizaram ideias ancoradas na concepção de cultura política. Os autores supracitados veem os movimentos sociais não como instrumentos pré-acabados, mas em processo de construção e formação. (GOHN, 1997).

Para Maria da Glória Gohn (1991), E. P. Thomson tem como principal contribuição, na análise dos movimentos sociais, enxergar a classe social como algo em formação. Para esse autor é a luta que forma a classe.

Já Manuel Castells, enxerga a emergência dos movimentos sociais urbanos partindo da ideia de “contradições urbanas”. Essas contradições seriam provindas da incapacidade do sistema capitalista de assegurar os processos de produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivos necessários à reprodução da força de trabalho. Ainda, segundo o autor, esses problemas urbanos geram a crise urbana, enquadrando os principais problemas enfrentados pela classe trabalhadora dentro do ambiente social das cidades (CASTELLS, 2009).

Jean Lojkin (1981), em suas análises sobre “o Estado capitalista e a questão urbana”, vê os movimentos sociais como expressões das lutas de classes. Para esse autor, a produção

do Estado capitalista na sociedade atual deve ser entendida como elemento fundante do sistema capitalista de produção. A urbanização, a distribuição da população, a ampliação do consumo e serviços coletivos não podem ser enxergadas fora da esfera da produção e da exploração da força de trabalho.

Para Lojkine, as análises, tanto do Estado e das políticas sociais quanto dos movimentos sociais e da questão urbana, devem ser abordadas na ultrapassagem de duas perspectivas unilaterais: *a perspectiva “estruturalista”* (Althusser, Poulantzas e finalmente Castells), na medida em que não pode elaborar uma teoria da mudança; e *a perspectiva “subjetivista” ou “acionalista”* (Touraine e Evers), pois ela menospreza o poder da estrutura do Estado. Nem uma teoria que mobilize o sujeito, considerado escravo das estruturas, nem uma teoria que, menosprezando as estruturas sociais, hiperdimensione o poder dos sujeitos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Lojkine (1981) opera sua crítica à perspectiva de Castells (2009) e evidencia o problema no estruturalismo deste autor, dando aos movimentos sociais a incapacidade de propor uma teoria da transformação social, pois, segundo Lojkine, Castells trabalha com a divisão de estruturas (sistemas econômicos) e práticas (sujeitos), o que levaria a um reducionismo histórico.

Nessa perspectiva, Lojkine (1981) concentra sua produção teórica sobre os movimentos sociais numa perspectiva totalizante, abordando o conceito de movimento social na esfera da produção e reprodução da força de trabalho.

Enquanto Castells valoriza as manifestações de lutas que surgem no espaço urbano, contraditoriamente, Lojkine qualifica como “movimentos sociais urbanos” aquelas manifestações que ultrapassam os limites das lutas vinculadas aos meios de consumo coletivo e que conseguem romper com seu limite de conteúdo ideológico e político em relação ao problema do poder do Estado. Para Lojkine, esse limite é mantido se o urbano for reduzido à reprodução da força de trabalho, isto é, a moradia e aos equipamentos coletivos, como faz Castells. Sua crítica a Castells é por este reduzir a luta dos movimentos sociais urbanos ao acesso aos meios de consumo coletivo, ou seja, à reprodução dos trabalhadores enquanto força de trabalho (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 326).

Nessa perspectiva, compreende os movimentos sociais a partir da concepção herdada de Lojkine (1981) que o concebe enquanto instrumento de luta de classe. Longe de uma visão reducionista, ancorada nas teorias acionalistas, culturais e pós-modernas que entendem os movimentos sociais apenas na esfera reprodutiva.

Na análise do conceito de movimento social, na visão do paradigma marxista, o denominador comum é o sistema capitalista de produção. O que diferencia nas análises dos autores é o consenso de que o movimento social poder ser, dialeticamente, tanto instrumento

de composição do processo produtivo, como do processo reprodutivo, que consagra os equipamentos de consumo coletivo como elementos fundantes das lutas sociais.

Uma dessas possibilidades classificatórias seria enquadrar determinados movimentos sociais como de reivindicação, insatisfação ou descontentamento com a atuação dos poderes, a legislação, de maneira ampla, com o Estado. Há um aspecto de resistência a políticas públicas e a ausência do Estado em questões sociais, e outro aspecto que reivindica atenção estatal, novas leis, políticas públicas, mudanças e melhoramentos em instalações comunitárias, equipamentos sociais, e serviços públicos de qualidade.

Outro importante debate travado no paradigma marxista em relação às perspectivas teóricas que norteia o estudo dos movimentos sociais é a crítica à perspectiva acionalista de Alan Touraine. Lojkine (1981) parte da ideia de Estado, urbano e das políticas habitacionais e vai discutir o “novo” desses movimentos sociais atuais.

De acordo com Montañó e Duriguetto (2011), Touraine recusa ligar movimento social com ação política, pois este subordina o conflito social e o poder do Estado. Já Jean Lijkin (1981), defende o contrário, ressaltando o alcance histórico real de um movimento social enquanto definido pela sua relação política.

Montañó e Duriguetto (2011, p. 328) defende que:

O movimento social como expressão da sociedade civil, não apenas visa à reivindicação de demandas perante o Estado, como também ele pode ter o objetivo, que Touraine descarta, de tomar ou participar do poder político do Estado. É que Touraine estabelece uma antinomia *a priori* entre “movimento social” e “relação com o Estado e com as instituições”; sendo o primeiro por Touraine ‘definido por sua *exterioridade*’ ao poder do Estado, seu grau de ‘pureza’[estaria] consistindo na sua capacidade de emergir ‘fora’ da cena política e das organizações partidárias.

Nesse sentido, Jean Lojkine (1981) entende que os movimentos sociais são expressões mais emblemáticas das lutas de classe, corroborando, assim, a importância do campo político no entendimento dessa categoria.

No Brasil, o debate teórico que norteou os movimentos sociais teve forte influência europeia, contribuindo para o caminho trilhado nas pesquisas e estudos nesse campo. O primeiro grande paradigma que norteou a produção teórica sobre os movimentos sociais no Brasil foi a vertente culturalista, que surge a partir dos questionamentos levantados nas correntes acionalistas e pós-moderna. Esse paradigma teórico de sustentação dos movimentos sociais surgiu com força no Brasil a partir da década de 1980, com os chamados “novos movimentos sociais”.

A matriz teórica culturalista teve forte influência da perspectiva teórica oriunda de Max Weber, a partir da teoria da ação social. Nesse paradigma, o indivíduo tem uma importância fundamental nas análises dos movimentos sociais, seus conflitos internos, sua representação e símbolos ganham uma importância fundamental no viés do culturalismo. Os acontecimentos internos tem uma grande relevância nessa abordagem, explicitando a perspectiva dos conflitos internos do movimento.

Para Maria da Glória Gohn (1997), a subjetividade dos fatos tem mais importância do que a objetividade. O cotidiano vira palco de luta contra a dominação e a opressão ideopolítica²⁴ e econômica.

[...] os atores desses movimentos ganharam centralidades nos estudos, enquanto novos sujeitos sociais, em detrimento da ênfase que é dada pelos autores marxistas às classes sociais, enquanto agentes fundamentais na explicação da realidade social. (GOHN, 1997, p.41)

Outra importante corrente que norteou a produção teórica dos movimentos sociais no Brasil foi o viés institucional dos movimentos sociais. Essa corrente também surgiu com força na metade da década de 1980, cuja centralidade do debate estaria direcionada na relação de conflito entre Estado e movimentos sociais.

Essa relação, marcada pelo autoritarismo das ditaduras ocorridas na América Latina nas décadas de 1960 a 1980 marcou o surgimento de movimentos sociais que tinham como base fundamental o conflito com o Estado.

O enfrentamento dessa questão visava explicitar *os efeitos políticos-institucionais da ação coletiva ou o impacto de suas organizações e manifestações no regime político*. A ênfase passa a ser posta na forma de como os movimentos sociais urbanos negociavam com o Estado, como construíram alianças com partidos políticos e agentes externos. Ganha terreno, assim, uma matriz interpretativa, reconhecida como *enfoque institucional* (Cardoso, 1983, Boschi, 1987). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 333).

Já a perspectiva marxista de interpretação dos movimentos sociais no Brasil teve como representantes os seguintes pensadores; Lúcio Kowarick, Ana Maria Doimo, Maria da Glória Gohn, Eder Sader, dentre outros. Essa corrente partiu do ideário trabalhado por Manuel Castells de contradição urbana, tendo na figura de Kowarick seu principal influente, enfatizando o conceito de espoliação urbana, que enxerga os problemas sociais como espoliações ordenadas pelo capital contra as classes mais subalternas.

²⁴ Ideopolítico para Gohn (1997) é a conjunção de forças coadjuvantes ideológicas, políticas e econômicas do Estado capitalista.

O viés marxista de análise dos movimentos sociais sofreu uma influência muito forte a partir das lutas travadas pelos grupos sociais contra a ditadura militar e as lutas da classe operária nas décadas de 1980 a 1990, com o novo sindicalismo brasileiro. Para Eder Sader (1988), o surgimento do novo sindicalismo brasileiro resultou na interpretação de análises dos movimentos sociais no viés marxista, voltando a discutir, questões que, aparentemente, tinham sido esquecidas das pautas reivindicativas dos movimentos sociais no Brasil, como o conflito capital x trabalho, exploração da classe trabalhadora, lutas de classe, etc.

Há ainda a perspectiva dos movimentos sociais como manifestações coletivas, baseadas no desejo de participação da sociedade através da política, sendo movimentos que atuam na ótica do Estado e buscam, na maioria das vezes, uma maior representatividade na política. Santos (2008) destaca que essa corrente teria o principal diferencial no alcance de suas organizações e mobilizações. Os primeiros com objetivos mais imediatos e pontuais. Os segundos com metas de inserção e atuação nas instâncias estatais. Como se observa no quadro que trata das perspectivas teórico-metodológicas de análises dos movimentos sociais, a seguir.

Quadro 01: Perspectivas teórico-metodológicas de análises dos movimentos sociais.

CARACTERÍSTICAS	MOVIMENTO SINDICAL	NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (NMS)		ORG. DO “TERCEIRO SETOR”.
	Autores marxistas	Autores marxistas	Autores acionalistas	Aut. Pós-modernos
1. Conformação e composição	Classe social	- Desdobramentos da “questão Social” - Contrad. Capital/trabalho	- Identidades particulares - Transclassistas - Não Classista	Interclasses em parceria (com o Estado e empresas)
2. Esfera de atuação principal	Esfera da produção	Desdobramentos no mercado (oriundos da esfera produtiva)	Desigualdades na esfera do mercado	Esfera da sociedade civil
3. Formas de intervenção	- Lutas de classes - Contradição capital/trabalho	Lutas sociais, confluentes com lutas de classes	Lutas sociais, alternativas das lutas de classes	Ações sociais, entre parceiros
4. Alvo da ação	- Inimigo: burguesia - Causa: exploração	- Alvo de demandas e pressões: o Estado - Causa: desigualdade	- Alvo de demandas e pressões: a sociedade civil ao Estado	Capitalista e Estado são parceiros

			- Causa: carências	
5. Dimensões da ação	Econômico-política	Econômico-política	- Politicismo - Deseconomização	- Parceria - Deseconomização - Despolitização
6. Objetivos perseguidos	- Reformista-sindical: limites na exploração - Revolucionário: superação da ordem	- Reformista-mercantil: acesso ao consumo de bens e serviços - Revolucionário: superação da ordem	- Reformista-mercantil: acesso ao consumo de bens e serviços - Demandas por reconhecimento de identidades e/ou emancipação social	- Ação social compensatória e focalizada - Filantropia, voluntariado, ajuda

Fonte: Montañó; Duriguetto (2011).

Entendendo movimentos sociais como ação coletiva, Oliveira (2009) considera dois pontos de vista predominantes na análise acadêmica dos movimentos sociais: o viés estruturalista, no qual os movimentos sociais seriam herdeiros de movimentos operários ou revolucionários em luta pelo poder. Os temas seriam a luta de classe, tomada de poder, exploração e revolução. E o segundo, que consistiria em enfoques que assinalam os movimentos sociais em uma perspectiva relacional/reflexiva. Para essa noção, esses movimentos situam-se no campo cultural e não de atuação e luta pelo poder. Os temas debatidos seriam identidades, cultura, subjetividade, autonomia e interação política.

Essas formas de classificação têm um efeito mais didático e orientador do debate, pois nas formas de atuação dos movimentos há elementos diversificados para além das perspectivas teóricas que entram em conexão. As bases teóricas podem ser noções acadêmicas, ideológicas, visões de mundo, etc. são, na maioria das vezes, importadas de outros contextos sociais e culturais. A nosso ver, tais noções, quando incorporadas pelos agentes, geram modos de atuação pública que são ressignificados em conjunto com as práticas locais. Isso nos leva a ter atenção ao fato de que no trabalho científico, as classificações ou categorias de análise se dão sobre dimensões da realidade social muito mais complexas. Em outros termos, “os movimentos sociais estão intimamente ligados à mudança social, e vários aspectos das sociedades contemporâneas são provavelmente consequências dos movimentos sociais.” (OUTHWAITE; BOTTOMORO, 1996. p. 500). Compreender os processos de mudança social que são culminância dos movimentos sociais implica considerar que os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia se caracterizam pela dinâmica da produção

do espaço urbano, compreendendo a dimensão de luta, de uso, apropriação e produção do espaço.

2.3. Os movimentos sociais de luta pela moradia

As perspectivas teóricas que orientam o debate em torno dos movimentos sociais de luta pela moradia no Brasil tiveram uma forte influência da escola marxista de interpretação. O chamado paradigma histórico-estrutural influenciou fortemente as compreensões teóricas de Manuel Castells e Jean Lojkin, que norteou a produção brasileira dos movimentos de luta pela moradia.

Autores como Lúcio Kowarick, Ana Maria Doimo, Eder Sader, Maria da Glória Gohn, Regina Bega dos Santos, Marcelo Lopes de Souza, Pedro Jacobi, Ilse Sherer-Warren, Emir Sader, Ruth Cardoso, Arlete Moises Rodrigues, Irllys Bareira, José Borzachiello da Silva, foram alguns dos teóricos que nortearam o debate dos movimentos sociais urbanos no Brasil a partir do viés marxista.

A trajetória dos movimentos sociais urbanos de luta pela moradia no Brasil foi marcada pela problemática habitacional e o processo migratório que ocorreu, em especial, na metade do século XX, com o processo de industrialização das cidades e a expulsão da massa desvalida que vivia no campo. Esse processo intensificou a migração de milhares de brasileiros que residiam no campo para a cidade, criando sérios problemas sociais e mazelas que acarretaram, no caso em questão, a falta de moradia para grande parte da população brasileira.

A trajetória dos movimentos sociais urbanos no Brasil se expressa com maior visibilidade a partir da década de 1970, onde se registrou o surgimento de vários movimentos populares, entre os quais os chamados “novos movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 2005). Tais movimentos diferenciavam-se uns dos outros com várias vertentes de atuação como, por exemplo, o de caráter sindical, popular, rural, feministas, homossexuais, negros, ecológicos, moradia e ONGs.

Diante dos movimentos sociais urbanos, contextualizam-se os que lutavam por melhores condições de vida, incluindo reivindicações por escolas, energia, água, transporte, moradia e segurança. Sendo organizações extremamente perseguidas entre as décadas de 1960 até 1980, quando houve a redemocratização do país, configurando, nesse período, uma

conjuntura política caracterizada pelo regime militar e sua ação autoritária e repressiva à organização da sociedade civil. Aqueles movimentos não estavam isolados, tinham apoio de facções, partidos políticos de esquerda, da ala progressista da Igreja, de estudantes, sindicalistas, intelectuais, artistas, enfim, dos segmentos que faziam oposição a ditadura militar.

No entanto, no início da década de 1990, algumas expressões dos movimentos sociais desapareceram ou enfraqueceram diante das políticas sociais implantadas pelo Estado. Outros se fortaleceram como é o caso da luta pela moradia, provavelmente, devido ao grande crescimento populacional que acarretou na falta de moradia, juntamente com a intensificação do processo migratório do campo para a cidade, aumento dos preços dos aluguéis, nova legislação de uso e ocupação do solo e, sobretudo, a redemocratização do país. Nessa época, caracterizam-se vários tipos de lutas como o acesso à terra, regularização da propriedade, criação de mutirões para construção de casas, pelo reassentamento de comunidades que ocupam áreas de risco, dentre outras.

No caso dos movimentos sociais de luta pela moradia, objeto de investigação aqui proposto, percebe-se a ocorrência no Brasil de diversas frentes que culminaram na gestação dos movimentos sociais urbanos.

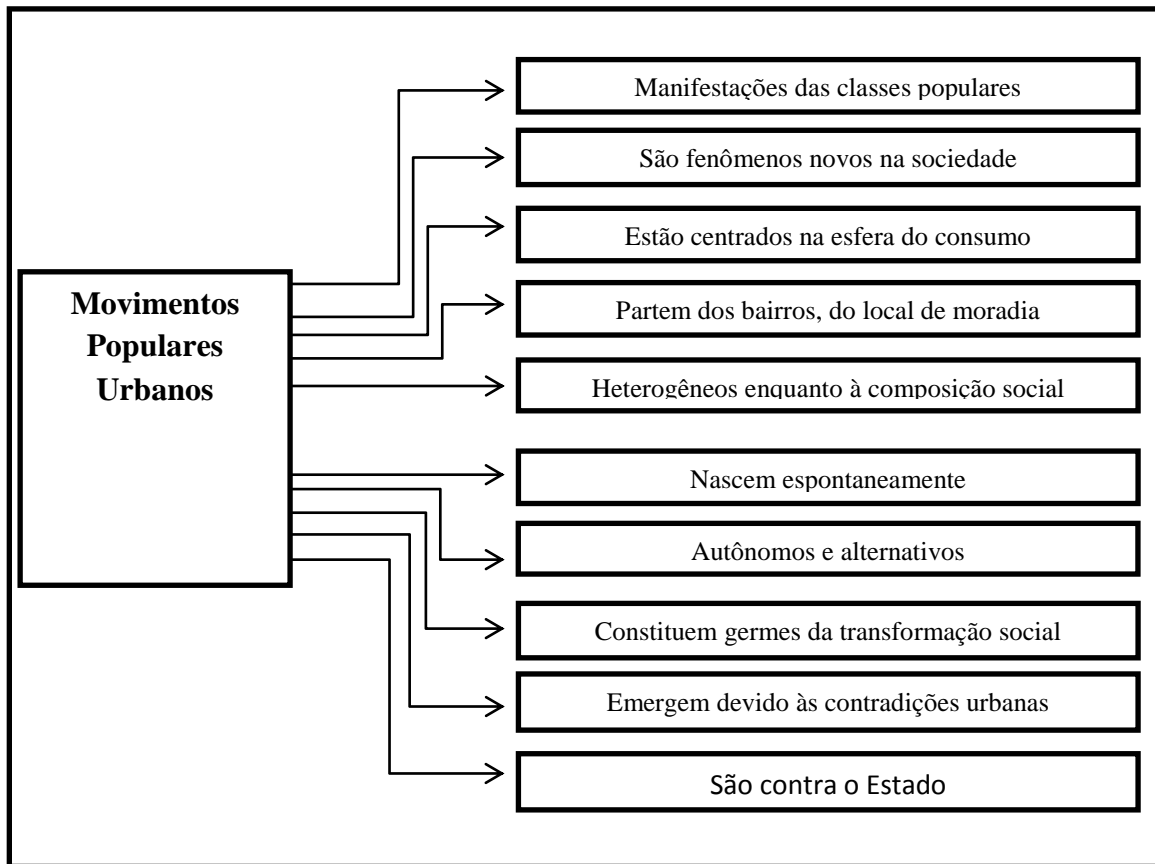
Theotônio dos Santos (1985, p. 161) defende a existência de um novo sujeito social no Brasil e na América Latina, principalmente provido das camadas populares.

[...] vão se desenvolvendo em vários movimentos sociais concretos, no sentido de formação de um sujeito social mais global, que na América Latina assume o nome de “movimentos populares”. Movimentos que reúnem setores sociais muitos distintos e diversificados que vão desde o movimento operário e de trabalhadores agrícolas que é uma presença permanente nesse tipo de movimento popular, até formas novas como as associações de bairro, ou movimentos étnicos, estudantis, de mulheres etc.

Para Maria da Glória Gohn (1991), os movimentos sociais urbanos no Brasil podem ser classificados como movimentos populares, devido o seu caráter popular, os quais tiveram seus surgimentos marcados pelas lutas ocorridas nos bairros das grandes cidades brasileiras.

Conforme quadro 02, a seguir, elaborado por Maria da Glória Gohn (1991), os movimentos sociais no Brasil, tem características populares, sendo movimentos formados por populações de baixa renda. Esses movimentos tinham suas pautas ancoradas em torno de questões ligadas, na maioria das vezes, na reprodução social, como a moradia, saneamento, educação, saúde, emprego, etc;

Quadro 02: Características dos movimentos populares no Brasil.



Fonte: (GOHN, 1991, p.33). Organizado e Adaptado pelo autor.

Segundo Gohn (1991, p.34), os movimentos sociais urbanos:

[...] devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. Portanto, são movimentos sociais urbanos as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo.

Para Santos (2008) os movimentos sociais urbanos no Brasil têm distinções. Eles podem ser consagrados como movimentos sociais que tem um caráter político. Esses movimentos, segundo a autora, lutam contra o Estado, defendendo a perspectiva de que a resolução de seus problemas só se efetivará por meio de uma luta revolucionária, aspirando uma transformação do sistema.

Outros são os movimentos de caráter reivindicatórios. Estes em geral dissolvem-se posteriormente as conquistas alcançadas, sendo o caso de muitos movimentos sociais de luta pela moradia (SANTOS, 2008).

Nesse sentido, Regina Bega dos Santos (2008) defende um *hibridismo* dos movimentos sociais no Brasil, destacando a numerosidade e a complexidade de movimentos

sociais que atuam no espaço urbano. Segundo a autora, esses movimentos foram marcados pelas contradições do sistema capitalista de produção que escamoteiam a vida urbana dos grupos mais pobres, revalidando a espoliação de mazelas sociais.

No Brasil, o crescimento dos movimentos sociais pós-1970 deve-se às questões relacionadas à sobrevivência imediata da população, como saúde pública, moradia, transporte coletivo urbano, saneamento básico, segurança pública e proteção aos “menores abandonados”, entre outras. Participam desses movimentos principalmente os seguimentos sociais de baixa renda; uma pequena parcela da classe média engaja-se nessas lutas, em geral para prestar assistência técnica e política (SANTOS, 2008, p. 34).

A Igreja, a partir da ala progressista do clero católico teve uma enorme contribuição na história dos movimentos sociais. O seguimento de renovação da Igreja, ligada à Teologia da Libertação, tornou-se, principalmente no período do regime autoritário uma importante aliada na emancipação político-espiritual das camadas populares.

A atuação da Igreja junto aos movimentos populares sempre se pautou por grandes ambiguidades. A partir de uma ideologia basista, anti-modernizante e anti-intelectual, a Igreja imprimiu uma direção e um sentido às lutas a partir do trabalho baseado na ação direta, em questões fundamentais para o cotidiano das classes populares. Estas questões passaram a ser vistas sob a ótica dos direitos dos cidadãos ainda que estes direitos correspondam a uma fase não desenvolvida do capitalismo, por serem direitos ditos tradicionais (à posse, ao abrigo, à proteção) (GOHN, 1991, p.37).

Dessa forma, compreende-se o importante papel desenvolvido pela Igreja Católica junto aos movimentos sociais urbanos, culminando em um maior grau de atuação dos movimentos sociais no caráter ideológico e espiritual.

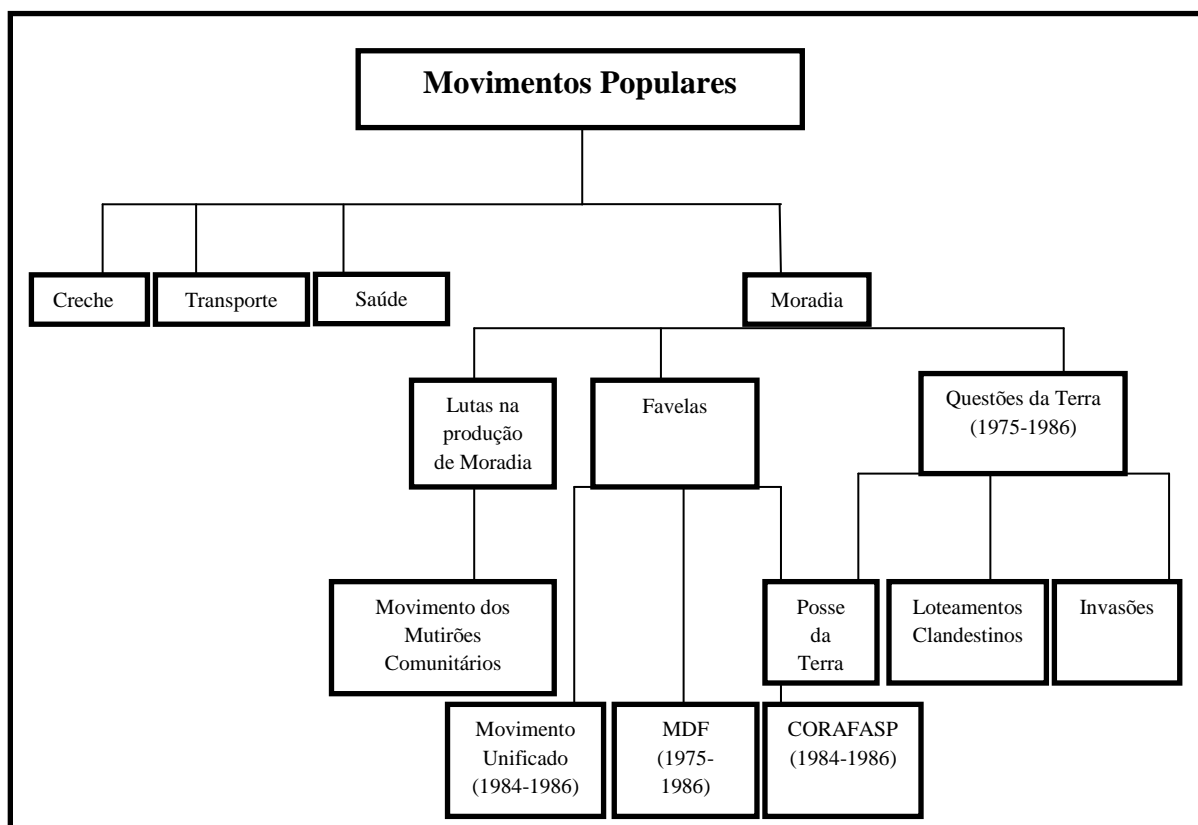
Outra importante instituição que contribuiu para organização dos movimentos sociais, prestando assessorias técnicas, realizando reuniões com características para a consciência de classe, atuando nas lutas e na organização dessas foram os partidos políticos de esquerda. A relação movimentos sociais e partidos políticos são distintas, mas tomam caminhos paralelos. Para alguns, o partido é mais importante que o movimento, sendo algo superior, devendo levar consciência ao movimento; outros, ao contrário, defendem que o movimento deve ser autônomo em relação ao partido, em alguns casos, os movimentos dever se articular com os partidos, superando seu caráter local, para emanar uma mudança totalizante.

No caso específico do Brasil, em relação aos partidos políticos que contribuíram com os movimentos sociais urbanos, destacamos a importância de três grandes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista

Brasileiro (PCB), tendo esses, em quase todas as cidades brasileiras, contribuído fortemente nas lutas dos movimentos sociais urbanos, principalmente a partir da conscientização dos seus direitos.

Conforme quadro a seguir:

Quadro 03: Principais Movimentos Sociais Populares Urbanos em São Paulo (1975-1986).



Fonte: GOHN (1991). Organizado e Adaptado pelo autor.

O quadro acima²⁵, elaborado por Maria da Glória Gohn, trata de como se organiza os movimentos populares em São Paulo. A nosso ver, esse quadro sintetiza um pouco como se dá a organização dos movimentos a nível geral. A moradia, por exemplo, é identificada como o maior campo de atuação dos movimentos populares, sendo corroborada por lutas no campo da produção de moradias, e, também, das invasões, dos loteamentos clandestinos, da posse da terra, etc.

Os movimentos sociais de luta pela moradia no Brasil tiveram uma forte influência da ala progressista da Igreja Católica, através das Comissões Eclesiais de Base que contribuíram na organização dos movimentos sociais, atuando no campo espiritual e ideológico, na

²⁵ Para melhores esclarecimentos dos termos utilizados por Gohn (1991) sobre o quadro acima, ver a obra "Movimentos Sociais e a luta pela moradia".

aglutinação e organização, na assistência as famílias que não tinham as mínimas condições de sobrevivência, etc.

Dentre as lutas travadas pelos movimentos sociais de moradia, destacamos “o velho e o novo movimento de bairros” (GOHN, 1991), cuja principal característica está na composição orgânica de lutas no campo das associações de moradores.

Para Maria da Glória Gohn (1991), o movimento de bairro, inicialmente, teve muita atuação a partir das Sociedades dos Amigos de Bairros (SABs), dirigidas por lideranças políticas, tendo um importante papel nos pleitos eleitorais, como intermediários nas barganhas políticas de voto em troca de benefícios e melhorias. Os movimentos de bairro tinham uma função muito importante nas práticas assistencialistas, culminando diversas ações vinculadas ao poder estatal, mas, também, em alguns casos, com práticas que instruíam lutas contra o Estado.

Já o movimento de bairro da década de 1970, nos anos agudos da ditadura militar, surge, articulados as novas práticas da Igreja Católica a partir da atuação das CEBs e das Comissões Pastorais. Esse novo movimento de bairro se desenvolveu a partir das condições subumanas que a população periférica das grandes cidades viviam, fruto do arrocho salarial, desemprego, especulação imobiliária e expulsão para novas áreas, onde o mercado imobiliário capitalista não se apropriou. Essas problemáticas resultaram no novo patamar de lutas travadas entre os movimentos de bairro das cidades brasileiras, lutando por melhores condições de vida e sobrevivência, a partir das lutas por creche, transporte público, moradia, além do apoio prestado as greves que ocorreram no período. Assim, entende-se a importância do movimento de bairro, no que concerne a história das lutas sociais no Brasil, muitas vezes, ocorreu de forma ambígua e contraditória, pendendo às pressões estatais ou mesmo como canal de vinculação de arenas políticas, mas com premissas de uma trajetória de luta que contribuiu para o desenvolvimento de melhores condições de vida da população.

A maioria destas lutas, apesar das diferenças quanto à perspectiva política e estratégia de ação, têm se organizado em torno de reivindicações básicas, configurando ciclos bastante precisos. A partir de meados da década de 70, coincidindo com a crise de legitimidade do regime, os movimentos sociais urbanos se multiplicaram, adquirindo uma maior visibilidade e se caracterizando principalmente por terem uma dinâmica localizada, concentrada na demanda por direitos de cidadania, vinculada à dimensão do cotidiano e do local de moradia (JACOBI, 1985, p. 225).

Outro importante movimento de luta nas grandes cidades ou regiões metropolitanas foi o movimento dos favelados. Gohn (1991) afirma que a luta dos favelados é muito antiga no Brasil, provindo da década de 1950, principalmente nas capitais dos Estados industrializados.

O movimento dos favelados teve sua trajetória de luta muito parecida com os movimentos de bairro, sendo no período militar um movimento de grande resistência, principalmente devido às políticas expansionista do Governo Militar que marcou a expulsão de grandes contingentes de favelados de áreas centrais das grandes capitais brasileiras. Para Maria da Glória Gohn (1991), o novo movimento dos favelados surge na década de 1970 a partir da atuação da Igreja Católica nas lutas sociais, o ressurgimento de diversos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, etc.

O grande obstáculo dos movimentos de favelados foi as políticas criadas para a reurbanização de favelas, objetivadas no cenário do modelo capitalista de produção como um local que aglutina grande parte da mão-de-obra explorada pelos capitalistas nas indústrias.

Trata-se do reconhecimento oficial da impossibilidade de extirpar as favelas do cenário urbano, pois elas abrigam parte significativa da mão-de-obra existente no país. Sem mudar o modelo de acumulação, é impossível mudar a situação econômica do favelado. O caminho adotado foi criar condições de sobrevivência, dotar a favela de infra-estrutura urbana básica e mínima (GOHN, 1991, p.55).

As ocupações²⁶ de terra e os conjuntos habitacionais como manifestação de luta foi outro importante movimento que se desenvolveu ao longo da trajetória dos movimentos de moradia no Brasil.

As ocupações de terras, práticas corriqueira dos favelados, principalmente em locais ou terrenos de domínio público ou de domínio privado fora do foco de interesses imediatos do capital imobiliário foi outra importante forma de atuação e manifestação das camadas populares para adquirirem a conquista da moradia. O grande problema das áreas de ocupação é que as famílias, na maioria dos casos, não possuíam as mínimas condições de sobrevivência, resultando em habitações muito precárias, construídas de forma informal e sem nenhum planejamento ou ordenamento urbanístico. O resultado desse tipo de moradia são casas de pano, de papelão, madeira, barracos de lata, dentre outros, provocando sérios problemas sociais e ambientais que dificultam a vida dos habitantes.

²⁶ Utiliza-se o termo ocupação invés de invasão por entender que a grande maioria dos movimentos sociais de luta pela moradia ocupa e não invade, pois grande parte das áreas ocupadas são voltadas a especulação imobiliária de grandes proprietários fundiários não atendendo ao fim social da terra urbana, termo contido no Estatuto da Cidade, que prevê a função social da propriedade urbana.

Pedro Jacobi (1985, p. 229) ressalta a importância das ocupações de terras no Brasil, principalmente nos anos de 1970, como uma das formas mais emblemáticas da luta pela moradia.

[...] acostumada às práticas individuais de ocupação de favelização, em decorrência da deterioração significativa do quadro habitacional somada ao acirramento do desemprego, converte-se em palco de ocupações coletivas de terras urbanas por famílias que par se fixar na cidade, desde meados da década de 70, como decorrência da deterioração salarial e aumento dos preços dos aluguéis.

Vale ressaltar que grande parte desses terrenos ocupados são aqueles que o mercado imobiliário não tem ou não tinha interesse no momento da ocupação, como encostas de morros, vertentes de rio, áreas de mananciais, terrenos periféricos, dentre outros, não interessando naquele momento como área de especulação ou valorização imobiliária.

Esse tipo de luta pela moradia tem como característica na construção das habitações a autoconstrução, o mutirão, que culminam, muitas vezes, em habitações precárias, não contendo o mínimo de condição para uma vida digna, ampliando e espacializando diversas mazelas sociais e ambientais.

Nesse sentido, compreende-se que os problemas conjunturais do sistema capitalista de produção geram uma série de contradições urbanas que corroboram na espoliação da população. Kowarick (1993) explica que a espoliação urbana vivenciada pela classe trabalhadora nas grandes cidades brasileiras é fruto do processo de germinação de uma sociedade capitalista que utiliza da precariedade de serviços de consumo coletivo, das dificuldades de acesso à moradia e outros bens para o acirramento da exploração da massa trabalhadora.

A apropriação diferenciada do uso do espaço urbano e a segregação sócio-espacial existente são marcas da divisão desigual do espaço urbano que culminam na dilaceração da massa trabalhadora. A moradia, entendida como componente de reprodução da vida social, corrobora um papel fundamental na esfera produtiva. Entende-se que a esfera produtiva não está dissociada da esfera reprodutiva, fazendo da moradia um instrumento de suma importância na manutenção do sistema capitalista de produção.

A tese defendida por Ikuta (2009) mostra que a luta pela moradia é também uma luta da classe trabalhadora. A referida autora compreende a moradia como um entrelaço da esfera da reprodução e da produção, desmistificando teoricamente o elo que se faz da moradia como uma luta restringida somente à esfera da reprodução.

Para a autora, é fundamental entender que a luta pela moradia, situada no campo da reprodução do capital, também é luta de classe. O conflito capital x trabalho também faz parte da análise da autora, enxergando as contradições do modo capitalista de produção e a dialética de entender a relação morar/trabalhar, que norteia o fetichismo da luta pela moradia.

Ikuta (2009) defende o entendimento de uma perspectiva totalitária da luta pela moradia, pois rompe com o fetichismo de que a moradia está debruçada sobre o problema do déficit habitacional e da falta de planejamento urbano nas cidades. Ainda identifica que a dimensão da produção e da reprodução está dialeticamente indissociável. Para ela, a moradia como lugar da reprodução não deve ser pensada separadamente do trabalho como local da produção.

Essa relação conflituosa entre capital x trabalho escamoteia a contradição de pensar a moradia enquanto instrumento de reprodução da vida social. Superar essa dicotomia ou a ingenuidade de entender o mundo da produção e reprodução de forma isolada leva ao fetichismo de ver a moradia somente enquanto instrumento de reprodução.

Fernanda Keiko Ikuta (2009) nos remete a entender que existe uma práxis fetichizadora em relação à moradia e o conflito capital x trabalho. Essa práxis, internalizada pela sociedade do capital, remete todas as ações dos indivíduos a entender que a falta de moradia no Brasil é uma questão de cunho estruturante, como o déficit habitacional, a falta de terrenos para a construção da habitação, etc. O grande problema desvendado pela autora está exatamente na desconstrução de uma práxis fetichizada da questão da moradia para a transformação de uma práxis revolucionária, vinculada direta ou indiretamente aos movimentos sociais de luta pela moradia.

Esses movimentos, quando questionam a ordem vigente, corroboram a criação de uma atividade revolucionária, criando uma práxis coletiva que, de certo modo, contradiz o fetichismo da moradia enquanto local de reprodução. A superação teórica desvendada pela autora vai ao viés de perceber essas contradições do capital e compreender a importância da moradia enquanto elemento fundador do processo produtivo para o desenvolvimento do capital e dessa dupla relação produção/reprodução.

Dessa forma, como aponta Ikuta (2008, p. 33), “o conflito capital x trabalho, nesse contexto histórico-geográfico de reiteração da ordem do capital e das possibilidades criativas/revolucionárias que suas contradições oferecem, pensadas pelo viés da práxis vigente na luta pela moradia”. Em outras palavras, pensar a luta dos movimentos sociais de moradia em um viés de práxis da luta dos trabalhadores é algo que aglutina uma relação indissociável,

pois a luta pela moradia se insere na compreensão de uma luta mais ampla e totalitária da classe trabalhadora.

Essa população, desvalida da “casa”, não consegue alcançar os ditames do mercado imobiliário formal, muitas vezes, devido às mínimas condições de trabalho em que vivem, fazendo parte, na maioria das vezes, do exército de reserva ou mesmo do mercado informal ou dos ambulantes e trabalhadores autônomos.

As diferentes formas de apropriação do espaço urbano, respondendo – no caso da população mais pobre – às suas necessidades imediatas de sobrevivência são, na perspectiva do capital, respostas às necessidades de reprodução da força de trabalho (SANTOS, 2008, p.120).

Santos (2008, p. 123) defende que o problema da moradia não é, como pode parecer, consequências do número de habitantes, mas sim, de processos estruturais que regem o uso da terra urbana como mercadoria, “à valorização especulativa desta, aos processos construtivos mercantis e às desigualdades sociais existentes”.

A terra urbana, dentro do modo capitalista de produção, é entendida a partir do seu valor de troca, evidenciando a casa ou mesmo a moradia como mercadoria. No sistema capitalista todo processo construtivo transforma-se em instrumento de lucro, corroborando a mudança do valor de uso da moradia para o valor de troca.

Nesse preâmbulo, em que a moradia está inserida, percebe-se sua incorporação, como afirma Antunes (2005), numa “concha sem caracol” ou no “caracol sem concha”, evidenciando a problemática da moradia no retalho do valor incorporado por estar dentro da esfera produtiva e reprodutiva da vida social. Esse conchavo que subscreve a vida da população mais carente das grandes cidades se confronta com a ótica de exploração e lucro do sistema capitalista de produção, que, a todo custo, mercantiliza os componentes fundantes da vida social.

2.4 A geografia e os estudos sobre os movimentos sociais

Os estudos a respeito dos movimentos sociais foram e são de suma importância na construção de uma sociedade que busca a emancipação e a melhoria das condições de vida e sobrevivência. A Geografia, ao longo da história, não deu ênfase por diversas formas as questões que centralizavam as lutas contra os processos de dominação engrenados pelo

sistema capitalista de produção, preocupando-se somente com as perspectivas teóricas de interesse dos grupos hegemônicos de dominação.

Nesse percurso histórico, a Geografia, como aponta Yves Lacoste (2008), esteve a serviço do Estado e dos grandes detentores do poder dominante, sendo assim, uma ciência alinhada à ideologia capitalista, dos grandes Estados nacionais, do Imperialismo, etc.

O legado que a Geografia deixou às lutas sociais foi imensamente debatido e criticado ao longo dos 40 anos de inserção da corrente Crítica ou Radical na Geografia. A epistemologia do conhecimento geográfico, ao longo da história, teve como substrato teórico-conceitual o positivismo que, alinhado à ideologia capitalista, contribuiu para o processo de produção e reprodução do capital. Somente na década de 1970, com o III Encontro de Geógrafos, organizado pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), ocorrido em 1978, em Fortaleza (CE), muda-se o patamar ideológico, político e social da Geografia, marcando, dessa maneira, a renovação do pensamento Geográfico brasileiro.

Nessa época, o silêncio imposto pelo regime militar brasileiro e as políticas de desenvolvimento adotadas, facilitaram a inserção da corrente da geografia crítica no país, no final dos anos 1970. Inicialmente sufocada pelo regime autoritário, assim como pela institucionalização da disciplina, essa corrente significou um momento de ruptura não só política, como epistemológica (MOURA. et al., 2008, p. 04).

Nesse sentido, com a ruptura do paradigma positivista nas análises dos estudos geográficos tiveram-se sérias formulações do ponto de vista da epistemologia geográfica, principalmente a partir da obra de Milton Santos (1996), “Por uma Geografia Nova”, que narra a trajetória percorrida por essa ciência no caminho da proposta de renovação. O próprio subtítulo da obra traduz essa perspectiva, que diz: “da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”, mostrando o escopo de análise na produção teórico-conceitual na busca de uma Geografia mais humanizada, preocupada com as contradições e as desigualdades sócio-espaciais impostas pelo capitalismo.

Com a renovação da Geografia brasileira é que começam a surgir estudos enfocando os movimentos sociais como elemento de análise na produção geográfica. Ancorados no materialismo histórico e dialético, a renovação da Geografia brasileira foi postulada pelo pensamento marxista que, juntamente com essa proposta teórico-metodológica, surge à iniciativa de estudos mais comprometidos com os problemas sociais, principalmente alinhados a crítica ao modelo capitalista de produção.

Alguns Geógrafos elaboraram uma abordagem teórica na Geografia para os estudos sobre os movimentos sociais. Dentre essas perspectivas, destacamos a que mais aproximou a

realidade geográfica a partir do estudo dos movimentos sociais que foi a do professor Bernardo Mançano Fernandes, lançando a análise dos movimentos sociais a partir da concepção de movimentos socioespaciais e socioterritoriais²⁷. Sem dúvida, a contribuição do professor Bernardo Mançano foi de suma relevância no escopo teórico-conceitual para análise dos movimentos sociais.

No Brasil, o surgimento dos movimentos sociais enquanto categoria de análise surgiu a partir da renovação da Geografia brasileira na década de 1970, como apontamos anteriormente. Esse rompimento teve como base a conjuntura política e social que o Brasil vivenciava naquele momento, tendo na Ditadura Militar, surgida em 1964, o marco legal desse processo. O autoritarismo dos regimes militares naquele período levou grande parte da sociedade brasileira a se organizar e lutar por melhores condições de vida e sobrevivência, tendo na expressão dos movimentos sociais o marco desse processo de luta. O momento em questão teve a atuação de vários movimentos sociais, como o movimento operário e sindical, movimento camponês, movimento por moradia, associações de moradores, movimento por creche, transporte, mulheres, ambientais, de raça, homoafetivos, além da atuação da Igreja Católica por parte da ala progressista, fundando vários movimentos como as Comissões Pastorais de Juventudes, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Na verdade, a Sociologia protagonizou os debates acerca dos movimentos sociais, centralizando as discussões em torno do pensamento intelectual a cerca dessa temática, criando conceitos, categorias, formas de análise e paradigmas.

No campo da Geografia, os estudos que tiveram como foco central os movimentos sociais somente se deram a partir de 1980, antes disso, tiveram alguns poucos autores que discutiram as contradições do sistema capitalista de produção. Dentre esses autores, destacamos os nomes de Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro, que romperam, em 1960, com o ostracismo da Geografia com relação aos movimentos sociais, mas, nenhum deles, até então, deram ênfase especificamente a categoria movimentos sociais nos seus estudos (PEDON, 2013).

Na década seguinte, especificamente em 1980, surgem diversos estudos sobre os movimentos sociais no campo da Geografia. Agora, essa disciplina, estava “renovada”, ancorada no materialismo-histórico-dialético e nas análises das contradições elencadas pelo

^{27 27} Para entendimento do conceito de movimentos socioespaciais e socioterritoriais ver Fernandes (2000).

sistema capitalista de produção, tendo nos movimentos sociais a expressão da luta contra a dominação das classes populares dentro do capitalismo.

Foi nessa perspectiva que a Geografia brasileira foi se delineando. Ainda assim, mesmo com a gama de estudos sobre os movimentos sociais no campo da Geografia, a maioria dos estudos estavam centrados em parâmetros orientados por sociólogos.

Movimentos reivindicatórios como as associações de moradores foram tomadas como foco central das pesquisas de movimentos sociais em geografia na primeira metade da década de 1980. Nesse período, na geografia, pouco foi publicado a respeito dos movimentos operários. A título de exemplo, podemos citar o trabalho do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1984) que trata da greve dos trabalhadores dos laranjais no interior de São Paulo. [...] O livro de Ruy Moreira, *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*, publicado em 1985 (PEDON, 2013, p. 26).

Nesse sentido, até o momento aqui tratado, década de 1980, poucos estudos tinham avançado a respeito de um escopo teórico-conceitual acerca dos movimentos sociais no campo da Geografia, permanecendo, de forma sistemática, as análises e os paradigmas norteados pela Sociologia.

A trajetória da publicação de Geógrafos no Brasil acerca dos movimentos sociais é feita na tese de doutorado de Nelson Rodrigo Pedon (2009). Nesse trabalho, o autor examina com profundo empenho dois periódicos de Geografia de circulação nacional no Brasil, dentre eles, o Boletim Paulista de Geografia (BPG) e a Revista Terra Livre. Nesses periódicos, o autor encontra o que ele chama de o primeiro artigo sobre movimentos sociais na Geografia, de autoria de Myrna T. Rego Viana, intitulado “Algumas Reflexões sobre a luta pela terra nas cidades”, na edição de nº 57, de 1980 do BPG (PEDON, 2013). Esse mesmo texto encontra-se publicado no ano de 1980 no livro chamado “Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão”, organizado por Ruy Moreira. Nesse livro, encontra-se também o texto da Socióloga Ana Clara Torres Ribeiro²⁸, intitulado “Movimentos Sociais Urbanos: algumas reflexões”. Esse, segundo Pedon (2013), foi o marco dos primeiros estudos centrados especificamente nos movimentos sociais dentro do campo da Geografia.

Ainda na década de 1980, o texto de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1984), intitulado “Aos trabalhadores nem o bagaço ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais” traz uma importante contribuição acerca dos movimentos sociais e da contradição entre capital x trabalho no interior de São Paulo, marcando teoricamente a inserção de

²⁸ Apesar de ser socióloga Ana Clara Torres Ribeiro tinha uma aproximação com a Geografia muito forte, principalmente devido sua amizade com o geógrafo Milton Santos.

sociólogos como José de Souza Martins na análise dos movimentos sociais. Logo em seguida, o nº 62 do BPG, publicado em 1985, tem-se a presença de dois artigos, tendo um uma importância maior, pois se discutiu os movimentos sociais numa perspectiva teórica. O primeiro, de autoria de L. A. Machado Silva e Ana Clara T. Ribeiro (1985), traz a abordagem dos movimentos sociais a partir de análises dos paradigmas teóricos que orientam o debate acerca dessa categoria. O Segundo, de autoria de Samira Peduti Kahil, intitulado “A luta dos posseiros em Lagoa São Paulo: a dialética da construção/destruição do território para trabalho livre” traz a inserção do marxismo na discussão dos movimentos sociais e o Estado numa perspectiva marxista (PEDON, 2013).

Nelson Rodrigo Pedon (2013) distingue ainda duas vertentes de análise dos movimentos sociais por geógrafos, destacando os movimentos sociais urbanos e os movimentos sociais rurais. Os trabalhos desenvolvidos pela Geografia sobre os movimentos sociais urbanos centralizaram suas bases teóricas na compreensão de Manuel Castells e Jean Lojkin. Autores como Francisco de Oliveira, Henri Lefebvre, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick e Paul Singer tiveram uma centralização nessa corrente de análise. Dentre os geógrafos que mais influenciaram os estudos dos movimentos sociais destacam-se: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, David Harvey, Arlete Moyses Rodrigues, Marcelo Lopes de Souza, dentre outros.

Outro importante trabalho no campo da Geografia para compreensão dos movimentos sociais urbanos foi o da professora Arlete Moyses Rodrigues, que inseriu o sociólogo Eder Sader no debate acerca dos movimentos sociais, a partir da sua obra: “Quando os novos personagens entram em cena”, estudando as greves do ABC Paulista e o movimento operário brasileiro.

Já em relação aos movimentos sociais rurais destacamos os trabalhos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Samira Peduti Kahil, que tratam das lutas dos trabalhadores rurais no Brasil, além do livro organizado por Ruy Moreira sobre os movimentos sociais e sua dissertação de mestrado sobre o movimento operário e a relação cidade e campo.

Outros autores também se destacaram no cenário dos movimentos sociais no campo, entre eles, Manuel Correia de Andrade (1964, 1986) com as obras “lutas camponesas no Nordeste” e a “Terra e o homem no Nordeste”, onde analisa as lutas camponesas no Nordeste a partir de um levantamento histórico desde o período colonial até o surgimento das Ligas Camponesas, além de divulgar a problemática regional vivida pelo Nordeste e as péssimas condições de vida do trabalhador do campo. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988), também

é outro autor de destaque, publicando em 1988 o livro “A geografia das lutas sociais no campo”. Por último, cabe mencionar as publicações de Bernardo Mançano Fernandes sobre os movimentos sociais no Brasil, em especial a proposta teórica de se pensar geograficamente os movimentos sociais a partir da concepção de “movimento socioespaciais e socioterritoriais” para explicar a espacialização e territorialização do MST no Brasil.

Na verdade, a produção trabalhos de geógrafos sobre os movimentos sociais no campo e cidade foram pouco expressivos do ponto de vista teórico, foram poucos os trabalhos que desenvolveram uma perspectiva teórica sobre os movimentos sociais ou mesmo buscaram uma análise teórica do ponto de vista geográfico para a explicação dessa temática. A seguir, mostraremos um dos poucos geógrafos que propuseram um entendimento teórico acerca dessa temática.

O primeiro a se debruçar sobre uma proposta teórica de explicação dos movimentos sociais, ainda na década de 1980, foi o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, na sua dissertação de mestrado sobre o ativismo urbano, onde faz uma distinção entre movimentos sociais e ativismo (SOUZA, 1988).

Outro autor que debruçou suas análises sobre os movimentos sociais enquanto categoria geográfica foi Jean-Yves Martin, no artigo publicado no Caderno Prudentino de Geografia em 1997, intitulado “A geograficidade dos movimentos socioespaciais”, onde o autor traz uma abordagem espacial de análise dos movimentos sociais, buscando a elaboração de um paradigma teórico-conceitual de análise e investigação dos movimentos sociais na Geografia.

A última proposta teórica destacada aqui, cabe mencionar, é a do professor Bernardo Mançano Fernandes (2000), a partir de seus estudos sobre o processo de espacialização e territorialização do MST, publicado no ano de 2000, na revista Terra Livre o artigo “Movimento Social como Categoria Geográfica”.

Jean-Yves Martin (1997), no texto publicado no Caderno Prudentino de Geografia, já apontava, utilizando as palavras de Eduard Soja, para uma perspectiva sócio-espacial de análise e entendimento dos movimentos sociais.

Sabe-se que Edward SOJA deseja a “reafirmação de uma perspectiva espacial crítica na teoria e na análise sociais contemporâneas”, isto “mediante a espacialização de conceitos e modos de análises marxistas fundamentais”, numa “tentativa de espacialização, como um esforço de compor uma nova geografia humana crítica, um materialismo histórico e geográfico sintonizado com os desafios políticos e teóricos contemporâneos” (SOJA, 1993 apud, MARTIN, 1997, p. 7).

Essas abordagens foram, de maneira ampla, algumas perspectivas na Geografia sobre uma proposta teórica do conceito de movimento social. Elencamos como construção teórica e conceitual dos movimentos sociais as abordagens de Mançano (2000) e Souza (2006). Essas duas, a nosso ver, foram as que efetivaram uma teoria e conceituação do que seria um movimento social e que a seguir trataremos empiricamente as formas de atuação dos movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Crato – Ceará.

CAPITULO 03

A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA MORADIA NA CIDADE DO CRATO

*Nesse tempo tão estranho
Que jamais pensei haver.
Já não existe mais ganhos
Só se tem o que perder.
Em prejuízos tamanhos
Estou pra enlouquecer.*

*Observando o andar
Do comportamento humano.
Fico sempre a meditar
Por que tantos desenganos?
É que a vida não foi feita
Pra tão terríveis planos.*

*Morar no meio da rua
Não se pode conceber.
Viver debaixo da ponte
Como pode acontecer?
Uma criança estar nua
Com fome a padecer*

*Não pode ir à escola
Viver para trabalhar.
Ou andar com uma sacola
Pela rua a mendigar.
Nem o futuro da bola
Talvez não lhe vá chegar.*

*Paulo de Moraes Vitorino
Professor e Poeta da cidade do Crato – Ceará.*

Os movimentos sociais atuam no espaço marcado pelas contradições sócio-espaciais efetivadas pela lógica do sistema capitalista, da globalização e de outros elementos materiais e ideológicos que perpetuam a fim de dominar espaços e territórios. Dessa forma, esses movimentos resistem a um modelo desigual e perverso (SANTOS, 2006), pois a produção do espaço efetiva-se em grande parte pelos monopólios capitalistas, como as empresas, indústrias, proprietários de terras e o Estado. Na luta pela moradia, esses movimentos se caracterizam por serem instrumentos que organizam e produzem a cidade através de uma

dinâmica social baseada nos direitos iguais e na democracia ou, ainda, no simples anseio dos direitos básicos de sobrevivência, o qual se encontra legalmente explícito na Constituição Brasileira de 1988. Sua base são reivindicações relacionadas às conquistas sociais, principalmente ligadas aos direitos humanos, no caso a moradia que, através do processo de ocupação de loteamentos públicos ou privados, entram em conflitos com políticos ou proprietários de lotes e terras.

Nessa perspectiva, entende-se que na maioria das cidades brasileiras, os problemas relacionados à habitação e as condições de vida se expressam de forma exaustiva e pertinente, pois evidenciam as contradições existentes dentro do modo de produção capitalista.

Sabe-se que a problemática do espaço urbano das cidades é efetivada pela divisão social do trabalho e pela dominação dos grupos detentores do poder financeiro, que controlam e regulamentam a cidade na ótica do capital, gerando assim, um processo de exclusão, dominação, espoliação e exploração das pessoas de baixo poder aquisitivo (KOWARICK, 1993).

Segundo Carlos (2007), os diferentes usos da cidade condicionam os espaços construídos de forma desigual e contraditória, pois a desigualdade espacial é produto da desigualdade social. Cidades de médio porte, como é o caso do Crato, lócus desse estudo, vivencia a todo instante, problemas relacionados à moradia e a falta de equipamentos urbanos (água, luz, esgoto, escolas, postos de saúde, creches, praças e etc.), não na mesma intensidade das grandes metrópoles, do ponto de vista do número de ações, mas com proporções que ganham visibilidade no cotidiano da cidade.

Entende-se, assim, que os movimentos urbanos na cidade do Crato atuam na forma de ocupação das áreas mais propícias ao local de trabalho, no sentido de serem próximas dos polos de atração econômica como, por exemplo, as grandes fábricas, indústrias e o comércio em geral. Mas com isso, acabam por ocuparem áreas impróprias do ponto de vista do planejamento, como as encostas da Chapada do Araripe e as margens dos rios gerando, assim, sérios impactos ambientais e sociais.

O mapa anterior, adaptado e organizado pelo autor deste trabalho, espacializa as áreas estudadas na pesquisa. Essas áreas em vermelho, são áreas ocupadas pelos movimentos sociais de moradia, estudadas na cidade do Crato, tendo uma diferenciação temporal no que se refere as datas das ocupações. Conforme trata a legenda do referido mapa, essas ocupações estão descritas e serão detalhadas com maior intensidade no decorrer do capítulo 03 e 04.

A espacialização das ocupações estudadas tem como objetivo, além da localização das áreas descritas a pretensão de entender que a produção da cidade, se dá também, na ótica desses sujeitos, que são os movimentos de luta por moradia.

Dessa forma, neste capítulo tratar-se-à a trajetória da luta pela moradia na cidade do Crato, enfatizando as principais lutas dos movimentos sociais de moradia, sendo esses, as ocupações de terras dos grupos organizados, como é o caso das lutas no Seminário, Novo Horizonte, Centro, Mirandão e Pantanal.

3.1- As contradições urbanas e a luta pela moradia

A cidade do Crato no que se refere aos problemas ligados à falta de moradia teve seu desenvolvimento a partir de um processo desigual de desenvolvimento da urbe que possibilitou a concentração da propriedade privada da terra nas mãos dos proprietários fundiários e dos incorporadores imobiliários, dificultando o acesso à moradia pelas famílias mais pobres da cidade. Ao longo do desenvolvimento urbano da cidade, as famílias pobres tiveram dificuldades de acesso à moradia. Os pobres da cidade tiveram na organização e na luta a única saída para a conquista do direito à moradia.

O Crato, de acordo com o Plano Diretor Municipal (2005), contém cerca de 30 bairros. Na cidade, cerca de quinze áreas estão circunscritas nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são áreas propícias a políticas habitacionais no município, devido o baixo índice de urbanização e o agravamento de problemas sociais ou como destaca a fala de um dos representantes do poder público municipal, as chamadas áreas subnormais.

Quando fizemos o nosso plano diretor de desenvolvimento urbano, e mais recentemente, quando fizemos a revisão do plano diretor, no plano diretor municipal, nós elencamos mais de 20 áreas que nós consideramos como assentamentos subnormais que são, áreas que tem baixíssimo índice de urbanização, uma área que é quase toda considerada uma zona especial de interesse social. Nós temos a Batateira, nós temos o bairro cacimbas, o Santa Luzia, que é conhecido como Baixada Fluminense, nós temos a Vila Cachumbo, a Vila Torta, nós temos a ocupação da área próxima à antiga fábrica de milho na Vila Alta né, naquele bairro,

ali também é uma área de interesse social. (Entrevista – Representante do poder público municipal, 2014).

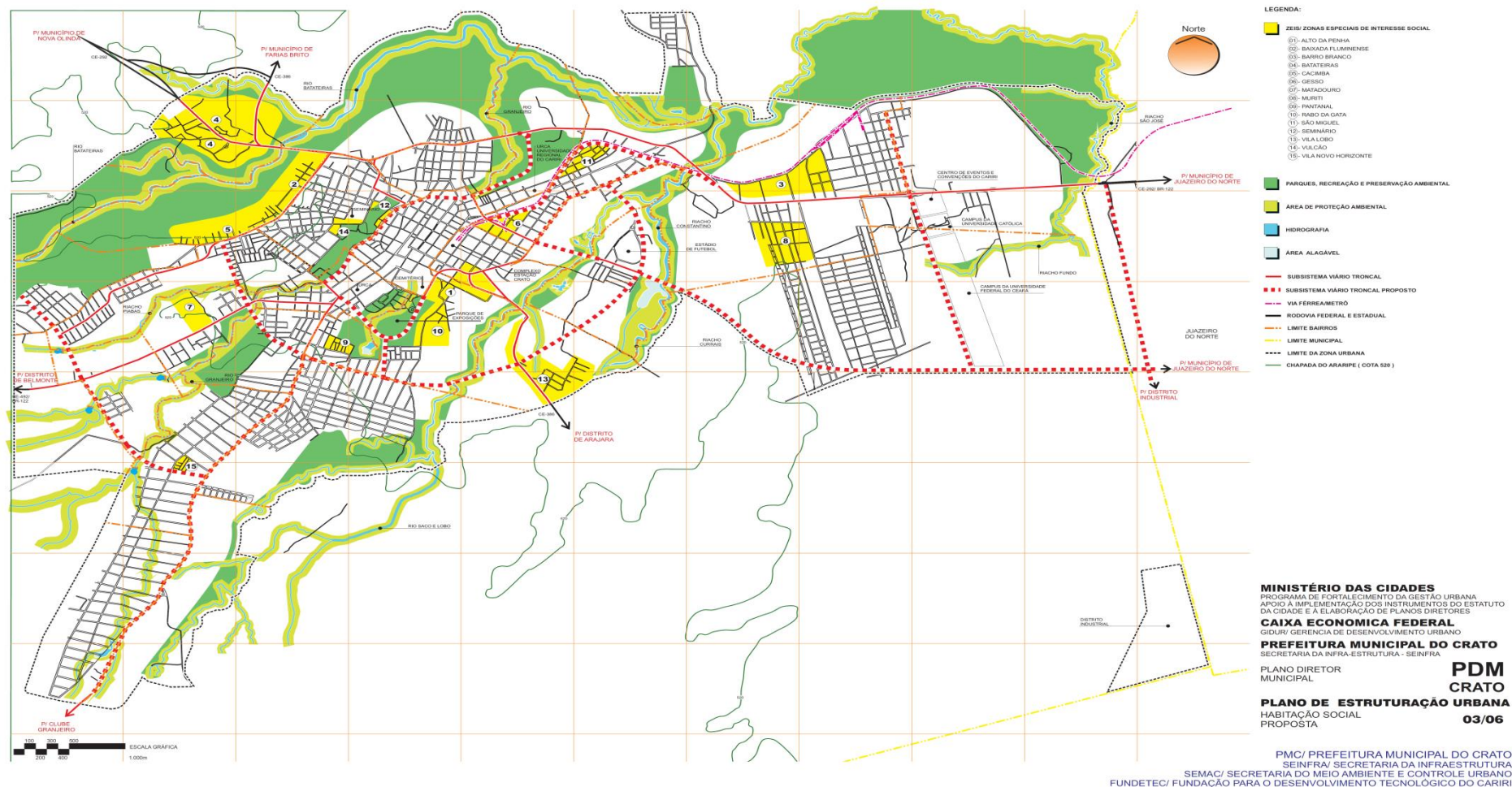
As áreas consideradas zonas de interesse social no Crato são: Alto da Penha, Baixada Fluminense, Barro Branco, Batateiras, Cacimbas, Gesso, Matadouro, Muriti, Pantanal, Rabo da Gata, São Miguel, Seminário, Vila Lobo, Vulcão, Novo Horizonte. Dentre essas quinze, algumas são bairros, outras são áreas dentro dos bairros²⁹. Quer dizer, quase metade dos bairros da cidade contém problemas de cunho social, como a favelização, caracterizada pelas moradias precárias, falta de emprego, alto índice de vulnerabilidade socioambiental³⁰, proliferação de lixões, falta de saneamento básico e rede de coleta de esgotos.

Esse dado revela tão somente que a cidade do Crato foi materializada por uma série de ocupações que caracterizaram a formação dos bairros periféricos do núcleo central urbano da cidade, tendo na organização e na força interventiva dos movimentos sociais de luta pela moradia a expressão de ocupações de terrenos para a conquista do direito à moradia. Essas ZEIS marcaram a institucionalização da segregação e dos problemas urbanos na cidade, sendo instituídas no Plano Direto Municipal (PDM – Crato) e no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade, que delimitaram as quinze áreas da cidade consideradas como zonas especiais, conforme o mapa 02.

²⁹ Dentre as quinze zonas especiais de interesse social no Crato, as ZEIS Alto da Penha, Barro Branco, Batateiras, Cacimbas, Muriti, São Miguel, Seminário e Vila Lobo são de acordo com a planta oficial do município considerados bairros, totalizando 08 bairros na cidade que enquadram-se como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). As outras cinco são áreas segregadas dentro de outros bairros da cidade.

³⁰ Para esclarecimentos sobre o conceito de vulnerabilidade socioambiental ver Dantas e Costa (2009).

HABITAÇÃO SOCIAL



Mapa 4: Áreas de Habitação Social da cidade do Crato. Fonte: PDM Crato. Data: 22/05/2014.

No mapa anterior, elaborado pela Prefeitura Municipal do Crato, a partir do Plano Diretor Municipal (PDM) que compõe o Plano de Estruturação Urbana, ressalta-se as ZEIS como instrumento responsável por identificar e institucionalizar as áreas que contêm problemas de cunho estruturante na área urbana da cidade, delimitando, assim, as zonas especiais que merecem um tratamento com maior atenção por parte do poder público, principalmente no quesito habitabilidade³¹.

Esses bairros, elencados no mapa acima como áreas de interesse social, são, na verdade, fruto ou surgiram a partir das ocupações dos movimentos sociais de luta pela moradia ou mesmo de ocupações isoladas de pessoas que provinham de outras regiões ou que estavam sem condições de pagar um aluguel ou de comprar uma casa. A maioria das pessoas que residem nessas áreas não tem emprego formal, compondo o que Karl Marx denominou “exército industrial de reserva”. Essas pessoas atuam nos ramos da construção civil, como empregados domésticos, catadores de lixo, quase sempre, nos chamados “bicos”, que são uma forma de sobrevivência e de reprodução social.

Essas ocupações das populações de baixa renda, na maioria dos casos, se dão em áreas de pouco interesse do mercado imobiliário, pois são áreas de encostas, morros, próximas a lixões, córregos de esgoto, de deslizamento, são áreas que não criam uma valorização do espaço, devido à baixa taxa de urbanização e a falta de equipamentos de uso coletivo, como veremos na imagem a seguir.

Existem, ainda, bairros na cidade do Crato, conhecidos por serem áreas nobres ou da classe média, como os bairros Grangeiro, Lameiro, Mirandão, Santa Luzia, que também detêm áreas que foram ou são fruto do processo de ocupação das classes mais pobres, ocupações coletivas ou meramente isoladas, circunstanciais e pontuais, aonde moradores chegam e ocupam determinados terrenos que não estão cumprindo sua função social.

[...] nós temos, na verdade, em quase todos os bairros do Crato, existem zonas especiais de interesse social, até no Parque Grangeiro que é considerado uma área nobre, nós temos uma faixa de cima que é ocupação, que é característica de zona especial de interesse social, inclusive essas áreas estão mapeadas e nomeadas em nosso mapa urbano. (Entrevista – Representante do poder público municipal, 2014).

O depoimento acima, de um representante do poder público municipal, evidencia claramente como a produção do espaço urbano da cidade se dá em relação ao processo de uso e ocupação do solo urbano. Em sua fala percebe-se que a segregação sócio-espacial é um

³¹ Entende-se por habitabilidade, moradias com as mínimas condições necessárias para sobrevivência de uma família, como escola, posto de saúde, saneamento, residência com pavimentos etc. Para mais esclarecimentos ver, SOUZA JUNIOR (2007).

elemento importante que está imbricado na produção do espaço da cidade, onde bairros ditos nobres como o Grangeiro, vivenciam também, contradições inerentes ao processo de compra e venda da terra urbana, como as ocupações.



Figura 8: Ocupação de casas pela classe pobre, próximas às áreas de deslizamento, rios ou valas de esgoto – Seminário. Fonte: César Abreu. Data: 02/04/2010.

Na imagem acima, constata-se a realidade da maioria dos bairros periféricos e desprovidos de urbanização na cidade do Crato, fruto da lógica de desenvolvimento desigual das cidades brasileiras. No Crato, por exemplo, segundo depoimento de representante do poder público no legislativo, a cidade não tem rede de saneamento.

Nós temos uma demanda muito grande na cidade, que também está vinculada a questão da habitação que é a do saneamento. A cidade do Crato tem um déficit, aliás, ela não tem nenhum sistema de saneamento; nós temos redes coletoras na cidade, mas não tem um tratamento desses dejetos, eles vão para os leitos dos riachos, das ruas, enfim, o canal do rio Grangeiro é uma grande fossa e a única estação de tratamento que foi construída aqui para tratar os esgotos do bairro da Vila Alta. No primeiro ano de funcionamento, ela rompeu porque a tubulação atravessava o rio Grangeiro, foi rompido e nunca mais parou de receber os dejetos desse bairro. Até o bairro da Batateira (José Pinheiro), que tem um projeto de saneamento que era para interligar essa estação de tratamento, parou, porque a estação não recebe mais os esgotos desses bairros. Então essa é uma demanda, e o Ministério das Cidades tem uma política de financiamento de saneamento e não sei por que a Prefeitura do Crato não tem uma política de saneamento. Tem uma companhia de água e esgoto e não sei por que que não se dá prioridade, pois é fundamental para uma cidade se organizar; organizar seu espaço urbano é tratar do ambiente. Então essa é uma

demanda importante (Entrevista – Representante do poder legislativo municipal, 2014).

Dessa forma, na cidade do Crato, a urbanização dos bairros periféricos não acompanhou o desenvolvimento urbano da cidade. Esses bairros tiveram no processo de formação a luta dos movimentos sociais de moradia que através de ocupações de conjuntos habitacionais e terrenos vazios a medida de conquista do direito a moradia (OLIVEIRA FILHO, 2013).

Nos subcapítulos seguintes, trataremos da trajetória e percurso do caminho dos movimentos sociais no Crato, enfatizando o papel e a importância da Igreja na consolidação das lutas sociais no Crato e na Região do Cariri.

3.2 A Igreja e a formação do movimento de luta pela moradia

Atuando de forma coletiva organizada, os movimentos sociais na cidade do Crato se efetivaram a partir da década de 1970 e conquistaram espaços de moradia na cidade. Na realidade local, tiveram uma contribuição presente da ala progressista da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base, e dos partidos políticos de esquerda, especialmente PT e PC do B. Mas, de certa forma, esses movimentos diferenciaram-se em alguns aspectos de ações coletivas em outras cidades, como o de não manter uma estrutura organizacional de maior âmbito, ou seja, as ocupações e os movimentos lutavam basicamente por necessidades mais prementes, configurava-se o anseio de resolver os problemas individuais através das coletividades imediatas. Também não surgiram ações para uma articulação mais ampla, uma “regionalização” dos movimentos sociais de luta pela moradia. O que tem acontecido são mobilizações com caráter pontual.

Nesse sentido, entende-se que a trajetória da luta pela moradia na cidade do Crato foi marcada pelo grande número de ocupações dos movimentos sociais de luta pela moradia, instigadas pelas mínimas condições de sobrevivência, o autoritarismo da ditadura militar e a proliferação de condições subumanas em que a classe trabalhadora se encontrava. Nesse período, entre as décadas de 1980 e 1990, tivemos no Crato a conjuntura de maior efervescência dos movimentos sociais, protagonizando novas formas de luta e manifestações, principalmente contra o Estado, que não cumpria suas funções enquanto instrumento que pudesse garantir os direitos do povo. Passeatas, caminhadas, ocupações, dentre outras formas

de organização foram algumas das ações que mobilizaram a classe trabalhadora nesse período, lutando por melhores condições de vida e sobrevivência.

No próprio município, através das interações entre lideranças e moradores, as experiências vivenciadas de conquistas foram divulgadas e os movimentos inicialmente isolados influenciaram moradores de outros bairros da cidade a se organizarem e lutarem para ocupar e produzir espaços de moradia, na maioria das vezes, áreas ou espaços pertencentes ao Estado e a Igreja. Dessa forma, a expansão da cidade tem sido produzida e materializada com a atuação e influência desses movimentos, contradizendo os interesses dos detentores do capital que acumulam terras urbanas como forma diversificada de especulação, investimentos e poupança.

A igreja teve nesse processo um papel fundamental na formação da consciência política de grande parte dos grupos ou associações organizadas na cidade, tendo na Teologia da Libertação a ramificação filosófica/teológica que norteou e orientou o debate e as ações dos movimentos sociais e da Igreja na cidade do Crato.

As ações da Igreja na cidade tiveram nas décadas de 1970, 1980 e 1990 o ápice da organização e das manifestações da classe trabalhadora, mas, também, nas cidades circunvizinhas de abrangência da diocese, estando centralizada na cidade do Crato, sede religiosa e política da diocese na região. A contribuição da Igreja na construção e formação dos movimentos sociais teve um importante papel, principalmente no sentido de organização e de consciência dos direitos e deveres da população. As ações da Igreja se ancoravam filosoficamente na elaboração de uma consciência ancorada na fé, baseada no evangelho e na transformação social.

A principal entidade que centralizou e organizou a luta dos movimentos sociais de moradia no Crato foi a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), sendo uma Comissão Eclesial de Base (CEB's) de caráter nacional. Teve nascimento, em 1978, na cidade de Recife, depois do golpe militar de 1964. Jovens católicos represados pelo autoritarismo da ditadura resolveram criar essa entidade como um instrumento de luta de jovens operários contra as várias formas de opressão.

Seguindo uma filosofia libertadora e cristã, a pastoral foi se consolidando enquanto organização a nível nacional, estando representada em vários Estados do país. Vale ressaltar, também, que a Pastoral da Juventude nasceu em um momento de efervescência das camadas populares no país que, indignadas com a opressão do regime militar, os jovens dessas camadas pobres resolvem se libertar indo às ruas. Nesse período, nasceram vários

movimentos sociais no Brasil, inclusive grande parte dos movimentos sociais de luta pela moradia.

No Crato, o surgimento da pastoral se deu a partir da consolidação de diversos grupos sociais ou frentes políticas, como é o caso dos partidos de esquerda, em especial PT e PC do B, além de professores, intelectuais, religiosos e as associações de moradores. De acordo com o depoimento de uma das lideranças religiosas e ex-coordenador da PJMP no Crato, o surgimento da pastoral se deu:

Eu acho importante destacar que tudo começou a partir da articulação entre lideranças da juventude, com animadores de comunidade, com padres, religiosos, leigos, pessoas de sindicatos, de partidos que aderiram à questão. Então nós começamos essa articulação e como já havia a Comissão Nacional da Pastoral de Juventude do Meio Popular aí nós entramos com o Regional, no Ceará, Nordeste e começamos a nós organizar. É difícil pra nós porque, até na diocese do Crato, a gente era colocado como pessoas conservadoras, reacionárias e pra nós era muito difícil, isso porque era toda uma juventude que estava chegando, de padres novos, religiosos, leigos, que estão ao querendo atuar e ao mesmo tempo esse desafio do conflito da fé. Mas nós sabíamos que a diocese do Crato foi pioneira na construção de sindicatos, de líderes rurais nas lutas. Então, isso foi fazendo com que a gente começasse a se articular e fazer um trabalho (Entrevista - representante da Igreja Católica, 2014).

O relato acima retrata como se deu a origem e o surgimento da PJMP na cidade do Crato, tendo na composição de forças de diversos grupos, no anseio de mudanças e de luta um instrumento que possibilitou a construção da Pastoral e seu fortalecimento na cidade. Outro importante ponto a ser destacado é a questão do conflito da fé, como denominou o referido depoente, tratando da coesão de forças políticas e religiosas dentro do seio da Igreja. Havia disputas ideológicas, a partir de visões antagônicas do papel da Igreja na sociedade. De um lado a ala progressista, partilhando a ideia de que a Igreja deve servir aos mais pobres, às classes menos assistidas; de outro, a ala conservadora, que não se envolve com as questões sociais, uma ala mais dogmática, que restringia sua ação somente no evangelho. Esse antagonismo dentro da instituição marcou o surgimento das CEB's e todo seu percurso no Brasil e na cidade do Crato, resultando em perseguições, transferência de membros da diocese, perda da batina por alguns padres, dentre outras ações repressivas da ala conservadora da Igreja.

Em entrevista realizada com uma das participantes da PJMP no Crato, está, relata como se deu o conflito entre a ala progressista da Igreja e a ala conservadora:

Foram inúmeros os conflitos com a parte mais tradicional da Igreja, achavam que a gente estava incitando os jovens pra lutar para revolução. Na época condenava-se

muito isso que a gente estava fazendo, saindo daquilo que era ensinamento da Igreja, né. Então, assim né, esses conflitos acabavam muito desestimulando, que chegou um momento que as pessoas que estavam à frente da Igreja conseguiram afastar algumas lideranças e não teve como de fato continuar com a pastoral e foi uma pena né? Porque nunca mais se viu um movimento tão organizado. Os movimentos que surgem hoje são mais na linha que não motivam tanto os jovens e as pessoas pra uma atuação mais forte né, principalmente hoje que tá muito desacreditado, não se acredita mais. (Depoimento de um membro da PJMP).

No relato acima, evidencia-se como se deu os conflitos e as perseguições envolvendo as duas correntes antagônicas dentro da Igreja. O depoimento revela, ainda, que devido às pressões de alguns líderes e dirigentes religiosos da Igreja, houve um processo de afastamento de lideranças da PJMP o que culminou no enfraquecimento e, em certos momentos, impediram a continuação da Pastoral. Esse processo gerou um descontentamento muito grande por parte de membros da Pastoral perante a atuação da Igreja Católica, resultando até no desacreditamento do papel da Igreja na sociedade e na incorporação de uma cultura crítica para com a filosofia cristã, que ao invés de libertar estava era contribuindo para a opressão e manutenção do sistema capitalista de produção.

A PJMP do Crato estava representada, nas décadas de 1980 e 1990, pelos Padres Ivan, José Coringa, Raimundo Elias, Vileci Vídal, dentre outros que ajudaram na consolidação e construção de um movimento de luta na cidade do Crato e na Região do Cariri. A criação da Pastoral na cidade do Crato data de 1984, ano emblemático de lutas dos movimentos sociais de moradia na cidade. Esse momento marcou o surgimento e efervescência dos movimentos de moradia na cidade, antes, pelos dados que se tem, a partir de relatos, depoimentos e conversas informais, a população pobre da cidade ocupava as áreas que não interessavam ao capital imobiliário, como as encostas e os morros, não havendo uma ocupação de grupos, mas ocupações individuais, as pessoas chegavam e começavam a construir suas casas, principalmente em torno do seminário São José, no bairro do Seminário, Barro Vermelho e Alto da Penha, sendo esses os primeiros bairros da cidade do Crato que comportaram a população pobre da urbe (FIGURA 02 e 03).



Figura 9: Brasão da Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP). Fonte: Padre Ivan. Data: 1985.

A figura acima destaca o brasão da PJMP. A representação gráfica da PJMP tem como demarcação de localização a Regional Nordeste I, que representa o Estado do Ceará. No centro tem-se o símbolo da cruz, representando o papel da Igreja e de Jesus Cristo no centro das concepções religiosas e de vida, concebido como centro da vida dos seres humanos. À esquerda tem-se a enxada, que simboliza a luta dos trabalhadores do campo. À direita, uma chave de boca, que representa a luta dos trabalhadores da cidade. Essas duas, tanto a enxada como a chave de boca são simbologias que representam as ferramentas de trabalho dos trabalhadores e estão, na imagem, unidas por uma corrente que representa a exploração e a escravidão dos trabalhadores pelo sistema capitalista de produção. A união dos trabalhadores da cidade e do campo, centralizada pela imagem da cruz, representa o momento de luta e emancipação da classe trabalhadora, tendo na cruz, simbolizada por Jesus Cristo o instrumento de libertação das classes oprimidas.

Uma das estratégias de manifestação da PJMP como forma de organização e conscientização da classe trabalhadora foi às caminhadas ou as romarias da Pastoral, que

ocorriam, na maioria das vezes, saindo da cidade do Crato em direção a Juazeiro do Norte ou saindo da forania³² do Crato em direção a outras foranias.

De acordo com o depoimento de um representante da Igreja Católica e membro da PJMP, as caminhadas ou romarias da PJMP foram as principais ações das CEB's na Região do Cariri:

E aí nós começamos todo esse trabalho e a gente viu que era importante fazer uma caminhada no dia 1º de Maio, porque o Crato tem muitas lutas. Essa questão de maio, Tristão Gonçalves, Bárbara de Alencar, todo esse pessoal aí, que tem uma luta né? Pinto Madeira, que foi até enforcado lá. O Crato tem toda a história, aí vimos que era preciso caminhar e fazer as caminhadas de Crato para Juazeiro do Norte no dia 1º de Maio. Por que Crato e Juazeiro são cidades que concentram não só o maior número de pessoas, mas que tinham uma facilidade de transporte, tanto pra quem vinha das cidades mais distantes do lado de Juazeiro, como quem vinha para as cidades mais distantes do Crato, aí a gente se reuniu e não era só pra Juventude, mas pra toda a sociedade, toda a comunidade e aí agente fazia a pé esse trajeto (Entrevista - liderança da PJMP, 2014).

Como aponta um dos membros da Pastoral da Juventude, na década de 1980, as caminhadas se davam no intuito de:

Eu diria assim, não só no Crato né, eu diria que foi um movimento que despertou um pouco pra várias movimentações, principalmente motivando a organização pra vários setores, desde o campo até a cidade. Então, a Pastoral era organizada em 39 cidades aqui na diocese do Crato e agente fazia parte dessa coordenação, eram 5 foranias e 39 cidades e agente conseguia organizar os jovens. Nessa organização incluía exatamente o planejamento e a atuação nas áreas de mais necessidade de cada município. Então a gente trabalhou várias áreas, inclusive a questão do espaço para ocupação de moradias, ocorreram várias, não só aqui no Crato, mas em Juazeiro já teve, mas você teve outras como a melhoria das condições da agricultura, maior envolvimento dos sindicatos, pra melhores condições de acesso ao estudo desses jovens. Então, assim, forma várias lutas, na questão hídrica, do meio ambiente. Claro, não poderia deixar de dizer que a Pastoral tinha como princípio a Teologia da Libertação, então isso tá claro né? Era um movimento que estava a favor daqueles que estavam oprimidos, na época a gente usava muito esses termos do Paulo Freire, no sentido de ajudar na transformação da sociedade era o que movia agente (Entrevista – militante da PJMP, 2013).

³² Forania é um grupo determinado de paróquias dentro de um Vicariato. Cada forania é confiada a um vigário, forâneo (título dado pelo bispo a um grupo de padres dentro de um Vicariato). Essa união de diversas paróquias mais próximas territorialmente favorece o trabalho pastoral mediante uma ação em comum. Os padres forâneos são eleitos pelos representantes das paróquias (párocos e vigários) por 2 anos que, por sua vez, representam aquele território, ou seja, a forania junto ao conselho presbiteral. (SANTOS, 2014). Disponível em: <<http://www.catequisar.com.br/texto/colunas/juberto/30.htm>>



Figura 10: Caminhada da PJMP do Crato em direção ao município de Brejo Santo. Fonte: Padre Ivan. Data: 01/05/1987.

Essas caminhadas eram as principais formas de articulação, organização e união dos trabalhadores para construção de pautas de reivindicações e da Pastoral da Juventude. Nelas, a juventude, juntamente com a população como um todo, percorriam os municípios que faziam parte da administração da diocese do Crato, construindo pautas e elaborando planos de ação.

Dessa forma, a Pastoral da Juventude do Meio Popular no Crato teve uma importante influência na construção de vários movimentos sociais na cidade, mas também em outros municípios circunvizinhos, sendo um importante instrumento na organização dos movimentos sociais. No que se refere à organização interna da Pastoral, um dos coordenadores relata que:

Como era o nosso trabalho; de reuniões quinzenais ou na paróquia ou na forania, que era a reunião de várias paróquias ou em toda a diocese. A gente ia de dois em dois meses, qual era o objetivo, informar. E nessas reuniões de dois em dois meses com toda a juventude a gente destacava três coisas. Primeiro o despertar da juventude para os seus direitos, seus deveres, suas responsabilidades com a sociedade. O segundo é educar, e aí nós tínhamos uma formação muito boa, nossos assessores, tanto daqui, como de Fortaleza e do Crato era gente muito boa. A gente lembra-se da assessoria de vários padres que nos ajudaram, também leigos e professores que nos ajudaram. O terceiro era o converter. A gente queria despertar e aí vinha todo o trabalho inicial, tinha o educar que aqui era a formação mesmo,

conteúdo mesmo pra poder argumentar nos trabalhos, nas lutas e nos conflitos, etc. O terceiro que era o converter, essa conversão, baseada num compromisso, mas, sobretudo pelo compromisso com a fé, um compromisso social, mas um compromisso de fé, que ali a gente não era qualquer grupo não, a gente tinha identidade que era da fé; então, a partir de Jesus Cristo que é o grande lutador, que é o grande libertador que nós começamos nosso trabalho. E o nosso grande porto seguro era a bíblia e esses três pontos a gente trabalhou muito tempo, daí foi crescendo as equipes paroquiais, as equipes das foranias e uma equipe arquidiocesana. Nós tínhamos um representante de todas as cidades da diocese do Crato. Então, tudo começa com essa articulação, depois com muita educação, formação e a conversão. A partir daí nós decidimos que era preciso criar uma sede na diocese do Crato e nós criamos porque a gente estava vinculada ao Nacional, ao Regional, que era todo o Ceará e também ao diocesano que era a diocese do Crato. A forania são as reuniões de algumas paróquias, porque no Crato estava a paróquia onde a gente se organizava. Então, a gente tinha uma articulação que a gente pode dizer hoje, que era blindada, porque onde batia tinha gente, então quando você avisava que haverá no próximo mês reunião dos representantes da Pastoral da Juventude, todo mundo sabia (Entrevista – liderança da PJMP, 2014).

Na organização interna da PJMP as ações se davam em torno do despertar, educar e converter. Esse processo permeava todas as etapas do processo de formação dos sujeitos e estava imbricado na estrutura interna da Pastoral. O ato de converter era utilizado enfatizando a importância da fé e da religião como motor do processo de transformação dos sujeitos, nesse caminho, a fé era o que movia os sujeitos na busca da transformação social, a partir do anseio de melhores condições de vida.

As ações da Igreja em relação às ocupações e manifestações da classe trabalhadora na cidade do Crato foram sempre movidas pelo grande número de pessoas, o que possibilitava uma forte mobilização social, culminando em uma maior vitalidade dos movimentos sociais naquele período. Essas ações marcaram a trajetória da luta pela moradia na cidade do Crato.

Eram realizadas missas, grupos de orações, festejos, caminhadas, passeatas, reuniões, dentre outras atividades que culminaram na vitalidade da Pastoral da Juventude do Meio Popular, como sendo o principal movimento de articulação e união dos trabalhadores no Cariri.



Figura 11: Missa celebrada pelo Padre Ivan no termino da passeata. Fonte: Padre Ivan. Data: 1985.



Figura 12: Reunião da PJMP com militantes dos movimentos sociais para elaborar pautas de reivindicações. Fonte: Padre Ivan. Data: 1983.

As reuniões, como são evidenciadas nas imagens acima, sempre eram realizadas com um grande número de pessoas, dentre elas, jovens, idosos, crianças, adultos. Essa era, na verdade, o grande diferencial da Pastoral, pois ela conseguia aglutinar um número expressivo de pessoas tendo, assim, uma maior expressividade dentro dos movimentos de luta pela moradia na época. Essas reuniões ocorriam normalmente no centro de expansão da diocese, localizado próximo ao clube Grangeiro. O centro de expansão, por exemplo, foi palco de diversas ações de planejamento e estratégias da pastoral juntamente com os movimentos sociais de moradia.



Figura 13: Romaria da PJMP na cidade de Milagres. Fonte: Pe. Ivan. Data: 1986.

Dentre as ações da PJMP destacam-se também as Romarias da terra, as campanhas da fraternidade, as Romarias da Diocese, que eram uma das formas de manifestação da Pastoral. Frases como *“terra de Deus, terra de irmãos”*, *“buscamos o milagre do pão e da libertação”*, *“Maria mãe das trabalhadoras empobrecidas”*, *“Nem somos menos, nem somos mais, somos todos iguais”*, *“O Cristo morre hoje na juventude oprimida do Ceará”*, *“mãe teu povo passa fome”*, eram as mais vistas nas faixas e bandeiras que os participantes carregavam ao longo dos trajetos percorridos. Essas mensagens representavam muito bem a dialética de pensar sempre a questão religiosa com os problemas de cunho social, vitalizando

sempre o plano espiritual como uma forma de mudança juntamente com as ações políticas do movimento.



Figura 14: Passeata na cidade do Crato (CSU). Fonte: Pe. Ivan. Data: 1987



Figura 15: Passeata na cidade do Crato (CSU). Fonte: Pe. Ivan. Data: 1987

Na imagem anterior, por exemplo, percebe-se uma representação do trabalhador brasileiro pregado em uma cruz. Quer dizer, o movimento tem um caráter político muito forte dentro de sua composição interna, transparecendo a compreensão de que o trabalhador está sendo crucificado e explorado pelo capitalismo. Essa imagem é emblemática no sentido de perceber a consciência crítica por parte do movimento, juntamente com analogias a história bíblica que estavam sempre presentes nos atos e manifestações da PJMP.



Figura 16: Passeata da PJMP na cidade de Juazeiro do Norte. Fonte: Padre Ivan. Data: 1983.

Normalmente, sempre após as caminhadas, manifestações e passeatas, missas eram celebradas pelos padres do movimento com a finalidade de proteger e agradecer divinamente as ações da Pastoral, além de pedir proteção divina àquelas pessoas que se encontravam em situações mais difíceis, como fome, miséria, falta de moradia, etc.



Figura 17: Missa celebrada na cidade de Barbalha no final da Passeata. Fonte: Padre Ivan. Data: 1983.

As passeatas realizadas pela PJMP não se restringiam somente ao município do Crato. A grande passeata que ocorreu no ano de 1986, por exemplo, percorreu a cidade de Juazeiro do Norte e de Barbalha, consolidando, assim, lutas comuns que eram evidenciadas em várias cidades da região.

Dessa forma, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) foi a principal articuladora dos movimentos sociais no Crato e no Cariri como um todo, estando presente nas lutas por moradia, como também pela posse da terra, regularização fundiária, melhores condições dos trabalhadores do campo e da cidade, dentre outras. No Crato, a respeito da questão da moradia, especificamente, a pastoral contribuiu largamente com várias ocupações, principalmente no bairro do Seminário, onde houve o marco das ocupações de terra urbana na cidade. Dentre as ocupações, que contou com a participação efetiva da PJMP no Crato, destacamos as ocupações do IPEC, do “Campo do Seminário”, do Conjunto Novo Crato e do conjunto “10 de Fevereiro”, como veremos mais adiante.

3.3 O Bairro do Seminário e as ocupações de terra

O Bairro Seminário é onde acontecem as ações dos movimentos que espelham a trajetória das lutas locais. Esses movimentos podem ser identificados como os movimentos de luta pela moradia que atuaram na forma de ocupações de terras urbanas. Esse bairro ocupa boa parte do território urbano da cidade do Crato. É o território mais extenso, nas áreas do perímetro urbano, entre as que apresentam habitações contíguas, com maior número de habitantes e densidade populacional. As casas são, via de regra, conjugadas. Há predominância de famílias que compõem segmentos de baixa renda. A urbanização atinge as ruas principais, mas há um grande número de “comunidades” que formam o bairro ainda em condições extremamente precárias em infraestrutura e serviços urbanos. Parte dessas comunidades tem conseguido melhorias habitacionais através da ação reivindicatória das associações de moradores e dos movimentos sociais de luta pela moradia.

O Seminário é o maior bairro do Crato em termos demográficos. Na planta urbana da cidade, existe somente bairro do Seminário. Mas, como o surgimento e a formação do bairro se deu em diversos momentos na história da cidade e, principalmente, fruto do processo de luta pela moradia, formaram-se dentro do perímetro urbano do bairro várias comunidades que são frutos dessas lutas. Essas comunidades ganharam nomenclaturas diferentes, ressaltando a importância de nomes que retratam a trajetória das lutas e as especificidades do lugar. Comunidades como Vitória Nossa, Vulcão, 10 de Fevereiro, IPEC, Novo Crato (atualmente transformado em bairro), “campo do Seminário”, dentre outras são algumas das comunidades que estão imbricadas na área do bairro.

O bairro do Seminário está na porção oeste da cidade do Crato, entre os rios Granjeiro e o rio Batateiras, margeado ao sul pela Floresta Nacional do Araripe e ao norte o vale do Cariri (SILVA; PEREIRA, 2005). É o mais populoso da urbe, contendo aproximadamente 30 mil habitantes, tendo uma população predominantemente de baixa renda, boa parte do bairro foi fruto do processo de ocupação, tanto de caráter coletivo, como ocupações isoladas no entorno do Seminário São José, no qual o bairro deriva da sua construção, datada em 1875.

No início do século XX, naquela parte da cidade do Crato, destacava-se o Seminário São José e, nas laterais sul e norte do imponente prédio, apenas dois sobrados: um foi destruído por um raio e o outro, demolido. Além desses três prédios de tijolos com janelões de madeira, foram construídas mais algumas casas de palha, sendo que no lado sul, margeando um caminho de acesso ao Sítio Lameiro, essas casas deram origem à primeira rua do bairro. Era uma via essencialmente residencial e meio tortuosa, denominada Rua da Misericórdia, hoje Diógenes Frazão (SILVA; PEREIRA, 2005, p. 16).

De acordo com Silva e Pereira (2005), o bairro do Seminário teve sua formação a partir da construção do Seminário São José, importante centro espiritual e educacional do Crato, tendo influenciado fortemente a ocupação, principalmente pelos pobres da urbe.

Nas décadas seguintes, essas casas de palha foram se multiplicando, dando início a outras vias desprovidas de pavimentação e demais serviços públicos. Entretanto, surgia aí o embrião das atuais ruas Padre Lemos, em frente ao Seminário; São José; Travessa Aurora, e Cel. Luiz Teixeira, que liga o centro da cidade ao bairro em formação. As cinco ruas citadas contribuíram muito para a constituição do que seria, em um futuro próximo, o mais populoso bairro cratense (SILVA; PEREIRA, 2005, p. 17).



Figura 18: Tipificação de grande parcela das moradias no bairro do Seminário. Fonte: César Abreu. Data: 02/04/2010.

Daí em diante a formação do bairro foi se consolidando através das ocupações de terrenos vazios, nos quais as pessoas chegavam principalmente a partir da migração rural-urbana e iam construindo suas casas, ocupação essa, sem restrições por parte dos donos das terras. Posteriormente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, com a urbanização da cidade e o processo de especulação e valorização da terra urbana no capitalismo, esses terrenos vazios no

bairro foram criando valor e sendo ocupados por movimentos de moradia organizados, como veremos a seguir.

O seminário tem alguns equipamentos de uso coletivo que suavizam as condições de vida da população, dentre eles, destacam-se escolas, postos de Saúde, praças, quadra de futebol, centro comunitários, dentre outros equipamentos. A grande reclamação da população local é a falta de segurança, pois, segundo os moradores, através de conversas informais, o bairro precisava de uma delegacia, devido o alto índice de criminalidade e o tamanho populacional.



Figura 19: Perímetro urbano do bairro do Seminário. Fonte: Google Earth. Data: 29/06/2013.

O bairro do Seminário, em meados das décadas de 1980 e 1990, momento em que se caracterizava o auge das ocupações existentes, registrou várias ocupações. Ocupações essas, que se deram, de forma geral, em áreas ou terras pertencentes ao Estado e a diocese da cidade do Crato. Elencamos no referido bairro as mais emblemáticas, que datam das décadas de 1980 e 1990. São elas: a ocupação das casas do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC); a ocupação do Conjunto Novo Crato; Vitoria Nossa e Campo do Seminário.

Essas ocupações, como é o caso de algumas, em áreas pertencentes à diocese do Crato se deram devido à contribuição e influência da PJMP junto a esses movimentos de ocupação que, ao elencar as áreas que poderiam ser ocupadas, colocavam em evidência sempre os terrenos da Igreja, por entender que esta tinha por obrigação ajudar os pobres contra as mazelas sociais. Entendendo também que a entidade religiosa era um dos agentes produtores do espaço urbano que menos iria questionar a propriedade privada da terra caso fosse ocupada. Os militantes da PJMP e dos movimentos de ocupação acreditavam que a Igreja dificilmente pediria a reintegração de posse, por isso priorizavam ocupar terrenos pertencentes a ela e ao poder público.

Esse fato levou a ala progressista da diocese a combater esses movimentos de ocupação e as ações da PJMP na cidade, questionando a Pastoral e reprimindo de forma massiva as suas ações. Essa opressão gerou um enfraquecimento da PJMP no final dos anos de 1990 e a transferência de várias lideranças da Pastoral, como se viu acima.

Dessa forma, o processo de surgimento do bairro foi marcado pelas ocupações de terras por movimentos sociais que culminou num gama de ações e estratégias de combate às péssimas condições de vida da população e a conquista do direito à moradia.

3.3.1 O caso do “Campo do Seminário”

O “Campo do Seminário” era uma antiga área de propriedade da Diocese do Crato, quando foi ocupada por 700 famílias no ano de 1985. Esse período marcou a ascensão da maior ocupação na cidade do Crato, culminando a efervescência dos movimentos sociais na cidade.

A imagem abaixo retrata uma forte mobilização da população, por meio das Comissões Eclesiais de Base (CEB's), organizadas pela Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) no bairro do Seminário. A pastoral foi uma forte organização social de apoio às manifestações, lutas e ocupações na cidade do Crato, coordenada pelo Padre Ivan, Padre José Curinga, dentre outros.



Figura 20: Passeata da Pastoral da Juventude no Seminário. Fonte: Padre Ivan. Data: 1985.

Contraditório a isso, grande parte dos terrenos ocupados no bairro do Seminário nas décadas de 1980 e 1990 eram pertencentes à Diocese da Igreja Católica do Crato. Isso referenciou vários conflitos internos dentro da Igreja, principalmente entre as alas progressistas e conservadoras.

A ocupação desses terrenos da Igreja era visto por representantes da PJMP com bons olhos, principalmente devido à maioria dos integrantes da Pastoral ser contra a concentração fundiária da Igreja Católica na cidade, ou seja, contra a utilização dos terrenos pertencentes da diocese para fins de especulação. A Igreja, como umas das fundadoras da cidade do Crato, detinha de vários terrenos e vazios urbanos na urbe, essa, foi uma das principais instituições produtoras do espaço urbano da cidade, tendo uma parcela muito significativa da cidade, principalmente no que diz respeito a terras urbanas voltadas a especulação e a quantidade de imóveis destinados ao aluguel.

A ocupação do campo do Seminário, localizada atrás do Seminário São José, foi um grande exemplo de ocupações dos movimentos sociais de luta pela moradia na cidade que tiveram apoio da ala progressista da Igreja, mas que, o referido terreno era pertencente à diocese do Crato.



Figura 21: Antigo campo do Seminário. Importante ocupação nos anos 1985. Fonte: Google Earth. Data: 29/06/2013.

Em entrevista realizada com uma das lideranças do movimento de ocupação naquele período, esta, mulher, 63 anos, ex-vereadora do município do Crato, destaca:

Esses movimentos organizados, na verdade, não só, como eu já disse, ajudam a ocupar, a construir esses espaços, mas também a qualificar esses espaços, principalmente nos bairros de periferia. Essa minha afirmação, eu gostaria de dizer que aqui na cidade do Crato quase que 90% dos bairros hoje existentes, eles tiveram uma história a partir de uma ocupação, a partir de reivindicações, a partir de movimentos, como por exemplo, o bairro do Seminário que tem uma história muito grande. O bairro do Seminário hoje é um bairro grande porque só nesse bairro aconteceram mais de quatro ocupações, naquela época, as pessoas vinham e não tinham moradia e precisavam morar, precisavam habitar, então se organizavam e lutavam, ocupavam as áreas ociosas que haviam naquele espaço, por exemplo o bairro do Seminário, nos tínhamos um grande campo, que era chamado “campo do Seminário” onde naquele momento, em 1985, 700 famílias ocuparam aquele espaço, depois aquele campo, que era chamado “campo do Seminário”, era uma área pertencente a diocese do Crato.

Na fala da referida informante, percebe-se a importância dos movimentos sociais na construção de espaços periféricos da cidade e na qualificação de dotar esses espaços de infraestrutura, principalmente a partir de mecanismo que são fruto de reivindicações da luta dos movimentos sociais na cidade. Outra importante passagem em seu discurso é que cerca de 90% dos bairros hoje existentes foram frutos do processo de ocupação. Essa afirmação, em

termos de dados pode ser questionada, mas, de qualquer maneira, mostra a importância das lutas populares na construção e consolidação de uma cidade mais justa, onde a moradia, por mais precária que seja, possa ser conquistada enquanto direito.

Em relação à ocupação do “Campo do Seminário” mencionada também na fala da informante, merece destaque pela numerosidade de famílias que estavam na luta, cerca de 700. Sem dúvida, foi a maior ocupação, em termos de número na história da luta pela moradia na cidade do Crato.

Dessa forma, a ocupação do “Campo do Seminário” marcou profundamente as lutas dos movimentos sociais de moradia naquele espaço e na cidade como um todo. A partir da experiência do “Campo do Seminário”, vários outros bairros começaram a se formar a partir da luta e no desencadeamento de uma série de outras ocupações na cidade. Foi um importante momento na construção da história da luta pela moradia na cidade e no bairro do Seminário em especial, como veremos mais adiante, as ocupações do IPEC, do Vitoria Nossa, dentre outras comunidades que compõem o referido bairro.

Cabe mencionar, que, ao longo da trajetória dos movimentos de ocupação na cidade do Crato, esses não conseguiram centralizar e articular um movimento único, com bandeira, hino, sigla, etc. Estes foram movimentos que tinham apenas a característica de organização e junção de grupos sociais que não tinham onde morar, posteriormente a conquista da moradia, principalmente a partir do processo de ocupação de terrenos ou conjuntos habitacionais esses movimentos se desmembravam.

3.3.2 A ocupação do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC)

Outra importante área que foi fruto do processo de ocupação na cidade foi o conjunto habitacional do IPEC, onde foram construídas 93 casas com fundos do Governo do Estado do Ceará para funcionários públicos do Estado. Essas casas eram pagas pelos funcionários.

Esse conjunto, também localizado no bairro do Seminário, foi fruto de uma grande ocupação. Na ocasião, inscreveram-se várias famílias para compor as moradias, cerca de 1.000 famílias num cadastro realizado pela prefeitura. As casas ficaram fechadas por dois anos, pois a prefeitura tinha 1.000 famílias inscritas e não detinha de critérios para selecionar 93 famílias para residirem nas residências construídas. Assim, passando dois anos do abandono das residências por parte do poder público, a associação do conjunto Novo Crato

organizou uma ocupação nas casas, principalmente no intuito de pressionar o poder público para uma tomada de decisão em relação à destinação dessas residências. Apoiados por partidos políticos de esquerda, em especial, Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido dos Trabalhadores (PT), além da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), organização ligada à ala progressista da Igreja Católica, organizaram a ocupação dessas casas. No ano de 1987, cerca de 150 famílias ocuparam as casas do conjunto do IPEC.



Figura 22: Momento da ocupação das casas pelas famílias. Fonte: Mara Guedes. Data: 10/02/1987.

Em entrevista realizada com um dos participantes da ocupação, esse, atualmente vereador da cidade do Crato e liderança política do Partido dos Trabalhadores, destaca que:

Então, o conjunto habitacional que tinha no final da década de 80 e estava com casas construídas, onde o Estado não destinava essas casas para as famílias. Aí as pessoas organizaram uma ocupação desse conjunto e isso estimulou bastante o bairro do Seminário para que as pessoas percebam-se a importância de se organizar, se juntar, se unir para essa atitude de buscar a ocupação nos espaços para construção de suas casas. Tanto estimulou como desencadeou nos anos 80 uma série de ocupações que foram frutos de hoje conjuntos habitacionais gerados a partir dessa luta das pessoas por habitação e moradia. Então, eu diria que a organização de pessoas para ocupar os espaços de construção de suas habitações por moradia ela tem um papel importante na forma como a cidade hoje está ocupada (Entrevista - liderança do PT, 2012).

No discurso do referido informante, evidencia-se como se deu, de forma generalizada, as ocupações na cidade do Crato e as lutas dos movimentos sociais na cidade. O conjunto do IPEC foi uma luta emblemática, principalmente devido aos confrontos envolvendo a polícia e os militantes. Essa ocupação, no tocante às lideranças políticas e os militantes do movimento de luta pela moradia, está centrada na memória histórica deles, essa, sem dúvida, foi uma das ocupações mais lembradas no imaginário dos informantes entrevistados.



Figura 23: Momento da Chegada do Movimento ao Conjunto Habitacional. Fonte: Mara Guedes. Ano: 1987.

De acordo com o discurso de um informante, na época, coordenador da PJMP relata como se deu a ocupação naquele período, destacando a importância das organizações que contribuindo com o movimento na prestação de assessoria.

[...] a gente sabe que foi uma luta muito grande e lá com a juventude, com as comunidades de base, porque juventude e comunidade estavam muito unidas, muito juntas e a juventude começou e aí as comunidades entraram e foi marcante lá porque eram casas que já estavam prontas, mas há mais de um ano fechadas e a turma se organizou, juventudes, comunidades de base e todo o povo de Deus e ocuparam essas casas. Então, foi uma luta e muita confusão, foi gente presa, gente que teve que ficar lá, depois processado e graças a Deus, com a presença da Igreja, de padres, religiosas e religiosos, então a gente conseguiu dar uma arrumada e o pessoal ficou

com as casas e no final a luta foi importante porque o pessoal conseguiu as casas. (Entrevista - militante da PJMP, 2013).

Essa ocupação, como na maioria das outras ocorridas na cidade do Crato, tinha como maioria mulheres, pois os homens criavam receio à polícia e também tinham que trabalhar. Essas mulheres passaram vários dias de vigília nas residências, pois a todo instante a polícia passava e, em alguns momentos, houve vários confrontos entre a polícia e os ocupantes.



Figura 24: Ronda da Polícia no conjunto durante o período de ocupação das casas. Fonte: Mara Guedes. Ano: 1987.



Figura 25: Momento da Chegada da Polícia ao local. Fonte: Maria Matias. Data: 10/02/1987.



Figura 26: Polícia adentrando nas residências para desapropriar as famílias. Fonte: Maria Matias. Data: 10/02/1987.



Figura 27: Polícia descendo das viaturas para desapropriar as famílias. Fonte: Maria Matias. Data: 10/02/1987.

A polícia, por ordem do prefeito municipal, senhor Walter Peixoto (PMDB) foi autorizada a invadir as residências e expulsar as famílias. Esse confronto gerou várias repercussões em outras ocupações de luta pela moradia que ocorriam em outros bairros, como é o caso do bairro Ossian Araripe – conhecido popularmente como Caixa D’água - que teve uma ocupação próxima à data de ocupação do IPEC.

As figuras 25, 26, 27 e 28 retratam o momento em que chega vários automóveis da Polícia Militar, com o intuito despejar as famílias das residências. O confronto não foi marcado por violência física, mas ocorreram ameaças, empurrões e até voz de prisão para alguns integrantes, como aponta uma das lideranças entrevistadas que presenciou o momento.

Então, a gente teve um apoio muito grande de algumas associações de moradores do conjunto Novo Crato. O padre que era, na época, o Padre Ivan e a algumas pessoas ligadas à Igreja e aos partidos políticos de esquerda apoiaram. Me lembro que na época tinham uma atuação muito forte, por exemplo nós tínhamos na época já o PT e PC do B e me lembro que um dos militantes que hoje é professor da URCA ele foi na apoiador na época. Quando a polícia chegou pra pegar o pessoal, expulsar o pessoal das casas, ele estava lá e deu uma entrevista e a polícia deu até ordem de prisão, ele era jovem, nos também, eles querendo levar a gente, diziam que nós tínhamos falsificados cópias de chaves porque as famílias entraram nas casas sem quebrar a porta. Não sei, como foi que conseguiram a chave e entraram nas casas? E

aí eles queriam que a gente dissesse que nós tínhamos feito cópias, e isso, era crime. (Entrevista – liderança do PT, 2011).



Figura 28: Momento de chegada da polícia ao local. Fonte: Maria Matias. Data: 10/02/1987.

Percebe-se, na referida imagem, que, com a chegada da polícia, os manifestantes correm tentando criar estratégias e ações que viabilizassem a permanência do movimento no local. Observa-se na referida imagem uma das militantes correndo no intuito de avisar aos demais companheiros a chegada da polícia e organizar as estratégias de permanência.

Nas reuniões, as lideranças discutiam as estratégias de permanência dos militantes na ocupação, organizavam a vigília, como seria feita a alimentação, os momentos de descontração, onde dividiam as tarefas e a seleção de quem ficaria nas residências. Vale ressaltar que essas ocupações, em alguns casos, aglutinavam pessoas de todos os tipos, como criminosos, assaltantes, pessoas que não estavam ali no intuito de conquista do direito a moradia, mas como comboios do processo, e as lideranças procuravam sempre fazer um cadastramento das famílias, onde verificavam quantas pessoas havia em cada família, etc., ou seja, faziam um diagnóstico de quem estava realmente precisando da moradia com maior urgência.



Figura 29: Reunião com algumas lideranças do movimento de ocupação do IPEC. Fonte: Maria Matias. Data: 10/02/1987.

A partir do relato de uma das lideranças do movimento de ocupação do IPEC, esta, mulher, também coordenadora da PJMP, enfatiza em sua fala as dificuldades enfrentadas nesse dia pelos ocupantes das casas e a importância da associação de moradores na organização da luta.

Nessa ocupação do IPEC a gente teve uma participação junto com a Igreja, com a Pastoral de Juventude do Meio Popular e a Sociedade Independente teve a frente né. Foi uma ocupação que foi planejada. [...] e que na época foi muito forte o embate né, famílias expulsas, a polícia no local, foram situações muito triste. (Entrevista - liderança da PJMP, 2013).

No relato acima, a informante mostra claramente a importância da associação de moradores, no caso, a Sociedade Independente do Conjunto Novo Crato, como uma das instâncias que esteve à frente na organização e composição do movimento de ocupação das casas. A Sociedade Independente do Conjunto Novo Crato é uma associação de moradores das mais ativas e a que mais contribuiu na luta pela moradia no Seminário. Ela realizava também o cadastro das famílias que não tinham onde morar ou estavam coabitadas nas casas de parentes e amigos.

Ainda, de acordo com o depoimento supracitado, constata-se a importância das associações de moradores na consolidação das lutas e na conquista do direito à moradia.



Figura 30: Momento em que a polícia chegou com várias viaturas ao IPEC. Fonte: Mara Guedes. Ano: 1987.

A grande característica da ocupação das casas do IPEC foi que o movimento de luta pela moradia estava bastante organizado e unido, isso, acarretou em uma maior vitalidade do movimento, que conseguiu, a partir de suas ações, mitigar as ofensivas policiais e judiciais, mantendo por mais tempo possível os ocupantes dentro das casas.

A ocupação não teve vitória consumada judicialmente, pois as casas foram construídas com recursos do Governo do Estado provindos do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC). A fixação das famílias nas residências se consumou somente para aquelas em que algum membro familiar era funcionário do Estado. As outras famílias foram despejadas e continuaram na luta em outros bairros e outras áreas de ocupação na cidade.

3.3.3 O conjunto Novo Crato

Outro importante movimento ocorrido no bairro do Seminário foi o da comunidade do conjunto Novo Crato, conhecido popularmente como Rua 112. Esse movimento foi marcante,

pois as famílias também ocuparam algumas casas que foram construídas com fundos do Governo do Estado vindas do Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU).

Depois tivemos já, em 1985, a ocupação de casas já construídas no caso, aqui colocado, no conjunto Novo Crato, mais precisamente na Rua 112, onde 20 famílias ocuparam essas ruas que estavam com 80 casas construídas e não habitadas (Entrevista – militante do movimento de ocupação, 2011).

Essas 20 famílias, em um primeiro momento, organizaram-se e ocuparam as 80 casas construídas, formando uma grande mobilização, apoiadas por sindicatos, associações de moradores, Pastoral da Juventude do Meio Popular, além dos partidos políticos de esquerda. Durante a ocupação, quando se soube que as 20 famílias estavam se dirigindo ao local, outras famílias de outras localidades acabaram se juntando a luta e contribuindo na ocupação dessas casas. Com a chegada de diversas outras pessoas na ocupação, após a ocupação das 20 famílias, sabe-se que totalizaram naquele momento, cerca de 500 famílias. As 80 casas foram ocupadas pelo movimento, tendo, na sua organização, pessoas oriundas de vários bairros da cidade do Crato, pessoas que, em alguns casos, até já tinham a casa própria, mas que utilizavam das práticas de ocupações de terrenos formas ou mecanismo de viver e se reproduzir, vendendo futuramente as residências e ocupando posteriormente outras áreas.

No relato de uma das lideranças da PJMP, que participou da ocupação naquele período, destaca: “então, não há um acompanhamento, os representantes da prefeitura doavam esses terrenos, às vezes, a pessoas que não estavam precisando, então tem uma série de problemas” (Depoimento de uma liderança da PJMP, 2011).

Problemas como esse fizeram parte da trajetória da luta pela moradia na cidade do Crato, como afirma a informante acima. Destacam-se, dentre outros, as dissidências, fragmentações, disputa de poder internamente no movimento, entre outras ações que marcaram a luta pela moradia na cidade do Crato. As vendas paulatinas de terrenos e casas por ocupantes foi um fator preponderante na trajetória da luta pela moradia na cidade.

Em entrevista realizada com uma das lideranças da Associação de Moradores do conjunto Novo Crato, esta, mulher, de 63 anos, relata que:

É preciso registrar que, naquela época, mesmo os movimentos sociais estarem se organizando, reivindicando as construções de conjuntos habitacionais, quando chegavam esses conjuntos a serem construídos eles eram colocados a mão dos políticos pra fazerem lá as inscrições e as distribuições, coincidindo com o período anterior as eleições. Por exemplo: se tinham 80 casas, se inscreviam 1000 pessoas, aí quando passavam as eleições não tinham critério para distribuição, essas 80 casas para 1000 pessoas, então deixavam as casas fechadas por algum tempo, como foi o

caso do IPEC, como foi o caso da Rua 112. Isso foi numa fase depois das casas construídas, aí as pessoas ocupavam, porque as pessoas estavam morando em garagens, debaixo de árvores, enfim, e as casas construídas lá. Portanto os políticos ou o poder municipal não teve um critério para a distribuição, então isso aconteceu no bairro do Seminário. (Entrevista - liderança comunitária, 2012).



Figura 31: Passeata da Pastoral da Juventude do Meio Popular na cidade do Crato. Fonte: Padre Ivan. Data: 1983.

Na fala da informante é explicitado claramente como se dava o jogo político no que se refere à distribuição desses conjuntos habitacionais na cidade do Crato. O caso específico do Novo Crato, precisamente na Rua 112, mostra que havia 80 casas e a distribuição destas não se dava de maneira transparente, sendo ainda, muitas vezes, esses conjuntos, utilizados como barganhas políticas em tempos de eleição.

Com a não utilização dessas casas, as populações que se encontravam em condições precárias de sobrevivência, dormindo embaixo de pontes, garagens, em casas de parentes e amigos ou, mesmo, pagando aluguel sem terem condições, acabavam ocupando esses conjuntos e na luta conseguiam a conquista do direito à moradia.

O desfecho da ocupação da Rua 112 foi positivo, no sentido de que o movimento de ocupação conseguiu resistir e tomar posse das residências, mas isso mostra, de antemão, os

conflitos internos do movimento de moradia na cidade do Crato e a atuação das associações de moradores como protagonistas dessas lutas.

3.3.4 A ocupação do Vitória Nossa

O Vitória Nossa foi outra área na cidade do Crato que sofreu, antes da construção de um conjunto habitacional, uma pressão por parte dos movimentos sociais de luta pela moradia. O conjunto Vitória Nossa, localizada na porção oeste do bairro do Seminário, é uma das várias comunidades que compõe o bairro.

Por volta do dia 02/09/1997 o bairro do Seminário registrou uma ocupação com cerca de 500 famílias. Essa ocupação, conhecida atualmente como comunidade Vitória Nossa, ocupou na época um terreno da prefeitura municipal do Crato. Vale ressaltar que a ocupação do terreno da prefeitura, hoje é a comunidade Vitória Nossa, sendo composta por moradores de duas áreas diferentes, a Caveirinha, próxima ao cemitério do Crato e a comunidade do Vulcão, localizado no Seminário, como demonstra a figura 33.

Conforme o depoimento de uma das militantes da ocupação do Vitória Nossa, na época, com 45 anos de idade, residente e domiciliada no Crato há 15 anos, ela afirma como foram as condições de vida dela e o processo de organização e conquista das habitações. A depoente, ao responder sobre a entrevista, destaca que:

Essa aí é uma das perguntas muito interessante pra mim, é muito bom ter essa recordação, é a minha vida digamos assim, a de infância foi uma vida sofrida, então eu não soube o que era uma escola e aí eu estava no centro antes de começar o movimento eu estava na minha casa e quando uma pessoa chegou procurando a gente pra formar uma associação pra poder tirar pessoas da Caveirinha pro Vitória Nossa, porque o pessoal não queria sair da Caveirinha de modo algum, então quando essa pessoa chegou na minha casa, eu posso até citar é uma das pessoas que eu admiro muito a Dr. Ioneida é uma das pessoas que eu adoro aqui no Crato, e ela, porque ela me fez entrar nesse movimento, como foi esse movimento, ela chegou na minha casa e pediu pra formar uma associação; eu disse a ela que não sabia o nome dela; aí ela disse se eu poderia ser a presidenta? – eu disse a ela que não vou ser presidente de uma coisa que eu não sei ler, não sei o que é que estou fazendo; - ela disse você pode pelo menos dar uma ajuda? O que é que acontece, ela me deixou um convite e eu saí distribuindo para o povo, sendo xingada, maltratada e aí foi como começamos a fazer reuniões de baixo dos ‘pezin’ de árvore lá na caveirinha e aí tudo começou, o movimento assim formado, debaixo das árvores, formado a associação e aí discutindo os problemas; como ia ser a entrega dessas casas; como é que ia ser trabalhado; foi aí que o povo foi aos poucos se juntou o Vulcão, o pessoal do Vulcão uma parte pra ser presidente do Vulcão, e uma parte pra ser presidente da Caveirinha, foi aí que começou o movimento e quando começou a construção lá parou, aí essa construção aqui ficou pelo meio, nem ia pra frente, nem ia pra trás. Aí a chuva estava derrubando muito a questão das casas dos moradores era das casas

encostadas de taipa, de madeira, de pau e chovendo, aí eu passando e vi aquele carro verde vale; aí eu disse esse carro é de reportagem? aí parei o carro; aí disse; - você é repórter? Ele respondeu; - sou, o senhor poderia me acompanhar; - pois não. Levei ele na caveirinha e mostrei a situação. Aí lembro hoje que minha mãe disse assim; - o que é que tá fazendo aí menina? Vai morrer! Eu disse não, eu vou lutar, não sei de nada, não sei ler, nem escrever, mas eu vou lutar; Deus me deu coragem e eu vou lutar, aí foi feito uma entrevista e imediatamente saiu na televisão e não deu 15 dias, continuou os trabalhos, veio o dinheiro e verbas continuou vindo de Fortaleza e foi feito essas casas que hoje a gente tá. Então isso aí o meu movimento partiu daí, foi lutar pra a gente ter nossa moradia digna que a gente não tinha, a gente morava ali no beco da Caveirinha, lá era com aqueles mau cheiro mas a gente, graças a Deus, que Deus colocou um homem bom que foi o finado Raimundo Bezerra que teve piedade daquela população e hoje nos moramos numa casa, num local digno como pobre, mas digno (Entrevista - ocupante, 2012, grifo nosso).

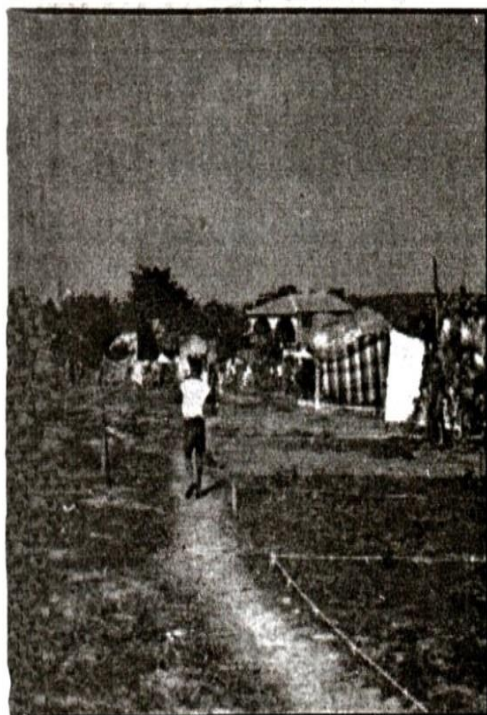


Figura 32: Delimitação do Conjunto Vitória Nossa – Seminário. Fonte: google Earth. Data: 01/01/2014.

Então, na tarde do dia 02/09/1997, cerca de 500 famílias ocuparam o terreno. Primeiro, derrubaram as cercas, limpam o terreno, derrubaram as árvores e queimaram os arbustos que tomavam conta da propriedade, depois dividiram os lotes e começaram a cavar os alicerces das residências que ali seria improvisadamente e sem nenhuma condição, construídas suas casas. O processo de construção por conta própria marcou essa ocupação, as famílias, num primeiro momento construíam casas de pano e barracos de lona, posteriormente

iriam construir as casas de alvenaria, principalmente através de mutirões. O que não aconteceu, devido à negociação e intervenção do poder público municipal que se comprometeu com o movimento em construir casas no local, dotando de infraestrutura aquela área.

Sem-Teto invadem terreno da Prefeitura



Quinhentas famílias se reuniram no bairro do Seminário em Crato e decidiram invadir um terreno baldio, parte de propriedade da Prefeitura Municipal e outra de particulares. “Estamos “Sem tetos” e não podemos esperar que a Prefeitura decida iniciar a construção de um conjunto, prometido desde o princípio do ano, e ainda mais que essas casas serão para aos moradores da favela Caveirinha, (curtiço que surgiu naturalmente nas proximidades do cemitério do Crato, cujo local o prefeito Raimundo Bezerra pretende desocupar), decidimos e loteamos esse terreno para a gente fazer nossas casas, disse um dos invasores.

Numa tarde derrubaram cercas, queimaram arbustos, montaram barracas, trouxeram seus pertences e se acomodaram aguardando os acontecimentos. Nessa mesma tarde, terça feira 02 de setembro, promoveram uma movimentada reunião numa local improvisado e decidiram formar posição e não saírem, já que além da demora do prefeito, o conjunto era para um pessoal que já tinha sua casa. Um carro de som do Sindicato dos Bancários deu apoio aos invasores que

em meio a discursos mostravam suas disposições de tomarem posse do local.

O vereador do PT do Crato, Amadeu de Freitas, interveio pedindo calma que tudo poderia ser resolvido pelo diálogo que formassem uma comissão para falar com o prefeito Raimundo Bezerra.

Um dos invasores, Edício Ferreira, disse da disposição de ir até o fim, até conseguirem seu pedaço de terra para construir suas casas, e que o movimento conta com mais de quinhentas famílias desesperadas para terem suas casa, e que todo o pessoal da invasão reside no bairro do Seminário, não tem ninguém de fora e que de fato todos estão sem ter onde morar, sem poder pagar aluguel.

Depois do levante e dos posicionamentos, ficou acertado que a Prefeitura iria fazer um levantamento do povo existente na invasão e ver a quem poderia atender, faria uma seleção e daria prioridade aos casados, documentando a possível casa em nome da esposa, das viúvas e dos mais carentes. Deixaria de atender aos solteiros e gente que já tem sua casa nos conjuntos vizinhos.

Figura 33: Ocupações na cidade do Crato. Fonte: OLIVEIRA, (1998). Gazeta Caririense, 1997.

Assim, o conjunto Vitória Nossa surgiu a partir das pressões das comunidades da Caveirinha e do Vulcão junto ao poder público municipal e com o apoio da PJMP e dos partidos políticos de esquerda, como PT e PC do B que mediarão as discussões com o poder público municipal em relação às dificuldades enfrentadas pelos moradores dessas áreas. Esses

partidos, representados por suas lideranças, entre eles, alguns vereadores, realizaram audiência pública na Câmara dos Vereadores colocando como pauta o déficit habitacional na cidade do Crato e o caso da ocupação do Vitória Nossa. Na ocasião houve muita resistência por parte dos vereadores de partidos conservadores que não compartilhavam, nem se solidarizavam com as condições de vida da população e muito menos partilhavam da compreensão da luta pela moradia como única saída ao modelo excludor e segregador da cidade capitalista, concebendo ainda os ocupantes como pessoas desocupadas, baderneiras que estavam à procura de benefícios próprios com a aquisição de terras e imóveis para, posteriormente, negociarem e lucrarem com essas práticas.

Nesse sentido, após todo esse tramite legal de negociação entre a prefeitura e os ocupantes do terreno, as casas começaram a serem construídas, através do processo de mutirão, onde os recursos eram destinados do Governo do Estado à Prefeitura Municipal do Crato que repassava aos moradores pela associação do conjunto Vitória Nossa, criada no momento devido a construção das habitações.

Os recursos das moradias foram financiados pelo Governo do Estado do Ceará, através do O Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos (PROURB)³³. Esse projeto de desenvolvimento urbano foi idealizado pelo Governo do Estado com o intuito de minimizar a problemática habitacional. Como o terreno foi ocupado, esse recurso foi viabilizado a partir de negociações da PMC com o Governo Estadual, que doou o terreno à associação de moradores e viabilizou a construção das casas.

Na seleção das famílias ocupantes, deu-se prioridade às mulheres, casadas com filhos menores de idade, viúvas, e com as piores condições financeiras. Os solteiros e os que residiam próximo ao local não foram atendidos. A construção das casas se deu pela união dos futuros moradores do conjunto que revessavam seus horários de acordo com as possibilidades individuais. As casas eram construídas pela manhã, tarde e noite, pois muitos trabalhavam e se revessavam nos turnos para a construção das mesmas. As mulheres também participaram na construção das casas, fato que representa a inserção da mulher no ramo da construção civil, tanto era o desejo de possuir a casa própria.

³³ Não cabe aqui discutir e desenvolver um relato do PROURB, pois um dos objetivos do trabalho é entender como se deu a luta dos movimentos de moradia na cidade e não das políticas habitacionais. Mas, para mais informação sobre o PROURB, ver http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/desenv_urbano/gerados/prourb.asp, sobre as ações desenvolvidas pelo projeto no Ceará

Atualmente o Vitória Nossa conta com uma praça, parquinho para as crianças, uma pequena capela, escola, e uma associação de moradores, cujo terreno já foi destinado para tal fim, faltando ainda a construção da sede.

Segundo depoimento de uma das lideranças do conjunto Vitória Nossa, o papel da associação de moradores foi fundamental na consolidação do conjunto habitacional, principalmente devido à atuação de seus líderes. Conforme argumento dessa militante, ela ressalta que a associação dos moradores apresenta:

[...] importância, porque sem uma associação, não existe o movimento na comunidade porque uma comunidade pra ela poder andar ela tem que ter associação. Sem associação não tem, porque como você vai reivindicar alguma coisa pra comunidade, uma praça, uma sede e qualquer coisa. (Depoimento de uma liderança, 2012).

Assim, de acordo com o depoimento acima, confirma-se a importância da associação de moradores na construção da luta pela moradia na cidade do Crato. Esse fato foi decisivo para a construção das casas, atendendo as solicitações dos moradores que conquistaram efetivamente a moradia e que até hoje se orgulham da luta, lembrando todo ano esse episódio, através de missas, festas religiosas e outras atividades simbólicas relacionadas com o conjunto “Vitória Nossa”.



Figura 34: Praça do conjunto Vitória Nossa. Fonte: César Abreu. Data: 29/11/2011.

A praça, por exemplo, é fruto de uma conquista da associação de moradores do conjunto Vitória Nossa, após a construção das casas. Essa conquista mostra o papel da associação de moradores na construção de benefícios para a comunidade e na luta por melhores condições de vida e sobrevivência.

3.4 O Bairro Pantanal e as ações da associação de moradores

A ocupação do bairro Pantanal aconteceu no dia 1º de novembro de 1991. No ano em questão cerca de 300 famílias ocuparam um terreno ocioso, com apoio de partidos políticos da esquerda (os mesmos citados anteriormente na ocupação do bairro Seminário) e da ala progressista da Igreja, através da ação da PJMP, fruto do momento político da ascensão da esquerda no país e do processo de redemocratização do Brasil. Com o fim da ditadura, houve a ascensão de mais um movimento reivindicatório por moradia na cidade do Crato.

Dessa forma, percebe-se que, no caso da cidade do Crato, as ocupações iam acontecendo e, cada processo de ocupação dos movimentos sociais, acabavam por influenciar os outros movimentos de outros bairros. No caso do Seminário e Pantanal, esses movimentos como afirmado anteriormente repercutiu em todo o perímetro urbano da cidade, fato indissociável do que aconteceu no Brasil como um todo.

Em entrevista realizada com um vereador da cidade do Crato, militante do PT, organizador de muitas ocupações que foram registradas na cidade, destaca a importância de uma primeira ocupação para que desencadeasse uma série de outras ocupações, conforme o depoente, essas ocupações:

Tanto estimulou como desencadeou nos anos 80 uma série de ocupações que foram frutos do que são hoje conjuntos habitacionais gerados a partir dessa luta das pessoas por habitação e moradia. Então, eu diria que a organização de pessoas para ocupar os espaços de construção de suas habitações por moradia, ela tem um papel importante na forma como a cidade hoje está ocupada. Isso porque, muitas vezes, foram ocupados espaços que tinham um planejamento para a organização da cidade e isso foi ignorado; locais que eram destinados a praças, por exemplo, de um processo de planejamento da cidade acabou que foi sendo ocupado e Administração Municipal não teve a atitude ou a capacidade de definir outros espaços ou adquirir esses locais (Entrevista – representante do legislativo, 2012).

A construção da memória de luta e de vitória era repassada através da oralidade pelos cidadãos, dentre eles; lideranças políticas, presidentes de associações, militantes de

movimentos de ocupação e representantes da Igreja que se encontravam na situação de luta pelos direitos humanos, que gerou um processo de construção de uma memória baseada em lutas sociais e de busca do direito à moradia.

No Pantanal, segundo os relatos que se tem, houve uma ocupação no bairro no ano de 1991. Uma moradora e militante do movimento de ocupação relata:

Eu morava no centro da cidade e pagava aluguel e uma prima minha que já morava aqui e já fazia parte do movimento de ocupação em que aqui foi ocupado. Ela me convidou a vim morar aqui. Eu chegando aqui, verifiquei as condições do bairro e de antemão disse logo que não queria morar, por conta da falta de estrutura, porque não tinha nenhuma, não tinha rua aberta, não tinha saneamento, eram brejos, ruas abertas, como eu tinha dois filhos pequenos eu tive medo, mas, por falta de opção e também condição de morar em outro local, além do meu marido que não tinha emprego fixo eu fiquei aqui com uma determinação, de lutar, correr atrás, então me juntei aos demais que já estavam aqui e fui me envolvendo, lutando, fazendo passeatas, fazendo manifestação na câmara, quando o Governador do Estado vinha, deputado que vinha, a gente fazia uma manifestação e eu fui liderando a comunidade e adquirir minha credibilidade junto ao povo dessa comunidade (Entrevista – militante do movimento de ocupação, 2011).

Segundo a fala da referida informante, destaca-se que houve uma ocupação no bairro do Pantanal e que, através da oralidade e dos laços familiares, essas ocupações conseguiam aglutinar pessoas, muitas vezes, vizinhas ou com laços de parentesco, tendo, na maioria dos casos, mulheres na liderança do movimento.

Ainda de acordo com a informante, a ocupação se deu da seguinte forma:

Então a ocupação do Pantanal se deu no dia 1º de Novembro de 1991 (...) Seu Nenem de Braz, João e Mariquinha, Julinha, Galego, Cilas, e outros mais e daí começou a organização, mas a associação mesmo só foi criada... essas pessoas montaram um grupo organizado (Entrevista – militante do movimento de ocupação, 2011).

De acordo com uma ocupante, um grupo de pessoas, não se sabe ao certo quantas, ocuparam o local, um terreno, segundo relatos, de propriedade do Governo do Estado. Realizaram a ocupação, dividiram os terrenos e posteriormente construíram barracos de lona e casas de taipa, só depois conseguiram as casas de alvenaria.

Houve, também, alguns anos depois da ocupação a construção de casas pelo Governo do Estado pelo projeto PROURB, um projeto de habitação do Governo do Estado do Ceará. O PROURB iniciou-se no ano de 1995 e terminou em 2003, tendo, no Crato, realizado a construção de casas, da praça, e da creche, como aponta a referida informante.

O PROURB, segundo o mapa abaixo teve como área de abrangência não somente a cidade do Crato, mas todo o Estado do Ceará, fruto da iniciativa do Governo Estadual com fins a descentralizar as atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e desconcentração das regiões mais urbanizadas do Estado.





Figura 35: Casas e praça construída pelo projeto PROURB no Pantanal. Fonte: César Abreu. Data: 09/04/2010.

A imagem acima mostra a construção da praça e das casas pelo projeto PROURB, a partir da reivindicação e das pressões da associação de moradores do bairro Pantanal. Essa imagem evidencia que, a partir das ações da associação, foi possível tornar e qualificar uma área de ocupação em um bairro que detém as mínimas condições de infraestrutura, como praça, creche, dentre outros equipamentos urbanos.

De acordo com o mapa da página anterior, constatou-se que a cidade do Crato teve uma importante participação nas áreas de atuação do PROURB, sendo significativa, com base no número de projetos do programa na cidade, tendo como exemplo o bairro do Pantanal e Vitória Nossa. Dessa forma, a atuação do movimento de moradia no Crato não só consolidou a ocupação de terrenos públicos e privados, como também evidenciou a construção de conjuntos habitacionais e a substituição de casas de taipa por alvenaria. O bairro Pantanal, por exemplo, vivenciou essas ações por parte das organizações sociais, tendo também, na figura da associação de moradores, uma contribuição significativa na luta pela moradia.

3.5 O Conjunto Novo Horizonte e a luta contra a desapropriação

O conjunto Novo Horizonte foi um conjunto habitacional construído pela Caixa Econômica Federal (CEF) no bairro Vila Lobo, localizado na periferia da cidade do Crato, próximo ao bairro e Estádio de Futebol Mirandão. A Vila Lobo contém uma população de baixa renda, em sua predominância há famílias que estão segregadas e marginalizadas das áreas centrais da cidade.

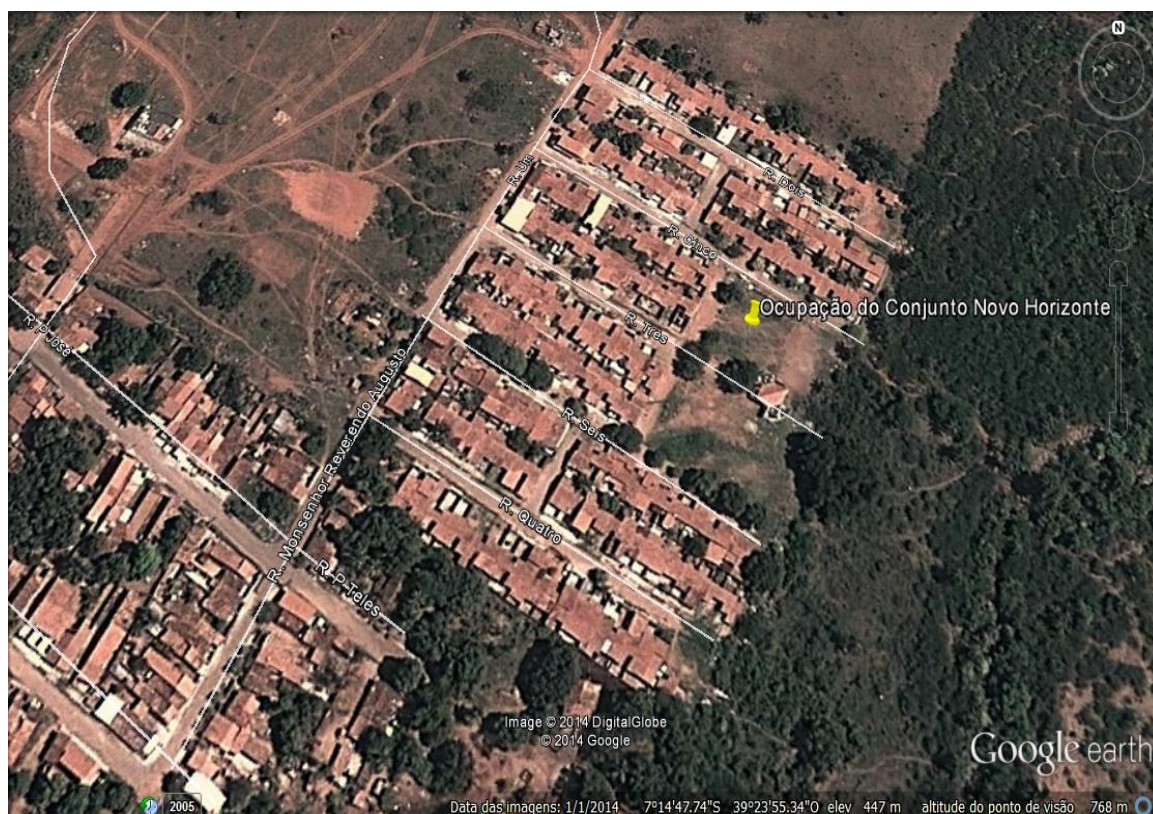


Figura 36: Conjunto Novo Horizonte – Crato – CE. Fonte: google Earth. Data: 02/02/2014.

O conjunto habitacional Novo Horizonte foi construído no ano de 1990 e concluído em 1992, passando quatro anos sem destinação, abandonado pela Caixa Econômica Federal (CEF). Em 1996, 214 famílias ocuparam essas casas, como descreve um depoente, morador do local e militante do movimento de ocupação.

O meu envolvimento com a associação do conjunto Novo Horizonte foi pelo motivo que o conjunto foi construído pela construtora, na época, de nome Leimo e como ela não repassou o empréstimo que fez diante da Caixa Econômica, a Caixa tomou as casas da Leimo e o conjunto foi iniciado no ano de 1990 e concluído em 1992. Em fevereiro de 1996, após 04 anos fechado, sem habitante, por volta das 18:00 horas da noite, o conjunto foi ocupado por pessoas sem teto, que não tinha moradia, foi ocupado por 214 famílias e a partir daí não existia nada na comunidade, água, não

tinha saneamento, creche e a partir daí a gente começou a se preocupar, conversando com os moradores, com as pessoas que estavam habitando, preocupado também por a razão da Caixa Econômica querer despejar as pessoas, com medo do despejo, que nós criamos a associação para poder defender os moradores. Em 1998, nós criamos a associação dos moradores aqui do conjunto e ainda hoje vive nessa luta pra defesa da moradia, na defesa do lado social, das pessoas que habitam aqui, das crianças, dos jovens, dos idosos, e é uma luta que não vai parar nunca (Entrevista – liderança comunitária, 2012).

O depoimento acima, de um dos moradores do conjunto Novo Horizonte, menciona, com bastante clareza, que o conjunto habitacional construído pela Caixa Econômica Federal, estava com as casas abandonadas há mais de quatro anos, não cumprindo, assim, sua função social. Isso, segundo o relato do morador e ocupante, essas famílias não tinham moradia própria, o que levou as pessoas sem teto a ocuparem essas casas, por meio da mobilização e união.

Há uma população distinta em três grupos de mutuários. O primeiro são os moradores que compraram as casas no ato da construção; o segundo são os que compraram as casas dos primeiros moradores, quando muitos deixaram o local; o terceiro grupo são os moradores que fizeram a ocupação das casas que estavam fechadas (SILVA, 2000).

Após a ocupação dessas casas houve uma ofensiva da Caixa Econômica Federal no intuito de despejar as famílias do local, quando, no ano de 2000, a ordem de despejo chega, juntamente com a polícia, no intuito de desalojar essas famílias das residências.

Em 2000 teve a ordem da Caixa Econômica para o despejo dos moradores, das 214 famílias, foi nesse momento, nesse dia, nessa data, onde teve a pressão policial. Mas com a união de todos e nosso trabalho nos conseguimos através da associação trazer três advogados em nome da associação e também a imprensa, a TV Jangadeiro na época, e também a TV Verdes Mares e nessa noite aqui na Rua 03 nós tivemos uma reunião com todos os moradores e com o pessoal da Caixa Econômica Federal do Crato e também da Caixa Econômica de Fortaleza. Naquele momento, ficou acordado um documento que a Caixa Econômica não iria mais despejar os moradores, mas sim ia dar prioridade às pessoas que estavam habitando as casas para com o tempo quitar suas moradias (Entrevista – ocupante, 2011).

Além das casas terem passado quatro anos desocupadas, não cumprindo a função social da propriedade privada, a CEF, depois dos quatro anos, após a ocupação das casas pelas 214 famílias, resolve desapropriá-las do local, através de uma ordem de despejo e com a força policial. Quer dizer, a CEF, um órgão público federal, que detém uma função social de grande relevância na consolidação e contribuição do sonho da casa própria e da moradia para a população brasileira, nesse momento, desconsiderou os princípios da função social da propriedade privada e tentou despejar os moradores do local. Na fala acima, percebe-se ainda,

a incompatibilidade do judiciário brasileiro com a função social da propriedade privada a partir da ordem de despejo concedida pelo poder judiciário, contribuindo, assim, para a criminalização do movimento de ocupação e desapropriação das famílias do local.



Figura 37: Reuniões dos ocupantes, alguns líderes políticos e o pessoal da CEF na ocupação do Conjunto Novo Horizonte. Fonte: Associação do bairro. Data: 02/12/2010.

As famílias conseguiram se manter nas residências, contanto que fossem pagas as casas, quitando o débito com a CEF. Nessa imagem, visualiza-se uma reunião dos moradores do conjunto, juntamente com técnicos da CEF e professores da Universidade Regional do Cariri (URCA) alguns anos depois da ocupação para a realização de um projeto de construção de uma creche no local.

Assim, a luta do conjunto Novo Horizonte foi mais uma das lutas dos movimentos sociais de moradia na cidade do Crato, tendo, na associação de moradores um exemplo emblemático de luta, conquista e defesa da luta pela moradia na cidade. No Crato, a maioria das lutas por moradia ao longo da história contribuiu significativamente na produção do espaço urbano da cidade, tendo as associações de moradores um papel importante na conquista do direito à moradia ou mesmo no direito à cidade.

A comunidade se organizou após a ocupação do conjunto na forma de associação de moradores. Fundada em 1º de Setembro de 1998. Com a fundação da associação, pode-se realizar juntamente com outras entidades vários projetos de cunho social e de geração de emprego e renda, como é o caso do projeto desenvolvido no conjunto em parceria com a Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri (FUNDETEC) e a CEF. Esse projeto, iniciado no ano de 2000, visava a construção de um centro comunitário, cujo objetivo principal era utiliza-lo como creche. Foram realizados também vários grupos de trabalho e cooperativas, cujo objetivo era a geração de emprego e renda, como as cooperativas de artesanato, doces e salgados, confecção de roupas e farmácia e horta viva. Todas essas, tiveram o apoio financeiro da CEF e da FUNDETEC, que contribuíram para a geração de emprego e renda no intuito de que as famílias que ocuparam o conjunto pudesse pagar pelas devidas casas.

Atualmente, a comunidade encontra-se enfraquecida do ponto de vista da organização, mas que, ainda funciona o centro comunitário, contribuindo na educação do bairro, através da creche.

3.6 O Bairro do Mirandão e a segregação sócio-espacial

O bairro do Mirandão é um bairro de classe média. No entanto, existem algumas áreas do bairro que se caracterizam por serem áreas de especulação imobiliária. Predominam a existência de vários terrenos ou lotes privados que compõem o processo de especulação no bairro, dentre esses lotes destacamos o loteamento Conviver, conforme imagem abaixo.

A produção do espaço urbano do referido bairro se deu, e se dá, na ótica da compra e venda de terrenos privados para as classes que possuem um poder aquisitivo mais elevado.

No entanto, em uma determinada área do bairro, mais especificamente em frente ao Estádio de Futebol Mirandão foi registrado um processo de ocupação do solo urbano por pessoas de classes sociais com menor poder aquisitivo, pessoas que não tinham onde morar.

Esse bairro é constituído em sua grande maioria por pessoas da classe média e teve no seu processo de formação a compra e venda de loteamentos privados. O Mirandão é um importante bairro no que se refere à atuação dos incorporadores imobiliários e da especulação e valorização de terras urbanas, conforme imagem seguinte.



Figura 38: Áreas de especulação imobiliária no bairro do Mirandão. Lotes de terras que custam cerca de R\$ 30.000 a 40.000. Fonte: César Abreu. Data: 09/11/2009.



Figura 39: Loteamento Conviver no bairro do Mirandão. Fonte Google Earth. Data: 02/05/2014.

O loteamento Conviver hoje é um dos maiores loteamentos na cidade, tendo um lote, o valor médio de R\$ 30.000 a 40.000. Na imagem acima, visualiza-se que esse loteamento ainda contém alguns vazios urbanos, que são voltados para áreas de especulação imobiliária, através da especulação da propriedade privada da terra urbana.

O bairro registrou o surgimento de uma ocupação da classe trabalhadora em relação à ocupação de terrenos públicos, onde aconteceram duas ocupações. A primeira delas não se efetivou, devido ao grande poder dos especuladores imobiliários. Os participantes da ocupação não estavam suficientemente organizados e acabaram sendo retirados do local. Outra ocupação ocorreu no mesmo local dez anos depois, no ano 2000. Nela, os ocupantes conseguiram construir barracos de lona, houve repressão policial, mas os ocupantes conseguiram se manter no terreno até os dias de hoje.

No ano 2000 foi registrada a referida ocupação no bairro. Essa ocupação se deu de forma organizada, constata-se que a tomada de posse posterior se deu de forma espontânea, ou seja, não havia critérios na distribuição dos espaços nem do posicionamento mais adequado das moradias. O bairro do Mirandão, onde parte da população residente são pessoas da classe média, gerou um processo de segregação sócio-espacial muito intenso, com frequentes repressões às pessoas que ocuparam espaços devolutos ou periféricos. Os processos de sociabilidade urbana eram e são extremamente conflituosos, pois se intercalam dentro de um mesmo espaço classes sociais distintas, gerando, assim, um poder simbólico de desconfiança e insegurança por parte dos moradores de classe média, atribuindo aos ocupantes todos os problemas relacionados à insegurança.

No caso do bairro Mirandão, percebeu-se que as ocupações tinham também um caráter de estratégia comercial ou de negócio. Muitos das pessoas que ocupavam a referida área, depois de algum tempo vendiam os terrenos e casas construídas. Esse é um caso comum nas cidades brasileiras. Deve-se considerar que a falta de infraestrutura e trabalho que garantisse a permanência nesses espaços, levou uma parcela dos ocupantes a impossibilidade de lá permanecer. A fixação daqueles moradores não se efetivava, devido à falta de políticas públicas voltadas à moradia, ao trabalho, à saúde, ao transporte, etc. Isto é, não havendo ações do poder público que viabilize a população conseguir emprego, educação, segurança e saúde, as pessoas que ocuparam esses espaços acabavam por vender seus terrenos e casas, na tentativa de sobreviver a partir desse processo, posteriormente, ocupando outras áreas, gerando, assim, formas de sobrevivência através da venda e ocupação de lotes ou terras.

Dado interessante, que atualmente por está ligado ao conjunto Santa Luzia, bairro próximo ao Mirandão, também de classe média, surgem novos loteamentos, mesmo infringindo a lei do PDDU, na ocupação das ZEIS, dando uma nova dimensão as zonas de ocupação dos moradores sem-teto e também ao ordenamento territorial da cidade.

3.7 - O Centro da cidade como espaço de resistência

O centro da cidade do Crato tem a produção do seu espaço materializada pelas atividades de uso misto, principalmente, voltados para o aluguel, concentrando atividades ligadas ao comercio e residência.

No Centro, visualizam-se algumas ocupações em determinadas áreas da cidade que são desvalorizadas pelo poder público. A precariedade de habitabilidade dessas áreas são uma das mais significativas de toda a cidade do Crato como, por exemplo, a ocupação da chamada Rua do Cal, por trás do mercado central da cidade. Onde predomina a existência de mais ou menos 10 famílias, todas em condições de insalubridade extrema.



Figura 40: Famílias da Rua do Cal no Centro da cidade do Crato. Fonte: César Abreu. Data: 20/11/2010.

Conforme entrevista realizada com um dos ocupantes e morador do local, esse relata as péssimas condições de vida e sobrevivência que os moradores vivem:

A desvantagem a gente ver é a pobreza, por que não existe mais aqui pobreza mais que a cidade do Crato, por que é tudo arranchado, em barraco velho de palha, lona, não tem nada dentro, na lama, dentro dos esgotos, no canal aqui no Crato, chama Rio Grageiro, é a lama, é inseto, as crianças vivem aí abandonados, não existe nada bom né, p prefeito do município a gente vê de quatro em quatro anos, só vê nessa data. (Entrevista – morador da Rua do Cal/Centro, 2010).

Ainda de acordo com entrevistado, esse, homem, morador da Rua do Cal, sobre quais as reivindicações da associação, destaca que:

Quem tem mais necessidade, porque a gente tem necessidade de uma casa pra gente morar, por que não tem. Quem mora num barraco velho desse aqui não pode fazer, mesmo que agente trabalhe, se esforce, compre telha, mais num é da gente, é do município, aí o Governo, chega o fiscal, chega e diz que não pode fazer.

As péssimas condições de vida e sobrevivência das famílias dessa área da Rua do Cal, espelha, numa cidade segregada e miserável para com a população pobre. Percebe-se que os moradores dessa área estão entre as áreas mais pobres e miseráveis da cidade do Crato, como relata acima, o depoente.

As famílias dessa ocupação são na maioria das vezes desempregados que vivem de “bicos” e da informalidade. Esses utilizam da proximidade com o mercado central do Crato, onde possui a feira da cidade, formas de gerar emprego e renda, muitos, trabalham como feirantes. Outros, que não possuem condições de investir na feira-livre, comprando “Boxes”, laboram nos mesmos ou como catadores de material reciclado, no intuito de adquirir alguma renda familiar.

Dessa forma, os moradores do Centro, da Rua do Cal, vivem e se reproduzem como podem, na tentativa de melhores condições de vida e na resistência contra as desapropriações. Esses moradores, a todo instante, materializam na cidade uma lógica conflituosa e segregada da cidade para todos, mas também, da cidade real, que exclui, cria distinções e acirramento de conflitos sociais (BOURDIEU, 2007).

Abordaremos no capítulo seguinte o Movimento dos Sem-Teto e as ações das associações de moradores, além da ocupação de terrenos por parte dos movimentos de moradia na cidade do Crato – Ceará.

CAPÍTULO 04

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA MORADIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DO CRATO

*O operário assalariado está para o capitalista
como o inquilino para o proprietário da casa.*

Friedrich Engels
Para a Questão da Habitação

Atualmente os movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Crato encontram-se, do ponto de vista de grandes manifestações e ações conjuntas, desarticulados e com pouca visibilidade de atuação. A Pastoral enfraqueceu-se, havendo um declínio das suas formas de atuação. Os partidos de esquerda chegaram ao poder, tanto no nível Federal, Estadual, como também ao nível local, elegendo prefeitos, vereadores, deputados, etc., o que desmobilizou a luta. As associações também tiveram suas ações retraídas. Muitas atuam no campo da institucionalidade, deliberando ofícios e pedindo suas demandas por meio de “papelada”, outras, cooptaram-se e constituem formas de barganhas políticas do Estado. Assim, a conjuntura da política atual e as ações dos movimentos sociais tiveram um declínio nesse momento atual.

Contraditoriamente a esse contexto, algumas ocupações de terras urbanas, a partir de grupos sociais, ainda são realizadas na tentativa de conquistar o direito à moradia e o direito a cidade como um todo, ocupando espaços, terrenos públicos e privados e até mesmo órgãos públicos, como a câmara de vereadores do município do Crato que recentemente foi ocupada pelo movimento dos sem-teto, assim denominados.

Neste capítulo, discutir-se-á a luta dos movimentos sociais de moradia na cidade do Crato hoje, enfocando as contradições da luta pela terra urbana, as dissidências e fragmentações da luta, além da atuação e das formas de luta das associações de moradores na cidade do Crato. Enfatiza-se também a importância de entender que as ocupações de terras por grupos organizados e as ações do Movimento dos Sem-Teto do Crato são a mais contundente forma de atuação do movimento social na cidade.

4.1 As associações de moradores como formas de luta pela moradia

Dentre os movimentos da cidade do Crato, destacamos a Federação das Entidades Comunitárias (FEC), que se caracteriza por ser uma federação de âmbito maior que agrega diversas associações de distintos bairros. Essa entidade se propõe a recrutar, cadastrar e prestar assistência jurídica as associações comunitárias existentes na cidade. É função da FEC, além de articular as associações, encaminhar suas reivindicações a órgãos públicos, administração municipal, governo estadual e federal, comportando-se como uma importante assessoria aos movimentos sociais no Crato. A FEC surgiu a partir da necessidade de recrutar e cadastrar as associações de moradores do Crato, sendo uma entidade de nível local, centralizando suas ações no âmbito da institucionalidade e das questões burocráticas das associações. As suas “bandeiras de luta” dizem respeito a questões relacionadas à melhoria da qualidade de vida nos bairros onde as associações e os moradores participantes representam.

Localizamos ainda varias associações existentes, nas quais se destacam: Sociedade Pró-melhoramento do Bairro do Seminário, Associação Pro-Melhoramento do Bairro Pinto Madeira, Associação 10 de Fevereiro, Associação do Bairro Muriti, Associação do Conjunto Habitacional Nossa Senhora de Fátima, Associação dos Moradores do bairro Zacarias Gonçalves, Associação dos Moradores do Conjunto Novo Horizonte, Associação do Conjunto Habitacional Pantanal, Associação dos Moradores do bairro Alto da Penha, Associação Comunitária de Habitação Popular Nossa Senhora da Penha, Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 1º de Dezembro, Associação do Conjunto Habitacional Sagrado Coração de Jesus, Sociedade Independente do Novo Crato. Essas associações atuam nas diversas frentes de luta ou são, em alguns casos, apêndices do Estado ou atuam como forma de barganha política e cabo eleitoreiro de políticos locais. São ao todo, na cidade do Crato, de acordo com dados da Secretária de Ação Social do Município, 80 associações de moradores, sendo, 30 associações cadastradas na área urbana e as outras ligadas cadastradas nas áreas rurais e associações sem fins lucrativos (ANEXO 07 ao 17).

Suas formas de atuação, na maioria dos casos, estão ligadas às questões da habitabilidade, quer dizer, questões ligadas à melhoria das condições de habitação, como reivindicações por escola, creche, geração de emprego e renda, calçamento e asfalto em ruas, coleta de esgoto, melhoras na rede de abastecimento de água e energia. Outras atuam no campo da religiosidade, realizando novenas, missas e encontros religiosos, outras, ainda, em alguns casos, lutam pela moradia, através de manifestações e reivindicações ligadas à

construção de conjuntos habitacionais ou apoiando ocupações de terrenos públicos e privados por movimentos de ocupação.

Algumas outras associações no Crato servem como instrumento de barganha política e cabo eleitoral de políticos locais, isto é, algumas lideranças, cooptadas e através de interesses pessoais persuadidos por políticos acabam utilizando as associações de moradores como “comitês políticos” em períodos de eleição. No espaço das associações, nesse período, as lideranças de bairros acabam compartilhando e reproduzindo os discursos de políticos locais voltados para benefício do bairro, mas, na verdade, o que acontece são interesses pessoais de lideranças. Dentre as formas mais elementares de cooptação destacam-se a troca de favores e votos em torno de empregos públicos para familiares das lideranças de bairro e dinheiro para cirurgia de parentes, compra de equipamento para a associação, etc.

De acordo com o depoimento de uma das dirigentes da Associação Pró-Melhoramento do bairro do Seminário, essa mulher de 78 anos, relata as principais ações e reivindicações da associação.

O pessoal pede muito a parte de limpeza, de saneamento, de calçamento, agora por sinal a gente tem até umas ruas que não foram asfaltadas e eles estão pedindo. Pedi muito, mas ao mesmo tempo muitas vezes que a gente vai pedir não é atendida. Mas sempre os associados, a comunidade, vêm pedindo, a sociedade pede. Mas só pode resolver quando receber as respostas lá das autoridades, a gente faz através de ofício, a gente faz os ofícios leva para a prefeitura, para a secretária ou pra Coelce, o que for preciso a gente pede e deixa lá e fica esperando a volta do que agente pediu. Às vezes, os associados, as pessoas de rua, acham que a Sociedade do bairro ela não se manifesta para pedir, mas a gente pede. O negócio é por que nós pedimos, mas só podemos devolver esse pedido quando a gente vai atendido lá, onde a gente quer, como na Coelce, na SAEC ou na Prefeitura. (Entrevista – presidente de associação, 2013).

No depoimento anterior relata-se como acontecem às ações das associações e seu campo de atuação, estando limitadas a pedidos ligados às melhores condições de moradia, como água, calçamento e energia. Percebe-se, também, que a forma de conseguir essas reivindicações se dá a partir da institucionalidade, através do envio de ofícios a prefeitura e outros órgãos, como as autarquias ligadas ao abastecimento de energia e água.

A imagem seguinte evidencia, por exemplo, o caso da Associação dos Moradores do bairro Muriti, sendo uma das associações mais ativas, realizando atividades ligadas ao abastecimento de água. A associação dos moradores do Muriti contém um espaço amplo para realização de atividades e uma biblioteca, onde são realizados reforços escolares.



Figura 41: Sede da Associação de Moradores do bairro do Muriti. Fonte: César Abreu (2010).

Contudo, embora algumas das associações tenham perdido suas características originais, como a reivindicação de equipamentos urbanos e a melhoria da qualidade de vida, passando a priorizar a atuação no campo religioso, a grande maioria tem se constituído em referência de luta no bairro e mantém o papel de representação frente às disputas por recursos públicos e assistência estatal.

No caso de associações que atuam no campo da religiosidade, como é o caso da Associação Pro-Melhoramento do bairro do Seminário, essa, expressa, junto às suas formas de atuação uma relação de que os problemas da cotidianidade serão entregues nas mãos de um ser superior. Essas formas de pensar decorrem, em grande parte, a partir de uma postura de descrença em relação à política ou de conformismo. Essas formas de atuação mascaram claramente o papel e a característica principal da criação de uma Associação de Moradores, principalmente no que se refere à luta pelo direito à moradia e a cidade, pelo fato de não mais entenderem que os problemas sociais estão ligados à estrutura desigual do sistema capitalista de produção.



Figura 42: Associação Pró-Melhoramento do bairro do Seminário. Reunião dos Associados para discutir alguns problemas referentes ao bairro e a realização de grupos de oração. Fonte César Abreu. Data: 30/09/2010.

Em entrevista realizada com dirigente da Associação Pro-Melhoramento do bairro do Seminário, pergunta-se como ocorre e quais são as formas de manifestação da associação. A entrevistada responde:

As manifestações são por que a gente promove festas para arrecadar alguma coisa para manutenção da Sociedade, por que nós vivemos através disso mesmo, de fazer aquelas promoções. E através destas manifestações que a gente faz, o que a gente arrecada é em prol do melhoramento da Sociedade e também essas manifestações que a gente faz eles pedem muito, como eu já falei, a gente leva o que eles pedem e o que a gente pode fazer a gente faz, e também. O movimento na associação é festa dos dias dos pais, de mães, festa do ancião, ela não para, da parte social, espiritual e mês de maio é a festa do padroeiro da Sociedade, da comunidade que é São José Operário. Nós temos dez dias festas e quando termina esses dez dias de festas nós já entramos na festa de Nossa Senhora do mês de maio, festa da padroeira que é Nossa Senhora das Dores a padroeira da Sociedade. Tudo isso, são movimentos que têm atividades que a gente faz e tem participação da comunidade, dos moradores. Têm-se uns que não participam, não gosta, mas, a maioria gosta e graças a Deus ela não é parada. Nosso trabalho, também, é realizar aniversário às vezes, se casa um sócio, como agora semana passada casou-se uma sócia e a festa foi lá, uma festa muito bonita. Agora mesmo, eu completei 60 anos de casada, hoje está com 15 dias e a recepção foi lá na sede. Foi muito bonita, a participação com os filhos (09 filhos, 08 homens e 01 mulher) neto, nora, bisneto, amigos, foi uma festa muito bonita. Lá não para graças a Deus e com esforço nosso, a gente vem trabalhando na comunidade, ajudando e os associados que é a mola mestre da Sociedade, são os associados que eles são em dia, paga sua mensalidade pouquinho, mas o pouco com Deus é muito. E esse pouco a gente guarda pra quando eles precisarem agente poder dar uma ajuda. E

ela não para, graças a Deus ela vai completar 39 anos agora no dia 25/12 que a gente comemora. (Entrevista – liderança da associação, 2012, grifos nossos).

Na fala da referida informante destaca-se que as manifestações são as festas religiosas e datas comemorativas, como dia das mães e pais, revelando que a associação atua no campo social e espiritual. No discurso da informante, Deus está sempre atrelado ao sucesso e as ações da associação, sendo, nesse caso, o motor das atividades realizadas pela associação. Outro ponto importante é que a associação é formada pelos sócios, como um clube ou um sindicato. Os sócios, como mostra a depoente, são a “mola mestra” da associação que contribuem mensalmente com as despesas da associação. Em outra fala, a informante menciona que a associação realiza também atividades ligadas à educação.

E de dia nós também temos: funciona a escola da Prefeitura, sala de aula do EJA, participa a noite, pessoas que não sabia ler, mais as pessoas de 3ª idade. Por sinal tem uma irmã com 84 anos que não sabia ler, mas hoje através da escola da Sociedade ela já lê uma carta e escreve. Reforço também tem para as crianças, que não tinha um apoio pra vir aqui. Começou o EJA que tava sem lugar para fazer, aí começou aqui e já estão com 4 anos que ele funciona e até hoje ela funciona muito feliz com uma professora lá do centro. (Entrevista – liderança, 2012).

Dessa forma, a associação cumpre de certa maneira um papel importante na constituição de uma sociedade melhor, educando e realizando no seu espaço social reforços escolares. Contraditório a isso, perde sua característica principal que é a luta por melhores condições de vida e sobrevivência das famílias necessitadas do bairro, enfatizando na verdade festas religiosas e datas comemorativas. É importante destacar que a atuação da associação no campo educacional, como visto na fala da informante é um importante instrumento de melhoria da qualidade de vida das pessoas, devido o papel fundamental da educação na melhoria das condições dessas famílias.



Figura 43: Associação Pró-melhoramento do bairro São Miguel. Fonte: César Abreu. Data: 11/04/2010.

Em meio a dificuldades, as associações de moradores, buscando satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência e na luta por melhores condições de moradia, revelaram-se o protagonismo dos seus líderes.

Nessas associações, a figura do líder/presidente tem o papel central. O movimento nasce e se mantém a partir de sua atuação. Em entrevista realizada em novembro de 2009, uma dessas lideranças, mulher, 45 Anos, presidenta da Associação Comunidade Vitória Nossa, narra sua atuação e o contexto de luta do movimento. A informante, migrante de um município próximo, inicia seu depoimento abordando “atrativos” que a cidade exerce sobre os migrantes, gente do campo ou de cidades menores do interior, entre o que se destaca as práticas urbanas, o modo de vida e os serviços públicos.

A vantagem que a gente encontra na cidade é a saúde e a segurança [...] [na cidade] temos escola, temos creche, temos saneamento básico [...] mas ainda falta muito [no bairro]. [...] a comunidade precisa muito de ter paz [...] O que a gente precisa nesse momento também é a questão da união pra se fazer uma sede que a comunidade não tem [...] Quando preciso faço reunião até no meio da rua, o terreno já temos, só falta à união que é difícil a gente trabalhar com ser humano é muito difícil. Também que ajuda precisa no bairro do Seminário não só do Vitória Nossa é a questão da segurança, o seminário em torno é muito grande, e quero dizer a você que só o carro da ronda do quarteirão da ronda não resolve o problema do Seminário, o Seminário

precisa de uma delegacia, o seminário hoje é uma cidade não é só um bairro, mas tá tornando em si uma cidade e isso precisa na nossa comunidade [...] A gente precisa mais de segurança, quando a gente solicita a presença da polícia, quando vem chegar tem passado os problemas. Veja a delegacia de hoje encontra muito distante, quase perto de Juazeiro, precisamos hoje pra resolver alguma coisa temos que ir em Juazeiro porque o Crato à noite não tem escrivão pra se resolver nada. [...] Sem uma associação não existe o movimento na comunidade porque uma comunidade, para ela poder andar, ela tem que ter associação. Sem associação não tem porque como você vai reivindicar alguma coisa pra comunidade, uma praça, uma sede, qualquer coisa? [...] O que faz vir as coisas para o bairro é a união, e se existir pessoas de garra que lute e vá atrás [...] (Entrevista – liderança de associação, 2011).

Seu discurso revela então a percepção da contradição entre a imagem da cidade que lhes motiva e as reais condições de vida que vivenciam. Essa incoerência entre a cidade idealizada e as sobras da cidade que se lhes são oferecidas, com todas as carências, deficiências e mazelas, é um forte componente entre o conjunto de fatores que lhes faz determinados na luta. Não há opções fora da luta.

Assim, essas associações são, na cidade do Crato, uma das mais importantes formas de organização social da população que, através da institucionalidade ou não, buscam lutar por melhores condições de vida e sobrevivência.

4.2 As ocupações de terra e o movimento de luta pela moradia

Atualmente, de forma pontual, existem algumas reivindicações e mobilizações por parte dos moradores do bairro do Seminário, através de movimentos de luta pela moradia. No dia 09 de Março de 2010 foi registrada uma ocupação no bairro do Seminário, nas proximidades do Colégio Liceu³⁴. A ocupação se deu a partir da necessidade das famílias de baixa renda que não possuíam nenhuma condição de obter a casa própria, de pagar aluguel ou estavam sendo despejadas das residências locais que habitavam.

A ocupação se deu de forma relativamente organizada. Não consolidou nenhum movimento, com bandeira, símbolo, direção, mas foram significativas tendo em vista o processo de organização e ocupação do terreno. O que aconteceu foi que essas famílias souberam das necessidades umas das outras, organizaram-se, formaram uma comissão e uma coordenação. Simplesmente 65 famílias, num primeiro momento da ocupação e, posteriormente, 108 famílias que se encontravam nessas situações já mencionadas

³⁴ A ocupação é denominada e conhecida popularmente como “ocupação atrás do Liceu”.

anteriormente se organizaram, mobilizaram e resolveram ocupar um terreno público, pertencente à Prefeitura Municipal do Crato.

Em entrevista realizada com um dos coordenadores do movimento de ocupação, relata o que levou essas 108 famílias a se organizarem e ocuparem o terreno atrás do colégio Liceu.

Bom, a necessidade se deu por que essas famílias não terem moradia própria, pagam aluguel. Alguns atrasam aluguel e já tá com ordem de despejo. Outros, moram com seus avós, pais, mães e a gente se movimentou com todas essas pessoas que não tem moradia própria e viu esse terreno lá da prefeitura sem utilidade nenhuma e então todo mundo se reuniu e fizemos a ocupação do terreno. (Entrevista – ocupante, 2011).

Na fala acima, percebe-se claramente o que motivou essas famílias a ocuparem essa área. O depoente informou que a maioria das pessoas residia em casas de amigos e parentes, estando coabitadas³⁵, outras, pagavam o aluguel, mas não detinham mais condições de permanecer o pagando e outras estavam sendo despejadas das residências locais que habitavam.

A ocupação durou mais ou menos 15 dias. Essas famílias limpavam o terreno, retiraram a vegetação existente e posteriormente demarcaram as áreas pertencentes a cada um e começaram a fazer os alicerces das suas novas residências. A falta de condições econômicas dessa população acarretou que essas novas moradias iriam ter o caráter da autoconstrução, onde as pessoas começavam com barracos de lona, posteriormente casas de taipa até conseguir construir moradias de alvenaria. Resultando um processo de habitação sem nenhuma condição básica de sobrevivência. A chamada subhabitação³⁶, onde predomina uma precariedade de equipamentos urbanos, além da inexistência de água, luz elétrica e saneamento básico.

De acordo com o depoimento de uma das participantes do movimento de ocupação da atrás do Liceu, o movimento resolveu ocupar o terreno de forma muito espontânea, mas, ao mesmo tempo organizada, como demonstra na fala abaixo.

Assim, duas mulheres lá, que estavam com ordem de despejo e perguntaram a algumas lideranças o que fariam, aí um dos líderes disse a elas que construíssem um barraco lá no terreno e elas começaram a construir junto com outras famílias que não tinham moradia própria. Foram fazendo e se reuniram e se juntou com algumas pessoas que estavam sendo despejadas também. Aí a gente começou a cavar e

³⁵ Coabitação designa a habitação de várias famílias numa mesma casa.

³⁶ Subhabitação designa habitações sem condições necessárias para a sobrevivência das famílias que ali residem, caracterizadas como favelas. Para melhores esclarecimentos ver Neto & Celmo (2014) em <http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/subhabitacao.htm>.

construir lá, a cavar os alicerces, derrubar o mato, dividir os terrenos e iniciamos a construção dessas casas. A gente iniciou no dia 09 de Março de 2010, passou 15 dias lá cavando, limpando, até que veio o poder público e conversou com a gente. (Entrevista – ocupante, 2011).

A repercussão do movimento de luta pela moradia ocorrida no Seminário chegou ao conhecimento dos representantes do poder público municipal. Os agentes do poder público foram ao local na tentativa de negociar com a população. A negociação se deu sem nenhuma resistência, pois, segundo agentes do poder público, seriam construídas casas habitacionais no local através do programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”, através de articulações feitas entre Prefeitura e Caixa Econômica. Tendo em vista que as casas construídas seriam de alvenaria e teriam melhores condições de habitabilidade, os ocupantes resolveram se retirar do local na esperança de conseguir as casas, mesmo sendo pagas.

É que nem eu falei né? quando a gente iniciou lá no dia 09 de março, aí com uns 15 dias que a gente estava lá, aí a prefeitura tomou conhecimento através dos rádios que era divulgado e o povo também procurando a prefeitura e o secretário de infraestrutura enviou as assistentes sociais até o terreno e ela conversou com o pessoal e fez o cadastro das famílias, depois falaram que ia ser feito casas pelo projeto “minha casa, minha vida” que tem vínculo com a Caixa Econômica (Depoimento de uma liderança).

De acordo com o depoimento de um dos coordenadores do movimento, a organização e a forma de selecionar os nomes das pessoas envolvidas e organizar as famílias que estavam participando do movimento ocorreu a partir de orientações de outros sujeitos, no caso, uma vereadora do município, do Partido dos Trabalhadores que contribuiu na coordenação e apoio ao movimento.

Bem, inicialmente, quando a gente viu que o movimento estava se alastrando né, a divulgação, o povo tudo chegando para pegar seu terreno também, aí a gente fez uma lista. A gente teve uma orientação de uma vereadora representante da gente aqui do bairro, ele sugeriu que a gente fizesse uma lista das famílias que ocuparam o terreno inicialmente e eram 65 famílias, mas já hoje já está em 120 famílias, que é a quantidade de casas que pode ser construída nesse terreno, segundo o laudo da prefeitura né (Depoimento de uma liderança).

Após a negociação do Governo Municipal, a população se retirou do local e ficou aguardando a aprovação do terreno pela Caixa Econômica Federal (CEF). A análise do terreno feita por técnicos da Caixa Econômica resultou na inviabilidade de construção de residências devido à existência de uma vala de esgoto. No entanto, a CEF solicitou à Prefeitura do Crato que fizesse uma drenagem no local, destinando os dejetos que compõem

essa vala a um processo de tratamento, no intuito do terreno atender às exigências para a construção das habitações.

Em entrevista realizada no dia 10 de maio de 2010, homem, 27 anos, um dos coordenadores do movimento de ocupação relata que, com base em uma palestra ministrada pelo superintendente regional da Caixa Econômica, o programa “minha casa, minha vida” tem atualmente um ano de execução e a Prefeitura municipal do Crato ainda não se articulou com a Caixa Econômica para implementação do programa na cidade. Somente após a ocupação registrada no bairro do Seminário no dia 09 de Março que a Prefeitura tomou iniciativa de travar uma articulação para execução do programa. (ANEXO 03)

Segundo o Jornal do Cariri, em uma matéria publicada no mês de Abril sobre o programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade do Crato, cita-se a entrevista com José Ney Monteiro Pereira, gerente regional da Caixa Econômica Federal, que diz:

O Ceará tem direito a 51 mil casas e, até agora, só foram feitas duas mil. O atraso na entrega dos projetos e assinaturas de contratos por parte das construtoras já fez com que a Superintendência da Caixa, em Brasília, assinasse a possibilidade de transferir os recursos destinados ao programa no Ceará para outros Estados, como a Bahia e Maranhão, que já construíram juntos, dentro do programa, 90 mil unidades habitacionais (JORNAL DO CARIRI, 2010).

A maioria das pessoas que se propuseram a ocupar o terreno é composta por mulheres e crianças. Muitas dessas mulheres, que hoje representam o movimento de ocupação do terreno, são separadas ou foram abandonadas por seus cônjuges. Profissionalmente, essas mulheres atuam como domésticas (diaristas), tendo a grande maioria o benefício do “Bolsa Família”, isto é, quase todas, só não recebem aquelas que não possuem seus documentos ou os das crianças (RG e CPF), impedindo, assim, o recebimento do benefício. Claro que há a existência de homens no movimento de ocupação, mas a grande maioria são mulheres, cerca de 70% das 108 famílias cadastradas pela coordenação. A coordenação do movimento é dividida por três integrantes, dentre eles um homem e duas mulheres. O papel da coordenação era de organizar o movimento a partir da realização de reuniões que ocorriam todos os sábados às 18h00min na sede da Associação do Conjunto Novo Crato, localizada no Seminário. Como papel da coordenação estava também o agendamento de reuniões com a prefeitura e a Caixa Econômica Federal, que estava tentando viabilizar a construção de unidades habitacionais pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”. (ANEXO 03 E 04)



Figura 44: Lideranças do movimento de ocupação do terreno atrás do Liceu – Seminário. Fonte: César Abreu (2010).

Na imagem acima, visualiza-se algumas das várias reuniões ocorridas entre as famílias que ocuparam o terreno e algumas lideranças do movimento. Reuniões essas que abordavam, na maioria das vezes, diretrizes para os ocupantes do que fazer em relação à demora da prefeitura no processo de construção das residências que haviam sido prometidas, além de discussões sobre os conflitos internos que o movimento vivenciava durante o processo de luta. No referido caso, o principal conflito interno foi devido a uma liderança que, segundo relatos de algumas pessoas do bairro, estaria vendendo alguns terrenos de forma clandestina e inapropriada, retratando assim uma forma de negócio ou especulação informal de terras em benefício próprio. Percebe-se, ainda, que uma das ocupantes reside em uma residência alugada e está sob aviso de ordem de despejo, devido o proprietário da casa estar colocando a residência à venda. Essa ocupante não possui ainda nenhuma condição financeira de continuar pagando aluguel.

Dessa forma, percebe-se o descaso por parte do poder público frente aos programas de execução da habitação na cidade do Crato e no Estado do Ceará. Nesse sentido, entende-se que há uma política de habitação por parte do Governo Federal, tem-se um déficit habitacional na cidade e, no entanto, nada se concretiza.

Com isso, a população que ocupou a área até o presente momento está à espera do poder público para que se tome uma providência a respeito da construção das casas, pois nada foi feito no local, a vala de esgoto ainda se encontra na mesma situação e a impossibilidade dessa população possuir a moradia ainda se perpetua. Outro dado importante é que o terreno hoje se encontra totalmente ocupado, ou seja, na espera do poder público resolver a construção das habitações no referido terreno, outras pessoas, que não estavam cadastradas no movimento chegaram individualmente lá e foram construindo casas, quase todas de alvenaria e, assim, o terreno se encontra totalmente povoado, como se observa na imagem a seguir.



Figura 45: Ocupação atrás do Liceu hoje. O terreno está totalmente povoado. Fonte: Google Earth. Data: 18/02/2014.

A imagem acima evidencia claramente como se deu o processo de uso e ocupação do solo urbano no terreno atrás do colégio Liceu. A figura retrata também, que o terreno ocupado pelo movimento atrás do Liceu não obteve sucesso, em outras palavras, as pessoas, confiando nas promessas do poder público municipal, acreditaram que lá poderiam ser construídas casas pelo programa do Governo Federal. Como essas famílias não possuíam condições mínimas para construir essas casas acabaram optando por esperar e aguardar a tomada de decisão do poder público, o que acabou não acontecendo e, posteriormente, o terreno foi ocupado por

outros grupos que não partilhavam da luta pela moradia. Vale ressaltar também, que grande parte da cidade do Crato se materializou e foi produzida nessa ótica, onde pessoas individualmente ocupavam terrenos e construía casas, sem um movimento específico e organizado e, muitas vezes, pessoas que já tinham suas residências, na maioria dos casos, construindo apenas para gerar renda através do aluguel.

Essa é a realidade que as 108 famílias que ocuparam o terreno atrás do colégio Liceu se encontram. Essas famílias continuam sem conseguir o direito à moradia, e esperam, agora, outras formas de ocupação e a esperança de conseguirem as casas pelo programa do Governo Federal que está em processo de construção na cidade do Crato. Segundo relatos de técnicos da Prefeitura Municipal do Crato, 1500 casas já foram licitadas e encontram-se em processo de construção. A esperança de dias melhores, juntamente com o sonho da casa própria ou mesmo de sair do aluguel, é o que mantém essas famílias vivendo e lutando na busca de melhores condições de vida.

Dessa forma, percebe-se que a questão da moradia é fetichizada pelo discurso do capital e do Estado, explicado pela falta de terreno ou mesmo de unidades habitacionais. Existe, ainda, uma política habitacional do Governo Federal que surge no seu discurso para minimizar o déficit habitacional, mas que, na realidade, nada se concretiza para solucionar o problema da “falta de moradia”, deixando a população mais pobre do Brasil impedidas de se reproduzirem enquanto ser social (OLIVEIRA FILHO, 2013).

4.3 O Movimento dos Sem-Teto do Crato

Outro importante movimento de luta pela moradia na cidade do Crato é o movimento dos Sem-Teto do Crato, criado no ano de 2010 por famílias que residiam de aluguel no bairro Alto da Penha e em outros bairros da cidade, como o bairro Mutirão e Pantanal. Essas famílias, no momento de maior intensidade e das maiores manifestações, totalizaram cerca de 600 famílias que estavam cadastradas no movimento na busca do direito à moradia.

O movimento dos Sem-Teto, segundo relato de uma informante a partir de conversas informais, foi fundado no dia 03 de Setembro de 2010, a partir das reivindicações de dezenas de mulheres que não tem onde morar, estando coabitadas nas casas de amigos e parentes ou pagando aluguel e não possuíam mais condições de continuar. Essas mulheres se organizaram

e começaram a discutir estratégias de conquista do direito à moradia. Foram realizadas diversas reuniões, chegando a comparecer cerca de 600 pessoas.

Esse movimento, denominado “Movimento dos Sem-Teto do Crato” é um movimento local que surgiu em 2010 e teve suas ações mais efetivas em 2013, como veremos mais afrente. O movimento não tem sigla e não está articulado a nenhum movimento em esfera nacional ou estadual. O que constata é que surgiu pela necessidade básica de moradia em alguns bairros da cidade, a partir daí o movimento ganhou força e teve algumas ações protagonizadas na luta pela moradia no Crato. No primeiro momento, lideranças do movimento, juntamente com os outros participantes decidiram reivindicar um terreno no bairro Alto da Penha, nas proximidades do colégio Gonzaga Mota. Esse terreno, segundo relatos, é de posse do Governo do Estado do Ceará. Juntamente com o apoio de um representante do poder legislativo no município do Crato, o vereador, conhecido popularmente como Bebeto Anastácio, resolveu enviar um ofício ao Governo do Estado do Ceará solicitando a doação do terreno em questão, próximo ao colégio Gonzaga Mota. (ANEXO 03 E 04).



Figura 46: Terreno reivindicado pelo Movimento dos Sem-Teto para doação. Fonte: César Abreu. 25/02/2014.

A figura acima mostra o terreno reivindicado pelo Movimento dos Sem-Teto para possível doação, a fim de que fossem construídas casas através do regime de mutirão e autoconstrução, devido ao fato dessas famílias estarem cadastradas no movimento e não terem condições de pagar ou participar de programas habitacionais por não possuírem renda declarada.

Em resposta, o Governo do Estado, por meio da Secretária das Cidades, diz que serão tomadas as devidas providências e que a questão deve ser resolvida brevemente. É importante mencionar, que uma das entrevistadas foi a ex-presidente do Movimento dos Sem-Teto, essa, atualmente não está mais vinculada ao movimento, então, dessa forma, não quis gravar entrevista, relatando que já ocorreram vários conflitos internos dentro do movimento. A informante relata, ainda, que o vereador Bebeto Anastácio, é uma das lideranças políticas que presta assessoria ao movimento (ANEXO 04 E 05).

Em entrevista realizada com uma das lideranças do movimento, relata-se como se deu e como foi formado o Movimento dos Sem-Teto na cidade do Crato:

Foi devido à necessidade que a gente via que as pessoas estavam sofrendo, que as pessoas tem essa necessidade, tem o direito a uma moradia digna, nós estamos correndo atrás de direitos, que é lei né, pra todo ser humano ter uma moradia digna e essas pessoas não tem nem como conseguir o terreno quanto mais uma casa, então a gente se reuniu e formou o movimento e corremos pra luta, pra busca de um terreno. [...] então eu e a presidente que na época era a Jania Gorete a gente teve essa ideia e começou a se reunir em casa mesmo aí o movimento foi criando força e espaço na sociedade do Crato, então a gente foi se reunindo e dizendo da necessidade de buscar ajuda, porque sozinha a gente não consegue ajuda, então fizemos uma reunião grande no ABC, aí convidamos alguns vereadores, convidamos o prefeito, mas aí nessa reunião só apareceu 1 dos vereadores que foi o vereador Bebeto Anastácio e ele comprou essa luta com agente e até hoje ele caminha junto com a gente. (Entrevista – liderança do Movimento, 2014).

Na fala da referida informante percebe-se claramente como se deu a organização e as articulações do movimento, tendo, desde o início contando com a ajuda e orientação de agentes externos, como é o caso do vereador Bebeto Anastácio do Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Essa organização do movimento, como relata a depoente, teve o surgimento a partir da necessidade do direito à moradia, onde cerca de 600 famílias encontravam-se na situação de não ter onde morar ou de não terem mais condições de pagar o aluguel ou ainda estarem sob ordem de despejo das residências locais que habitavam.

Uma das primeiras ações do Movimento dos Sem-Teto na cidade do Crato foi uma marcha realizada no dia 07 de setembro de 2013, no centro da cidade. Segundo o depoimento de uma das lideranças, essa marcha realizada na cidade se deu a partir da necessidade de

compartilhar, juntamente com a sociedade do Crato, os problemas das famílias pobres dos bairros periféricos da urbe.

A primeira foi no dia 07 de Setembro, a gente desceu com as pessoas que quando chegou na Praça da Sé, onde estava tendo as manifestações culturais, estava lá o prefeito e estava acontecendo um movimento do 07 de Setembro a comemoração do 07 de Setembro. Então, nós fomos barrados, nós não podíamos chegar até a Praça onde estava lá o movimento do 07 de Setembro, então a gente deu a volta e tivemos que voltar para o bairro, porque, porque os guardas municipais até agrediram pessoas do movimento e a gente só teve mais uma liberdade de andar pelas ruas do Crato depois que houve uma, não foi bem uma discussão, mas uma conversa, que quando o vereador Bebeto Anastácio soube que a gente estava lá sendo vetada pra não colocar nem os pés na Praça da Sé, então ele veio e conversou com o chefe da guarda municipal, que já estava nervoso lá, agredindo as pessoas aí foi quando a gente começou da a volta pela Praça e retornar para o nosso bairro. A gente só queria mostrar o movimento pra comunidade, pra sociedade, é um movimento pacífico, não tinha agressividade contra ninguém nem com ninguém, a gente só queria um esclarecimento do município para com a gente, então a gente achou que naquele dia o prefeito poderia conversar com a gente e mais uma vez foi um não. (Entrevista – militante, 2014).



Figura 47: Marcha do Movimento dos Sem-Teto no Centro do Crato. Fonte: Maria da Penha. Data: 07/09/2013.

A passeata realizada no dia 07 de Setembro de 2013 pelos integrantes do Movimento dos Sem-Teto do Crato foi a primeira grande ação do movimento no intuito de pressionar e divulgar para o poder público e a população do Crato as condições de vida e sobrevivência dessa população, além de informar que o problema do acesso à moradia dessas famílias não

estava sendo cumprido, bem como informar a sociedade cratense da existência do movimento na cidade.

A marcha do Movimento dos Sem-Teto no centro da cidade do Crato foi a primeira grande ação do movimento, tendo uma repercussão muito positiva em termos de divulgação na cidade do Crato e o caminho de novas estratégias de luta pela conquista do direito a moradia. Esse movimento, diferentemente de alguns outros que se visualizou na cidade do Crato, estava mais organizado, tendo uma direção, uma base sólida, composta em sua maioria, cerca de 90% por mulheres, tendo o apoio de alguns partidos de esquerda, como o PROS representado pelo vereador Bebeto Anastácio, o PT e o PC do B.



Figura 48: Marcha do Movimento dos Sem-Teto no Centro do Crato. Fonte: Maria da Penha. Data: 07/09/2013.

Após os 22 dias da marcha no centro do Crato, os integrantes do Movimento dos Sem-Teto resolveram ocupar a câmara de vereadores da cidade do Crato. Esse ato realizado no dia 29 de Setembro de 2013 contou com cerca de 600 pessoas³⁷, em sua expressividade máxima

³⁷ Segundo informações contidas no site do MLT a ocupação contou com cerca de 2000 pessoas, contrariando os relatos de lideranças que encontravam-se no local. Ver <http://movimentodelutapelaterra.blogspot.com.br/2013/11/associacao-de-moradores-sem-teto-cupa.html>.

cerca de 90% eram mulheres que integravam o movimento. Essas mulheres vieram trazendo vassouras e produtos de limpeza simbolizando que estavam limpando a “casa do povo”.

Essa ação do movimento dos Sem-Teto do Crato foi a mais emblemática estratégia de luta do movimento até o momento, tendo uma repercussão muito positiva a respeito das precárias condições de vida da população. A ocupação da Câmara de Vereadores do Crato, teve estampada em vários jornais locais e programas televisivos do Ceará e até no Brasil. As notícias corriam em torno da questão da moradia como sendo o centro das pautas de reivindicações da ocupação da câmara de vereadores do município em questão.



Figura 49: Momento da Ocupação da Câmara de Vereadores do Crato. Fonte: Maria da Penha. Data: 29/09/2013.

O depoimento de uma das integrantes do movimento que se encontrava no local na hora da ocupação relata como se deu a iniciativa de ocupar a Câmara de Vereadores da cidade do Crato.

A gente, as pessoas não ter dado ouvido ou não quiseram escutar o que a gente estava querendo, então a associação teve essa iniciativa de fazer uma ocupação pra ver se os parlamentares, juntamente com o prefeito, se sensibilizava né com a necessidade do povo e com o que estava acontecendo realmente com o povo do Crato. Por que a sociedade do Crato não é feita só de burguesia né, nós temos também aquelas pessoas de baixa renda e tem também aquelas pessoas que não tem

renda nenhuma, por que a nossa luta é por essas pessoas que não tem renda e vive através de bico. São as lavadeiras, as engomadeiras, a manicure, as pessoas que não tem renda declarada, e nossa luta é por eles. (Entrevista – ocupante, 2014).

O relato da depoente é interessante por mostrar um entendimento político muito apurado e um senso crítico e de luta de classe dentro da sociedade cratense. Na fala, a informante relata que a cidade do Crato não é feita somente da burguesia, mas de pessoas de baixa renda também. Ela relata que há um antagonismo entre essas classes sociais, perfazendo a ideia de que os interesses da classe burguesa são antagônicos aos interesses da classe trabalhadora que, no caso específico, ocorre em torno da luta pela moradia.



Figura 50: Momento em que os ocupantes seguravam as vassouras representando uma limpeza na casa legislativa. Fonte: TV Verdes Mares. Data: 29/09/2013.

A ocupação durou cerca de 13 dias. Essas famílias, através de estratégias como o revezamento, dormiam, se alimentavam, organizavam-se, delimitavam pautas de negociação e articulavam estratégias referentes às ações do poder público e a ordem de despejo que a todo instante estava por vir.

Após alguns dias da ocupação da Câmara dos Vereadores, chega a ordem de despejo solicitada pelo presidente da Câmara de Vereadores do Crato, senhor Luís Carlos Saraiva, o qual solicitou, junto a poder judiciário, a reintegração de posse do referido órgão. O juiz da comarca do Crato, em um primeiro instante, concedeu a reintegração de posse, mas, após ter

constatado que o movimento era pacífico e não estava impedindo qualquer atividade na Câmara dos Vereadores, resolveu enviar uma liminar permitindo a ocupação da câmara e negando a reintegração de posse solicitada pelo presidente do poder legislativo.

Durante o período dos 13 dias, o relato de uma das ocupantes descreve como ocorreram esses momentos.

Foram inúmeras as dificuldades porque, quando as famílias foram chegando para ocupar a câmara, não foi logo ocupando, nós fomos assistir uma seção depois da seção foi que a gente decidiu lá mesmo em fazer a ocupação, então aí forma 13 dias de muita luta, de muita humilhação, por pouco não aconteceu um massacre por que ninguém poderia sair pra casa pra se alimentar né, então a gente resolveu fazer pedágio na frente da câmara, então conseguimos os ingredientes pra fazer a comida, mas aí ninguém podia utilizar né, depois de dois ou foi três dias aí conversaram, eu não sei que foi, aí liberaram a cozinha, mas cheio de limitações na câmara né, então as pessoas também do Crato ajudaram muito, mandaram quentinhas, água e conseguimos também ficar dormindo lá, a gente dormiu lá durante esses 13 dias, todo mundo no chão se revezava, lógico que a câmara não ia caber tantas famílias né, na época tinham 600 famílias ou mais, mais aí a gente ia se revezando, uma turma dormia hoje, outra dormia amanhã, mas foi tudo dentro da lei, ninguém mexeu em nada na câmara, ao contrário, a gente cuidou da câmara que é um lugar do povo né, se todo mundo soubesse o valor que a câmara tem poderia ser outra coisa, a casa poderia ser mais cheia de pessoas, mas cheia de famílias pra saber o que realmente acontece naquela casa que é nossa, é do povo. (Entrevista – ocupante, 2014).

No relato da ocupante percebe-se que as condições de permanência foram difíceis ao longo desses 13 dias. O presidente da Câmara dos Vereadores manteve no local, em todo momento, a guarda municipal, que tentava a todo instante coibir qualquer ação ou estratégia do movimento, servindo também como espião para informar o poder executivo e legislativo todas as ações e movimentações que ocorriam lá. Foram várias as tentativas do poder legislativo, na pessoa do presidente da Câmara, de coibir a ação do movimento, desligando as luzes, o ar condicionado, a energia e impossibilitando os ocupantes de irem ao banheiro. Essas formas de coibir o movimento, em vez de contribuir para o descenso dos ocupantes, instigaram ainda mais a revolta dos manifestantes contra o poder legislativo e executivo.



Figura 51: Bandeira do Movimento dos Sem-Teto do Crato. Fonte: César Abreu. Data: 30/09/2013.

A imagem acima mostra o momento que os ocupantes colocaram na entrada da Câmara Municipal do Crato a bandeira do movimento, identificando para a população da cidade que o movimento dos Sem-Teto era o responsável por ocupar a câmara de vereadores, cobrando moradia e a doação de um terreno para o movimento.

A ocupação da Câmara dos Vereadores do Crato foi um ato emblemático porque consolidou, num ato, vários posicionamentos políticos, os quais utilizaram o movimento como instrumento de combate e de oposição a atual gestão municipal, fazendo da ocupação e da luta pela moradia um instrumento político de disputa de poder local e disputa política contra a atual administração municipal, como é o caso de lideranças ligadas ao PC do B, PROS e PSDB, que estavam também à frente do movimento, organizando e prestando assessoria. Além disso, a manutenção da luta se dava através de recursos financeiros que patrocinavam a alimentação, como quentinhas, água e café para os integrantes. Vale ressaltar que, em muitos momentos, houve dissidências e conflitos entre as lideranças, questionando o fato de que a pauta dos Sem-Teto era uma das últimas pautas a serem reivindicadas no processo de negociação com a prefeitura. Essa ocupação não continha somente a pauta das moradias dos Sem-Teto, mas também uma série de outras pautas que acompanhavam o

movimento, como a falta de água no distrito das Guaribas, área rural do município do Crato; o afastamento de vereadores e políticos locais ligados a esquema de corrupção; a convocação e nomeação dos candidatos classificados no último concurso da Prefeitura Municipal do Crato, dentre outras reivindicações.



Figura 52: Momento de Chegada dos representantes da PMC para negociações com o movimento. Fonte: César Abreu. Data: 01/10/2013.

Um dos momentos mais emblemáticos durante os 13 dias de ocupação da Câmara dos Vereadores do Crato foi a negociação entre o poder executivo e os ocupantes. Representantes do poder executivo foram convidados a comparecer na Câmara dos Vereadores para negociar a pauta de reivindicação. Entre os representantes estavam o Secretário das Cidades do Município do Crato, o Secretário de Meio Ambiente e Controle Urbano, assistentes sociais e técnicos da prefeitura. Esse momento foi emblemático por que gerou uma série de conflitos envolvendo as partes, na tentativa de uma negociação. A prefeitura informou que a questão da moradia não se resolve de imediato, pelo contrário, mencionou que a questão da moradia é algo complexo e duradouro devido à demora de tempo na construção das casas. Enfatizou também que estão sendo construídas casas pelo programa do Governo Federal “minha casa,

minha vida” na cidade e que poderia comportar as pessoas que estavam ocupando a câmara dos vereadores.

O movimento, apreensivo com essa questão, mostrou insatisfação com a proposta levantada pela prefeitura e solicitou por intermédio do vereador Amadeu de Freitas, do Partido dos Trabalhadores, a desapropriação de um terreno na cidade, para que o movimento pudesse construir habitações através do processo de mutirão e autoconstrução.

Naquele momento, após cerca de sete dias que a câmara dos vereadores do Crato estava ocupada, os representantes do poder público enceraram a reunião com o movimento, comprometendo-se a realizar o levantamento de um terreno, juntamente com o movimento, para a desapropriação. Posteriormente a isso, no 13º dia de ocupação, segundo relatos de uma depoente, o prefeito do Crato, assinou um documento em que a prefeitura se comprometeria em doar um terreno na cidade para o movimento, no intuito desses sujeitos construírem suas moradias; após isso, de acordo com a depoente, o movimento se retirou da câmara a espera da doação por parte do poder executivo.



Figura 53: Momento da negociação. Fonte: César Abreu. Data: 01/10/2013.

[...] foram 13 dias de ocupação e no último dia da câmara teve um movimento até a prefeitura, onde lá o prefeito, por intermédio, ele deixou um documento que se

encontra hoje na casa da secretária do movimento que o prefeito, ele, estaria doando um terreno para o movimento, sem nenhum obstáculo, aí a gente desocupou.

A fala da informante evidencia claramente que o que levou o movimento a desocupar a câmara dos vereadores foi o documento do prefeito municipal do Crato se comprometendo em doar o terreno para a construção das referidas casas através do processo de mutirão.

Dessa forma, até o presente momento, o movimento dos Sem-Teto ainda não conseguiu a doação do terreno devido o empecilho do poder público, o qual demonstrou que somente doaria o terreno se o movimento conseguisse arrecadar formas de fazer a infraestrutura do local. Isto é, a prefeitura impediu a doação do terreno ao movimento, alegando que somente poderia doar o terreno se caso o movimento conseguisse alocar recursos para fazer a infraestrutura do local, justificando que, no momento, a prefeitura não possuía recurso para realização de tal procedimento. Ora, a prefeitura é quem deveria realizar a infraestrutura do terreno. Não tendo recurso, quem deve procurar formas de alocar recursos através de projetos é a prefeitura e não o movimento.

Assim, as ações do movimento encontram-se enfraquecidas. Houve uma mudança de direção que culminou numa perda de forças e, até hoje, aguardam o poder público na esperança de conquista do direito à moradia.

O Movimento dos Sem-Teto do Crato, na realidade local, tem como base de suas ações as ocupações de conjuntos e de terras realizadas nas décadas passadas. O movimento está institucionalizado, isto é, possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e atua dentro da legalidade, subjugando, assim, devido sua institucionalidade o caráter de movimento social. O que é contraditório, pois os integrantes se vêem enquanto movimento e pelas suas ações e formas de organização podem ser vistos como um movimento social, não sendo reduzidos somente pelo fato da institucionalização a um certo ativismo, mas um movimento legítimo, organizado, que busca, na participação social, o direito a moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos acerca dos movimentos sociais no Brasil, como se percebeu ao longo do referido trabalho teve na matriz teórica europeia a tradição intelectual que norteou a produção na América Latina. No Brasil, os movimentos sociais se definem por serem movimentos populares, cuja predominância se dá a partir das ações das populações mais pobres.

A discussão teórica, que se deu, tanto na Geografia, como na Sociologia, pautou-se na abordagem sobre os movimentos populares, principalmente ligados aos processos de reprodução social, como a moradia.

Esses movimentos tiveram ao longo do tempo ações que culminaram na produção do espaço urbano das cidades brasileiras, cujo resultado foi à produção de bairros periféricos nas cidades, tendo na organização das lutas sociais ações como a ocupação de terras públicas e privadas, a partir do processo autogestionário de construção de habitações por força de mutirões e até mesmo a partir do processo de autoconstrução.

No Crato, esse processo não foi diferente, tendo a cidade se materializado originalmente a partir da colonização dos portugueses e depois a Igreja como uma importante instituição que produziu e materializou as primeiras formas urbanas na cidade. O papel da Igreja foi fundamental na constituição da cidade do Crato, tendo suas ações materializadas nos primeiros equipamentos de uso coletivo na cidade, além de controlar por muito tempo a educação privada na região.

No decorrer do referido trabalho procurou-se discutir teoricamente os movimentos sociais urbanos e sua produção teórica ao longo do tempo, tendo centralizado a discussão em torno da perspectiva que aborda os movimentos sociais numa linha de pensamento centrada no marxismo.

Posterior a isso, procurou-se resgatar a história das lutas sociais na cidade do Crato, desde o final das décadas de 1970 até os dias de hoje. Essa trajetória, das lutas locais, pode ser confirmada pela forte atuação da Igreja, mas agora, em uma nova vertente, com a ala progressista, ancorada na Teologia da Libertação que influenciou e contribuiu significativamente na atuação dos movimentos sociais de luta pela moradia.

No decorrer do tempo, principalmente nas décadas de 1980 e 1990 a cidade do Crato vivenciou as principais lutas e manifestações dos grupos sociais sobre a problemática habitacional, através das diversas ocupações que surgiram ao longo desse processo, como

demonstrado nos capítulos três e quatro. Essas ocupações contribuíram significativamente na produção do espaço urbano da cidade, como é o caso dos bairros do Seminário, Vila Lobo, Mirandão, Pantanal, Alto da Penha, Centro, Novo Crato, dentre outros.

Para o autor, há a predominância de movimentos sociais na cidade do Crato, principalmente a partir da vitalidade desse processo e das lutas travadas ao longo da construção espaço/temporal da cidade, o que remete a compreender o modo como a cidade se materializa na ótica desses sujeitos sociais. Constatou-se que a cidade do Crato, pode sim, ser entendida a partir da dinâmica desses sujeitos, que eles forjam a construção de equipamentos urbanos de consumo coletivo e pressionam o poder público para a instalação e manutenção desses equipamentos. Vigora-se, ainda, a compreensão de que existe uma cidade dos movimentos sociais ou, mesmo, que a produção do espaço urbano da cidade é materializada, também, na lógica desses sujeitos, evidenciando, assim, uma postura política e organizativa dessas lutas sociais.

As associações de moradores ganham vitalidade nesse processo por incorporarem a luta pela moradia na cidade ocupando terrenos públicos e privados, no intuito de conquista do direito à cidade e do direito à moradia. Essas associações, iniciadas nas décadas de 1980, 1990, contribuíram significativamente na luta pela moradia, o que conduz a pensar que essas associações podem ser entendidas como uma etapa de um movimento social de luta pela moradia, não como movimento concreto, com bandeiras, hino, ações políticas fortificadas e bem deliberadas, mas como uma etapa de um processo em construção. Entende-se que um movimento social não é algo que surge do acaso, pronto e acabado, mas a partir de um processo de constante transformação e construção e, assim, as associações de moradores tiveram essa característica, pois aglutinaram e contribuíram significativamente na luta pela moradia no Crato.

Gohn (2007, p. 13) afirma que os movimentos sociais são “ações sociais de caráter político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”, em outras palavras, toda ação social conjunta que viabilize a população expressar suas demandas, seja ela uma moradia ou um equipamento de consumo coletivo, pode ser considerada um movimento social. Como foi demonstrado, ao longo do texto, as ocupações de terras e conjuntos habitacionais por grupos sociais, tiveram, na história da luta pela moradia na cidade do Crato uma importante instituição de organização da classe trabalhadora e de materialização da cidade.

Esses grupos sociais, como demonstrado nos capítulos 03 e 04 tiveram na ocupação de terras e de conjunto habitacionais as principais ações e estratégias de luta pela moradia ou mesmo da conquista e do direito a ela.

No aporte teórico sobre os movimentos sociais, o estado de ação coletiva, caracterizou a produção teórica em uma abordagem marxista do conceito de movimento social, tendo assim, uma produção significativa nesse contexto e que foi incorporado no referido trabalho, entendendo assim, que os movimentos sociais podem ser entendidos como toda ação coletiva que viabiliza a população se organizar e expressar suas demandas.

Assim, na cidade do Crato, todas as ocupações aqui descritas e analisadas tiveram uma forma elementar e única que caracterizou a ação coletiva da luta por moradia, tendo, nesse sentido, contribuído significativamente na produção do espaço urbano da cidade.

As ocupações de terras urbanas e de conjuntos habitacionais foram o marco do movimento de luta pela moradia na cidade, tendo, na sua trajetória, contribuído para a produção do espaço urbano, tanto no processo de construção de moradias nos bairros da cidade, como na produção e no surgimento de diversos bairros que se materializaram e surgiram a partir da luta desses sujeitos e das ocupações realizadas por eles.

As organizações sociais urbanas existentes na cidade do Crato, articuladas, ora na forma de associações de moradores, ora em movimentos de luta pela moradia, através de ocupações de terrenos, encontram-se atualmente com pouca visibilidade do ponto de vista das manifestações públicas e é fato que muitas dessas organizações se institucionalizaram. Vigoram nessas modalidades de atuação como “apêndices” de entidades públicas, em parte decorrente da nova conjuntura política do país, que se apresenta como canais assistenciais por onde o Estado faz chegar alguns benefícios à população mais carente.

Nessa conjuntura, tais organizações funcionam em articulação institucional, às vezes, com atuação burocratizada e a promoção do lazer ou se institucionalizam, a tal ponto, que há em suas práticas um predomínio da atuação formal e oficial, descaracterizando-as como canal de expressão e reivindicação. Esse declínio dos movimentos ocorreu *pari passu* às políticas públicas implantadas pelo Estado, que acabaram por acomodar ou cooptar grande parte dos sujeitos sociais envolvidos nos processos de luta por melhores condições de moradia e sobrevivência.

As lutas travadas no campo das associações³⁸, ou mesmo grupos de pessoas que se organizam e articulam formas de adquirir a garantia de seus direitos, podem ser entendidas como movimento social. Entende-se que a dinâmica e vitalidade dos movimentos sociais urbanos se diferencia de outros movimentos. Primeiro, devido sua espontaneidade e o imediatismo de suas bandeiras de luta. Segundo, devido às formas de atuação, que regem não somente no espaço físico da urbe, mas em construções ideológicas e políticas que representam no espaço social da cidade.

Constata-se que, quase todas as ocupações aqui descritas, tiveram, após a conquista da moradia, mesmo que de forma ilegal, a criação de associações de moradores. Essas associações, na maioria dos casos, tinham como objetivo imediato a consolidação das famílias no local, além da luta pela permanência que se dá dentro da institucionalidade. Esse processo, tanto pode ser visto como estratégia do Estado, como pode também ser entendido como forma de participação dos movimentos sociais na política, através de formas de barganhar recursos e gerenciar politicamente as ações e estratégias do movimento.

As associações são na cidade do Crato a forma institucionalizada dos movimentos de luta pela moradia, que devido ao imediatismo das lutas em torno da habitação, acabam, posterior a conquista se institucionalizando e atuando dentro da legalidade institucional.

Esse processo de institucionalização é fruto também de uma política a nível de Estado Nacional, que com a ascensão de governos de esquerda no poder, acabaram por enfraquecer e cooptar diversas ações e movimentos sociais no Brasil, juntamente com as melhorias sociais que se teve no país ao longo dos últimos 10 anos.

Esses movimentos, na verdade, apesar das adversidades e das dificuldades enfrentadas na nova conjuntura política brasileira, tiveram, de certa forma, uma importante contribuição no questionamento da cidade capitalista. No Crato, isso não foi diferente, registrou-se algumas ocupações nos últimos anos, e uma das ações mais emblemáticas na história política da cidade, foi a ocupação da Câmara de Vereadores do município, ocupada pelo Movimento dos Sem-Teto.

Nesse percurso que foi traçado ao longo da referida dissertação sobre a trajetória das lutas sociais na cidade do Crato, percebeu-se que nas décadas passadas, devido a conjuntura

³⁸ Principalmente a Sociedade Independente do Novo Crato que, nas décadas de 1980 e 1990, juntamente com a Pastoral da Juventude do Meio Popular contribuiu e protagonizou a luta pela moradia na cidade do Crato, em especial no bairro do Seminário, com a ocupação do IPEC e demais conjuntos habitacionais e terrenos públicos. Além da Associação dos Moradores do Conjunto Novo Horizonte, que fortaleceu a luta pela moradia das casas construídas pela Caixa Econômica Federal no bairro Vila Lobo, tendo lutado pela permanência das famílias no local.

política brasileira, que postulou o surgimento de diversos movimentos sociais, teve na cidade uma forte atuação dos movimentos sociais de luta pela moradia, tanto é, que grande parte dos bairros da cidade são fruto de ocupações e surgiram a partir da força interventiva desses sujeitos.

No momento atual, por mais que se tenha enfraquecido essas lutas, existem ainda, no ambiente social da cidade algumas ações pontuais de ocupações de terras e reivindicações de movimentos sociais na busca do direito a moradia, como demonstrou-se no capítulo quatro.

Tomando a cidade do Crato como campo de aproximação empírica, constatou-se que a busca por melhores condições de vida e o direito a moradia, estão inseridas entre as principais reivindicações dos grupos organizados. Em virtude das manifestações, os conflitos envolvendo ocupantes, proprietários de lotes urbanos, Igreja, e Póde Público Municipal, ganharam visibilidade. No cenário de aglutinação, organização e mobilização de indivíduos num coletivo, ganha destaque o papel das lideranças que, nesse caso, atuam como líderes carismáticos.

A partir da observação dos movimentos nessa cidade, constatou-se que os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia têm apresentado uma importância fundamental no processo de produção dos espaços urbano da cidade, além de se constituírem num dos instrumentos mais importantes de confronto da sociedade civil organizada perante o Estado e detentores dos meios de produção.

De movimentos cuja gênese se fixava na solução imediata do problema da falta de moradia, a maior parte desses movimentos migra para associações de moradores organizados e vão incorporando novas funções, nas quais se destaca a sociabilidade e lazer, espaço de práticas religiosas e canais de efetivação de políticas públicas. Com a introdução de novos papéis no coletivo, câmbios diferenciados se estabelecem entre sociedade civil organizada e os aparelhos do Estado, caracterizando um momento inovador na trajetória dos movimentos que demandam aprofundamento nos estudos, ainda por fazer.

Dessa forma, percebendo a luta pela moradia como um instrumento de luta de classes (IKUTA, 2009), entende-se que o processo de produção da cidade e a luta pela moradia como instrumento de reprodução social se dá no âmbito do desenvolvimento contraditório do capital, que permeia suas ações na divisão desigual dos bens produzidos.

A barbárie que a sociedade atual vivencia, condicionada pelo discurso ideológico do capital na reestruturação produtiva dos seus espaços contradiz a ótica de luta dos movimentos

sociais de moradia, que através de suas práticas e ações mostram uma cidade desigual, contraditória e combinada.

Essa situação, vivenciada pela classe trabalhadora, faz com que surjam movimentos sociais e se articulem, criando condições, muitas vezes desfavoráveis, mas que, coíbem as forças produtivas no sentido de contrariar a ordem e o modelo societário vigente. Essas lutas, caracterizadas, em nosso caso, como a luta pela moradia, também se insere no campo da luta de classes, principalmente porque a conquista do direito a moradia reduz a mais valia do trabalhador ou até mesmo diminui a exploração da força de trabalho, pois este, não vai mais precisar lutar pra pagar uma casa ou um aluguel.

Portanto, acredita-se que os movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Crato, a exemplo as ocupações de terra urbana e as ações do Movimento dos Sem-Teto do Crato e a atuação das associações de moradores, são sim, formas contundentes e singulares de expressão, configurando a existência de um movimento social no Crato, com suas especificidades, singularidades e formas próprias de organização na conquista do direito à moradia, servindo para questionar a ótica da cidade capitalista, contribuindo na busca de melhores condições de vida e sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 199-322.
- AMORA, Zenilde Baima.; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. Cidades Médias do Ceará, Estado do Nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas. **Revista Geográfica da América Central**. Número especial, EGAL – Costa Rica, 2011.
- ANDRADE. Manuel Corrêa de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2ª ed. São Paulo, 1964.
- _____. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Abril cultural/Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BRUYNE, P., HERMAN, J., SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica de pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. Trad. Ruth Joffily. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**. N° 01, 2008.
- BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.
- BRASIL, Constituição, 1988. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/ Centro gráfico, 1988.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8a Ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. **A condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4ª ed. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CLOUX, Raphael Fontes. **Trajetória das Políticas Habitacionais no Brasil, 2009.** Disponível em: <http://raphaelcloux.blogspot.com.br/2008/05/trajetria-das-politicas-habitacionais.html>. Acesso em: 01/07/2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo: Edusp, 1994, p. 323-359.

DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão – catálogo e transcrição.** Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 81. Rio de Janeiro: biblioteca nacional, 1961.

DANTAS, E. C.W.; LUSTOSA, M. C. (Orgs.) **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza.** Fortaleza: ed. UFC, 2009

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Cidades.** Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 119-146, jan.-jun. 2004. [original de 1938].

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: mito e realidade.** Rio de Janeiro, SENAC/DN, 1984.

ENGELS, Friedrich. **Para a Questão da Habitação.** Janeiro de Janeiro: Obras escolhida em três tomos, Editorial “Avante!”, 1887.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: Evolução Urbana e Arquitetura: 1740-1960.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Movimento Social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, nº 15, p. 59-85, 2000.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

GEIGER, Pedro Pinchas.; DAVIDOVICH, Fany. Aspectos do Fato Urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** nº Abril-Jun, p. 263-362, 1961.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a Produção do Espaço. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v.2, n.1, 2004. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/geografia/revista.htm>. Acesso em: 02 set. 2009.

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____. (Org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais.** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p. 13-32.

_____. **Movimentos sociais e a luta pela moradia.** São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

_____; BRINGEL, M. B. (Orgs). **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** 2ª ed. São Paulo: USP, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **A Justiça Social e a Cidade.** (Título original: Social Justice and the City) Tradução: Armando Corrêa da Silva, São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Os espaços de utopia. In: _____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004, p. 181-238.

HÖFLING, Eloísa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos de Educação. CEDES** v.21 n.55 Campinas, nov. 2001.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro, 1959. V. 15. Ceará.

_____. **Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

IKUTA, Fernanda Keiko. O Conflito capital x trabalho na metrópole de São Paulo: Reflexões a partir da luta pela moradia. In: TOMAZ JÚNIOR, Antonio; FRANÇA JUNIOR, Luzimar Barreto (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI.** V. 4. Presidente Prudente: Centelha, 2009.

_____. **Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia: articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho.** (Tese de Doutorado em Geografia). UNESP: Presidente Prudente, 2008.

JACOBI, Pedro, Movimentos sociais urbanos e a crise: da explosão social à participação popular autônoma. **Política e Administração.** v. 1. n. 1 – mar. 1985.

JORNAL DO CARIRI, **Minha casa Minha vida começa a ser desacreditado no Crato.** Jornal do Cariri. Juazeiro do Norte, 27 de Abril a 03 de Maio, 2010.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, pra fazer a guerra.** 14ª ed. Trad. Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5a Ed. São Paulo: Centauro, 2008a.

_____. **A Revolução Urbana.** 3ª Reimpressão. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte, UFMG, 2008b.

_____. **A Produção do Espaço.** Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea. Do núcleo de Geografia urbana da UFMG (do original: La production de l’ espace, 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início de 2006.

LENCIONI, SANDRA. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 24ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTIN, Jean-Yves. A geografia dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia.** São Paulo, n. 19/20, p. 21-41, 1997.

MATOS, Kelma. Socorro. L.; VIEIRA, Sofia .Lerche. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer.** 2ªed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação.** São Paulo ed. Cortez, 2002.

MITIDIERO, M. A. **Ação Territorial de uma Igreja Radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba.** Tese de Doutorado em Geografia Humana. USP, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcio. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Cidades.** Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 277-314, jul.-dez. 2004. [original de 1941].

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987

_____. Geografia, Capitalismo e Meio Ambiente. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **O que é Geografia**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NETO, Otávio da Costa Gomes.; CELMO, Antônio Carlos. **Sub-Habitação**. Disponível em: <http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/subhabitacao.htm>. Acesso em: 11/03/2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

_____. “Os trabalhadores nem o bagaço” ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e laranjais. **Boletim Paulista de Geografia**. nº 60, p. 153-234, 1984.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. Ação coletiva e questão urbana: o que há de novo? **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 28 a 31 de julho de 2009. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: www.Starline.dnsalias.com:80/sbs/trabalhosite.aspxcod41. Acesso em: 11/02/2010.

OLIVEIRA, J. C. A. **A problemática ambiental e o desenvolvimento urbano na cidade do Crato – Ceará**. Dissertação de Mestrado – PRODEMA. UFC, 1998.

_____. ABREU, R. C. Resgatando a história de uma cidade média: Crato capital da cultura. **Revista Historiar**. Ano II, nº I, 2010.

OLIVEIRA FILHO, J. C. A. A cidade de direito ao direito à cidade: movimentos sociais de luta pela moradia e a produção do espaço na cidade do Crato-CE. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**. Recife, v. 2, nº 2, 2013.

OUTHWAITE, William., BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 26-67. [original de 1916]

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos a abordagem sócioterritorial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

_____. Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. Tese de Doutorado. UNESP – Presidente Prudente, 2009.

PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: vol. 13, núm. 270, 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-35.htm> - Acesso em 10/02/2011.

PETRONE, Pasquale. Notas Sobre o Fenômeno Urbano no Brasil. **Terra Livre: Geografia: espaço e memória**. São Paulo: v. 10, 1994.

_____. Crato: Capital da Região do Cariri. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, N. 20. AGB, 1955.

PINHEIRO, Irineu; FILHO, J. De Figueredo. **Cidade do Crato**. Ed. URCA- Fortaleza: ed. UFC, 2010.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL. Prefeitura Municipal do Crato, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RENOM, Karin D. Movimento social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.) **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Fortaleza: Tomo XX. Ano XX. 3º e 4º trimestres, 1906.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. A cidade como direito. **IX Coloquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre, 28 de maio - 1 de junho, 2007.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. Disponível em: www.4shared.com/office/.../Anlise_de_Polticas_Pblicas_Con.html. Acesso em: 22/06/2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o capital e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Os novos movimentos sociais. In: LEHER, Roberto., SETÚBAL, Mariana. (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-2000). **Ateliê Geográfico**. Goiânia – GO, v. 6, nº 4, Dez/2012.

SANTOS, Juberto. **O que são foranias?** Disponível em: <http://www.catequisar.com.br/texto/colunas/juberto/30.htm>. Acesso em: 22/04/2014.

SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994. 157p.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.

SANTOS, Theotônio dos. A crise e os movimentos sociais no Brasil. **Política e Administração**. v. 1. n. 1 – mar. 1985.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, Luiz Carlos. **Modernidade e Exclusão Social no Estudo de Caso do Conjunto Habitacional Novo Horizonte**. Monografia de Conclusão de Curso. Diocese do Crato – Instituto de Filosofia. Crato, 2010.

SILVA, Walber Nogueira. **Trabalho Alienado e propriedade privada nos manuscritos de 1844, de Karl Marx**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

SILVA, L. A. M.; RIBEIRO, A. C. T. Paradigma e Movimento Social. **Boletim Paulista de Geografia**. 1985.

SILVA, Edinho Perira da.; PEREIRA, Miralva Ferreira Guedes. **Análise da formação do bairro do Seminário em Crato – CE**. Fortaleza: Instituto da Memória do Povo Cearense, 2005.

SOARES, Douracy. **Cariri: Crato - Juazeiro do Norte**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968. SOARES, Yêdda Maria L. **A degradação ambiental do rio Batateiras na área urbana da cidade do Crato - Ce**. Crato: URCA/FURN, 1995.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**. Nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. Um olhar geográfico sobre o conceito de movimento social Urbano. **Revista Formação**, nº14 volume 1 – p.150-166 [2007].

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

_____. **A prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto.** *Cidades, Presidente Prudente*, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

TOURAINÉ. Alain. **Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina.** Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

VELHO, Gilberto. Violência e conflito nas grandes cidades. In: **VIII Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A questão social no novo milênio.** Coimbra, 16, 17, e 18 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/2004/insc/pdfs/painel6/Gilberto.pdf>> Acesso em: 22/09/2009.

VEIGA. José Eli. **Cidades imaginárias.** O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.

ANEXOS

ANEXO 01 – Roteiro de entrevistas para lideranças dos movimentos sociais.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Lideranças dos movimentos sociais ou associações de moradores

Bairro: _____

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Endereço: _____ Naturalidade: _____

Tempo que reside no Crato: _____

Função: Dirigente ou Participante: _____

- 1- Quais os objetivos do Movimento ou Associação e se esses objetivos mudaram ao longo do tempo e das conquistas? Quais?
- 2- Quando você chegou no Bairro já existia algum Movimento ou Associação?
- 3- Você já participou de algum Movimento antes desse? Descreva?
- 4- Narre sua participação nos Movimentos Sociais. (Experiências positivas e negativas).
- 5- Qual a história do movimento ou associação? Descreva-a.
- 6- Comente se houve ajuda de outros Movimentos nas Lutas Sociais? Qual? (contribuíram ou não para a conquista da moradia e da produção do espaço).
- 7- O que você entende por política? Você acha que a política pode mudar a realidade da sociedade?

ANEXO 02 – Roteiro de entrevistas para militantes dos movimentos sociais.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Integrantes ou participantes de movimentos sociais e partidos políticos

Bairro: _____

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Ender

eço: _____ Naturalidade: _____

Tempo que reside no Crato: _____

Função: Dirigente ou Participante: _____

- 1- Qual a importância dos movimentos sociais na produção do espaço urbano da cidade do Crato-CE?
- 2- Quais os principais movimentos que você destaca com maior poder de conquista entre os atuais?
- 3- Qual o seu envolvimento com os movimentos sociais de moradia? E como surgiu o interesse pelos movimentos sociais?
- 4- Quais os principais programas, reivindicações referentes aos movimentos sociais e a cidade?
- 5- Porque atuar no movimento de bairro?
- 6- Como você define os movimentos sociais de luta pela moradia hoje?

Minha casa Minha vida começa a ser desacreditado no Crato

O programa do governo Federal, Minha Casa Minha Vida, foi lançado há um ano no Crato, entretanto, as sete mil pessoas cadastradas perguntam-se por que, até hoje, nenhuma casa foi construída. O prefeito Samuel Araripe disse que faltam investidores interessados no projeto e que para o Cariri, apenas oito construtoras se cadastraram, sendo que no Crato, somente a RB Construções, da Bahia, se manifestou favorável. Um terreno no bairro Barro Branco está sendo negociado para construir 800 unidades. Segundo Samuel, a prefeitura está disposta a fazer toda infraestrutura necessária e aguarda tão somente a aprovação do projeto da RB Construções, pela Caixa Econômica Federal.

O secretário de Obras do Crato, José Muniz, revelou que outra área no Bairro do Seminário foi disponibilizada pela prefeitura, onde os investimentos com infraes-

trutura seriam bem menores, porém, um terreno pequeno para apenas 120 casas. Segundo o Secretário, um terreno próximo a Vila Lobo também está sendo cogitado para construir as unidades complementares do lote de 995.

Estima-se que no Crato existam 30 mil pessoas sem casa para morar. O débito habitacional é de 4.500 casas. O secretário municipal do Meio Ambiente e Recursos Humanos, Nivaldo Soares, disse que a situação geográfica da cidade dificulta a escolha de áreas planas dentro do perímetro urbano para construção de moradias e os terrenos disponíveis e adequados estão afastados da cidade, porém em zona urbana, mas exigem investimentos consideráveis de infraestrutura.

O programa Minha Casa Minha Vida no Crato começa a cair no descrédito da população. José Antônio da Silva, que nunca possuiu

casa própria, está inscrito no projeto desde o ano passado, disse que não acredita mais na construção das casas.

Semelhante é a opinião da vendedora de frutas, Rejane Moraes Brito do Nascimento. Ela conta que já perdeu as esperanças, “até porque são sete mil concorrentes a apenas 995 moradias”.

José Ney Monteiro Pereira, gerente regional de engenharia da Caixa Econômica Federal, explicou que o Ceará tem direito a 51 mil casas, e até agora, só foram feitas duas mil. O atraso na entrega de projetos e assinaturas de contratos por parte das construtoras já fez com que a Superintendência da Caixa, em Brasília, assinalasse a possibilidade de transferir os recursos destinados ao programa no Ceará para outros Estados, como a Bahia e Maranhão, que já construíram juntos, dentro do programa, 90 mil unidades habitacionais.

Mais cidades do Cariri querem programa “Minha Casa”

Wilson Rodrigues

Criado em março de 2009 com o objetivo de fortalecer a construção civil no Brasil, o programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, ainda não conseguiu chegar a todos os municípios do Cariri.

No interior do Ceará, entre 2009 e 2010, a quantidade de contratos assinados chegou a 5.976 unidades habitacionais, num total de 246.176.020. Em 2011, o volume do programa caiu vertiginosamente para apenas 266 unidades contratadas, perfazendo um valor de R\$ 11.154,00. As informações foram passadas pelo gerente da Caixa Econômica do Crato, Mairton Neves, explicando que no Ceará apenas as cidades de Caucaia, Maracanaú,

Eusébio e Pacajus, Região Metropolitana de Fortaleza, conseguiram construir as casas. Nos demais municípios interioranos com mais de 50 mil habitantes, o programa não evoluiu nos seus três anos de vigência.

No Cariri, apenas Juazeiro do Norte se destacou até agora, com 1.282 unidades construídas. Crato e Barbalha, apesar dos esforços, estão com dificuldades para construir suas casas porque não encontraram, até o momento, construtoras habilitadas e interessadas na obra. Mairton explicou que vários fatores contribuem para distanciar os municípios do projeto, e que ação depende do empenho do poder público municipal, até o interesse das construtoras e que Juazeiro do Norte só construiu

porque já tinha o terreno pronto. Em relação ao Crato, no início do programa, disse ele, algumas construtoras demonstraram interesse e chegaram até a elaborar os projetos e depois desistiram. Segundo Mairton, a Caixa Econômica está aguardando a conclusão de outro projeto para construir 200 casas no Bairro do Seminário, atendendo uma pequena parcela das pessoas inscritas no programa.

No Crato, são 7.232 pessoas inscritas no programa. O prefeito Samuel Araípe disse que a prefeitura cumpriu com sua obrigação, que foi fazer o cadastro das pessoas, sancionar a lei aprovada pelos vereadores isentando os construtores do Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis ITBI e do Imposto



Sobre Serviços ISS, além de doar o terreno para o Fundo do programa “Minha Casa, Minha Vida”. Samuel explicou que no Ceará apenas 30% das unidades habitacionais foram construídas por falta de interesse das construtoras no programa, talvez pela mar-


gem de lucro que é muito pequena para uma responsabilidade muito grande, uma vez que ficarão responsáveis pelo imóvel durante cinco anos, de acordo com o Código Civil. O prefeito disse que as prefeituras não têm relação direta com o programa. A responsa-

bilidade é da construtora que faz as casas, adquirente que compra e a Caixa Econômica como agente financiador. Disse também que o programa não faz doação das unidades habitacionais, elas são vendidas a população em prestações durante 25 anos.

ANEXO 05 – Lista de famílias cadastradas na ocupação do terreno atrás do colégio Liceu no Seminário. (Fonte: Coordenação do movimento de ocupação).

01. ALDEIDE DE SOUZA NASCIMENTO	55. JOSEFA NOGUEIRA ELGENIO
02. ANA LUCIA BELEM ALMINO	56. JOSEFA SILVIA SANTANA
03. ALEXSANDRA ALVES DA SILVA	57. JESUS CARLOS NETO
04. ANA PAULA BARBOSA DA SILVA	58. KISY AUVES RODRIGUES
05. ANTONIA MENDES DIAS	59. KARINA SALVADOR DOMINGUES
06. ANTONILZA RODRIGUES	60. LUANA MENESES CAVALCANTE
07. ANA MARIA F DA SILVA	61. LUCIA MARIA ALVES RODRIGUES
08. ANA PAULA NASCIMENTO DOS SANTOS	62. IELTON HONORO DOS SANTOS
09. ADRIANA MARIA RODRIGUES	63. LUSMARY BARROS DE SOUSA
10. ANTONIA ERIVANIA BRANDAO	64. MARCIA DE FRANSA
11. AUDISANGELA GOMES GONDIM	65. MARIA ALEXSANDRA SUARES
12. ANTONIA MARIA RODRIGUES	66. MARIA APARECIDA F DE SOUSA
13. CICERA VANDERZANIA P FIGUE	67. MARIA CELIA DA SILVA
14. CICERA DE SOUSA NASCIMENTO	68. MARIA CELMA DA SILVA
15. CICERA GILBERLANDIA DE MELO DA SILVA	69. MARIA DAS DORES M PEREIRA
16. CICERA HEROINA DIAS	70. MARIA DE FATIMA F DA SILVA
17. CLARISSA MARIA DE LIMA ALVES	71. MARIA DO CARMO COSTA SILVA
18. CRISTIANE JUSTINO DE LIMA	72. MARIA DO SOCORRO LUIZ PEREIRA
19. CICERO FIRMINO DA SILVA	73. MARIA DO SOCORRO S ALVES
20. CICERO VICENTE DIAS	74. MARIA EDIVANIA F DA SILVA
21. CARLA ROBERTA SOARES DA SILVA	75. MARIA ELANE CRISTINA DE MONTE
22. CICERA GABRIELA DA SILVA RIBEIRO	76. MARIA FERREIRA GOMES
23. CLAUDENILSON DE OLIVEIRA SANTOS	77. MARIA ISABEL DUARTE DA SILVA
24. CICERO DE OLIVEIRA SANTOS	78. MARIA LUCIA ALVES DE LIMA
25. DRIELLY PEREIRA DE SOUSA	79. MARCIANA SOUSA SILVA
26. DULCINEA SIEBRA	80. MARIA POFILHO DA SILVA
27. ELISANGELA SARAIVA DE SALES	81. MARINES BARBOSA DA SILVA
28. ERALDO A SILVA	82. MARKYCILANIA CARVALHO SANTARD
29. ELANE CRISTINA DA SILVA ALBINO	83. MARLY JUSTINO FERNADES
30. ERONILDO CLEMENTE DA SILVA	84. MARIANA CARVALHO SANTANA
31. ELIANA DOS SANTOS	85. MARIA IRENILSE MAIA
32. FABIANA PEREIRA ALENCAR	86. MARIA DA PENHA SANTOS G
33. FERNANDA NAIARA FELIX TELES	87. MARIA DOS SANTOS SILVA
34. FRANCISCA ANTONIA DE OLIVEIRA	88. MARIA ELIENE LIMA SILVA
35. FRANCISCA ALRENVIA SOUSA NOROES	89. MARIA DA PENHA SOARES DOS SANTOS
36. FRANCISCA DE SOUSA NASCIMENTO	90. MARIA BANTIM DE OLIVEIRA
37. FRANCISCO JOSEVAN FERRO F DA SILVA	91. MARIA ELIANE SOUSA
38. FRANCIS REGIS SOBREIRA MENDES	92. MARIA SELINA DA SILVA
39. FABIOLA DE SOUSA SILVA	93. MARIA DE FATIMA SOARES DE SOUSA
40. FRANCISCA ERIVANIA L DA SILVA AFONSSO	94. MARIA ELFRASINA DE CASTRO
41. FLAVIANA DE SOUSA SILVA	95. MAGELA OLIVEIRA CALLOU
42. FRANCISCA PEREIRA LIMA	96. MAJARAR R DE FREITAS
43. GLEIBERTO RODRIGUES PEREIRA	97. FAIMUNDO FERREIRA DA SILVA
44. GEOSIANE MARQUES DE OLIVEIRA	98. FOBERLANIA FERREIRA PEREIRA
45. IVANISA FELIX DE MENESES	99. FENATA BATISTA PEREIRA
46. IZABEL CRISTINA SOARES	100. RENATA S ROCHA
47. ISRAEL ROCHA COSTA	101. SALETE ALVES FEITOSA
48. IVNNA FIGUEREDO COSTA	102. SIMONE R DO NASCIMENTO
49. INES SOARES DE OLIVEIRA XENOFONTE	103. SUELI BATISTA QUEIROS
50. ISRAEL ALENCAR ALMEIDA	104. SAYONARA ALVES LOBO
51. JOSEANE BATISTA NUNES	105. VALDEGLACIA FELIX DE MENESES
52. JOSEFA CORREIA	106. VANESA TERESINHA DOS SANTOS
53. JOSEFA DINO MARTHINS	107. VERA LUCIA FELIX
54. JULIANA PAZ DA SILVA INACIO	108. VERONICA OLIVEIRA DO NASCIMENTO

ANEXO 06 – Ofício em Resposta a reivindicação de doação de terreno no Crato ao Movimento dos Sem-Teto. (Fonte: Coordenação do Movimento).

 **GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Companhia de Habitação do Ceará – COHAB-CEARÁ “Em Liquidação”

Ofício nº 306 /2013 – COHAB

Fortaleza, 04 de setembro de 2013

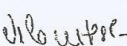
Senhor. Secretário Executivo,

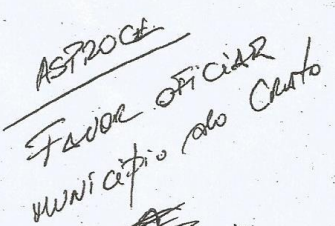

Cumprimentando-o cordialmente, nos reportamos ao Ofício GS nº 1937/2013, oriundo dessa Secretaria no qual encaminha dois processos de interesse da Câmara Municipal do Crato, solicitando ao Governador do Estado do Ceará a doação de dois terrenos localizados no município do Crato.

Para que possamos nos manifestar sobre a titularidade dos imóveis em tela, há necessidade de uma planta de localização, se possível com os confrontantes, e ainda a matrícula dos terrenos solicitados.

De posse desse material teremos condições de instruir o processo e caso os terrenos pertençam a COHAB-CEARÁ “Em Liquidação” submeteremos o pleito da Câmara Municipal do Crato à Secretaria de Planejamento e Gestão, a qual nos encontramos vinculados, para decisão superior, visando a doação ou outro instrumento legal de cessão de uso.

Atenciosamente,


Vilani Pinheiro Falcão
Liquidante



Carlo Ferrentini Sampaio
SECRETÁRIO EXECUTIVO DAS CIDADES

Exmo. Senhor.
Carlo Ferrentini Sampaio
Secretário Executivo das Cidades
Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora
Ed. SEPLAG, 9º andar/CAMBEBÁ
NESTA/

ANEXO 07 – Ofício da Secretária das Cidades dirigido ao Sr. Beбето Anastácio (vereador do Crato) sobre a doação de terreno do Governo do Estado ao Movimento dos Sem-Teto do Crato. (Fonte: Coordenação do Movimento).


**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

OFICIO GS Nº 2103/2013

Fortaleza, 16 de setembro de 2013

**Ao Excelentíssimo Senhor
Roberto Pereira Anastácio
Vice Presidente da Câmara municipal do Crato
Rua Senador Pompeu, 468 – Centro
63.100-080 – Crato – Ceará**

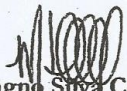
*Ref: DOAÇÃO DE TERRENO DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO CEARÁ PARA
CONSTRUÇÃO DE CASAS EM REGIME DE MUTIRÃO.*

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, fazemos referência aos Ofícios nºs 803 e 804/2013 – GP/CMC, objeto dos processos nº 5959349/2013 e 5959802/2013 respectivamente, os quais V. Exa. solicita a doação de terreno de propriedade do Estado do Ceará para a construção de casa em regime de mutirão.

A respeito do assunto, encaminhamos cópia do Ofício da Companhia de Habitação do Ceará – COHAB CEARÁ “Em Liquidação”, (cópia anexa) para as devidas providências.

Atenciosamente,


**Magno Silva Coelho
SECRETÁRIO EXECUTIVO DAS CIDADES**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambéba
Cep: 60.830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450

ANEXO 08 – Associações inscritas na Secretária Municipal de Assistência Social do Crato.
(Fonte: Secretária de Assistência Social do Município).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS
CGC: 07587975/0001-07 CGF: 06.920.251-6

ASSOCIAÇÕES INSCRITAS NA SEMAS

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 01

ASSOCIAÇÃO	Pro Desenvolvimento do Bairro Muriti		
ENDEREÇO	Rua Pe. Anchieta, 88 – Bairro Muriti		
CNPJ	06.263.536/0001-86	FONE:	(88)9959-3060
PRESIDENTE	Cícero José do Nascimento	ZONA	URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 02

ASSOCIAÇÃO	Comunitária dos Moradores do Sítio Belorizonte		
ENDEREÇO	Sítio Belmonte S/N		
CNPJ	01.370.861/0001-24	FONE:	(88)3521-3087/8910
PRESIDENTE	Ronaldo Pedro da Silva	ZONA	RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 03

ASSOCIAÇÃO	Pro Desenvolvimento do Distrito de Ponta da Serra		
ENDEREÇO	Rua Moises Xenofonte de Oliveira, S/N – Ponta da Serra		
CNPJ	06.057.027/0001-05	FONE:	(88)-3523-9309
PRESIDENTE	Maria de Fátima Brasil de Santana	ZONA	RUIRAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 04

ASSOCIAÇÃO	Nossa Senhora da Conceição de Bebida Nova		
ENDEREÇO	Sítio Bebida Nova – Campo Alegre		
CNPJ	04.709.610/0001-10	FONE:	(88) 3521-2998/9271-3320
PRESIDENTE	Maria da Conceição Melo Cavalcante	ZONA	RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 05

ASSOCIAÇÃO	Do Conjunto Habitacional Pantanal		
ENDEREÇO	Trav. São Sebastião, 190 – Bairro Ossian Araripe		
CNPJ	41.337.783/0001-80	FONE:	(88)8818-2419/9201-9602
PRESIDENTE	Almir Cândido	ZONA	URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 06

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Distrito de Muriti		
ENDEREÇO	Rua Maria Clotilde, S/N – Bairro Muriti		
CNPJ	12.464.207/0001-35	FONE:	(88) 3521-7146/9231-6659
PRESIDENTE	Pedro Ferreira Gomes	ZONA	URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 07

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Sítio Rosto e Adjacências		
ENDEREÇO	Sítio Rosto, S/N - Bairro Lameiro		
CNPJ	12.464.49/0001-25	FONE:	(88) 3523-5972/2665-5279
PRESIDENTE	Maurílio José de Santana	ZONA	URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 08

ASSOCIAÇÃO	Dos Pequenos Agricultores do Riacho Fundo		
ENDEREÇO	Sítio Riacho Fundo S/N		
CNPJ	06.740.856.0001-80	FONE:	(88)9966-4045
PRESIDENTE	Maria Lucia de S. Batista	ZONA	RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 09

ASSOCIAÇÃO	Associação do Sítio Bebida Nova e Corujas		
ENDEREÇO	Sítio Bebida Nova – Lameiro		
CNPJ	12.466.421/0001-91	FONE:	(88) 8805-9897
PRESIDENTE	José Arnaldo da Silva	ZONA	RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 10

ASSOCIAÇÃO	Da Melhor Idade Nossa Senhora de Fátima		
ENDEREÇO	Rodovia Pinto Madeira, 187 – Alto da Penha		
CNPJ	06.123.593/0001-60	FONE:	(88)8845-4489/9223-4528
PRESIDENTE	Joana D'arc Teles Pereira	ZONA	URBANA

ANEXO 09 – Associações inscritas na Secretária Municipal de Assistência Social do Crato.
(Fonte: Secretária de Assistência Social do Município).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS
CGC: 07587975/0001-07 CGF: 06.920.251-6

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 11

ASSOCIAÇÃO	Comunitária Rural II Páscoa
ENDEREÇO	Sítio Páscoa S/N – Distrito Campo Alegre
CNPJ	05.978.330/0001-70 FONE: (88) 3523-7774
PRESIDENTE	José Anísio BZento Coelho ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 12

ASSOCIAÇÃO	Comunitária Sítio Belmonte
ENDEREÇO	Av. Horácio Pequeno, 1418 – Distrito Belmonte
CNPJ	06.744.593/0001-87 FONE: (88) 3521-7981
PRESIDENTE	Maria Delmiro da Silva Inácio ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 13

ASSOCIAÇÃO	Comunitária Rural Para o Desolv. Do Sítio Campo Alegre
ENDEREÇO	Sítio Campo Alegre, S/N – Em frente ao Posto de Saúde
CNPJ	06.334.719/0001-45 FONE: (88) 9604-2977
PRESIDENTE	Marcio Belarmino Rodrigues ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 14

ASSOCIAÇÃO	Comunitária do Sítio Juá
ENDEREÇO	Sítio Juá – Dist. Ponta da Serra
CNPJ	03.319.544/0001-09 FONE: (88)3523-9280/3522-9131
PRESIDENTE	Antonio Laurentino da Silva ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 15

ASSOCIAÇÃO	Dos Mor. e Prod. Urbanos do Distrito de Ponta da Serra
ENDEREÇO	Rua Bernardo Vieira, 69 – Ponta da Serra
CNPJ	05.470.354/0001-60 FONE: (88)3523-9179/9335
PRESIDENTE	Maria do Socorro Ferreira Vi ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 16

ASSOCIAÇÃO	Dos Prod. Rurais da Chapada do Araripe
ENDEREÇO	Sítio Baixa do Maracujá – Dist. De Santa Fé
CNPJ	00.953.027/0001-07 FONE: (88) 9959-9020
PRESIDENTE	Antonio Agostinho da Hora ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 17

ASSOCIAÇÃO	Com. Afonsina Evangelista Bilhar
ENDEREÇO	Sítio Valentim – Dist. De Santa Fé
CNPJ	04.086.479/0001-81 FONE:
PRESIDENTE	Cícero Alves dos Santos ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 18

ASSOCIAÇÃO	Dos Pequenos Prod. E Mini Produtores da Agric. Do Engenho da Serra
ENDEREÇO	Sítio Eugênio da Serra – Dist. Santa Fé
CNPJ	12.483.789/0001-59 FONE:
PRESIDENTE	Manoel Vicente da Silva ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 19

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Sítio Boa Vista
ENDEREÇO	Sítio Boa Vista – Dist. de Santa Fé
CNPJ	00.960.257/0001-95 FONE: (88) 9955-1623/9959-6886
PRESIDENTE	Francisco Honorato da Silva ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 20

ASSOCIAÇÃO	Pro Melhoramento do Bairro Seminário
ENDEREÇO	Trav. Santana do Cariri, 287 – Seminário
CNPJ	05.621.115/0001-17 FONE: (88) 3521-2356
PRESIDENTE	Maria de Lourdes Martins de Brito ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 21

ASSOCIAÇÃO	Comun. Dos Trabalhadores Rurais do Sítio Lagoa Rasa
ENDEREÇO	Sítio Lagoa Rasa S/N – Dist. Ponta da Serra
CNPJ	02.464.257/0001-20 FONE: (88) 9272-7766
PRESIDENTE	Rita Maria da Silva ZONA RURAL

ANEXO 10 – Associações inscritas na Secretária Municipal de Assistência Social do Crato.
(Fonte: Secretária de Assistência Social do Município).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS
CGC: 07587975/0001-07 CGF: 06.920.251-6

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 22

ASSOCIAÇÃO	Esporte Clube Cratense
ENDEREÇO	Rua Bela Vista, 278 – Muriti
CNPJ	06.963.558/0001-59 FONE: (88) 3523-2248/9200-3651
PRESIDENTE	José Feitosa Alves ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 23

ASSOCIAÇÃO	Comum. Pe. Frederico
ENDEREÇO	Sítio Malhada – Distrito da Ponta da Serra
CNPJ	06.738.868/0001-70 FONE: (88) 3547-1395
PRESIDENTE	Maria do Socorro Fernandes ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 24

ASSOCIAÇÃO	Comunitária da Vila São José
ENDEREÇO	João Avelino Soares, 46 – Vila São José – Próximo ao Arriégua
CNPJ	07.191.936/0001-96 FONE: (88) 9906-3127/3521-7437
PRESIDENTE	Cícero Antonio Dos Santos (Zé Roxo) ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 25

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Sítio Monte Alegre
ENDEREÇO	Sítio Monte Alegre – Dist. de Ponta da Serra
CNPJ	04.374.776/0001-22 FONE: (88) 9922-4025
PRESIDENTE	Tereza Nascimento Santos ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 26

ASSOCIAÇÃO	Seminário Batista do Cariri
ENDEREÇO	Rua Aminadab Campos S/N – Muriti
CNPJ	07.577.331/0001-38 FONE: (88) 3523-1643
PRESIDENTE	David de Lima Gino ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 27

ASSOCIAÇÃO	Espírita Allan Kardec
ENDEREÇO	Rua Pe. Ibiapina, 190 – Pinto Madeira
CNPJ	05.365.928/0001-27 FONE: (88) 9928-1898/3521-8171
PRESIDENTE	Francisco José Alexandre de Souza ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 28

ASSOCIAÇÃO	Do Des. Rural do Dist. de Ponta da Serra
ENDEREÇO	Rua Antonio Correia Holanda, S/N – Ponta da Serra
CNPJ	06.224.994/0001-06 FONE: (88) 3523-9295
PRESIDENTE	Francisco Agostinho de Monte ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 29

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Parque Presidente Vargas
ENDEREÇO	Rua do Socorro, 15 Parque Pres. Vargas
CNPJ	12.464.483/0001-64
PRESIDENTE	Antonio Rivone do Nascimento ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 30

ASSOCIAÇÃO	Comunitária Sítio Jenipapo
ENDEREÇO	Sítio Jenipapo, S/N – Dist. Ponta da Serra
CNPJ	12.477.766/0001-40 FONE: (88) 3513-0108
PRESIDENTE	Francisco Ferreira dos Passos ZONA RURAL



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS
CGC: 07587975/0001-07 CGF: 06.920.251-6

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 31

ASSOCIAÇÃO	Pro melhoramento do Bairro São Miguel
ENDEREÇO	Trav. Ana Triste, 135 – São Miguel

ANEXO 11 – Associações inscritas na Secretária Municipal de Assistência Social do Crato.
(Fonte: Secretária de Assistência Social do Município).

CNPJ	06.621.255/0001-95	FONE: (88)
PRESIDENTE	Severino João da Silva	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 32 ✓

Nº DE CADASTRO NA SEMIAS - 32		
ASSOCIAÇÃO	Comun. de Habitação Popular Nossa Senhora da Penha	
ENDEREÇO	Rua Roberto Marinho, 64 – Seminário	
CNPJ	02.307.150/0001-87	FONE: (88)3521-8087/3523-8112
PRESIDENTE	Damião Praxedes dos Santos	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 33 –

Nº DE CADASTRO NA SEMAS 55		
ASSOCIAÇÃO	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais do Crato	
ENDEREÇO	Travessa Milagres, S/N – Vila Alta	
CNPJ	07.388.485/0001-00	FONE: (88) 3521-1823
PRESIDENTE	Antonia Jozefina de Araujo Conrado	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 34 ✓

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 54		
ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores da Vila Lobo	
ENDEREÇO	Trav. Vila Lobo, 153 – Pinto Madeira	
CNPJ	12.478.194/0001-14	FONE: (88)3523-1786
PRESIDENTE	Margarida Maria Mariano de Lima	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 35

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Sítio Baixo São José		
ENDEREÇO	Sítio Mata do Sebastião – Santa Rosa – Muriti		
CNPJ	12.478.210/0001-78	FONE:	(88) 9962-3291
PRESIDENTE	Pedro Ferreira Domingos	ZONA RURAL	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 36 ✓

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 50		
ASSOCIAÇÃO	Comunitária do Conjunto Belas Artes	
ENDEREÇO	Rua Raimundo Sá Cavalcante, 140 - Muriti	
CNPJ	07.411.597/0001/06	FONE: (88)3521-8384/3523-8650
PRESIDENTE	Maria de Lourdes de Araujo	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 37 –

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 374		
ASSOCIAÇÃO	APAPROMEJE- Dos Pais, Padrinhos e Amigos do Projeto Menino Jesus	
ENDEREÇO	Rua Macário Vieira de Brito, 442 – Vila Alta	
CNPJ	02.770.211/0001-39	FONE: (88) 9966-2471
PRESIDENTE	Maria Nereide de Amorim	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 38 –

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 36		
ASSOCIAÇÃO	Projeto Verde Vida	
ENDEREÇO	Sítio Catingueira, S/N – Ponta da Serra	
CNPJ	03.324.672/0001-40	FONE: (88) 3523-9262
PRESIDENTE	Marcos Antonio Xenofonte de Almeida	ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 39 ✓

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 35		
ASSOCIAÇÃO	Pro Melhoramento e Desenvolvimento do Bairro Vila Alta	
ENDEREÇO	Rua Cel. José Maia, 649 – Vila Alta	
CNPJ	06.738.439/0001-80	FONE: (88) 9231-6354
PRESIDENTE	Expedito Anselmo Teles	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 40 –

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 40-		
ASSOCIAÇÃO	Sociedade Lirica do Belmonte	
ENDEREÇO	Av. José Horacio Pequeno, 1386 - Distrito Belmonte	
CNPJ	07.390.263/0001-01	FONE: (88) 3521-0505/8804-3060
PRESIDENTE	Padre Ágio Moreira	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 41

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 41		
ASSOCIAÇÃO	Comum. dos Agricultores e Agricultoras da Vila São Francisco e Sítio Quebra	
ENDEREÇO	Rua Chiquinho Venâncio, 01 – Ponta da Serra	
CNPJ	01.262.774/0001-53	FONE: (88)3523-8555/9204-4308
PRESIDENTE	Antonio de Assis	ZONA RURAL



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS
CGC: 07587975/0001-07 CGF: 06.920.251-6

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 42 ✓

ASSOCIAÇÃO	Comum. Pro Melhoramento de Mor. do Bairro Pinto Madeira
ENDEREÇO	Rua Mons. Assis Feitosa 82 – Pinto Madeira

ANEXO 12 – Associações inscritas na Secretária Municipal de Assistência Social do Crato.

(Fonte: Secretária de Assistência Social do Município).

CNPJ	06.744.619/0001-97	FONE: (88) 3523-8555/9215-1493
PRESIDENTE	Francisco Cardoso	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 43 ✓

ASSOCIAÇÃO	Assoc. Pro Melhoramento do Parque Grangeiro		
ENDEREÇO	Rua Macário de Brito – S/N - Parque Grangeiro		
CNPJ	06.744.437/001-16	FONE:	(88) 3521-5909/88048348
PRESIDENTE	Maria de Lourdes da Silva Melo	ZONA URBANA	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 44

ASSOCIAÇÃO	Dos Pequenos Produtores do Sítio Minguiriba e Adjacências		
ENDEREÇO	Sítio Minguiriba – S/N – Belmonte		
CNPJ	00.959.415/0001-97	FONE: (88)3523-3301/3521-7113	
PRESIDENTE	Raimundo Gomes de Farias	ZONA RURAL	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 45 -

ASSOCIAÇÃO	SCAN - Sociedade Cratense de Auxílio aos Necessitados	
ENDEREÇO	Rua Vicente Tavares Bezerra Esq. C/Padre Ibiapina, S/N	
CNPJ	07.389.653/0001-53	FONE: (88)
PRESIDENTE	Maria Hercília Correia Melo	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 46 ✓

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Bairro Recreio	
ENDEREÇO	Rua José de Souza Santos, 10 – Recreio	
CNPJ	06.263.536/0001-86	FONE: (88) 3521-2744/9927-7070
PRESIDENTE	Edmilson Silvestre de Souza	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 47 -

ASSOCIAÇÃO	Fundação Padre Ibiapina	
ENDEREÇO	Rua Cel. Antonio Luis, 1068 – Pimenta	
CNPJ	07.177.769/0001-29	FONE: (88) 3521-2954
PRESIDENTE	Dom Fernando Panico	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 48

ASSOCIAÇÃO	De Desenvolvimento Comunitário de Dom Quintino	
ENDEREÇO	Rua Frei Damião, S/N – Dom Quintino	
CNPJ	06.738.405/0001-08	FONE: (88) 3513-2134
PRESIDENTE	Haroldo Ribeiro de Sousa	ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 49 -

ASSOCIAÇÃO	SOAFAMC – Sociedade de Apoio à Família Carente	
ENDEREÇO	Rua Dr. Gesteira, 612 – São Miguel	
CNPJ	06.740.971/0001-54	FONE: (88) 3521-0073
PRESIDENTE	Ana Maria da Silva	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 50 -

ASSOCIAÇÃO	Arte Vida	
ENDEREÇO	Rua Nossa Senhora da Conceição, 229 – Muriti	
CNPJ	02.229.457/0001-06	FONE: (88)
PRESIDENTE	Laurineide Mesquita da Silva	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 51

ASSOCIAÇÃO	De Produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril	
ENDEREÇO	Distrito de Santa Fé	
CNPJ		FONE: (88) 3523-3809
PRESIDENTE	Carlos Antonio da Silva	ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 52

ASSOCIAÇÃO	Comunitária do Sítio Barreiras	
ENDEREÇO	Sítio Barreiras, S/N – Santa Fé	
CNPJ	00.953.024.0001/65	FONE: (88)9612-6155
PRESIDENTE	Celestino Bendito da Costa	ZONA RURAL



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS
CGC: 07587975/0001-07 CGF: 06.920.251-6

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 53 ✓

ASSOCIAÇÃO	Pro Melhoramento do Alto da Penha
ENDEREÇO	Plínio Cavalcante, 375

ANEXO 13 – Associações inscritas na Secretária Municipal de Assistência Social do Crato.
(Fonte: Secretária de Assistência Social do Município).

CNPJ		FONE: (88) 3523-8100/8801-8697
PRESIDENTE	Raimunda Fernandes Cabral	ZONA RURAL
Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 54		
ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Loteamento Bezerra de Farias	
ENDEREÇO	Rua Bruno de Menezes, 967 – Alto da Penha	
CNPJ	07.329.867/0001-34	FONE: (88) 9204-7665
PRESIDENTE	José Walter Sales de Lima	ZONA URBANA
Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 55		
ASSOCIAÇÃO	OIKOS CARIRI	
ENDEREÇO	Rua Pedro Bantim, 310 – Parque Floresta	
CNPJ	05.022.076/0001-31	FONE: (88) 3521-6348
PRESIDENTE	Maria Vanessa Maia Moreira	ZONA URBANA
Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 56		
ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Conjunto Habitacional 1º de Dezembro	
ENDEREÇO	Rua Lavras da Mangabeira, S/N – Seminário	
CNPJ	41.338.146/0001-29	FONE: (88) 8829-0676/0800-280-1314
PRESIDENTE	Carlos Alberto Ricardo da Silva	ZONA URBANA
Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 57		
ASSOCIAÇÃO	Comunitária Nossa Senhora da Assunção	
ENDEREÇO	Sítio Umburana, S/N	
CNPJ	01.301.917/0001-99	FONE: (88) 3521-3681-Vera Lucia
PRESIDENTE	Maria Neuma de Matos Gomes	ZONA RURAL
Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 58		
ASSOCIAÇÃO	Sociedade Beneficente São Camilo	
ENDEREÇO	Rua Cel. Antonio Luiz, 1028 – Centro	
CNPJ	60.975.737/0054-63	FONE: (88) 2101-2130
PRESIDENTE	Kalebe de Souza Silva	ZONA URBANA
Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 59		
ASSOCIAÇÃO	ProJ Desenvolvimento Rural de Guaribas	
ENDEREÇO	Sítio Guaribas, S/N – Campo Alegre	
CNPJ	03.881.484/0001-80	FONE: (88) 3523-7573/8814-4793
PRESIDENTE	Cícero Luciano Ferreira Alves	ZONA RURAL
Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 60		
ASSOCIAÇÃO	Comunitária do Sítio Correntinho	
ENDEREÇO	Sítio Correntinho, S/N – Monte Alverne – Santa Fé	
CNPJ	00.796.155/0001-86	FONE: (88)
PRESIDENTE	Antonio Vicente de Sousa	ZONA RURAL
Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 61		
ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Sítio Francisco Gomes	
ENDEREÇO	Sítio Francisco Gomes, S/N - Baixo das Palmeiras	
CNPJ	01.301.824/0001-64	FONE: (88) 9202-1768/8801-6258
PRESIDENTE	Adriana Rodrigues de Sousa	ZONA RURAL
Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 62		
ASSOCIAÇÃO	JOCUM – Jovens Com Uma Missão	
ENDEREÇO	Sítio Misericórdia – Lameiro	
CNPJ	05.368.605/0001-53	FONE: (88) 3521-0487
PRESIDENTE	Zairisnei Barros Roriz	ZONA RURAL
Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 63		
ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Bairro Alto da Penha	
ENDEREÇO	Rua Plínio Cavalcante, 375 – Alto da Penha	
CNPJ	07.682.808/0001-80	FONE: (88) 3523-8100/8801-8697



PRESIDENTE	Francisco Marcondes Batista	ZONA URBANA
------------	-----------------------------	-------------

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS
CGC: 07587975/0001-07 CGF: 06.920.251-6

ANEXO 14 – Associações inscritas na Secretária Municipal de Assistência Social do Crato.
(Fonte: Secretária de Assistência Social do Município).

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 64

ASSOCIAÇÃO	Dos Amigos Pacientes Renais do Crato
ENDEREÇO	Rua Cel. José Maia, 314 – Vila Alta
CNPJ	07.720.914/0001-76 FONE: (88) 8803-7487
PRESIDENTE	ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 65

ASSOCIAÇÃO	Pro Desenvolvimento Rural do Distrito de Santa Fé
ENDEREÇO	Distrito de Santa Fé, S/N
CNPJ	07.390.263/0001-01 FONE: (88)9903-1603
PRESIDENTE	José Valdo Cavalcante ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 66

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Sítio Barro Branco
ENDEREÇO	Sítio Barro Branco - S/N – Muriti
CNPJ	04.439.910/0001-26 FONE: (88)3523-8258/9241-4059
PRESIDENTE	Vicência Leandro Pinheiro ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 67

ASSOCIAÇÃO	Dos Trabalhadores Rurais do Sítio Alegre
ENDEREÇO	Sítio Alegre, S/N – Vila Bela Vista – Ponta da Serra
CNPJ	03.310.592/0001-36 FONE: (88)9912-3736
PRESIDENTE	Francisca de Brito Gomes ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 68

ASSOCIAÇÃO	Congregação das Filhas de Santa Tereza de Jesus
ENDEREÇO	Rua Dom Quintino, 835 – Centro
CNPJ	06.744.635/0001-80 FONE: (88)3521-1393
PRESIDENTE	Idilva Sousa Homem ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 69

ASSOCIAÇÃO	De Ampara Às Famílias Carentes do Município do Crato
ENDEREÇO	Trav. Aurora, 282 – Seminário
CNPJ	05.652.949/0001-90 FONE: (88)8803-7487
PRESIDENTE	Edilania Lima dos Santos ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 70

ASSOCIAÇÃO	União dos Movimentos Populares do Crato
ENDEREÇO	Av. José Horacio Pequeno, 933 – Lameiro
CNPJ	07.764.697/0001-16 FONE: (88)
PRESIDENTE	Antonio Walter Barreto de Alencar ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 71

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Bairro Zacarias Gonçalves
ENDEREÇO	Rua Pedro Jaguaribe, 300
CNPJ	06.740.963/0001-08 FONE: (88) 3521-1938
PRESIDENTE	Maria Stuart Leite Teixeira ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 72

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Conjunto Vitoria Nossa
ENDEREÇO	Rua Francisco Ferreira de Assis, 33 – Seminário
CNPJ	07.987.631/0001-95 FONE: (88) 3523-2602
PRESIDENTE	Antonia Núbia de Jesus Monte ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 73

ASSOCIAÇÃO	Dos Trabalhadores Rurais do Sítio Currais de Baixo
ENDEREÇO	Sítio Currais de Baixo, 08 – Baixo das Palmeiras
CNPJ	FONE: (88)9914-0385/0000-0000
PRESIDENTE	Maria Rosileide Silva Agostinho ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 74

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores Rurais do Sítio Serrinha
ENDEREÇO	Sítio Serrinha, S/N – Antes do Col. Agrícola
CNPJ	01.262.768/0001-04 FONE: (88)
PRESIDENTE	Francisca Alves Pereira ZONA RURAL



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS
CGC: 07587975/0001-07 CGF: 06.920.251-6

ANEXO 15 – Associações inscritas na Secretária Municipal de Assistência Social do Crato.
(Fonte: Secretária de Assistência Social do Município).

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 75

ASSOCIAÇÃO	Ass. dos Agricultores e Moradores do Distrito de Santa Rosa		
ENDEREÇO	Baixo dos Robertos, S/N - Distrito de Santa Rosa		
CNPJ	07.996.725/0001-20	FONE: (88) 3521-0001	
PRESIDENTE	Francisco de Assis Nicolau	ZONA RURAL	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 76

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Sítio Rodeador		
ENDEREÇO	Sítio Rodeador – Ponta da Serra		
CNPJ	04.312.105/0001-37	FONE: (88)	
PRESIDENTE	Francisca Lindalva Alves Brasil	ZONA RURAL	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 77

ASSOCIAÇÃO	Dos Artesãos Renascer do Bairro Seminário		
ENDEREÇO	Trav. Assaré, 330 – Seminário		
CNPJ	07.982.511/0001-03	FONE: (88)	
PRESIDENTE	Luiza Correia Nepomuceno	ZONA URBANA	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 78

ASSOCIAÇÃO	ABEFS - Brasileira de Educação Familiar e Social		
ENDEREÇO	Rua Cel. Secundo - 182 – Centro		
CNPJ	33.164.450/0005-00	FONE: (88) 3521-1501	
PRESIDENTE	Adorive da Silva	ZONA URBANA	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 79

ASSOCIAÇÃO	Comunitária da Comunidade de Tabocas		
ENDEREÇO	Sítio Tabocas – Distrito de Monta Alverne		
CNPJ	01.234.381/0001-36	FONE: (88)	
PRESIDENTE	Maria Bento da Silva	ZONA RURAL	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 80

ASSOCIAÇÃO	Associação Comunitária da Vila Guilherme		
ENDEREÇO	Vila Guilherme S/N – Sítio Mata – Ponta da Serra		
CNPJ	12.483.673/0001-29	FONE: (88) 9963-9228	
PRESIDENTE	Cícero Pereira de Oliveira	ZONA RURAL	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 81

ASSOCIAÇÃO	Pro Melhoramento do Bairro São Bento		
ENDEREÇO	Vila São Bento, S/N – Bela Vista		
CNPJ	12.477.667/0001-69	FONE: (88) 3523-6598/9915-3341	
PRESIDENTE	Francisco Augusto dos Santos	ZONA URBANA	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 82

ASSOCIAÇÃO	AJA – De Jovens e Adultos		
ENDEREÇO	Rua Cel. Luiz Teixeira, 1802 – Seminário		
CNPJ	07.907.828/0001-77	FONE: (88) 3521-5656/9908-4858	
PRESIDENTE	Maria Joseane R. dos Santos	ZONA URBANA	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 83

ASSOCIAÇÃO	De Moradores do Barro Branco e Adjacências “Caminhando Para o Futuro”		
ENDEREÇO	Rua 02, 42 - Barro Branco		
CNPJ	07.838.936/0001-28	FONE: (88)	
PRESIDENTE	Luís Carlos Dantas da Silva	ZONA RURAL	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 84

ASSOCIAÇÃO	De Famílias do Sítio Palmeirinha dos Brito		
ENDEREÇO	Sítio Palmeirinha dos Brito, S/N – Ponta da Serra		
CNPJ	41.337.866/0001-70	FONE: (88)	
PRESIDENTE	Maria Nilza de Jesus Silva	ZONA RURAL	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 85

ASSOCIAÇÃO	Comunitária do Romualdo		
ENDEREÇO	Sítio Romualdo S/N, Muriti		
CNPJ	12.466.686/0001-90	FONE: (88)	
PRESIDENTE	Francisco Amadeu Saraiva	ZONA RURAL	

ANEXO 16 – Associações inscritas na Secretária Municipal de Assistência Social do Crato.
(Fonte: Secretária de Assistência Social do Município).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS
CGC: 07587975/0001-07 CGF: 06.920.251-6

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 97

ASSOCIAÇÃO	Sociedade dos Amigos do Bairro Ossian Araripe
ENDEREÇO	Av. São Sebastião, 2000 – Bairro Ossian Araripe
CNPJ	05.621.347/0001-75 FONE: (88)
PRESIDENTE	Célia Maria Moreira Piancó Lima ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 98

ASSOCIAÇÃO	Pro Melhoramento da Comunidade Santo Antonio
ENDEREÇO	Rua Duarte Junior, S/N Seminário
CNPJ	09.426.827/0001-36 FONE: (88)
PRESIDENTE	Raimundo Juscelino Sampaio de Oliveira ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 99

ASSOCIAÇÃO	Sociedade Pro Melhoramento do Bairro Gizelia Pinheiro
ENDEREÇO	Av. J.P.B. de Menezes, 40 - Gizelia Pinheiro
CNPJ	06.738.520/0001-82 FONE: (88) 3523-4164
PRESIDENTE	Jose Alilton Araujo Ribeiro ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 100-

ASSOCIAÇÃO	De Piscicultura Santo André – APSA
ENDEREÇO	Às Margens do Açude Thomas Osterne Alencar – Umari
CNPJ	06.376.094/0001-84 FONE: (88) 9921-6930
PRESIDENTE	Carlos de Amorim Fernandes ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 101

ASSOCIAÇÃO	
ENDEREÇO	Associação Comunitária do Sítio Páscoa
CNPJ	Sítio Páscoa - Campo Alegre
PRESIDENTE	00.729.320/0001-21 FONE: (88) 3523-7774/9928-9821
	Antonio Bezerra Monteiro ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 102-

ASSOCIAÇÃO	BEMFAN - Bem Estar Familiar no Brasil
ENDEREÇO	Av. República do Chile, 230 17º Andar – Centro - Rio de Janeiro
CNPJ	33.669.672/0001-43 FONE: (85) 3253-5192/9212-6511
PRESIDENTE	

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 103

ASSOCIAÇÃO	Associação Pro Desenvolvimento Rural do Sítio Teotônio
ENDEREÇO	Sítio São Bento – Distrito de Bela Vista
CNPJ	FONE: (88) 8813-9892
PRESIDENTE	Luis dos Santos Silva ZONA RURAL

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 104-

ASSOCIAÇÃO	Instituto Madeira da Terra
ENDEREÇO	Av. José Alves de Figueiredo, 1720 – Misericórdia
CNPJ	07.003.554/000191 FONE: (88) 3523-3384
PRESIDENTE	José Rui Borges Guerreiro ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 105 -

ASSOCIAÇÃO	Centro Pastoral Coração de Jesus
ENDEREÇO	Rua São José, 290 – Seminário
CNPJ	06.744.635/0016-66 FONE: (88) 3521-5737
PRESIDENTE	Lucia Pedro de Oliveira ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 106 -

ASSOCIAÇÃO	Abrigo da Velhice Abandonada Jesus Maria José
ENDEREÇO	Rua Teófilo Siqueira, 788 – Centro
CNPJ	06.744.635/0003.41 FONE: (88) 3521-1510
PRESIDENTE	Francisca Ferreira de Almeida ZONA URBANA

ANEXO 17 – Associações inscritas na Secretária Municipal de Assistência Social do Crato.
(Fonte: Secretária de Assistência Social do Município).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS
CGC: 07587975/0001-07 CGF: 06.920.251-6

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 107

ASSOCIAÇÃO	Colégio Santa Tereza de Jesus
ENDEREÇO	Rua Dom Quintino, 863 – Centro
CNPJ	06.744.653/0002-60 FONE: (88) 3521-0304
PRESIDENTE	Marlieta Moura ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 108

ASSOCIAÇÃO	Dos Moradores do Conj. São José Dos Campos
ENDEREÇO	Rua Lavras da Mangabeira, 643, Seminário
CNPJ	08.744.320/0001-32 FONE: (88) 8806.5131
PRESIDENTE	Danilo Ricardo do Nascimento ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 109

ASSOCIAÇÃO	Projeto Nova Vida
ENDEREÇO	Rua São Francisco, Nº 25 e 28 – Bairro São Miguel
CNPJ	01.487.084/0001-00 FONE: (88)) 3523-4063/4166
PRESIDENTE	José Hermano de Sousa ZONA URBANA

Nº DE CADASTRO NA SEMAS - 110

ASSOCIAÇÃO	Associação Pro Desenvolvimento do Distrito da Ponta da Serra
ENDEREÇO	Rua Moisés Xenofonte, S/N - Centro
CNPJ	06.057.027/0001-05 FONE: (88) 3523-9309/9102
PRESIDENTE	Raimundo Pereira Brasil ZONA RURAL